



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CENSO DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO - 2015

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO



Brasília, 2016

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

O presente documento representa, concretamente, os resultados do Censo de Administração do Ministério Público brasileiro realizado no ano de 2015, bem como a evolução da gestão no MP em relação ao ano de 2012.

Conselho Nacional do Ministério Público

PRESIDENTE

Rodrigo Janot Monteiro de Barros

Procurador-Geral da República

CONSELHEIROS

Antônio Pereira Duarte

Marcelo Ferra de Carvalho

Cláudio Henrique Portela do Rego

Esdras Dantas de Souza

Walter de Agra Júnior

Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Fábio George Cruz da Nóbrega

Gustavo do Vale Rocha

Otávio Brito Lopes

Fábio Bastos Stica

Orlando Rochadel Moreira

Sérgio Ricardo de Souza

Valter Shuenquener de Araújo

SECRETÁRIO-GERAL

Blal Yassine Dalloul

Procurador Regional da República

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Wilson Rocha de Almeida Neto

Procurador da República

Comissão de Planejamento Estratégico

PRESIDENTE

Orlando Rochadel Moreira (Conselheiro)

CONSELHEIROS MEMBROS

Antônio Pereira Duarte

Marcelo Ferra de Carvalho

Cláudio Henrique Portela do Rego

Esdras Dantas de Souza

Walter de Agra Júnior

Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho

Fábio George Cruz da Nóbrega

Gustavo do Vale Rocha

Otávio Brito Lopes

Fábio Bastos Stica

Sérgio Ricardo de Souza

Valter Shuenquener de Araújo

MEMBRO AUXILIAR:

Anderson Viana Souza - Promotor de Justiça (MPSE)

MEMBROS COLABORADORES:

Alexandro Sampaio Santana - Promotor de Justiça (MPSE)

Ana Cristina Cusin Petrucci - Promotora de Justiça (MPRS)

Jairo Cruz Moreira - Promotor de Justiça (MPMG)

Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa - Promotor de Justiça (MPMS)

Rodney da Silva - Promotor de Justiça (MPGO)

EQUIPE:

João Barbosa Lima - Assessor-Chefe

Amarildo Canton - Assessor

Jaysa Oliveira - Servidora requisitada (MP/TO)

Jucélia Ferreira - Assistente

Rogério Carneiro Paes - Assessor

Fórum Nacional de Gestão

COORDENAÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO

Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa – Membro Colaborador (MPMS)

Silvana Kato da Silva - Servidora Colaboradora (MPMS)

COMITÊS DO FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO

Rodney da Silva - Promotor de Justiça (MPGO)

RAS – Representantes da Administração Superior do Ministério Público

Daniel Silva Carnevalli (MPMG)

CPTI - Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público

Emanuella Koerich Zappeli

CPGP - Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público

Pâmella Queiroz Werneck (MPES)

CPGA - Comitê de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público

Tatiana Jebrine (CNMP)

CPCoM - Comitê de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público

Valdemilson Massayoshi Thaada (MPMS)

CPGO - Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público

Relatório do Censo de Administração do Ministério Público Brasileiro – 2015

Coordenação

Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa – Membro Colaborador (MPMS)

Elaboração

Silvana Kato da Silva - Servidora Colaboradora (MPMS)

Sumário

1.	Apresentação	10
2.	Do Conselho Nacional do Ministério Público	11
3.	Do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP).....	12
3.1.	Introdução – Previsão Normativa	12
3.2.	Fórum Nacional de Gestão	12
3.3.	Dos Comitês	15
3.4.	Dos Representantes da Administração Superior – RAS.....	18
4.	Contextualização	19
5.	Aspectos Metodológicos	22
5.1.	Caracterização da pesquisa	22
5.2.	População.....	23
5.3.	Elaboração do Questionário.....	23
5.4.	Coleta e análise dos dados	24
6.	Resultados Alcançados	25
6.1	Comitê de Políticas de Gestão Administrativa - CPGA.....	26
6.1.1	Planejamento	26
6.1.1.1	Execução e Acompanhamento do Planejamento.....	30
6.1.1.2	Iniciativas Estratégicas.....	43
6.1.1.3	Indicadores e Metas	45
6.1.1.4	Comunicação da Estratégia.....	47
6.1.2	Projetos	49
6.1.3	Processos	54
6.2	Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas - CPGP.....	61
6.2.1	Estrutura de Gestão de Pessoas	61
6.2.2	Desenvolvimento (avaliação e capacitação).....	75
6.2.3	Gestão por Competências	79
6.2.4	Clima Organizacional e Saúde.....	82
6.2.5	Previdência	89
6.3	Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária - CPGO.....	90
6.3.1	Orçamento.....	90

6.3.1.1	Gestão de custo.....	94
6.3.1.2	Captação de Recursos	95
6.3.2	Gestão e Execução Administrativa e Financeira	100
6.3.3	Planejamento Financeiro	109
6.4	Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação - CPTI	110
6.4.1	Dimensão: Liderança.....	110
6.4.2	Dimensão: Estratégia e Planos	114
6.4.3	Dimensão: Informações.....	115
6.4.4	Dimensão: Pessoas	117
6.4.5	Dimensão: Processos.....	119
6.5	Comitê de Políticas de Comunicação Social - CPCCom.....	128
6.5.1	Estrutura	128
6.5.2	Planejamento	138
6.5.3	Mensuração	143
7.	Evolução da gestão no MP brasileiro: 2012 - 2015.....	147
7.1	Censo 2012	148
7.2	Censo 2015	151
7.2.1	Comitê de Políticas de Gestão Administrativa - CPGA.....	151
7.2.2	Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas - CPGP	154
7.2.3	Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária - CPGO.....	158
7.2.4	Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação - CPTI.....	160
7.2.5	Comitê de Políticas de Comunicação Social - CPCCom.....	166
7.3	Censo 2012 x Censo 2015.....	168
7.3.1	Eixo temático: Mecanismos de Gestão	168
7.3.2	Eixo temático: Pessoas	170
7.3.3	Eixo temático: Gestão Orçamentária e Financeira	173
	Considerações Finais	176
	Referências Bibliográficas:	177

Índice de Figuras

Figura 1 – Nº questionamentos por Eixo de Gestão – Censo 2012	19
Figura 2 – Nº de questionamentos por Comitê – Censo 2015	21

1. APRESENTAÇÃO

O Censo de Administração do Ministério Público brasileiro realizado em 2015 abrangeu todos os ramos e unidades do Ministério Público e se configurou, especialmente, como mecanismo de avaliação da evolução e maturidade na Gestão do Ministério Público Brasileiro.

Não obstante, as leituras gráficas e analíticas que puderam ser extraídas do **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** permitiram não apenas a identificação do atual cenário da Gestão no Ministério Público brasileiro, mas também contribuíram e subsidiaram consistentemente as diretrizes norteadoras para estruturação e planejamento das próximas etapas a serem atingidas pelo FNG-MP para o período 2016-2019.

Resultado do envolvimento e comprometimento da Comissão de Planejamento Estratégico - CPE do CNMP, do Fórum Nacional de Gestão - FNG-MP, dos Comitês que o compõe (Planejamento, Pessoas, Orçamento, Comunicação e Tecnologia da Informação) e de todas as unidades participantes, o **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** permite o compartilhamento de experiências entre as unidades, de forma a contribuir para a formulação de boas práticas de gestão.

O presente relatório apresenta os resultados finais do Censo de Administração do Ministério Público brasileiro realizado em 2015 e, ainda, a evolução da gestão no MP em relação ao ano de 2012.

2. DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O CNMP foi criado em 30 de dezembro de 2004 pela Emenda Constitucional nº 45 e instalado no dia 21 de junho de 2005, com sede em Brasília, Distrito Federal, e atuação em todo o território nacional.

Presidido pelo Procurador-Geral da República, que também o integra, o Conselho é constituído por 4 (quatro) membros do Ministério Público da União, 3 (três) membros do Ministério Público dos Estados, 2 (dois) juízes – um indicado pelo Supremo Tribunal Federal e o outro pelo Superior Tribunal de Justiça –, 2 (dois) advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e 2 (dois) cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada – indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Os referidos integrantes são nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovadas suas indicações pela maioria absoluta do Senado Federal.

No termos da Constituição Federal de 1988 (CF/88), o CNMP possui a dupla missão de atuar na fiscalização administrativa, financeira e disciplinar do Ministério Público brasileiro e de promover a sua integração e desenvolvimento.

É papel do CNMP (Art. 130-A, § 2º, da CF/88):

- Zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;
- Zelar pela observância do art. 37 da CF/88 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;
- Receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da Instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço, ou aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;
- Rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano; e
- Elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI da CF/88.

Pautado pelo controle, pela transparência e pelo desenvolvimento do Ministério Público brasileiro, o CNMP é uma Instituição aberta ao cidadão, que pode encaminhar representações contra membros ou órgãos do *Parquet* ou sugestões para o incremento de sua eficiência.

3. DO FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (FNG-MP)

3.1. Introdução – Previsão Normativa

O Fórum Nacional de Gestão (FNG-MP) foi instituído por meio da **Portaria Presi n. 025, de 23 de Março de 2012**, que foi posteriormente revogada pela **Portaria Presi n. 070, de 27 de Março de 2014**.

Fórum:

Instância superior de deliberação coletiva de dois ou mais Comitês

Comitê:

Grupo composto por membros ou servidores previamente designados, constituído com a finalidade de elaborar estudos, promover discussões e articulações, apresentar propostas e projetos e realizar monitoramentos de determinados temas relacionados à organização e ao funcionamento do Ministério Público brasileiro

Além de regulamentar as atividades do FNG-MP (art. 14), a recente Portaria disciplinou os Comitês de Políticas de Tecnologia da Informação (CPTI-MP) e de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCoM). Também transformou os eixos temáticos de gestão administrativa, orçamentária e de pessoas, até então vinculados ao FNG-MP, nos Comitês de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA-MP), Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (CPGO-MP) e Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (CPGP-MP), respectivamente, que foram posteriormente regulamentados por meio da **Portaria Presi n. 144, 3 de Julho de 2014**.

Visando dispor sobre a composição, a organização e o funcionamento do Fórum Nacional de Gestão, e de seus Comitês, e em observância ao disposto no artigo 5º da Portaria Presi n. 144/2014, foi então publicada a **Portaria Presi n. 016, de 23 de Fevereiro de 2015**. Tal Portaria trouxe ainda a significativa previsão de participação dos representantes da Administração Superior dos ramos do Ministério Público da União e unidades do Ministério Público dos Estados, denominado RAS.

3.2. Fórum Nacional de Gestão

Vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico – CPE/CNMP o **Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP)** tem por objetivo promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do Ministério Público brasileiro.

O FNG-MP representa a instância superior de deliberação coletiva dos seguintes Comitês temáticos que o compõem:

- I – Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI);
- II – Comitê de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCom);
- III – Comitê de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA);
- IV – Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (CPGO);
- V – Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (CPGP).

No âmbito de cada um dos Comitês, são estruturados Grupos de Trabalho distribuídos por temas ou projetos.

Ordinariamente, o FNG realiza três reuniões anuais, sendo uma delas, a terceira, coincidente com o Congresso Brasileiro de Gestão. Seus esforços são canalizados para fins de execução de seu Plano Diretor (PDFNG). Durante as reuniões são estruturados Grupos de Trabalho, distribuídos por temas e/ou projetos, eleitas prioridades e realizadas entregas coletivas de produtos nos seguintes eixos: referências, boas práticas, parcerias e capacitação. Participam das Reuniões Ordinárias, em média, 180 (cento e oitenta) participantes, representantes de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, além de especialistas em variadas áreas do conhecimento relativas à gestão.

Em 2015 foram introduzidas nas reuniões ordinária do FNG as reuniões específicas dos RAS - Representantes da Administração Superior das unidades do Ministério Público brasileiro, através da Portaria CNMP/Presi nº 16, de 23 de fevereiro de 2015.

Além das Reuniões Ordinárias, o FNG, juntamente com a Comissão de Planejamento Estratégico, prioriza entre suas atividades as **Ações Nacionais Estruturantes** e as Mostras de Tecnologia da Informação e de Sistema de Gerenciamento de Projetos, todas realizadas sob na perspectiva da eficiência operacional do Mapa Estratégico Nacional. A execução das Ações Nacionais Estruturantes ocorrem por meio de projetos e processos, monitorados por indicadores, por meio de uma atuação em rede, respeitando a autonomia de cada unidade do Ministério Público e dando efetividade aos objetivos definidos no Planejamento Estratégico Nacional.

No último biênio foram realizadas Ações Nacionais Estruturantes nas áreas de Gestão por Competência, Sistema de Custos, Comunicação e Relacionamento, Governança de TI e Desdobramento da Estratégia.

As atividades do FNG contemplam, também, a realização de **cursos de capacitação de membros e servidores** ("Gerenciamento de Projetos" e "Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Processos"), a produção de **minutas de referências** encaminhadas à CPE - Comissão de Planejamento Estratégico para ulterior deliberação do Plenário do CNMP, a **produção de materiais de apoio** (apostila de Metodologia de Gestão de Processos e o manual de Boas Práticas em Governança) e o **fomento à inclusão de trabalhos nos Bancos Nacionais de Projetos e Processos**.

Ao fomentar a construção de práticas uniformes, a padronização e a uniformização da atuação do Ministério Público brasileiro, ressalvadas e respeitadas as suas respectivas autonomias administrativa, financeira e orçamentária, o FNG subsidia consistentemente a implementação e execução do Planejamento Estratégico Nacional.

Dessa forma, O FNG, enquanto instrumento de implementação e execução do Planejamento Estratégico Nacional, busca intensificar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, o fomento à cultura de resultados e a valorização e motivação de membros e servidores, tendo em vista a necessidade de se profissionalizar a gestão no âmbito de todo Ministério Público brasileiro.

Fórum Nacional de Gestão



Objetivo

Promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do Ministério Público brasileiro.

Atribuições:

- I – fomentar a uniformização e a padronização da atuação dos diversos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, respeitadas as suas autonomias administrativa, financeira e orçamentária;
- II – promover estudos, coordenar atividades e sugerir políticas e padrões em gestão administrativa e institucional, com o objetivo de:
 - a) fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público e entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;
 - b) fomentar o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público e subsidiar a elaboração e implementação de políticas de planejamento estratégico organizacionais;
 - c) incentivar a adoção de boas práticas de gestão e planejamento institucional;
 - d) acompanhar os indicadores e as metas nacionais definidas pelo Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público;
 - e) acompanhar a implantação dos programas nacionais, definidos pelo Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público;
 - f) propor treinamentos para membros e servidores na área de gestão e planejamento institucional;
 - g) encaminhar ao CNMP sugestões para elaboração de resoluções afetas à área de Gestão e Planejamento Institucional;
 - h) prestar consultoria técnica na área de gestão e planejamento institucional a pedido do CNMP; e
 - i) praticar outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo e compatíveis com suas atribuições.

3.3. Dos Comitês

Os cinco Comitês do FNG/MP são constituídos por um representante de cada ramo do Ministério Público da União e unidade do Ministério Público dos Estados, e são indicados pelo respectivo Procurador-Geral.

Cada Comitê é representado por um Coordenador, e seu substituto, eleitos pelos seus integrantes, com mandato prorrogável de 1 ano, que é responsável pelo planejamento, organização, condução e registro dos trabalhos desenvolvidos.

Os Comitês, conforme acima mencionado, poderão propor ao FNG-MP a criação de Grupos de Trabalho, a ser deliberado em reunião Plenária. Cada GT, que por sua vez, será representado por um Coordenador e seu substituto.

As deliberações dos Comitês serão tomadas por maioria simples dos votos de seus integrantes, cabendo aos Coordenadores, além do voto ordinário, o de desempate.

Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP)



Objetivo:

Promover o direcionamento tecnológico do Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que promovam a uniformização, padronização e integração de infraestrutura, sistemas, taxonomia, estatística e governança de tecnologia da informação.

Atribuições:

- I – fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro e entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;
- II – fomentar o Planejamento Estratégico de TI e subsidiar a elaboração de Planejamento Estratégico Organizacional;
- III – incentivar a adoção de boas práticas em governança de TI;
- IV – propor metas nacionais para atuação de TI no âmbito do Ministério Público;
- V – encaminhar ao CNMP sugestões para elaboração de resoluções afetas à área de TI;
- VI – propor ao CNMP critérios para orientar a aquisição de bens e serviços de TI no Ministério Público;
- VII – compartilhar, salvo se protegido por sigilo legal, conhecimentos, informações, soluções de TI e bases de dados com intuito de promover a melhoria de resultados institucionais e da administração pública;
- VIII – estabelecer padrões de interoperabilidade entre sistemas de informação do Ministério Público e de outros órgãos relacionados;
- IX – incentivar o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de tramitação eletrônica de documentos;
- X – incentivar a inovação em TI;
- XI – incentivar a utilização de padrões governamentais em TI;
- XII – propor treinamentos para membros e servidores na área de TI;
- XIII – prestar consultoria na área de TI a pedido do CNMP;
- XIV – praticar outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo e compatíveis com suas atribuições.

Comitê de Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCoM-MP)



Objetivo:

Promover a integração e o desenvolvimento da comunicação do Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que incentivem o planejamento, a articulação das ações e a difusão de boas práticas em comunicação pública, visando à ampliação da transparência da instituição e do acesso dos cidadãos ao Ministério

Atribuições:

- I – fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro e entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;
- II – fomentar o Planejamento Estratégico de Comunicação Social e subsidiar a elaboração de Planejamento Estratégico Organizacional;
- III – incentivar a adoção de boas práticas em comunicação social;
- IV – propor metas nacionais para atuação de comunicação social no âmbito do Ministério Público;
- V – encaminhar ao CNMP sugestões para elaboração de resoluções afetas à área de comunicação social;
- VI – propor ao CNMP critérios para orientar a aquisição de bens e serviços de comunicação social no Ministério Público;
- VII – compartilhar, salvo se protegido por sigilo legal, conhecimentos, informações e soluções de comunicação social, com intuito de promover a melhoria de resultados institucionais, visando a ampliação da transparência das instituições e do acesso dos cidadãos ao Ministério Público;
- VIII – incentivar a inovação em comunicação social;
- IX – incentivar a utilização de padrões governamentais em comunicação social;
- X – propor treinamentos para membros e servidores na área de comunicação social; e
- XI – praticar outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo e compatíveis com suas atribuições.

Comitê de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA-MP)



Objetivo:

Promover a integração e o desenvolvimento da gestão administrativa do Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que incentivem o debate, o planejamento, a articulação das ações e a difusão de boas práticas, referências, capacitação e parcerias em tal área, visando à eficiência da atividade institucional.

Atribuições:

- I – fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro e entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;
- II – fomentar o Planejamento Estratégico de Gestão Administrativa e subsidiar a elaboração de Planejamento Estratégico Organizacional;
- III – incentivar a adoção de boas práticas em gestão administrativa;
- IV – propor metas nacionais para a gestão administrativa no âmbito do Ministério Público;
- V – encaminhar ao CNMP sugestões para elaboração de resoluções afetas à área de gestão administrativa;
- VI – propor ao CNMP critérios para orientar a aquisição de bens e serviços;
- VII – compartilhar, salvo se protegido por sigilo legal, conhecimentos, informações e soluções afetas à área de gestão administrativa, com intuito de promover a melhoria de resultados institucionais, visando à eficiência da atividade institucional;
- VIII – incentivar a inovação em gestão administrativa;
- IX – incentivar a utilização de padrões governamentais em gestão administrativa;
- X – propor treinamentos para membros e servidores na área de gestão administrativa; e
- XI – praticar outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo e compatíveis com suas atribuições.

Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária (CPGO-MP)



Objetivo:

Promover a integração e o desenvolvimento da gestão orçamentária do Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que incentivem o debate, o planejamento, a articulação das ações e a difusão de boas práticas, referências, capacitação e parcerias em tal área, visando à eficiência da atividade institucional.

Atribuições:

- I – fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro e entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;
- II – fomentar o Planejamento Estratégico de Gestão Orçamentária e subsidiar a elaboração de Planejamento Estratégico Organizacional;
- III – incentivar a adoção de boas práticas em gestão orçamentária;
- IV – propor metas nacionais para a gestão orçamentária no âmbito do Ministério Público;
- V – encaminhar ao CNMP sugestões para elaboração de resoluções afetas à área de gestão orçamentária;
- VI – propor ao CNMP critérios para orientar a aquisição de bens e serviços afetos à área de gestão orçamentária;
- VII – compartilhar, salvo se protegido por sigilo legal, conhecimentos, informações e soluções afetos à área de gestão orçamentária, com intuito de promover a melhoria de resultados institucionais, visando à eficiência da atividade institucional;
- VIII – incentivar a inovação em gestão orçamentária;
- IX – incentivar a utilização de padrões governamentais em gestão orçamentária;
- X – propor treinamentos para membros e servidores na área de gestão orçamentária; e
- XI – praticar outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo e compatíveis com suas atribuições.

Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas (CPGP-MP)



Objetivo:

Promover a integração e o desenvolvimento da gestão de pessoas no Ministério Público brasileiro, por meio de deliberações que incentivem o debate, o planejamento, a articulação das ações e a difusão de boas práticas, referências, capacitação e parcerias em tal área, visando à eficiência da atividade institucional.

Atribuições:

- I – fomentar a integração entre os ramos e as unidades do Ministério Público brasileiro e entre estes e outros órgãos essenciais à sua atividade;
- II – fomentar o Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas e subsidiar a elaboração de Planejamento Estratégico Organizacional;
- III – incentivar a adoção de boas práticas em gestão de pessoas;
- IV – propor metas nacionais para a gestão de pessoas no âmbito do Ministério Público;
- V – encaminhar ao CNMP sugestões para elaboração de resoluções afetas à área de gestão de pessoas;
- VI – propor ao CNMP critérios para orientar a aquisição de bens e serviços afetos à área de gestão de pessoas;
- VII – compartilhar, salvo se protegido por sigilo legal, conhecimentos, informações e soluções afetos à área de gestão de pessoas, com intuito de promover a melhoria de resultados institucionais, visando à eficiência da atividade institucional;
- VIII – incentivar a inovação em gestão de pessoas;
- IX – incentivar a utilização de padrões governamentais em gestão de pessoas;
- X – propor treinamentos para membros e servidores na área de gestão de pessoas; e
- XI – praticar outros atos necessários ao cumprimento do seu objetivo e compatíveis com suas atribuições.

3.4. Dos Representantes da Administração Superior – RAS

Além dos Comitês acima descritos, também compõem o FNG-MP os representantes da Administração Superior – RAS, quais sejam, o Secretário-Geral, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, o Diretor-Geral ou a autoridade correlata.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante sua 1ª Reunião Ordinária de 2012, o FNG aprovou a realização de seu primeiro Censo. O Censo 2012 de Administração do Ministério Público Brasileiro teve como principal objeto a geração de estudos que viabilizassem a melhor adoção de práticas de gestão, de forma a se ter uma visão no sentido de se identificar as oportunidades de trocas de experiências.

O resultado obtido no Censo 2012 permitiu verificar, em linhas gerais, o grau de maturidade em gestão das unidades do Ministério Público. Tendo esta pesquisa como referência, e levando em consideração os trabalhos que já estavam sendo realizados pelos Comitês do FNG, foi então elaborado o Plano Diretor FNG relativo ao período de 2012 a 2015.

O questionário do Censo 2012 de Administração do Ministério Público contemplou 79 (setenta e nove) questionamentos. Foi elaborado com perguntas objetivas, bem como com perguntas abertas para livre preenchimento, e seu principal objetivo foi o de subsidiar o CNMP com informações para melhor estruturação das atividades do Fórum Nacional de Gestão.

O Censo 2012 foi estruturado a partir dos eixos temáticos **Mecanismos de Gestão, Pessoas e Gestão Orçamentária e Financeira**, da seguinte forma:



Figura 1 – Nº questionamentos por Eixo de Gestão – Censo 2012

Fonte: Adaptado do Relatório do Censo FNG 2012

Face a necessidade de se avaliar a evolução e maturidade na Gestão do Ministério Público Brasileiro, bem como estabelecer as diretrizes norteadoras do planejamento das próximas etapas a serem alcançadas pelo FNG-MP, para o período 2016-2019, no ano de 2015 foi realizado o novo **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro**. Tratou-se do momento de verificação, através de pesquisa abrangendo vários fatores que impactam na forma de gestão.

Dessa forma, o novo Censo de Administração do Ministério Público brasileiro, realizado no ano de 2015, e que abrangeu todos os ramos e unidades do Ministério Público, configurou-se como a fase de “verificação” (“**C**” - **Check**) do ciclo PDCA¹ relativo ao período 2012-2015 do FNG.

Não obstante, o resultado do Censo realizado 2015 também se configurou como uma das etapas da fase de planejamento do novo ciclo PDCA relativo ao período 2016-2019 (“**P**” – **Plan**), a nível tático e operacional, com base no Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN/MP.

Além dos eixos temáticos abrangidos pelo Censo 2012 (**Mecanismos de Gestão, Pessoas e Gestão Orçamentária e Financeira**), o Censo 2015 também abrangeu questionamentos relacionados às áreas de **Tecnologia da Informação e Comunicação**.

Importante mencionar que a Portaria CNMP-Presi nº 070, de 27 de março de 2014, em seu art. 15, disciplinou os **Comitês de Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (CPTI-MP)** e de **Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (CPCom)**. Também transformou os eixos temáticos de **Gestão Administrativa, Orçamentária e Financeira** e de **Pessoas** nos **Comitês de Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (CPGA-MP)**, de **Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (CPGO-MP)** e de **Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (CPGP-MP)**.

Tal qual foi a construção metodológica proposta no Censo 2012, o Censo 2015 também classificou os questionamentos (perguntas formulados no questionário) por **Comitês** e **Assuntos** (estes últimos estruturados de cada comitê) possibilitando, dessa forma, ampla compreensão dos resultados da pesquisa.

Desta forma, cada uma das unidades do Ministério Público brasileiro respondeu a um questionário com perguntas objetivas e abertas, num total de 541 (quinhentas e quarenta e uma) perguntas, assim distribuídas:

¹ A técnica denominada PDCA (representando as iniciais P-Plan; D-Do; C-Check e A-Act, que representam, respectivamente, as etapas de Planejamento, Execução, Verificação e Ação) se refere a um modelo de execução focado nos processos de trabalho e representa ferramenta de gestão bastante difundida na área de Administração.

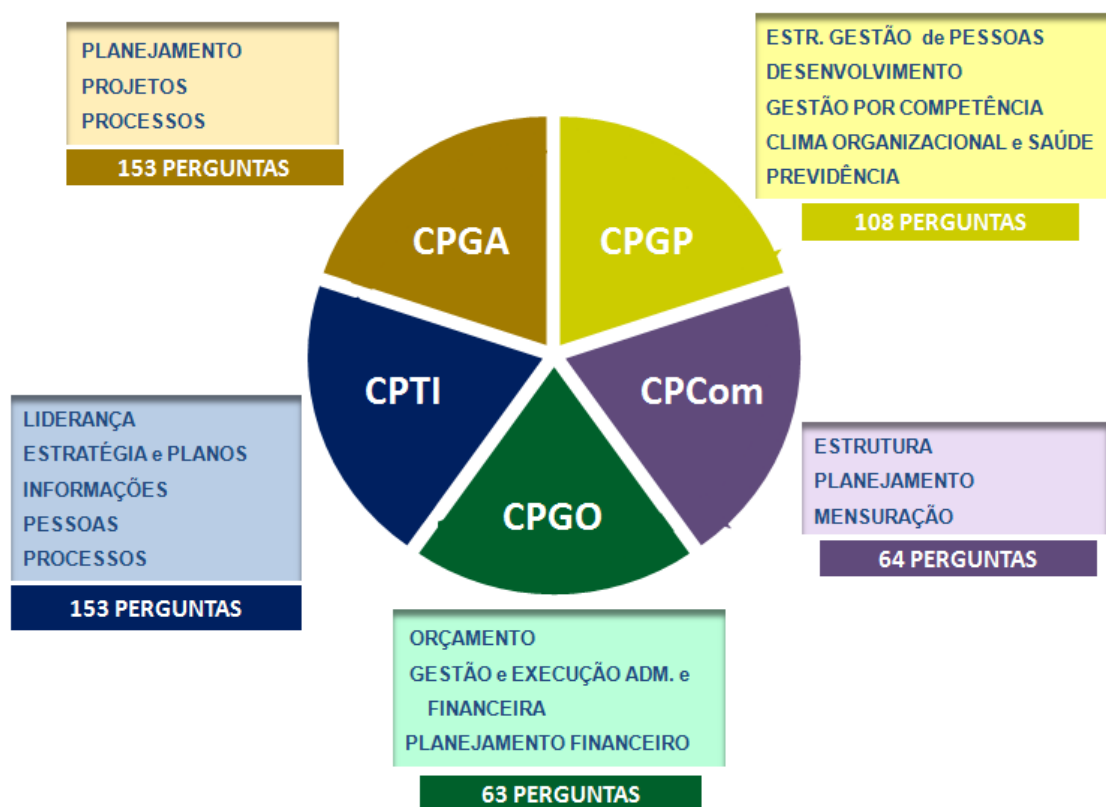


Figura 2 – Nº de questionamentos por Comitê – Censo 2015

Fonte: Censo FNG 2015

Resultado do envolvimento e comprometimento da Comissão de Planejamento Estratégico – CPE do CNMP, do FNG-MP e de todas as unidades participantes, o **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** permite o compartilhamento de experiências entre as unidades, de forma a contribuir para a formulação de boas práticas de gestão.

Além disso, as leituras que se extraíram do **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** permitiram que se visualizasse o atual cenário da Gestão do Ministério Público Brasileiro e, ainda, subsidiaram consistentemente as diretrizes norteadoras do FNG-MP para o período 2016-2019.

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este tópico caracterizará o **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro - 2015** de acordo com a metodologia científica utilizada para a abordagem do problema, bem como quanto à natureza dos objetivos, a população objeto da análise e os procedimentos de coleta e análise de dados.

5.1. Caracterização da pesquisa

Segundo Vergara (2004) uma pesquisa pode ser definida com relação aos fins e aos meios de investigação. Em relação aos fins, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada ou intervencionista. Quanto aos meios, se classificam como pesquisa de campo, de laboratório, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação ou estudo de caso.

O **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro - 2015** pretendeu prioritariamente verificar o ciclo PDCA relativo ao período 2012-2015 do Fórum Nacional de Gestão e subsidiar as diretrizes norteadoras para estruturação e planejamento, configurando-se como uma das etapas de planejamento do novo ciclo PDCA do FNG, relativo ao período 2016-2019.

Com base nestas propostas, o Censo 2015 pretendeu identificar e avaliar a evolução e a maturidade na Gestão do Ministério Público Brasileiro, através de pesquisa que abrangesse vários fatores que impactam na forma de gestão. A abordagem utilizada foi quantitativa e descritiva.

A pesquisa quantitativa se traduz por tudo aquilo que pode ser quantificável, ou seja, ela iria traduzir em números as opiniões e informações para então obter a análise dos dados e, posteriormente, chegar a uma conclusão. Prioriza apontar numericamente a frequência e a intensidade dos comportamentos dos indivíduos de um determinado grupo ou população. Resultando em medidas precisas, estas se tornam muito úteis para efeitos de tomada de decisões.

Segunda Mattar (2001) , as pesquisas descritivas se caracterizam por possuir objetivos bem definidos, procedimento formais de aplicação, os métodos de levantamento são bem estruturados e voltadas para a solução de problemas ou para a avaliação de alternativas de ações.

As pesquisas descritivas se justificam quando o propósito for descrever as características de um grupo, estimar a proporção entre elementos numa população específica com características ou comportamentos predominantemente comuns e descobrir ou verificar a existência de relação entre as variáveis.

O tipo de pesquisa descritiva utilizado no Censo 2015 foi o de levantamento de campo que, de maneira geral, visa obter dados que representem a população analisada.

A principal característica da pesquisa descritiva é a coleta de dados por meio de questionário e de observação, normalmente elaborado por pesquisadores que detêm o conhecimento acerca do objeto da pesquisa (Gil, 2007)

O Censo de Administração 2015 se caracterizou como uma pesquisa descritiva por utilizar-se de questionário com perguntas fechadas, de única ou múltipla escolha, e questões abertas que buscaram verificar a evolução da maturidade da gestão desde a realização do Censo de Administração 2012.

5.2. População

A população objeto da pesquisa foram os ramos e unidades do Ministério Público brasileiro. Responderam efetivamente o questionário do Censo 2015 a **totalidade** de unidades estaduais do Ministério Público brasileiro, ou seja, 27 (vinte e sete) unidades, bem como os ramos Federal, Militar e do Trabalho. Participaram ainda as Secretarias de Comunicação regionais do MPF em relação às perguntas de gestão da área de comunicação. Dessa forma, com a participação integral de todos os ramos e unidades do MP brasileiro, a pesquisa se caracteriza efetivamente como censitária² ou parametrizada.

As pesquisas censitárias têm por principal característica permitir facilmente o estudo de populações muito pequenas e a obtenção de informações que se relacionam a fatos concretos, mediante elaboração de um questionário que contém perguntas sobre as informações que se deseja obter, para posterior sistematização.

5.3. Elaboração do Questionário

O questionário se constitui como o principal instrumento do processo de obtenção/coleta de informações e, via de regra, se baseia em experiências anteriores e em levantamentos de dados secundários. Na elaboração de um questionário deve-se levar em consideração a linguagem e termos das perguntas, de forma que os entrevistados estejam familiarizados.

A construção do questionário do Censo 2015 foi fruto de trabalho conjunto entre a Coordenação do FNG, Representantes da Administração Superior - RAS e Coordenadores de Comitês, durante o período compreendido entre maio e julho de

² Quando toda a população é investigada.

2015. Importante etapa de validação do questionário do Censo ocorreu em agosto de 2015, quando da realização de pré-teste de aplicação do questionário.

Sua elaboração se deu com observância da construção em blocos temáticos, obedecendo a uma ordem lógica na elaboração das perguntas. Além disso, cuidou de conter apenas perguntas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Em relação às perguntas, sua redação foi elaborada em linguagem compreensível e familiar à população objeto do Censo e sua formulação buscou evitar a possibilidade de interpretação dúbia, sugestão ou indução de respostas.

O questionário foi construído em ferramenta do Microsoft Office, em formato xls e foi estruturado em 7 (sete) seções: (1) Introdução, contendo campos para identificação da unidade e do responsável e instruções para preenchimento; (2) perguntas relativas a **Gestão Administrativa**; (3) perguntas relativas a **Pessoas**; (4) perguntas relativas ao **Orçamento**; (5) perguntas relativas a **Tecnologia da Informação**; (6) perguntas relativas a **Comunicação Social**; (7) Listas Suspensas (parâmetros das respostas).

5.4. Coleta e análise dos dados

Etapa da pesquisa de campo propriamente dita, a coleta de dados ocorreu durante o mês de setembro de 2015 e contemplou o preenchimento dos questionários através de encaminhamento do arquivo a todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro.

A análise dos dados foi trabalho conjunto desenvolvido pela SGE – Secretaria de Gestão Estratégica do CNMP e pela coordenação do Fórum Nacional de Gestão – FNG, conforme se observa a seguir.

6. RESULTADOS ALCANÇADOS

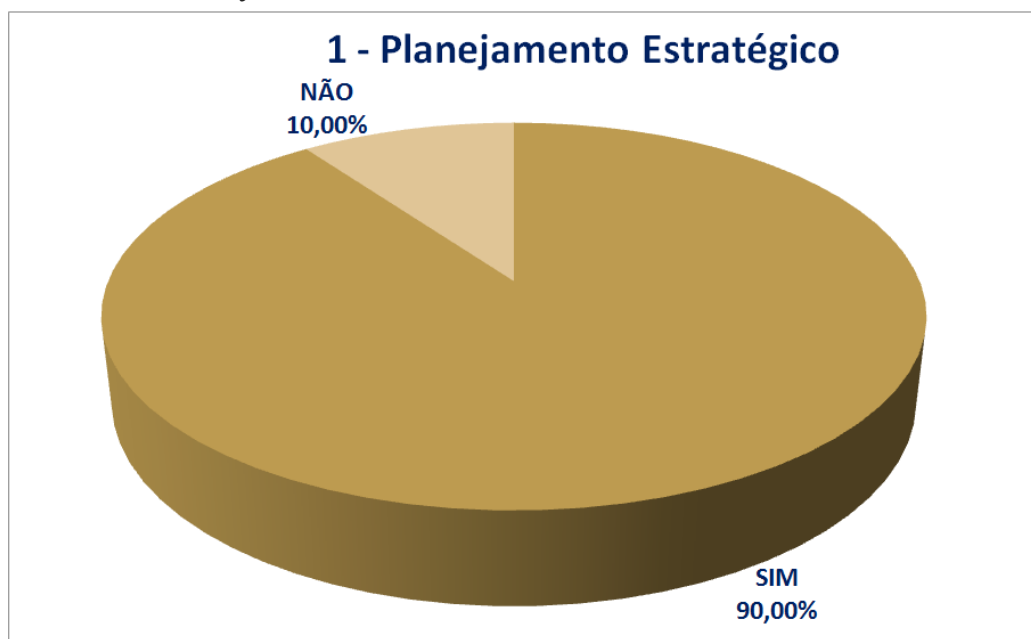
Configurando-se como o momento de verificação (“C” - **Check**) do ciclo PDCA relativo ao período 2012-2015 do FNG, o **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015**, por abranger vários fatores que impactam na forma de gestão, também se configurou como uma das etapas da fase de planejamento do novo ciclo PDCA relativo ao período 2016-2019 (“P” – **Plan**), a nível tático e operacional, com base no Plano Estratégico Nacional do Ministério Público – PEN/MP.

Os resultados gráficos e analíticos obtidos através do **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** e sua comparação com os resultados decorrentes do **Censo 2012 de Administração do Ministério Público** foram ponto de partida para que os Comitês, através de seus Grupos de Trabalho, definissem as **iniciativas estratégicas** que subsidiaram o Plano Diretor do Fórum Nacional de Gestão para o período 2016-2019.

Os resultados gráficos e analíticos que se apresentam a seguir se referem à totalidade das perguntas constantes do questionário do **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** e se encontram distribuídos por Comitê e por seus respectivos subtemas. No capítulo seguinte apresenta-se a análise da evolução da gestão no Ministério Público brasileiro, ou seja, a comparação dos resultados do **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** com o Censo de Administração realizado no ano de 2012,

6.1 Comitê de Políticas de Gestão Administrativa - CPGA

6.1.1 Planejamento

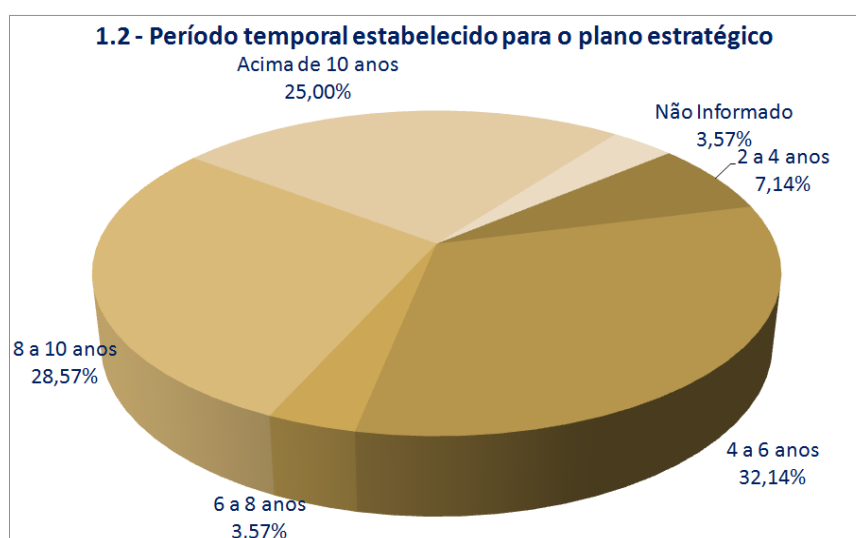


UNIDADE	1.1 - Metodologia utilizada - Planejamento Estratégico
01. MPAC	BSC com aspectos do Planejamento Situacional de Carlos Matus.
02. MPAL	Método Grumbach
03. MPAM	Planejamento não concluído. Aprovada apenas a parte filosófica. Atual status, fase de contratação de consultoria para desenvolvimento do trabalho.
04. MPAP	Planenamento Estratégico Organizacional e no Balanced Scorecard
05. MPBA	Método Grumbach e BSC
06. MPCE	Balanced Scorecard (BSC)
07. MPES	Balanced Scorecard (BSC)
08. MPGO	Método Grumbach
09. MPMA	Balanced Scorecard (BSC)
10. MPMG	Balanced Scorecard (BSC)
11. MPMS	Balanced Scorecard (BSC)
12. MPMT	Balanced Scorecard (BSC)
13. MPPA	Balanced Scorecard (BSC)
14. MPPB	De 2010 a 2014 foi utilizada a metodologia BSC; a partir de 2015, está sendo utilizada a Project Model Canvas.
15. MPPE	Quatro abordagens de gestão: Planejamento Estratégico Organizacional; BSC-Balanced Scorecard; BPM - Business Process Management e PMI - Project Management Institute.
16. MPPI	Método Grumbach
17. MPPR	Balanced Scorecard (BSC)
18. MPRJ	Balanced Scorecard (BSC)
19. MPRN	Balanced Scorecard (BSC)
20. MPRO	Balanced Scorecard (BSC)
21. MPRR	Não aplicável
22. MPRS	Balanced Scorecard (BSC)
23. MPSC	Metodologia participativa de desenvolvimento de estratégias - UFSC
24. MPSE	Balanced Scorecard (BSC)
25. MPSP	Não aplicável
26. MPTO	Balanced Scorecard (BSC)
27. MPDFT	Balanced Scorecard (BSC)
28. MPF	Balanced Scorecard (BSC)
29. MPM	Balanced Scorecard (BSC)
30. MPT	Método Grumbach

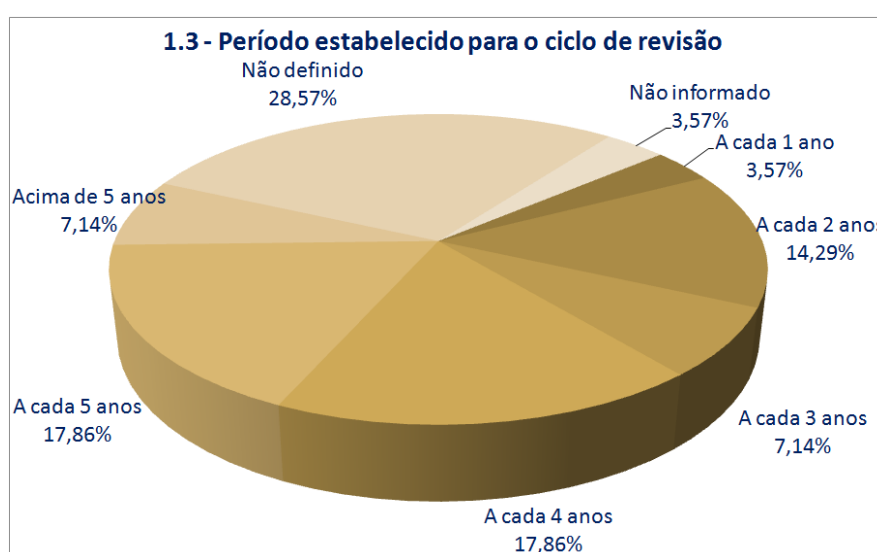
1.1 - Metodologia - Planejamento Estratégico	%
Balanced Scorecard (BSC)	75,00%
Método Grumbach	17,86%
Planejamento Estratégico Organizacional	7,14%
Project Model Canvas	3,57%
Metodologia participativa de desenvolvimento de estratégias - UFSC	3,57%
BPM - Business Process Management	3,57%
PMI - Project Management Institute	3,57%
Planejamento não concluído	3,57%
Não Informado	0,00%
Total*	117,86%

* Total superior a 100% considerando se tratar de resposta de múltipla escolha

Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

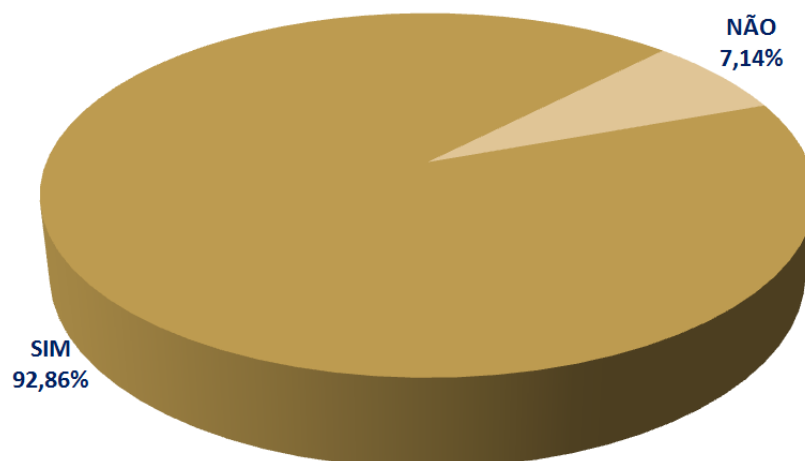


Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

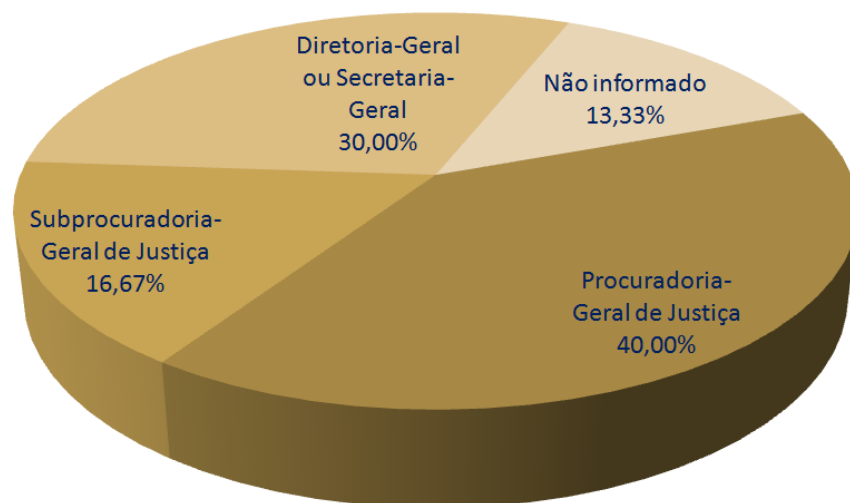
2 - Unidade organizacional de planejamento estratégico



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

UNIDADE	2.1 - Unidade organizacional responsável pela gestão do planejamento estratégico
01. MPAC	Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica.
02. MPAL	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
03. MPAM	Projeto em andamento. A ser desenvolvido pela Diretoria de Planejamento
04. MPAP	Departamento de Planejamento
05. MPBA	Coordenadoria de Gestão Estratégica
06. MPCE	COMITÊ
07. MPES	Assessoria de Planejamento e Gestão Integrada / Unidade de Estratégia e Projetos
08. MPGO	Superintendência de Planejamento e Gestão
09. MPMA	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO GERAL (ASPLAN)
10. MPMG	Coordenadoria de Planejamento Institucional
11. MPMS	Secretaria de Planejamento e Gestão
12. MPMT	Unidade de Gerência de Gestão/Departamento de Planejamento e Gestão
13. MPPA	Ainda não criada. As atividades referentes a PE são executadas por 4 servidores designados pelo PGJ.
14. MPPB	Departamento de Gestão Estratégica
15. MPPE	AMPEO - Assessoria de Planejamento e Estratégia Organizacional
16. MPPI	Assessoria Especial de Planejamento e Gestão
17. MPPR	Departamento de Planejamento e Gestão
18. MPRJ	Coordenadoria de Planejamento Institucional
19. MPRN	Gerência de Gestão Estratégica - GGES
20. MPRO	Coordenadoria de Planejamento e Gestão
21. MPRR	Não aplicável
22. MPRS	Unidade de Gestão Estratégica
23. MPSC	Procuradoria-Geral de Justiça
24. MPSE	Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil
25. MPSP	Não aplicável
26. MPTO	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
27. MPDFT	Secretaria de Planejamento/Divisão de Planejamento Estratégico
28. MPF	Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica / Secretaria Geral
29. MPM	Assessoria de Análise Estratégica e Segurança Institucional - AAESI
30. MPT	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica

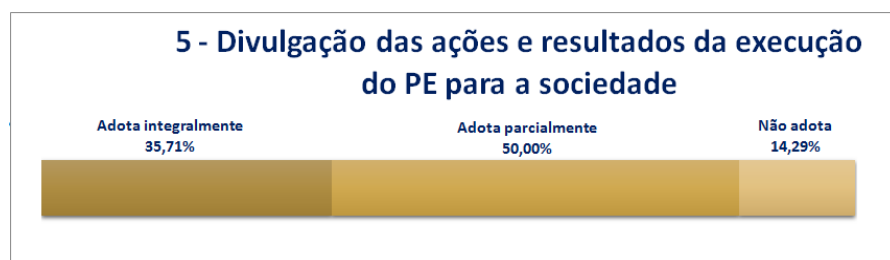
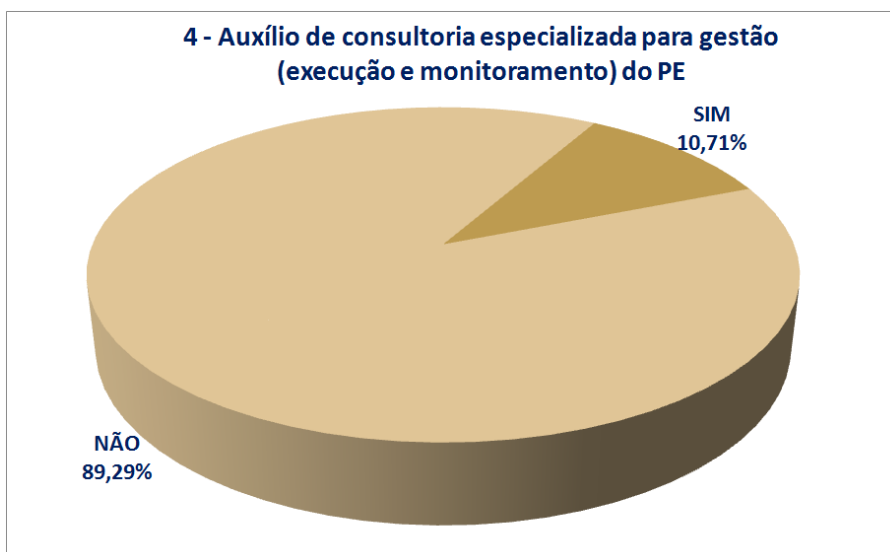
2.2 - Vínculo/subordinação da unidade organizacional responsável pela gestão do planejamento estratégico



UNIDADE	ESTRUTURA DE PESSOAL (PERGUNTA 3 (3.1 A 3.9))							
	Planejamento estratégico		Planejamento plurianual		Convênios		Captação de recursos	
	Membros	Servidores	Membros	Servidores	Membros	Servidores	Membros	Servidores
01. MPAC	0	3	0	1	0	2	0	2
02. MPAL	1	1	0	0	0	0	0	0
03. MPAM	0	0	0	3	0	4	0	0
04. MPAP	2	8	0	3	0	3	2	1
05. MPBA	1	10	1	22	0	3	1	3
06. MPCE	12	11	1	2	1	4	1	2
07. MPES	3	2	1	2	0	2	0	0
08. MPGO	1	6	1	3	0	3	0	0
09. MPMA	3	2	2	3	0	1	0	1
10. MPMG	1	6	0	6	0	2	0	1
11. MPMS	1	5	3	3	1	2	1	1
12. MPMT	5	1	5	1	0	0	0	0
13. MPPA	1	4	0	0	0	0	0	0
14. MPPB	1	2	2	2	0	1	0	1
15. MPPE	4	8	2	2	0	3	0	2
16. MPPI	1	4	1	2	1	2	1	1
17. MPPR	1	1	1	3	1	1	0	0
18. MPRJ	1	2	1	2	0	0	0	0
19. MPRN	0	1	0	7	0	2	0	2
20. MPRO	1	6	0	0	1	1	1	2
21. MPRR	0	0	0	0	0	0	0	0
22. MPRS	1	4	1	2	0	1	1	2
23. MPSC	9	5	4	6	2	4	0	0
24. MPSE	0	6	0	2	0	0	0	0
25. MPSP	0	0	2	3	3	1	4	5
26. MPSTO	0	1	0	1	0	1	0	0
27. MPDFT	2	18	2	18	2	4	2	4
28. MPF	32	17	41	53	0	0	0	0
29. MPM	1	4	1	4	0	0	0	0
30. MPT	6	10	6	10	0	0	0	0

Outros: MPAC: Os servidores responsáveis pelos convênios e pela captação de recursos são os mesmos.
 MPMG: 7
 MPPA: A Instituição conta com dois servidores que estão sendo capacitados e finalizando proposta de criação de unidade de projeto e captação de recursos.
 MPPE: O Secretário Geral e o Procurador Geral atuam junto a área de captação de recursos, na parte de articulação
 MPPR: Informações estratégicas : 1 servidor
 MPRN: O Escritório de Projetos atua na captação de recursos, convênios e Planejamento Pruri anual (02 servidores)
 MPTO: 1

6.1.1.1 Execução e Acompanhamento do Planejamento



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

UNIDADE	5.1 - Como é realizada a divulgação?
01. MPAC	Por meio da Rádioweb, internet, relatório anual de gestão.
04. MPAP	Portal do MP-AP - Planejamento Estratégico
05. MPBA	Através de Informativos, revistas e boletins.
06. MPCE	INTERNET E FÓRUM SOCIAL
08. MPGO	Portal da Transparência - Serviço de Informações ao Cidadão e Home page específica
09. MPMA	Por meio do Portal da Transparência do MPMA
10. MPMG	Via portal internet institucional
11. MPMS	Através do Portal de Transparência, nos termos do Manual do Portal da Transparência do CNMP
12. MPMT	Publicação de relatório no site do MPE/MT
13. MPPA	As ações são divulgadas por meio do Portal da Transparência
14. MPPB	Em sítio eletrônico do MPPB e em imprensa escrita local.
15. MPPE	Blog, site do MP e revista
16. MPPI	RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES
17. MPPR	site institucional, notícias e informativos
18. MPRJ	A divulgação das ações e resultados será apresentada a partir de 2016 através de site do MPRJ na internet.
19. MPRN	Por meio do Relatório anual de gestão do MPRN e será inserido no novo portal da Transparência do MPRN
20. MPRO	Através do encaminhamento do Plano Geral de Atuação.
22. MPRS	Internet
23. MPSC	Portal da Transparência
24. MPSE	No site institucional, através da publicação de notícias e no Portal da Transparência
26. MPTO	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
27. MPDFT	Portal da Transparência, Sítio do MPDFT e Relatório Anual de Gestão Estratégica
28. MPF	Portal da Modernização, Portal da Transparência, Informativos, correio eletrônico, notícias na intranet, campanhas internas e eventos com membros e servidores
29. MPPM	Por intermédio do site corporativo
30. MPT	Ações: MPT em Quadrinhos; Portal MPT; Redes Sociais

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

6 - Instâncias decisórias (colegiado) para monitoramento da execução do PE



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

UNIDADE	6.1 - Composição do(s) colegiado(s)
01. MPAC	Comitê Gestor de Planejamento Estratégico formado por membros e servidores.
02. MPAL	Procurador-Geral de Justiça (Presidente) , Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica (Apoio) , 7 (sete) integrantes da área-fim (Membros do Ministério Público) e 8 (oito) integrantes da área meio (Membros e servidores do Ministério Público).
03. MPAM	Projeto iniciado recentemente. Em fase de contratação de consultoria.
04. MPAP	1 Gerente do Planejamento Estratégico, 1 Procurador de Justiça, 1 Promotor de Justiça, 7 Diretores e assessores-chefe e 1 Assessor-técnico.
05. MPBA	O SIPLAGE - Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério Público da Bahia é composto por: I. Órgão Deliberativo - Comitê de Gestão Integrada - CGI; II. Unidade Central - Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE; III. Unidades Setoriais Órgão deliberativo – CGI: I - Procurador-Geral de Justiça; II. Procurador-Geral de Justiça Adjunto; III. Corregedor-Geral; IV. Chefe de Gabinete; V. Secretário-Geral; VI. Coordenador de Gestão Estratégica; VII. Coordenador do CEAF; VIII. Superintendente da SGA; IX. Representante do Colégio de Procuradores de Justiça a ser indicado pelo PGJ Unidade Central – CGE (Coordenadoria de Gestão Estratégica) São Unidades Setoriais: I. a Corregedoria Geral; II. o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP - CEAF; III. os Centros de Apoio Operacional, Grupos e Núcleos; IV. as Promotorias Regionais; V. a Unidade de Suporte à elaboração de Projetos e Captação de Recursos da CGE; VI. as Diretorias da Superintendência de Gestão Administrativa - SGA; VII. a Central Integrada de Comunicação - CECOM
06. MPCE	PROCURADORA DE JUSTIÇA E COORDENADORA, PROMOTOR E ASSESSOR DE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, PROMOTOR DE JUSTIÇA E SECRETÁRIO GERAL, PROMOTOR DE JUSTIÇA E DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, ASSESSORA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO, COORDENADORA DE CONTROLE E AUDITORIA INTERNA, SECRETÁRIA DE PROCESSOS, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETÁRIA DE FINANÇAS, SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, SECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS, ASSESSORA DE IMPRENSA, GERENTE DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL, SECRETÁRIA EXECUTIVA DO FDID - FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DO ESTADO DO CEARÁ, DIRETORA DE ENSINO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
08. MPGO	Representantes da Administração Superior (Reunião Operacional) e Gestores do Grupo Diretor Administrativo (GDA)
10. MPMG	Conselho de Gestão Estratégica: PGJ e Adjuntos Fórum de Resultados Para Sociedade: somente membros Fórum de Gestão: membros e servidores
11. MPMS	I - Procurador-Geral de Justiça; II - Corregedor-Geral do Ministério Público; III - Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico; IV - Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo; V - Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional; VI - Ouvidor do Ministério Público; VII - Secretário-Geral do Ministério Público; VIII - Supervisor de Planejamento e Gestão Estratégica; IX - Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; X - um representante indicado pelo Colégio de Procuradores de Justiça; XI - um representante indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público; XII - um representante indicado pela Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público; XIII - um representante indicado pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul I - Procurador-Geral de Justiça; II - Corregedor-Geral do Ministério Público; III - Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico; IV - Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo; V - Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional; VI - Ouvidor do Ministério Público; VII - Secretário-Geral do Ministério Público; VIII - Supervisor de Planejamento e Gestão Estratégica; IX - Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; X - um representante indicado pelo Colégio de Procuradores de Justiça; XI - um representante indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público; XII - um representante indicado pela Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público; XIII - um representante indicado pelo Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
12. MPMT	PGJ, Secretário de Gabinete, Secretaria de Administração, Diretoria Geral, Cogex, Coordenador do CAOP, CEAF, 01 representante de cada polo/região do Estado.
13. MPPA	Em fase de elaboração a proposta de criação do Comitê de planejamento estratégico

14. MPPB	Procurador-Geral de Justiça, Secretário de Planejamento e Gestão, Coordenadores de CAOPs e NCAP.
15. MPPE	O Comitê Gestor é composto por: Procurador-Geral de Justiça, Subprocurador-Geral de Justiça em Assuntos Institucionais, Subprocurador-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos, Subprocurador-Geral de Justiça em Assuntos Jurídicos, Corregedor Geral, Corregedor Geral Substituto, Secretário Geral, Representante do Colégio de Procuradores de Justiça e Representante do Conselho Superior do MPPE.
17. MPPR	I - Procurador-Geral de Justiça, que presidirá o Comitê, sendo substituído em sua ausência pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; II - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional, que exercerá a Coordenação técnica e administrativa do Comitê; III - Representante indicado pelo Colégio dos Procuradores de Justiça; IV - Representante indicado pelo Conselho Superior do Ministério Público; V - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos; VI - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; VII - Corregedor-Geral; VIII - Ouvidor-Geral; IX - Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; X - Diretor-Secretário da Procuradoria-Geral de Justiça; XI - Membro do Ministério Público indicado pela Associação Paranaense do Ministério Público; XII - Servidor indicado pela Associação dos Servidores do Ministério Público do Paraná.
18. MPRJ	O Conselho de Gestão Estratégica (CGE) é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, e pelos Subprocuradores-Gerais de Justiça.
20. MPRO	I - Um Procurador de Justiça, indicado pelo Colégio de Procuradores; II - Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça; III - Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do Ministério Público; IV - Secretário-Geral; V - Coordenador de Planejamento e Gestão; VI - Diretor de Orçamento e Finanças; VII - Técnico Administrativo ou Analista (Secretário do Comitê).
23. MPSC	I Procurador-Geral de Justiça; II - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos; III - Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais; IV - Corregedor-Geral do Ministério Público; V - Coordenador-Geral dos Centros de Apoio operacional; VI - Secretário-Geral do Ministério Público; VII - Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; VIII - Coordenador-Geral Administrativo; IX - Coordenador de Planejamento; X - membro representante do segundo grau; e XI - membro representante do primeiro grau.
24. MPSE	Há 3 (três) colegiados, Comitê Gestor do Planejamento Estratégico-CGPE, que tem a seguinte estrutura orgânica: Fórum Permanente de Resultados para a Sociedade-FPRS e Fórum Permanente de Resultados Institucionais-FPRI
26. MPPTO	03 MEMBROS E 07 SERVIDORES
27. MPDFT	Líderes da Alta Administração - Comitê Gestor; I - Procurador-Geral de Justiça; II - Vice-Procurador-Geral de Justiça; III - Vice-Presidente do Conselho Superior; IV - Corregedor-Geral de Justiça; V - Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça; e VI - Assessor de Políticas Institucionais A equipe de Líderes de Gestão Funcional e Administrativa será composta por: I - Equipe de líderes da Alta Administração; II - Coordenador das Procuradorias de Justiça; III - Coordenadores Administrativos das Promotorias de Justiça; IV - Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão; V - Coordenador-Geral das Câmaras de Coordenação e Revisão; VI - Diretor-Geral; VII - Representantes das Assessorias da Procuradoria-Geral de Justiça; VIII - Presidente da Associação dos Membros do MPDFT; IX - Coordenador do Grupo de Atuação de Combate ao Crime Organizado - GAECO; X - Membro representante do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação - CI; A equipe de Liderança Ampliada será composta por: I - Líderes da Alta Administração - Comitê Gestor; II - Líderes de Gestão Funcional e Administrativa; III - Chefes de Departamentos; IV - Secretários Executivos V - Membros representantes de cada uma das Promotorias de Justiça Especializadas; e VI - Presidente da Associação dos Servidores do MPDFT
28. MPF	Alta administração (I - Procurador-Geral da República; II - Vice-Procurador-Geral da República; III - Vice-Procurador Geral Eleitoral; IV - Corregedor-Geral; V - Coordenadores de Câmaras de Coordenação e Revisão; VI - Procurador Federal dos Direitos do Cidadão; VII - Ouvidor-Geral; VIII - Secretário-Geral)
29. MPM	O plano estratégico 2016-2020 prevê a adoção de escritório de projetos, processos e gestão por competência
30. MPT	PGT; Vice-PGT e 6 membros

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

6.2 - Ato normativo instituindo a instância decisória

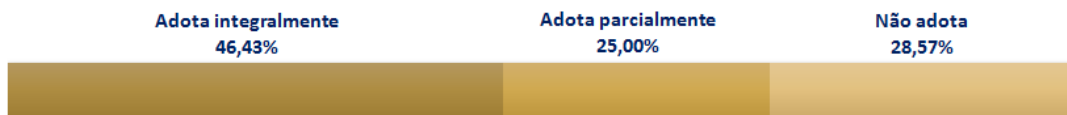


Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

UNIDADE	6.2.1 - Ato normativo
01. MPAC	Ato 32/2014, que dispõe sobre os instrumentos de planejamento e gestão do MPAC - DOE 11.263 de 17 de março de 2014.
02. MPAL	Ato Normativo PGJ
04. MPAP	Portaria 0023/2014-GAB/PGJ
05. MPBA	ATO NORMATIVO Nº 005/2015 - SIPLAGE / ATO NORMATIVO Nº 010/2012 - CGE
06. MPCE	PROVIMENTO 188/2012
08. MPGO	Portaria nº 407/2009 (Institui o GDA)
10. MPMG	Resoluções PGJ nºs 70, 71 e 72/2012
11. MPMS	Resolução PGJ nº 005/2014
12. MPMT	Ato Administrativo
14. MPPB	Portarias PGJ nºs 710/2013 e 442/2015
15. MPPE	RES-PGJ Nº 005/2013 alterada pela RES-PGJ Nº 005/2015, DOE de 21/05/2015
17. MPPR	Resolução nº 997/2010 – PGJ
18. MPRJ	RESOLUÇÃO GPGJ Nº 1.943/2014
20. MPRO	Resolução nº005/2013-PGJ
23. MPSC	ATO N. 395/2013/PGJ
24. MPSE	RESOLUÇÃO Nº 006/2015 - CPJ, de 21 de maio de 2015, do Colégio de Procuradores de Justiça
26. MPTO	PORTARIA Nº 077/2015
27. MPDFT	Portaria Normativa 290/2013
28. MPF	O Comitê de Gestão Estratégica (CGE), criado por meio da Portaria Nº 733 PGR/MPF, de 28/12/11 (consolidada e alterada pela Portaria PGR nº 865/2013). O CGE tem como objetivo assessorar as atividades relativas à modernização da gestão administrativa do MPF e promover o alinhamento dos subcomitês e das unidades ao Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e aos Planejamentos Temáticos do MPF.
29. MPM	AAESI tem suas atribuições dispostas genericamente no regimento interno. O próximo PE prevê a descrição dessas atribuições em portaria
30. MPT	Portaria nº 216/2012

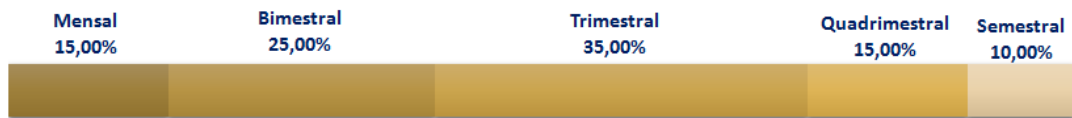
Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

7 - Reuniões de acompanhamento da execução do PE na instância decisória



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

7.1 - Frequencia das reuniões de acompanhamento na instância decisória



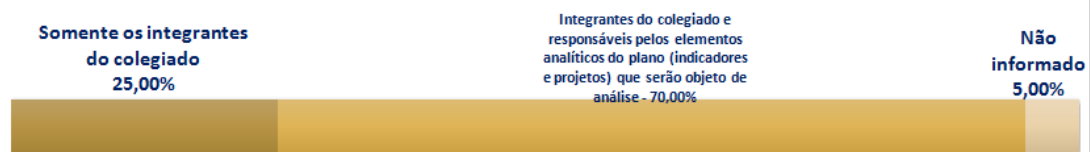
Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P7)

7.2 - Há quanto tempo são realizadas as reuniões de acompanhamento na instância decisória



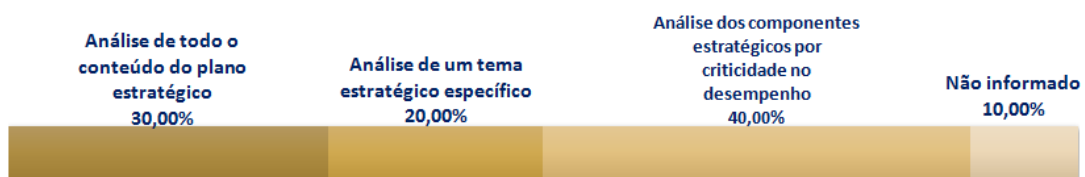
Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P7)

7.3 - Participantes das reuniões



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P7)

7.4 - Sistemática adotada nas reuniões



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P7)

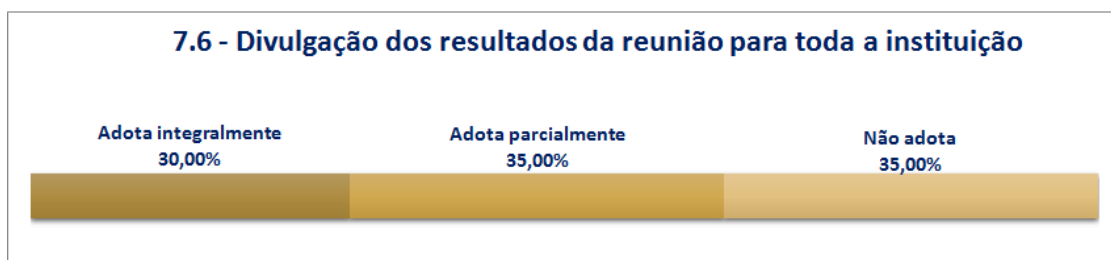
7.5 - Registro dos resultados da reunião



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P7)

UNIDADE	7.5.1 - Como são registrados os resultados as reuniões
01. MPAC	Por meio de informativo e de relatório da gestão.
02. MPAL	Em ata
04. MPAP	Planilha Eletrônica e apresentação em Power Point
06. MPCE	ATRAVÉS DA ATA DA REUNIÃO
08. MPGO	Em ata de reunião
10. MPMG	Atas de reunião e registros do órgão de planejamento institucional
11. MPMS	Em Atas de Reunião.
12. MPMT	Ata de reunião
13. MPPA	Elaboração de Ata
14. MPPB	Por meio de atas de reunião.
15. MPPE	Ata de reunião
17. MPPR	Ata de Reunião
18. MPRJ	Ata
20. MPRO	Através de atas de reunião
23. MPSC	Os resultados são inseridos no software BS3
24. MPSE	Atas de reunião
26. MP TO	ATA DE REUNIÃO
27. MPDFT	Em todas as reuniões é feito relatório e ata que são encaminhados para os participantes.
28. MPF	Atas de reuniões, ações inseridas no Painel de Contribuição das unidades, medição dos desempenhos das iniciativas e indicadores
30. MPT	Relatório de Acompanhamento

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P7)

UNIDADE	7.6.1 - Divulgação dos resultados das reuniões
01. MPAC	Por meio do site do MPAC, informativo da gestão e relatório de gestão.
06. MPCE	INTRANET - EMAIL
08. MPGO	Encaminhamento da ata por email aos integrantes do colegiado
11. MPMS	Através de Memorandos e divulgação da própria Ata de Reunião
13. MPPA	Ofícios e E-mail
14. MPPB	Por meio do sítio eletrônico do MPPB.
15. MPPE	Intranet
17. MPPR	Sítio eletrônico, notícias e informativos
18. MPRJ	Em site próprio na intranet e por comunicação eletrônica
20. MPRO	Através de relatórios anuais e através do Portal da Transparência.
24. MPSE	Através de notícias publicadas no site institucional
27. MPDFT	Intranet, notícias e e-mail institucional
28. MPF	Portal da Modernização, Portal da Transparência, Informativos, correio eletrônico, notícias na intranet, campanhas internas e eventos com membros e servidores

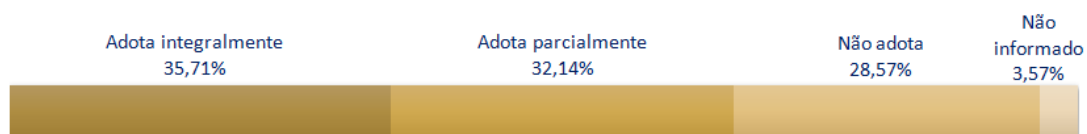
Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

7.7 - Reuniões utilizadas para discussões sobre o macrocenário e implicações na estratégia institucional



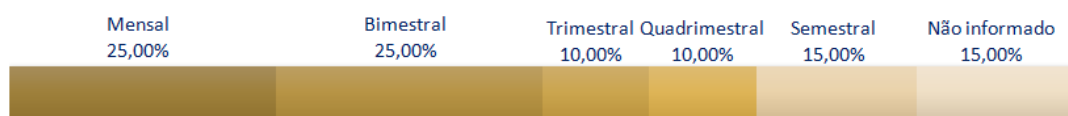
Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P7)

8 - Reuniões de acompanhamento da execução do PE na instância operacional



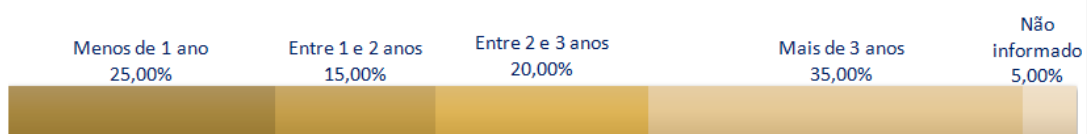
Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

8.1 - Frequencia das reuniões de acompanhamento na instância operacional



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P8)

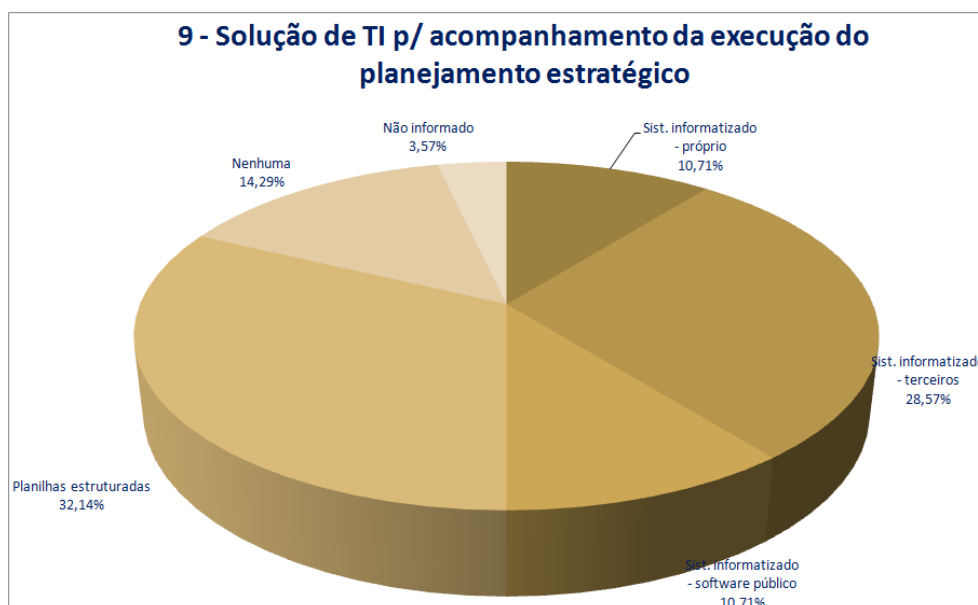
8.2 - Há quanto tempo são realizadas as reuniões de acompanhamento na instância operacional



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir reuniões de acompanhamento (P8)

UNIDADE	CPGA - 8.3 - Quem participa das Reuniões de acompanhamento na Instância operacional
01. MPAC	Membros e Diretores.
04. MPAP	Responsáveis pelos elementos analíticos do plano (indicadores e projetos) que serão objeto de análise
06. MPCE	COORDENADORES DE CENTROS DE APOIO E A COORDENADORA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
08. MPGO	Gestor da área e integrantes da área de planejamento
11. MPMS	Diretores de Secretarias e Coordenadores de CAOs
12. MPMT	Integrantes do colegiado e responsáveis pelos elementos analíticos do plano (indicadores e projetos) que serão objeto de análise
13. MPPA	áreas de planejamento estratégico e orçamento.
14. MPPB	Secretário de Planejamento e Gestão, Equipe técnica da Gestão Estratégica e unidade demandante.
15. MPPE	Os responsáveis por indicadores e planos de ação
17. MPPR	Departamento de Planejamento e Gestão e representantes das respectivas áreas responsáveis pelos projetos estratégicos
18. MPRJ	Subprocurador-Geral de Justiça de Planejamento Institucional, que as presidem; Ouvidor-Geral do Ministério Público; Um membro indicado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público; Secretário-Geral; Secretário de Tecnologia da Informação e de Comunicação; Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; Coordenador de Planejamento Institucional; Coordenadores de Movimentação dos Promotores e Procuradores; Coordenadores dos Centros de Apoio Operacionais.
20. MPRO	Diretores e assessores das unidades organizacionais
22. MPRS	GAGI, gerentes de projetos e equipes
23. MPSC	Membros e servidores, conforme a área de atuação
24. MPSE	Integrantes do Fórum Permanente de Resultados Institucionais e Membros e Servidores envolvidos na iniciativa objeto da análise
27. MPDFT	Multiplicadores da gestão estratégica e Guardiões. O multiplicador é o responsável por acompanhar a execução das ações, projetos e iniciativas que contribuem com a execução da Gestão Estratégica em sua unidade de trabalho e repassá-las à Secretaria de Planejamento. O guardião é o responsável por articular todas as ações para que o objetivo estratégico seja alcançado.
28. MPF	Membros e servidores responsáveis pela execução do planejamento estratégico
30. MPT	Diretor-geral, Diretores dos Departamentos, Assessor Chefe de Planejamento e Gestão Estratégica.

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



UNIDADE	9.1 - Nome do produto e a empresa/órgão responsável (sistema de terceiro ou de uso público)
01. MPAC	Sistema em fase de teste.
02. MPAL	Produto: Jaguarweb (Brainstorming) Empresa: Brainstorming
03. MPAM	Elaborado projeto básico, para contratação de empresa.
05. MPBA	Estamos licitando um ferramenta para BSC e Gestão de Portfólios. Encontra-se
10. MPMG	GPWeb
17. MPPR	FlexSI - Empresa Consist
18. MPRJ	MS Project Server 2010
19. MPRN	TraceGP
22. MPRS	Channel Adquirido da empresa J Experts
23. MPSC	Sistema BS3 (empresa Resultco) e Sistema Qlikview(empresa Toccato Tecnologia em Sistemas)
24. MPSE	ERP Channel
26. MPTO	GPWEB
28. MPF	Sistema Channel / Jexperts
30. MPT	ProjectLibre

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

UNIDADE	10 - Principais dificuldades enfrentadas para Implantação e execução do processo de monitoramento do planejamento estratégico e quais as estratégias de superação adotadas
01. MPAC	Acompanhamento in loco da execução dos projetos.
02. MPAL	Falta de recursos orçamentários, falta de estrutura de pessoal no quadro de agentes públicos, cultura organizacional resistente.
04. MPAP	Coleta de informações, de acordo com os Indicadores estabelecidos, cujos dados existentes nos sistemas do MP-AP se apresentaram incompatíveis com a fórmula utilizada. Análise e ajuste das fórmulas dos indicadores.
05. MPBA	Cultura institucional. Implementação do projeto PMGA - Projeto de implementação da Metodologia de Adesão aos Projetos Estratégicos do PGA (cadastrado no sistema do CNMP), além de uma série de ações de capacitação e publicitárias (endomarketings) para fomentar o envolvimento de membros e servidores. É importante também registrar a instituição do Prêmio Executor Destaque.
06. MPCE	CULTURA ORGANIZACIONAL - AUSÊNCIA DE FERRAMENTA TECNOLÓGICA
07. MPES	A execução das iniciativas estratégicas ainda será experienciada, considerando que, recentemente, iniciou-se um novo ciclo de alinhamento do plano estratégico
08. MPGO	Falta de ferramenta - ação: desenvolvimento de sistema de BI; Não acompanhamento do Plano pelos gestores das áreas - ação: equipe de planejamento mais presente e fomentando o uso da ferramenta; Não compartilhamento dos resultados com a equipe - ação: criação de relatórios resumidos para divulgação.
10. MPMG	Equipe reduzida e com reduzida experiência; Cultura organizacional em transformação
11. MPMS	Falta de Sistema Informatizado / Utilização de Planilhas estruturadas
13. MPPA	Dificuldades: Estrutura organizacional desatualizada resultando na indefinição do mapeamento dos processos existentes, de fluxogramas e da padronização das rotinas administrativas. Estratégias de Superação: Contratação de consultoria/assessoria (em andamento) e constituição de grupos de trabalho.
14. MPPB	Atraso na atualização das informações por parte dos órgãos de execução.
15. MPPE	Principais dificuldades:a) falta de sistema informatizado para acompanhamento da execução do planejamento, b) falta de cultura de execução da estratégia através de projetos, c) autonomia funcional dos membros, d) não mensuração dos resultados nos ciclos anteriores, d) falta de padronização de rotinas de trabalho na atividade, e) problemas de alimentação de dados no sistema de gestão de autos, f) falta sistemas da atividade meio. Principais estratégias de superação: a) aquisição do sistema de BI, b) implantação de reuniões de acompanhamento dos projetos in-loco, por circunscrição, com participação da alta gestão e de membros da Rede de Planejamento, c) implantação dos projetos através de adesão, por circunscrição, d) início da padronização de rotinas de trabalho, com a criação do Escritório de Processos, e) implantação do Escritório de Projetos..
16. MPPI	Necessidade de revisão do Plano Estratégico; reduzido número de servidores na Assessoria de Planejamento e Gestão; não existe software de gerenciamento; ausência de Comissão destinada para acompanhar a execução do Plano.
17. MPPR	dificuldade na coleta dos indicadores, baixa cultura organizacional de gestão,priorização das rotinas x desenvolvimento de projetos. não alocação de equipe de projeto
18. MPRJ	Dificuldades: Falta de cultura organizacional e falta de recursos capacitados. Estratégia: Sensibilização de servidores e membros, publicação de resolução e utilização de metodologias específicas.
19. MPRN	Institucionalização de metodologia e adesão dos integrantes do MPRN
20. MPRO	A principal dificuldade é o grau de maturidade na Instituição em relação a necessidade de ter seus resultados aferidos como fins de melhoria e não como cobrança.
22. MPRS	A principal dificuldade é que o modelo de governança tem que se adaptar ao PGJ do momento e não o PGJ ao modelo instituído. A solução foi deixar a cargo do GAGI (Gabinete de Articulação e Gestão Integrada) o monitoramento da estratégia e o estabelecimento dos links entre a instância de execução da estratégia e a instância decisória.
23. MPSC	Mudança da cultura organizacional existente: Divulgação de informações sobre o andamento dos Programas, Projetos e Atividades; Sensibilização sobre a importância de se trabalhar com Planejamento Estratégico

24. MPSE	<p>Baixa maturidade do Órgão com relação à temática, demonstrada através do ainda pequeno envolvimento de Membros e Servidores com ações do Planejamento Estratégico. Desde 2014, algumas iniciativas vêm sendo implementadas com o objetivo de mudar o cenário. Dentre elas, destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none"> * desenvolvimento de Metodologia de Gerenciamento de Projetos, que possibilitará, com o devido treinamento dos envolvidos, uma maior familiaridade com o assunto, promovendo mudança de postura; * aquisição da Plataforma EPM Channel, que facilitará o acompanhamento da execução do Plano Estratégico do MPSE pela Administração Superior, favorecendo a tomada de decisão e devidos encaminhamentos, possibilitando a efetiva execução do ciclo PDCA (Plan-Do-Check-Act); * implementação do novo Modelo de Governança que, assim como citado anteriormente, contribuirá para a execução do ciclo PDCA. <p>A expectativa é que o novo Planejamento Estratégico deste Órgão Ministerial, para o período de 2016-2019, recém construído, o qual tem o pendor de marcar um novo ciclo, funcione como agente propulsor desse cenário de mudança.</p>
26. MPTO	Falta de pessoal no DEPLAN, distanciamento entre servidores e membros, orçamento insuficiente, descontinuidade, distanciamento dos Centros de Apoio Operacionais e centralização de esforços no DEPLAN.
27. MPDFT	Problema: Envolvimento das unidades do processo de desdobramento da estratégia. Soluções: criação da figura do multiplicador e posteriormente, definição de suas atribuições em portaria normativa
28. MPF	A extensão geográfica do país: expansão de PRMs. Cultura organizacional: campanhas e eventos Enorme demanda por desenvolvimento tecnológico: construção de catálogo de serviços, PDTI e PETI
29. MPM	Monitoramento está previsto para o período de 2016-2020
30. MPT	O planejamento estratégico formulado em 2008 instituiu muitas iniciativas estratégicas, inviabilizando o acompanhamento de todas. Para isso, a PGT tem adotado uma Agenda Estratégica a cada dois anos com iniciativas definidas como estratégicas pelo PGT. Os indicadores estratégicos ainda não são institucionalizados, o que dificulta o monitoramento.

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

UNIDADE	11 - Quais foram os fatores ambientais e organizacionais facilitadores da implantação e execução do monitoramento do planejamento estratégico?
01. MPAC	A participação do PGJ, desde a convocação até o desdobramento da execução das ações, inclusive com o seu acompanhamento nos locais da realização dos projetos.
04. MPAP	Recursos tecnológicos, Plano Estratégico e decisão superior
05. MPBA	O apoio da administração superior do MPBA para implementação da gestão estratégica institucional.
07. MPES	O envolvimento significativo de membros na eleição dos focos prioritários que potencializam a atividade extrajudicial do MP, em especial a tutela coletiva da sociedade
08. MPMGO	Engajamento da Administração Superior
10. MPMG	Forte envolvimento da Administração Superior
11. MPMS	Não houve
13. MPPA	Demandas sociais exigindo um Ministério Público proativo e a constatação da necessidade da adequação da instituição às novas exigências.
14. MPPB	Criação da Secretaria de Planejamento e Gestão, normatização da Gestão Estratégica, e informatização do acompanhamento das atividades do plano de ação.
15. MPPE	Apoio da alta administração e envolvimento de membros na Rede de Planejamento instituída pela RES-PGJ N° 005/2013
16. MPPI	Não se aplica
17. MPPR	Pontualmente, na implantação do processo de planejamento, houve o patrocínio da alta administração, e o envolvimento de membros e servidores. Há necessidade de retomada global dos fatores facilitadores para o processo de monitoramento, tais como o próprio patrocínio da alta administração, maior envolvimento de membros e servidores e processo mais consistente de comunicação.
18. MPRJ	Patrocínio da Administração Superior
19. MPRN	A cultura de acompanhamento e mensuração dos resultados dos projetos institucionais, é realizado atualmente um acompanhamento de todas as iniciativas relacionadas ao acompanhamento da execução orçamentária, entretanto, será lançado manual padrão para adoção de boas práticas em monitoramento de projetos
20. MPRO	A percepção de que os resultados alcançados e medidos são fontes de informação para novas ações das áreas.
22. MPRS	Fatores ambientais: maior pressão social para que as instituições públicas sejam mais efetivas e mostrem seus resultados para a sociedade Fatores organizacionais: o MP possui boa estrutura técnica de apoio à gestão estratégica (pessoas) e tecnológica (sistemas para controle de iniciativas e indicadores).
23. MPSC	Apoio da Administração Superior Realização de reuniões regionais Realização de Sensibilização e Nivelamento Participação de todos os Membros e Servidores
24. MPSE	* Apoio irrestrito da Administração Superior; * Capacitações realizadas em 2013 e 2014 para os servidores diretamente envolvidos; * Troca de experiências com outros MPs, a exemplo de Minas Gerais, no tocante ao Modelo de Governança, e Amapá e Pernambuco, quanto ao processo de construção do novo Planejamento Estratégico.
26. MPTO	Patrocínio e envolvimento efetivo da Alta Administração, em especial do PGJ e do Colégio de Procuradores
27. MPDFT	Facilitadores: Envolvimento da administração superior no processo e criação das equipes de liderança que participam dos processos decisórios
28. MPF	Alta capacidade tecnológica para promover integração do órgão, patrocínio da alta direção, escolha de agentes estratégicos em todas as unidades responsáveis por replicar os resultados e ações do planejamento estratégico
30. MPT	Liderança e conhecimentos de Gestão

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

UNIDADE	CPGA - 12 - Qual foi a necessidade de capacitação para os envolvidos com a execução e o monitoramento do planejamento estratégico? Informe a necessidade para a equipe técnica e demais atores.
01. MPAC	Gestão do conhecimento.
02. MPAL	Oficinas oferecidas pela empresa de consultoria Brainstorming, curso de programas e projetos.
04. MPAP	Cursos na área de Gestão Estratégica e de Projetos
05. MPBA	Capacitação permanente em Elaboração de Projetos (PMI), cursos de captação de recursos, treinamento para utilização da ferramenta Project (elaboração de projetos), cursos de planejamento estratégico de comunicação
06. MPCE	PARTICIPAÇÃO NO GESPÚBLICA, EM CURSOS DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS, GERENCIAMENTO DE PROCESSOS.
07. MPES	Gestão estratégica com uso do BSC; gestão de projetos
08. MPGO	Capacitações de membros e assessores em áreas afetas à execução do Plano Geral de Atuação - ex.: curso de extensão em Capacitação da equipe técnica na ferramenta de BI; Capacitação dos gerentes de projetos na Metodologia de gerenciamento de projetos.
10. MPMG	Gerenciamento de Projetos, indicadores, além de treinamentos para utilização de softwares específicos (dentre eles: GPWeb e Tableau - BI)
11. MPMS	Gestão de Projetos e Gestão de Indicadores
13. MPPA	Contratação de consultoria visando promover o nivelamento do Plano Geral de Atuação ao método BSC. Necessidade de capacitação na área de planejamento estratégico, projetos, processos, captação de recursos dentre outros.
14. MPPB	A necessidade consistiu quando da implantação da nova metodologia PM Canvas e Kanban.
15. MPPE	Capacitação: Planejamento Estratégico, BSC Balanced Scorecard, Gerenciamento de Processos, Gerenciamento de Projetos
16. MPPI	Não se aplica
17. MPPR	Metodologia BSC, gerenciamento de projetos e definição e análise de indicadores.
18. MPRJ	Mentoring para as áreas demandantes. Necessidade sob demanda.
19. MPRN	Durante o processo de implantação do ciclo 2012 – 2016 do planejamento Estratégico, foram realizadas capacitações com gestores do MPRN e o envolvimento de diversos membros e servidores. Essa atividade aconteceu no ano de 2011, depois da etapa, não foi adotado pelo MPRN uma política de capacitação continuada. No ano de 2015 (outubro) acontecerá um curso de criação de indicadores, acreditados que a capacitação venha fortalecer o entendimento dos servidores.
20. MPRO	Periodicamente é realizada uma capacitação em gerenciamento de projetos
22. MPRS	Capacitação em Gestão Estratégica com foco no Balanced Scorecard
23. MPSC	Os servidores lotados na Coordenadoria de Planejamento realizaram cursos de capacitação nas áreas de implantação e monitoramento do Planejamento Estratégico
24. MPSE	A equipe técnica participou de treinamentos sobre mapeamento e execução da estratégia e indicadores. Está prevista a realização de treinamento para Membros e Servidores que atuarão como Coordenadores e Gerentes de Projetos, com foco no tema Gerência de Projetos e Metodologia de Gerenciamento de Projetos Institucionais do MPSE.
26. MPSTO	Capacitação para construção do Planejamento Estratégico e seu gerenciamento; Capacitação em Gestão de Projetos; Capacitação em Gestão de Processos; Capacitação no GESPÚBLICA; Capacitação nos sistemas informatizados GPWEB e Sistema próprio (descontinuado)
27. MPDFT	Capacitação em metodologia BSC, participação contínua em fóruns, capacitação em gerenciamento de projetos e mapeamento de processos, capacitação em construção de indicadores
28. MPF	Os servidores foram capacitados para operar o sistema do BSC, para conhecer gestão por processos, gestão de projetos e indicadores.
30. MPST	indicadores de desempenho (formulação e acompanhamento); Cenários; Gestão de riscos, Gestão de Projetos e de Processos

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

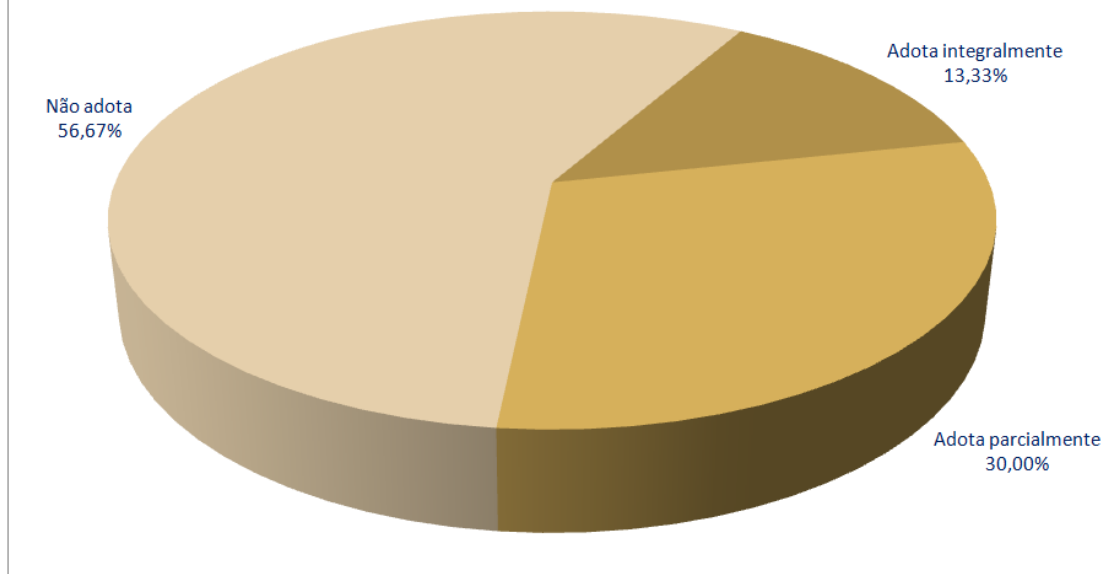
UNIDADE	CPGA - 13.1 - Descreva resumidamente as atribuições da Corregedoria-Geral do MP na execução da estratégia.
01. MPAC	Além de participar das reuniões, incorporou variáveis do planejamento estratégico nas correições, como por exemplo, verificar se a Promotoria executa algum projeto inovador e se esse projeto traz algum impacto positivo para a credibilidade da instituição.
05. MPBA	A atuação da Corregedoria é indispensável no processo de monitoramento dos projetos finalísticos. Além de servir como instrumento de avaliação do desempenho finalístico, os dados cadastrados nos relatórios de produtividade dos projetos estratégicos, instituídos através de ato da corregedoria, servirão como insumo para promoção ou remoção por merecimento.
09. MPMA	Acompanhando o cumprimento das ações e metas dos projetos e seus objetivos estratégicos, com anotação da participação de membros nas atividades relacionadas a tais projetos/objetivos estratégicos.
11. MPMS	Verificar e Registrar a atuação dos Membros nos Projetos Estratégicos
13. MPPA	LCE nº 057/2006 - Art. 37, IV - acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelas Procuradorias de Justiça, Promotorias de Justiça e respectivas Coordenadorias, em seus planos ou programa de atuação; que refere-se ao Art. 68, Art. 69, I, II e III; Art. 71, § 1º, I, II, III e § 2º da mesma Lei Complementar.
14. MPPB	Fiscalizar a execução dos projetos estratégicos nas Promotorias de Justiça.
15. MPPE	a) Têm participação no Comitê Gestor cuja atribuição é analisar e deliberar sobre os processos de implementação da gestão Estratégica, autorizar ajustes em indicadores e metas, aprovar ou recomendar novos projetos, bem como alterações, substituições ou encerramento dos projetos em andamento. b) indica um membro para o Núcleo de Apoio Executivos que é responsável pela articulação do processo de acompanhamento da Gestão Estratégica, auxiliando o Comitê Gestor na tomada de decisões.
17. MPPR	Acompanhamento da adesão dos órgãos de execução aos projetos estratégicos, registro em ficha funcional do planejamento setorial
20. MPRO	A Corregedoria-Geral do MP faz parte do fluxograma de aprovação dos projetos na Instituição.
23. MPSC	Integrante da Comissão de Gestão do PE
24. MPSE	A Corregedoria atua na estratégia institucional, com o monitoramento de projetos e ações do Plano Estratégico da Instituição, considerando que o titular do órgão é membro do Comitê Gestor de Planejamento Estratégico.
27. MPDFT	Integra a equipe de Liderança da Administração Superior e atuar com o fornecimento de informações referentes aos indicadores estratégicos e também possui painel de contribuição (desdobramento da estratégia em planos táticos e operacionais)
28. MPF	A Corregedoria é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público Federal. A corregedoria está participando da 3ª fase da modernização do MPF em que está se propondo aperfeiçoamento da forma de análise do desempenho da área fim e sugere melhorias.

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

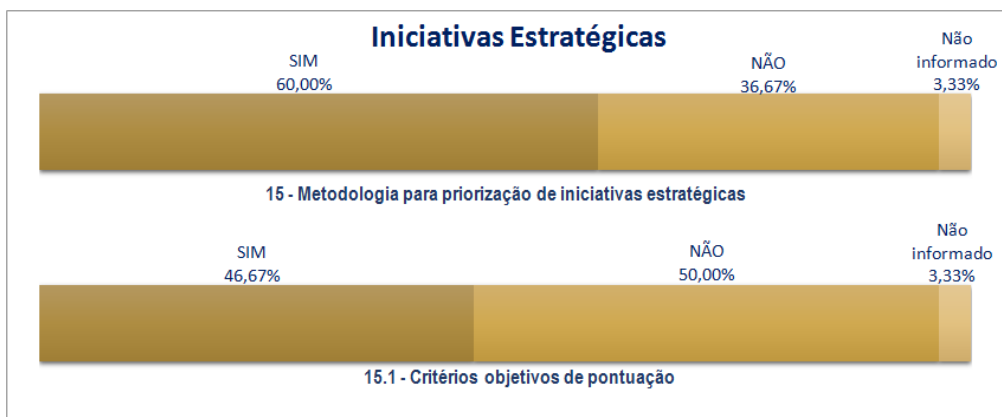
UNIDADE	CPGA - 13.2 - Qual ação contribuiu para envolver de forma efetiva os integrantes da Corregedoria-Geral do MP aos projetos estratégicos?
01. MPAC	Participação da Corregedoria-Geral nas reuniões de gestão estratégica realizadas trimestralmente sob a condução do PGJ.
05. MPBA	O diálogo entre a Corregedoria, Gabinete do PGJ e CGE é harmônico. Assim, a articulação e integração dessas áreas são indispensáveis.
09. MPMA	A elaboração dos programas institucionais da educação, saúde, segurança pública e municipalização do trânsito, bem como a implantação dos sistemas de informação e monitoramento da atividade judicial e extrajudicial do MP (SIMP).
11. MPMS	A previsão na Lei Orgânica como critério de merecimento da participação em Projetos Estratégicos
13. MPPA	LCE nº 057/2006 - Art. 37, II, III, IV, XIV, XV, XVI.
14. MPPB	Acesso ao sistema de acompanhamento dos planos de ação.
15. MPPE	Participação do Corregedor e Sub-Corregedor no Comitê Gestor, indicação de membro no Núcleo de Apoio, além de incluir no Relatório de Correição e Inspeção item sobre a contribuição dos membros na Gestão Estratégica .
17. MPPR	A Corregedoria-Geral do MP compor o Comitê de Gestão Estratégica
20. MPRO	Participação na elaboração do Plano Geral de Atuação e no Comitê de Planejamento Estratégico.
23. MPSC	Participação de todas as estruturas do MP
27. MPDFT	Ser parte integrante do processo decisório do Planejamento como membro da Equipe de Liderança da Administração Superior e realizar ações de Correição Anual
28. MPF	Participação nas reuniões de criação e acompanhamento do planejamento estratégico. A corregedoria e seus membros estão participando da 3ª fase da modernização do MPF em que se realizam reuniões e seminários conjuntos.

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

14 - Programa regular de capacitação relacionado ao tema planejamento estratégico e à gestão estratégica



6.1.1.2 Iniciativas Estratégicas



UNIDADE	15.1 - Critérios objetivos de pontuação
01. MPAC	Pontuação (1 -10), por meio dos seguintes critérios: A iniciativa estratégica é de interesse do conjunto da instituição?; A iniciativa gera impacto positivo sobre a credibilidade da instituição?; A iniciativa gera benefício direto para a população?; A iniciativa possui viabilidade (recursos humanos, operacionais e financeiros)?
02. MPAL	Foram criados critérios objetivos pelo Procurador -Geral de Justiça, atribuindo-se pesos para tais critérios. Após essa etapa, foram atribuídas notas para as iniciativas estratégicas, tendo como parâmetros os critérios criados.Por fim, o sistema executou cálculos objetivos e apontou as iniciativas priorizadas.
05. MPBA	A metodologia e sistemática do método Grumbach permitem o cálculo através da média Ponderada de notas dos critérios estabelecidos (pesos e valores). Contudo, atualmente não estamos utilizando integralmente esse método.
07. MPES	Investimento relativo, viabilidade técnica, prioridade do tema para a sociedade capixaba, contribuição para o objetivo estratégico e alinhamento com as necessidades do CNMP
08. MPGO	Pontuação dos elementos da SWOT provenientes do diagnóstico de cada área
13. MPPA	Critérios próprios do BSC
14. MPPB	Não se aplica
15. MPPE	São avaliados os seguintes aspectos: análise custo-benefício, alinhamento estratégico, análise de risco e a intensidade da gestão.
17. MPPR	Viabilidade técnico-metodológica(P1); Importância segundo membros e servidores (enquete)(P2); Inovação(P2); Relação custo-benefício(P1); Disponibilidade de recursos humanos (P1); Impacto no objetivo específico(P3); Impacto em outros objetivos (P1); Impacto em outros projetos(P1); Impacto na melhoria operacional da atividade fim
18. MPRJ	Com base na matriz de GUT adaptada para o MPRJ
19. MPRN	Não se aplica (a metodologia da Matriz GUT é utilizada no processo de priorização dos projetos de tecnologia da Informação.
20. MPRO	Matriz GUT
22. MPRS	Benefícios: na imagem, na estratégia e operacional. Exequibilidade: abrangência, conhecimento e tempo de execução.
24. MPSE	Considerando a recente conclusão do novo Planejamento Estratégico 2016-2019 e o recém implantado Modelo de Governança, o MPSE prevê iniciar, ainda em 2015, a construção dessa metodologia.
26. MPTO	IMPACTO ESTRATÉGICO (45%), VALOR DOS BENEFÍCIOS EM 5 ANOS (15%), CUSTO TOTAL DO PROJETO (10%), PRAZO TOTAL DO PROJETO (10%), NECESSIDADE DE ENVOLVIMENTO DA ALTA ADMINISTRAÇÃO (10%), SINERGIA COM OUTROS PROJETOS (10%).
27. MPDFT	Todas as iniciativas que contribuem diretamente para a consecução dos objetivos estratégicos são apoiadas, desenvolvidas e incluídas no rol de iniciativas estratégicas e projetos institucionais.
28. MPF	Toda iniciativa é avaliada de 0% a 100% de realização, com escopo semelhante a um "mini" projeto.
30. MPT	A metodologia vem sendo adotada inicialmente na tradução do Planejamento Estratégico nas Regionais. 1) brainstorming 2) pontuação de 1 a 5, quanto maior a pontuação mais importante. 3) A partir dos pontos 1 e 2 elenca-se 10 iniciativas estratégicas para a gestão. Está em nosso radar a utilização da metodologia Canvas, iniciamos treinamento de parte da equipe da APGE.

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

Iniciativas Estratégicas

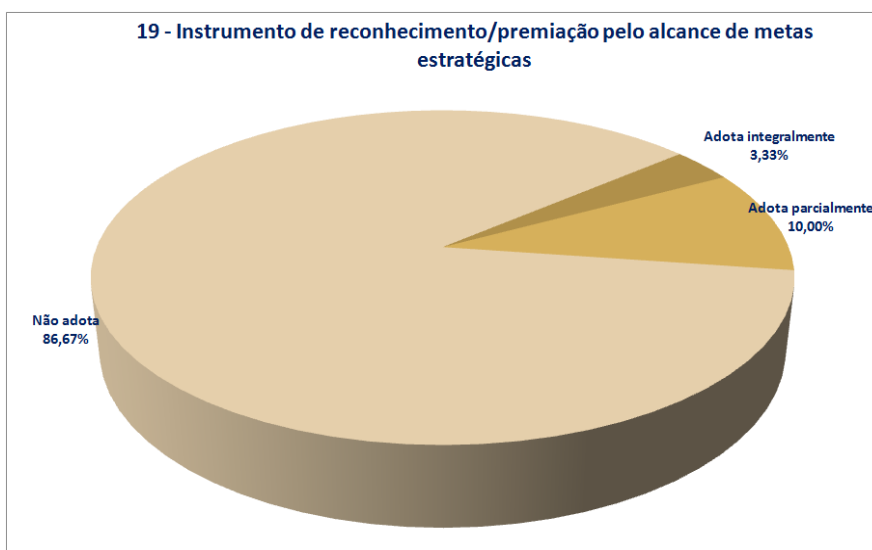
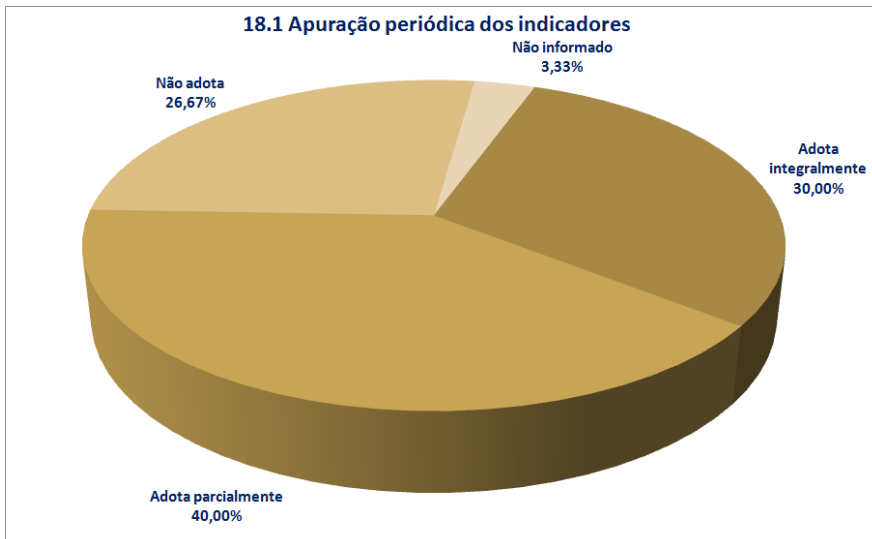


16 - Proposta de inclusão, alteração e exclusão de iniciativa analisada e autorizada pela instância decisória do PE



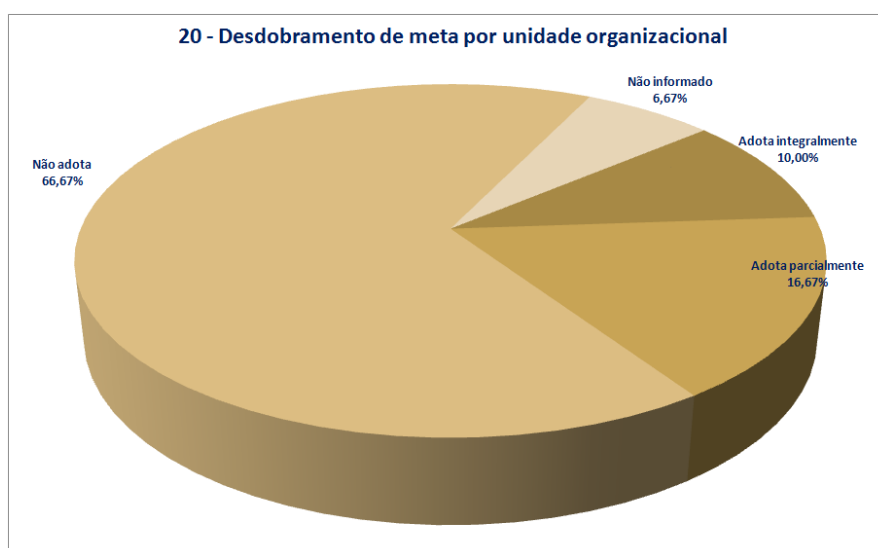
17 - Orçamento atualizado quando a nova iniciativa é aprovada

6.1.1.3 Indicadores e Metas



UNIDADE	19.1 - Ato normativo que disciplina Instrumento de reconhecimento/premiação pelo alcance de metas estratégicas
05. MPBA	ato_normativo_026_2014
18. MPRJ	Está sendo elaborado o 1º PGA do MPRJ, a ser implantado em 2016, que conterà metas, indicadores e a devida apuração.
20. MPRO	Para membros - Resolução nº14/2010-CSMP
27. MPDFT	Portaria Normativa 290/2013
28. MPF	Foi elaborado um edital de certificação dos planejamentos do MPF e encontra-se em consulta aos procuradores-chefes.

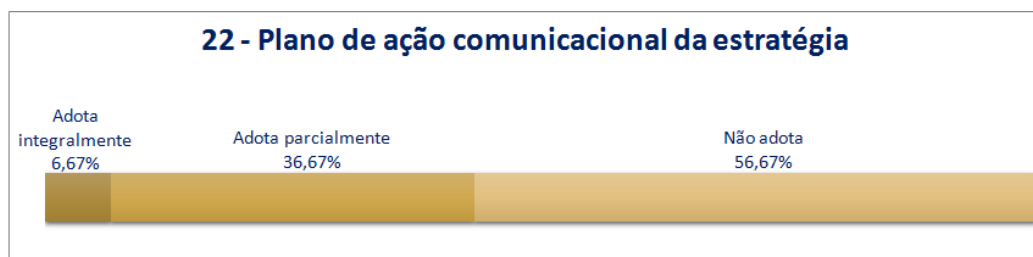
Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



UNIDADE	21 - Percentual de alcance das metas estratégicas (fórmula: total de objetivos estratégicos que tiveram a meta alcançada no período / total de objetivos estratégicos * 100)
01. MPAC	0,8
04. MPAP	0,3043
05. MPBA	73,33% (posição de Junho - 2015) - média do alcance dos indicadores estratégicos (% de alcance das metas dos indicadores estratégicos / quantidade de indicadores estratégicos)
08. MPGO	20/41 = 49%
15. MPPE	Exercício de 2014: a) 42,8%, esclarecendo que são o total de indicadores que atingiram a meta, dividido pelo total de indicadores mensurados nos objetivos estratégicos na perspectiva de resultados institucionais (atividade fim). b) 50% referente aos indicadores dos objetivos estratégicos das demais perspectivas do mapa.
20. MPRO	0,34
23. MPSC	71,11% (resultado referente aos 8 Objetivos Estratégicos de impacto social)
24. MPSE	Enfrentamos problemas para o acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico em vigor, que vence em 31/12/2015. Diversas medidas foram tomadas, conforme detalhado na descrição da pergunta 10, e a expectativa é de que possamos responder essa questão, sempre que necessário.
26. MPTO	46,66666667
27. MPDFT	Não mensuramos o alcance de metas estratégicas pois ainda não tínhamos uma série histórica que tornasse possível o estabelecimento de metas. Adotamos como medição o "Cumprimento dos objetivos estratégicos" que mede o grau de implementação do planejamento estratégico (fórmula de cálculo: toda de indicadores mensurados/total de indicadores estabelecidos) os valores de 2013 e 2014 foram de 95% dos indicadores mensurados. Considerando que os indicadores passam por revisão anual onde alguns novos são criados e outros são aprimorados.
28. MPF	Em 2013, todas as ferramentas de gestão foram cadastradas no Channel e estão sendo ajustadas para informar adequadamente os valores que incidirão no cálculo do cumprimento da estratégia do MPF. Em 2014, o indicador apontou resultado de 38,20% de cumprimento das metas estratégicas no MPF.
30. MPT	Método Grumbach

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

6.1.1.4 Comunicação da Estratégia



Consideradas apenas as unidades que afirmaram possuir planejamento estratégico

UNIDADE	22.1 - Principais Instrumentos utilizados para comunicar a estratégia
01. MPAC	Painel à vista e notícias no site e na RadioWeb que se reportam à estratégia.
04. MPAP	Portal /Intranet / Plano Estratégico
05. MPBA	Matérias, eventos, boletins, infomails, campanhas externas e internas e revistas, dentre outros.
06. MPCE	Há um blog do Planejamento Estratégico, atualizado pela Ascom. Além disso, há divulgação das ações na Intranet e envio de informações por e-mail dos membros e servidores.
08. MPGO	Intranet e Internet
10. MPMG	Normativos e mídias de comunicação internas
11. MPMS	E-mail, ofícios e memorandos
14. MPPB	Sítio eletrônico do MPPB.
15. MPPE	Impressos, cartazes, folders, publicação do livro Gestão Estratégica, blog, notícias no site, intranet, SMS, revista, jornal interno, Diário Oficial, banners com mapa estratégico.
17. MPPR	site, notícias institucionais e publicização da execução dos projetos estratégicos
18. MPRJ	Site na intranet e reuniões
20. MPRO	Painéis com o Mapa Estratégico nas Promotorias, Boletins Informativos e Banners Eletrônicos
23. MPSC	Intranet e internet
27. MPDFT	Notícias na intranet e email. Anualmente é feito um relatório institucional com os resultados do projeto. O relatório é amplamente divulgado e publicado na internet e na intranet
28. MPF	Portal da Modernização, Informativos, correio eletrônico, notícias na intranet, campanhas internas e eventos com membros e servidores
29. MPM	Apenas para o período 2016-2020
30. MPT	Está em fase de elaboração

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

UNIDADE	23 - Principais dificuldades enfrentadas para a implantação e execução do processo de comunicação do planejamento estratégico e quais as estratégias de superação adotadas
01. MPAC	As pessoas se reconhecerem na estratégia. Em todas as capacitações, o mediador do conhecimento deve se reportar à estratégia como diretriz orientadora das ações do MPAC.
04. MPAP	Acesso as informações consolidadas dos indicadores e a falta de recursos humanos na ASSCOM.
05. MPBA	Orçamento e cultura organizacional. 1) Encontros e reuniões de sensibilização com os coordenadores, gestores de projetos e administração superior; 2) Melhor ajuste no PPA e LOA do orçamento da área de publicidade
06. MPCE	Não há um profissional de comunicação exclusivo para a comunicação do Planejamento Estratégico. Dessa forma, a equipe da Ascom se divide entre as demais funções de assessoria de imprensa, de comunicação externa e interna. Além disso, outra grande dificuldade é quanto a falta de hábito dos servidores e membros da Instituição de acessar a Intranet ou ler e-mails institucionais.
08. MPGO	Objetivos com atuação conjunta de áreas diversas - ação: reuniões de integração/alinhamento das ações para alcance dos objetivos.
10. MPMG	Cultura organizacional em transformação
11. MPMS	Excesso de demanda da Assessoria de Comunicação, associado à sua falta de conhecimento do Plano Estratégico e à falta de uma unidade responsável pela Comunicação Interna
13. MPPA	Desatualização da estrutura organizacional, limitação de quantitativo de pessoal, capacitação insuficiente. Estratégias de Superação: Transformação da assessoria de imprensa em assessoria de comunicação.

14. MPPB	Ausência de servidor designado exclusivamente para divulgar as ações estratégicas, de forma que as notícias relacionadas a tais ações são encaminhadas pela equipe técnica do departamento de Gestão Estratégica.
15. MPPE	Falta de uma cultura mais focada em planejamento. Como superação, procurou-se utilizar várias de comunicação interna, em uma linguagem mais leve nas peças de comunicação, tentando desmistificar o tema.
17. MPPR	Baixa disponibilidade de equipe de comunicação para execução do plano de comunicação. Deficiência suportada parcialmente pela própria equipe de planejamento
19. MPRN	As ações e projetos ligados ao Planejamento Estratégico são divulgados por meio dos instrumentos de comunicação do MPRN, entretanto, falta a implantação de medidas de comunicação voltadas ao acompanhamento e apresentação de desempenho dos objetivos institucionais, por meio de um canal/instrumento próprio.
20. MPRO	Envolvimento de todos membros e servidores, conhecimento sobre a importância da estratégia para a Instituição. Como estratégia para envolvimento de todos foram instalados mapas estratégicos nas promotorias e divulgação de resultados através de boletins estratégicos.
22. MPRS	Dificuldades de mensuração de resultados
23. MPSC	Cultura organizacional Durante a fase de sensibilização foram divulgados boletins informativos, através da intranet, com informações sobre os trabalhos realizados, com o objetivo de aumentar a adesão de membros e servidores ao processo de planejamento e, sobretudo, à etapa de implantação.
24. MPSE	A maior dificuldade já identificada é a necessidade de melhor estruturação, com recursos humanos e materiais, da Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos.
27. MPDFT	Adesão de membros e servidores à leitura das informações divulgadas. Ainda não atingimos um número excelente de participantes.
28. MPF	Cultura organizacional: campanhas, eventos, videoconferências e etc.
29. MPM	apenas para o período 2016-2020
30. MPT	Reconhecimento por parte da alta cúpula, incluindo Diretores dos Departamentos da importância e dos benefícios da implantação do planejamento estratégico.

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

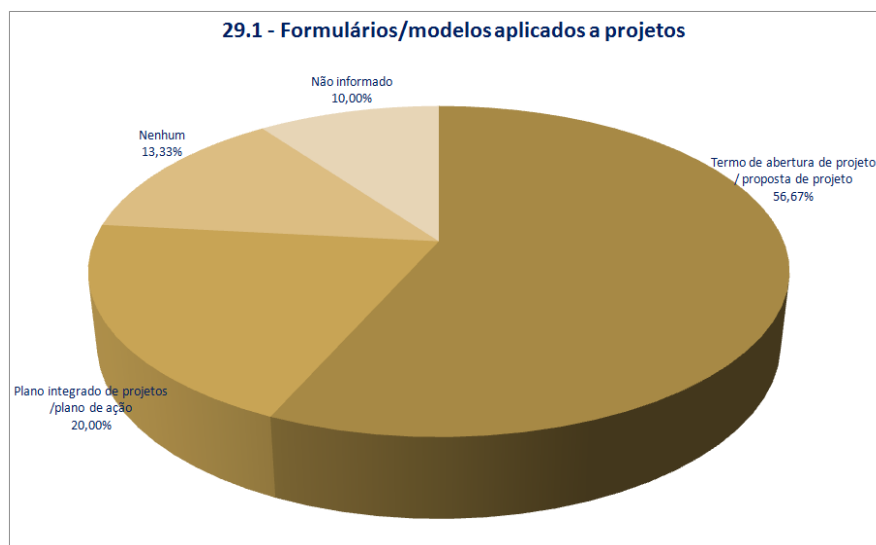
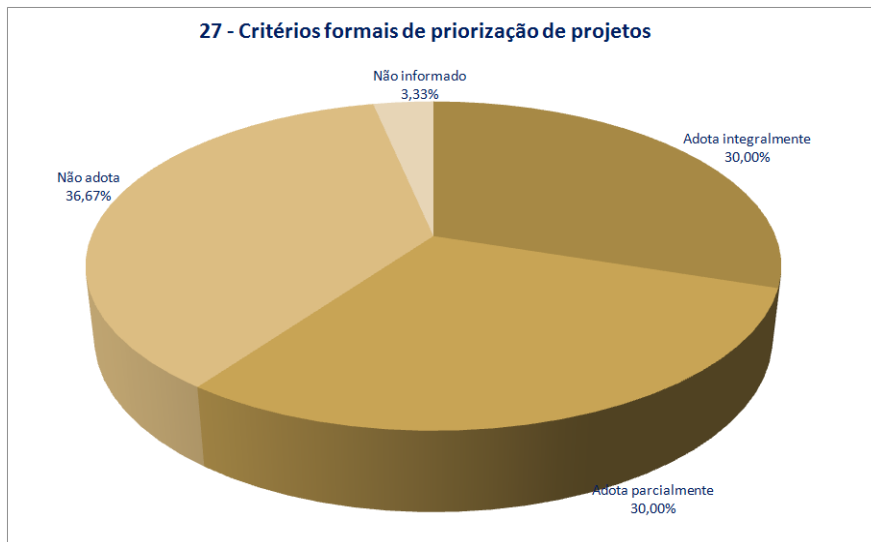
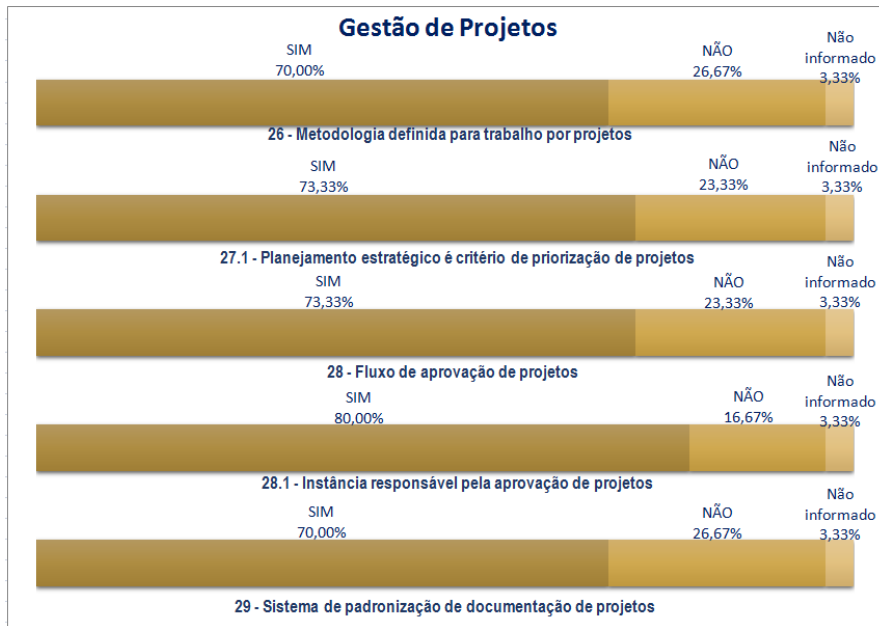
UNIDADE	24 - Fatores ambientais e organizacionais facilitadores da Implantação e execução da comunicação do planejamento estratégico
01. MPAC	Equipe reduzida, de forma que é possível atingir diretamente a todos.
04. MPAP	Recursos tecnológicos e decisão superior
05. MPBA	apoio da administração superior do MPBA
06. MPCE	Campanhas internas para habituar servidores e membros a utilizarem Intranet e e-mail institucional
08. MPGO	Administração Superior fomentando a realização das reuniões
10. MPMG	Existência de equipes de tecnologia da informação e comunicação institucional; Grande número de recursos tecnológicos com foco na comunicação institucional
11. MPMS	Não houve
13. MPPA	Constatação da necessidade de ampliação da área de atuação de comunicação institucional, em especial ao atendimento das exigências legais (portal da transparência) e as demandas sociais.
15. MPPE	A inserção da equipe da Assessoria de Comunicação dentro do processo desde a primeira reunião e a realização de um plano de comunicação específico para o tema.
18. MPRJ	Através de Avisos, Informativos e outros instrumentos, cuja divulgação é viabilizada pela Secretaria de Tecnologia da Informação
20. MPRO	A importância de se reconhecer como parte integrante para o alcance das metas para a Instituição.
22. MPRS	Externos: pressão da sociedade por mais resultados e transparência dos órgãos públicos. Internos: Estrutura de comunicação mais profissionalizada, ferramentas para mensuração e análise de indicadores (Business Intelligence), sistema para acompanhamento das iniciativas estratégicas.
23. MPSC	Apoio da Administração Superior Realização de reuniões regionais Realização de Sensibilização e Nivelamento Participação de todos os Membros e Servidores
24. MPSE	Apoio da Administração Superior
27. MPDFT	Temos uma excelente equipe e estrutura de comunicação na Instituição, composta por jornalistas e publicitários que contribuem com a divulgação do trabalho de forma excepcional.
28. MPF	Alta capacidade tecnológica para promover integração do órgão, patrocínio da alta direção, escolha de agentes estratégicos em todas as unidades responsáveis por replicar os resultados e ações do planejamento estratégico
29. MPM	apenas para o período 2016-2020
30. MPT	Ocorrência periódica de reuniões interdepartamentais que possibilitem alinhar as diversas ações realizadas pelo órgão ao planejamento estratégico institucional

Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

6.1.2 Projetos

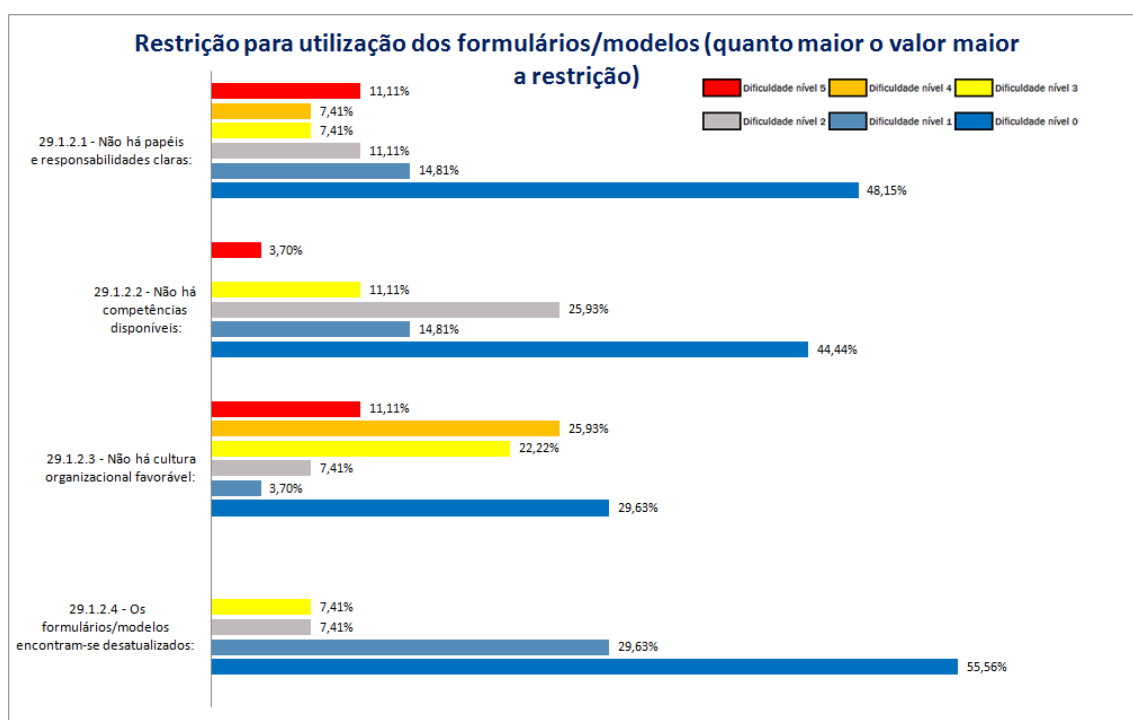


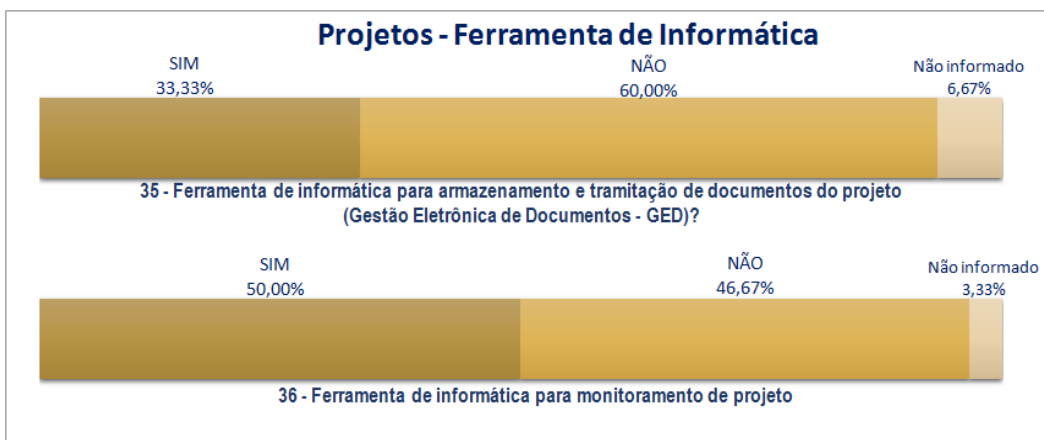
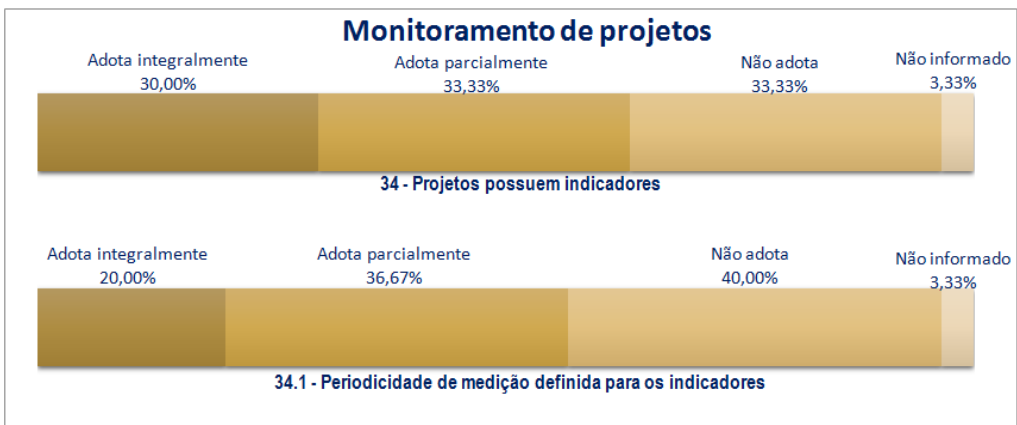
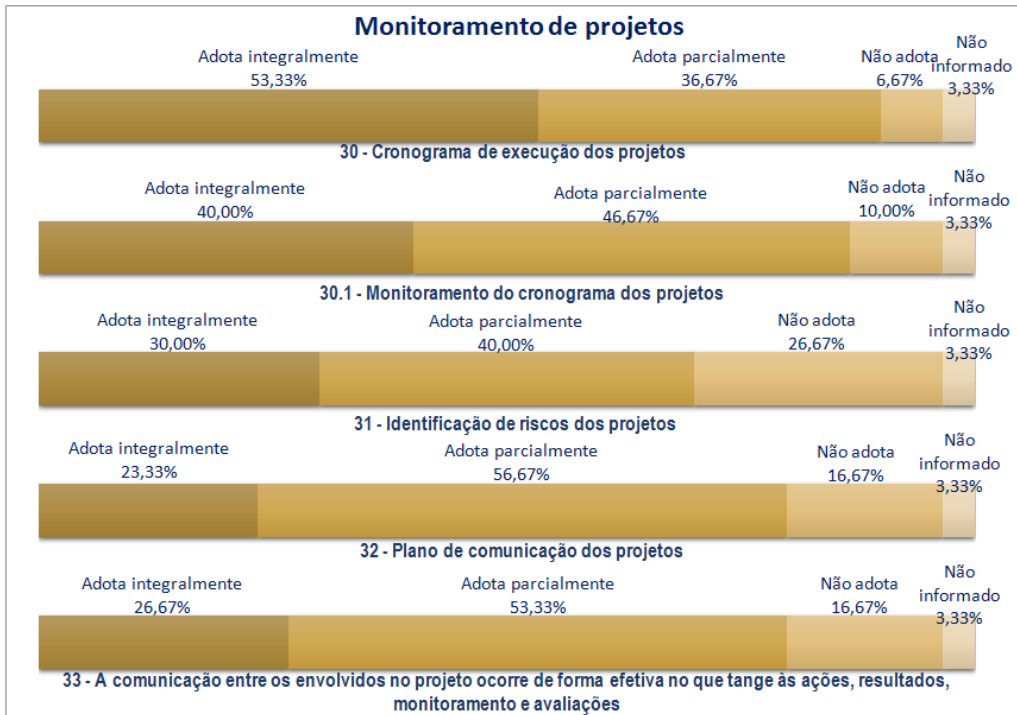
UNIDADE	Integrantes que atuam nas atividades operacionais da unidade organizacional responsável pela gestão de projetos (25.2.1 a 25.2.4)				
	Membros com dedicação exclusiva:	Membros com dedicação parcial:	Servidores com dedicação exclusiva:	Servidores com dedicação parcial:	Estagiários
01. MPAC	0	0	2	0	0
02. MPAL	0	0	1	0	0
03. MPAM	0	0	0	4	0
04. MPAP	0	0	1	0	0
05. MPBA	1	1	3	0	0
06. MPCE	0	12	1	11	0
07. MPES	0	3	2	0	0
08. MPGO	0	1	4	2	1
09. MPMA	0	2	1	1	0
10. MPMG	0	0	0	6	0
11. MPMS	0	1	0	2	0
12. MPMT	0	0	1	0	0
13. MPPA	0	0	0	0	0
14. MPPB	1	0	1	1	0
15. MPPE	0	4	3	4	0
16. MPPI	0	1	1	0	0
17. MPPR	0	1	0	2	1
18. MPRJ	0	1	3	2	0
19. MPRN	0	0	2	0	1
20. MPRO	0	8	0	8	8
21. MPRR	0	0	0	0	0
22. MPRS	0	1	5	0	0
23. MPSC	0	0	1	3	1
24. MPSE	0	0	5	1	0
25. MPSP	0	2	0	2	0
26. MPTO	0	0	0	0	0
27. MPDFT	0	2	5	3	1
28. MPF	0	313	4	592	0
29. MPM	0	0	0	0	0
30. MPT	0	0	0	10	0

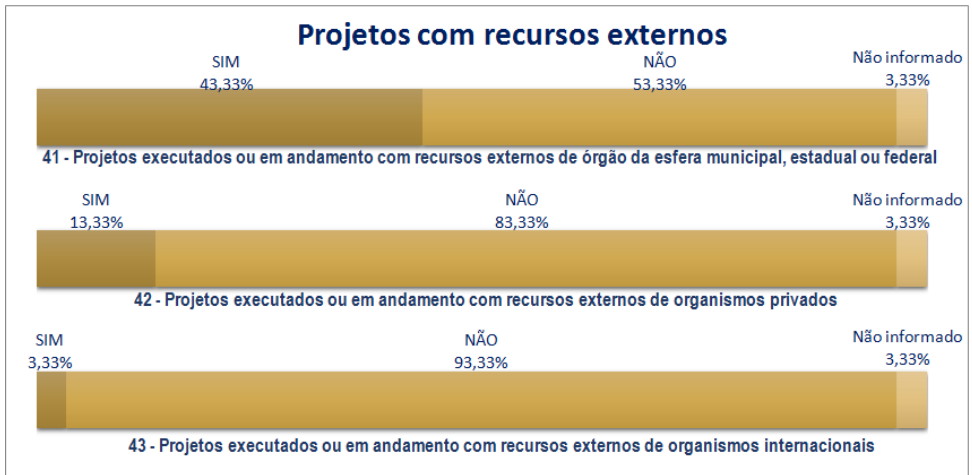
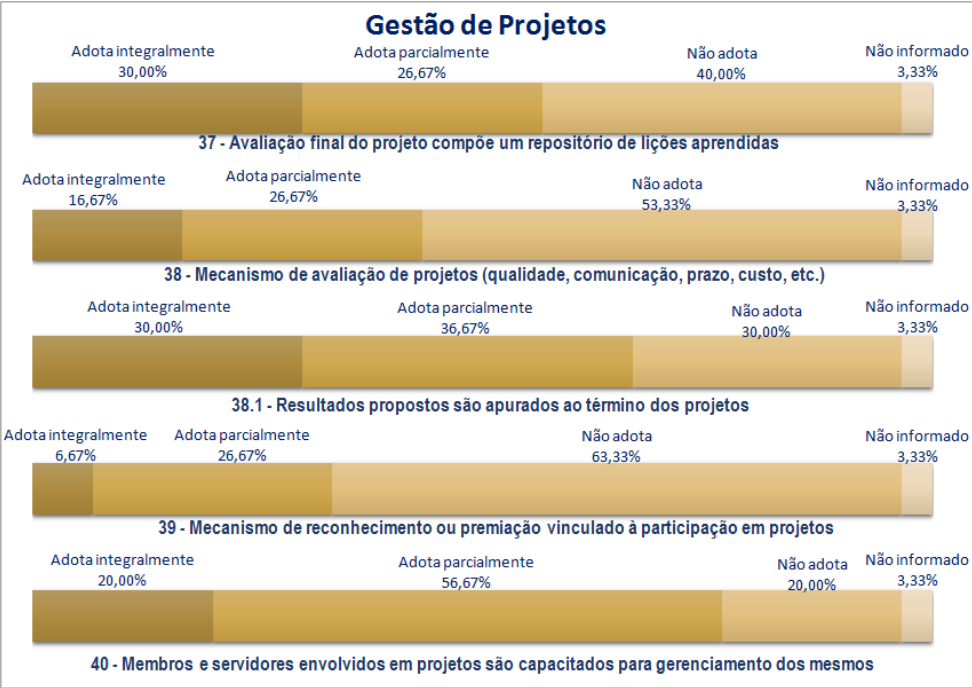


UNIDADE	29.1.1 - Outros formulários/modelos aplicados a projetos
02. MPAL	Declaração de Escopo, Relatório de Situação de Projeto, Ata de reunião, Termo de encerramento, Termo de Aceite de Entrega.
04. MPAP	Termo de encerramento de Projeto e de Solicitação de Mudança
08. MPPGO	Termo de Encerramento; Lições Aprendidas e Cronograma
10. MPMG	Plano integrado de projetos / plano de ação Relatório de acompanhamento de projeto Termo de aprovação para as entregas Termo de encerramento de projeto
11. MPMS	Todos os que constam das alternativas do item 29.1
12. MPMT	Plano Integrado de Projetos, Ata de Reuniões
13. MPPA	Encontra-se na etapa de conclusão proposta de unidade de projeto bem como de um manual de elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos que deverão ser encaminhado para apreciação do PGJ e, posteriormente, ao Colégio de Procuradores de Justiça.
14. MPPB	Identificação de Stakeholders, Matriz RACI, Documento de Requisitos do Projeto, EAP e Dicionário da EAP, Cronograma do Projeto, Gráfico de Marcos do Projeto, Plano de Comunicações, Plano de Riscos, Registro de Lições Aprendidas, Relatório de Mudanças e Plano de Ação.
15. MPPE	Plano de Projeto, relatório de acompanhamento do projeto, planilha de controle das entregas do projeto, termo de encerramento.
16. MPPI	Existem outros modelos de formulários mas não são utilizados.
17. MPPR	todos os formulários/modelos descritos acima o MP dispõe
18. MPRJ	Todos os formulários acima são utilizados na área.
20. MPRO	Plano de Ação, Cronograma de Atividades, Alteração de Escopo, Relatório Final, Lições Aprendidas, Relatório por Tarefas, Relatório Por Setor.
22. MPRS	Relatório de acompanhamento e Termo de encerramento do projeto
23. MPSC	O MPSC adquiriu o software PM3, que possui todas as funcionalidades da metodologia PMBOK
24. MPSE	* Formulário Cadastro Banco Nacional de Projetos - BNP; * Formulário de Plano de Gerenciamento de Projeto - PGP; * Modelo de Ata de Reunião; * Modelo de Relatório de Status Curvas; * Modelo de Relatório de Progresso; * Modelo de Registro de Lições Aprendidas; * Modelo de Termo de Aceite do Projeto; * Formulário de Solicitação de Mudanças; * Modelo de Apresentação de Progresso do Projeto.
27. MPDFT	Ordem de Serviço, Termo de Abertura de Trabalho, Modelo de Projeto, Modelo de Plano de Trabalho, Formulário de Acompanhamento de Projetos, Relatório Analítico de Resultados, Relatório Final e Note Técnica
28. MPF	Plano de projeto, Glossário de projeto, Termo de aceite, Solicitação de Mudança, Matriz de Escalonamento, Relatório de Acompanhamento, Termo de encerramento, ata de Reunião, Projeção orçamentária.
30. MPT	plano de projeto, plano de ação e matriz de risco

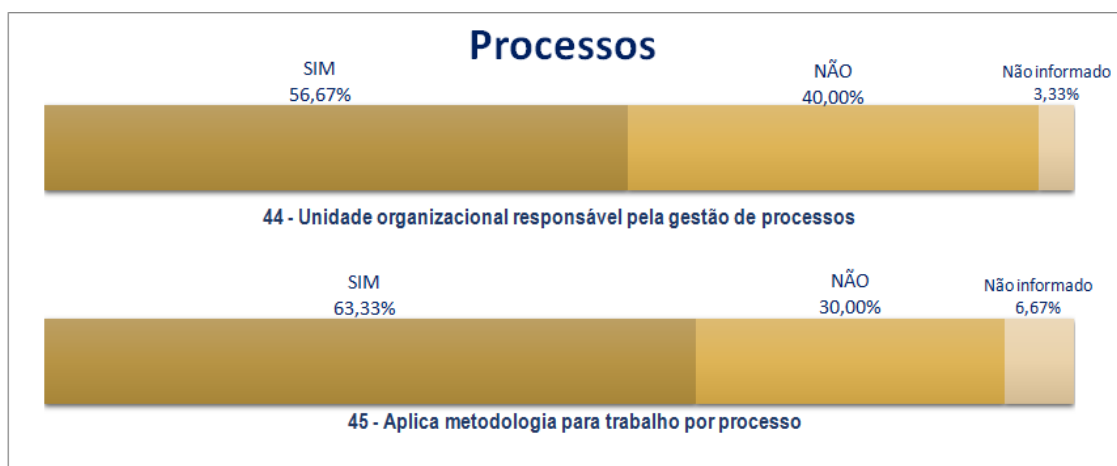
Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta





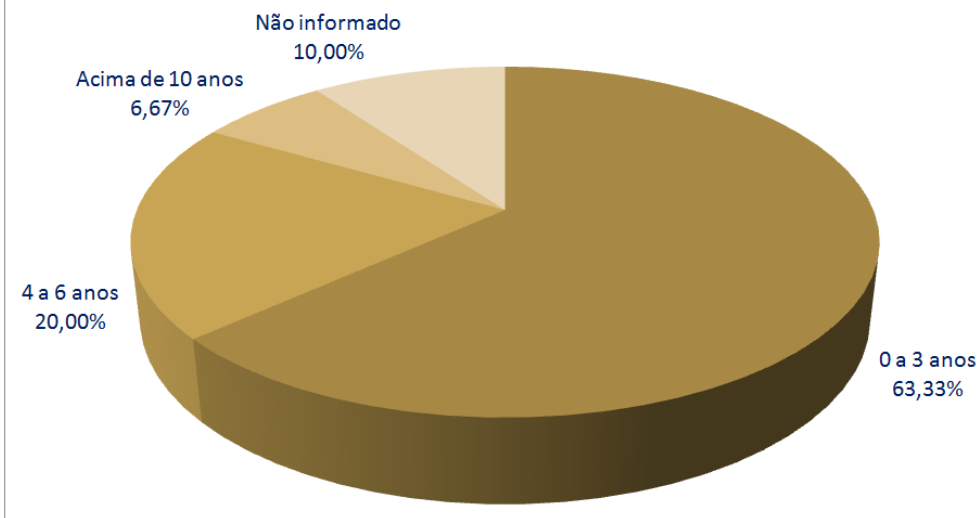


6.1.3 Processos

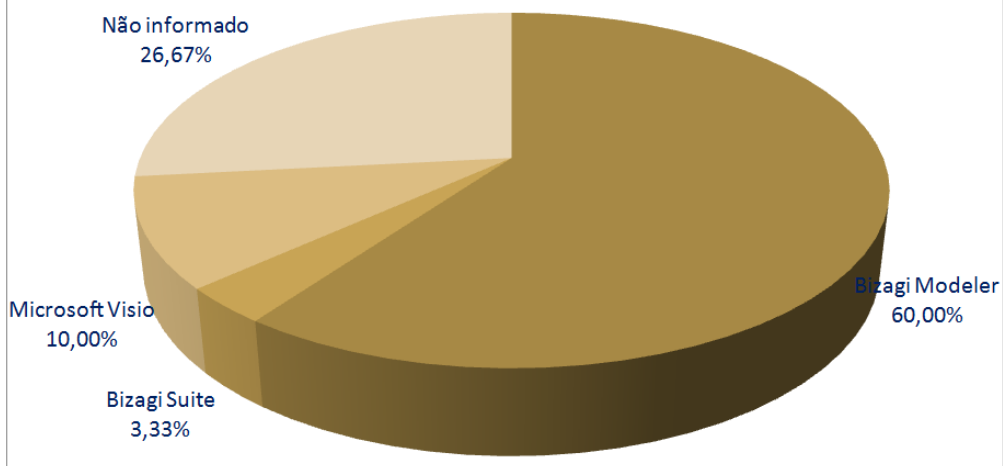


UNIDADE	Integrantes efetivamente atuam nas atividades operacionais da unidade organizacional responsável pela gestão de processos (44.1.1 a 44.1.4)				
	Membros com dedicação exclusiva:	Membros com dedicação parcial:	Servidores com dedicação exclusiva:	Servidores com dedicação parcial:	Estagiários
01. MPAC	0	0	0	0	0
02. MPAL	0	1	1	0	0
03. MPAM	0	0	1	0	0
04. MPAP	0	0	0	1	0
05. MPBA	0	1	5	13	5
06. MPCE	0	0	0	0	0
07. MPES	0	3	2	0	0
08. MPGO	0	1	4	2	1
09. MPMA	0	3	1	1	0
10. MPMG	0	0	4	0	0
11. MPMS	0	0	1	0	0
12. MPMT	0	0	0	0	0
13. MPPA	0	0	0	0	0
14. MPPB	1	0	1	0	0
15. MPPE	0	4	2	1	1
16. MPPI	0	0	0	0	0
17. MPPR	0	1	2	2	2
18. MPRJ	0	1	3	2	0
19. MPRN	0	0	1	2	1
20. MPRO	0	1	0	1	0
21. MPRR	0	0	0	0	0
22. MPRS	0	1	12	0	2
23. MPSC	0	1	2	0	0
24. MPSE	0	0	0	0	0
25. MPSP	0	4	0	1	0
26. MPTO	0	0	0	0	0
27. MPDFT	0	2	5	0	0
28. MPF	0	13	4	32	0
29. MPM	0	0	0	0	0
30. MPT	0	0	0	8	0

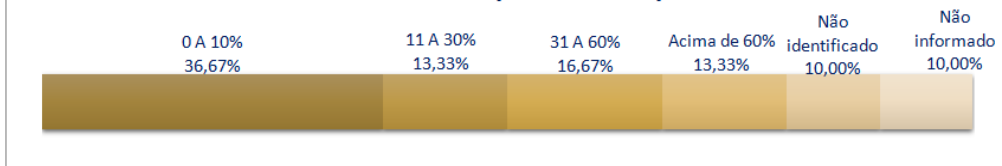
44.2 - Tempo que a organização vem trabalhando com gestão de processos



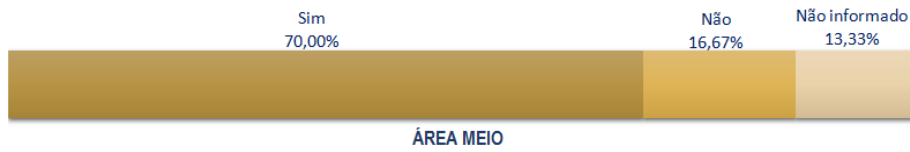
45.1 - Ferramentas de mapeamento, automação (BPMS) e/ou gerenciamento de processos utilizadas



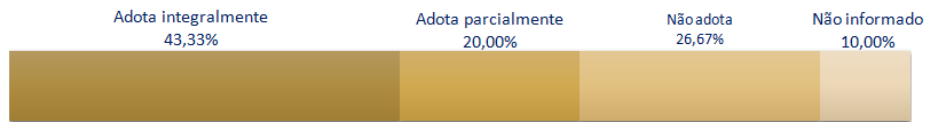
46.1.1 - Percentual de processos mapeados - Área Meio



46.1.2 - Aplicação de melhorias nos fluxos mapeados



Processos - Área Meio

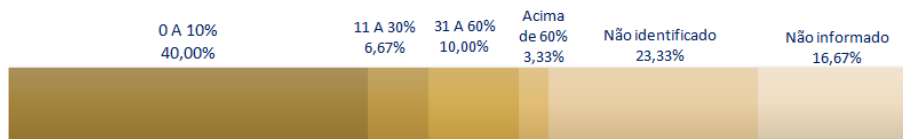


46.1.3 - Fluxos validados por órgão da administração superior

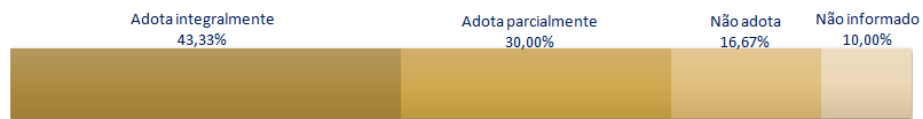


46.1.4 - Processos mapeados formalmente definidos por meio de manuais ou normativos

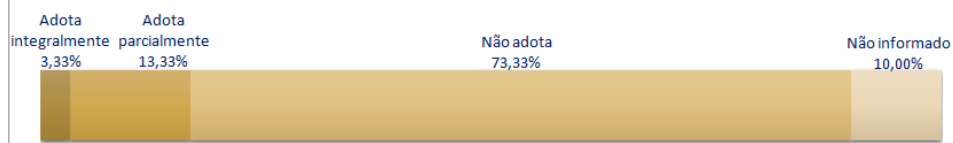
46.1.4.1 - Percentual de processos formalmente definidos por meio de manuais ou normativos - Área Meio



Processos - Área Meio

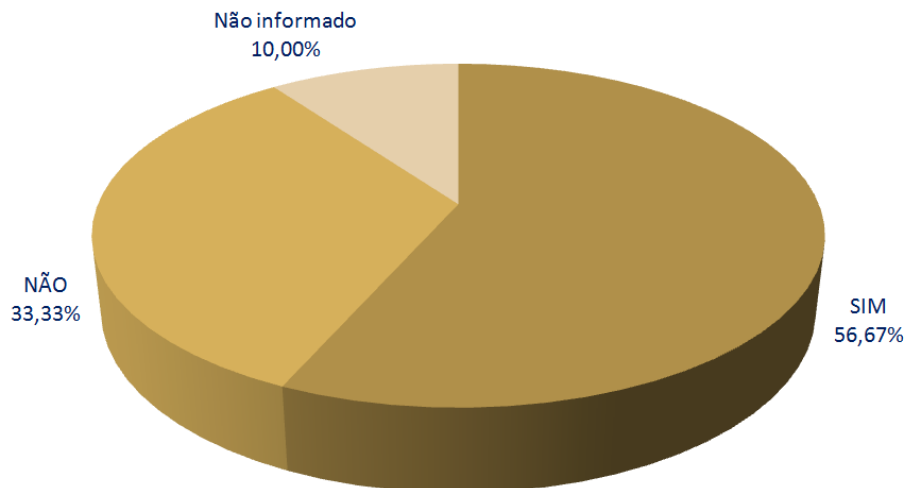


46.1.5 - Fluxos melhorados implementados pela instituição



46.1.7 - Processos são utilizados para certificação

46.1.6 - Adota metodologia de gestão dos processos mapeados? ÁREA MEIO



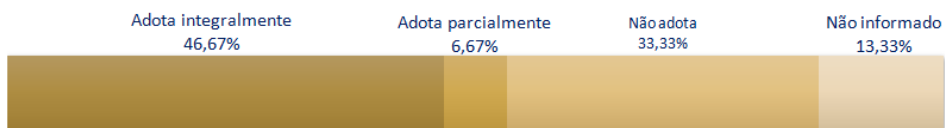
46.2.1 - Percentual de processos mapeados - Área Fim



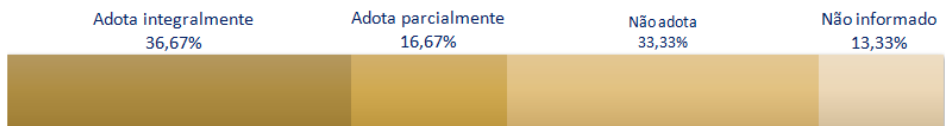
46.2.2 - Aplicação de melhorias nos fluxos mapeados



Processos - Área Fim

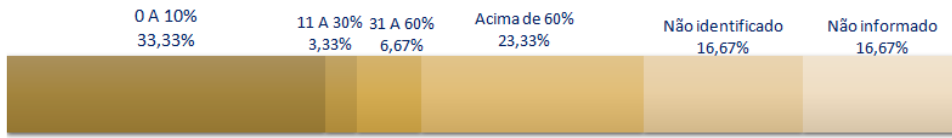


46.2.3 - Fluxos validados por órgão da administração superior

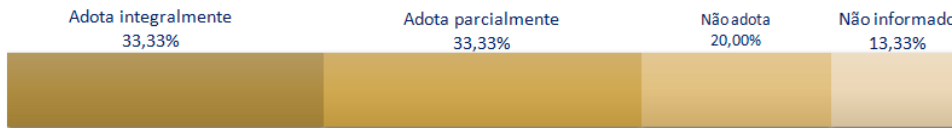


46.2.4 - Processos mapeados formalmente definidos por meio de manuais ou normativos

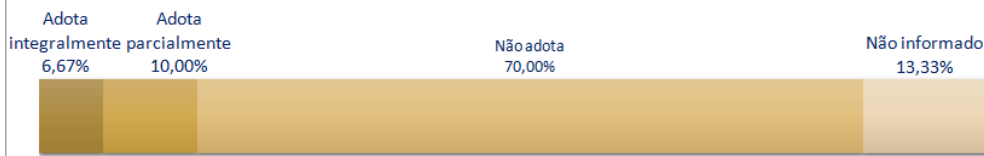
46.2.4.1 - Percentual de processos formalmente definidos por meio de manuais ou normativos - Área Fim



Processos - Área Fim

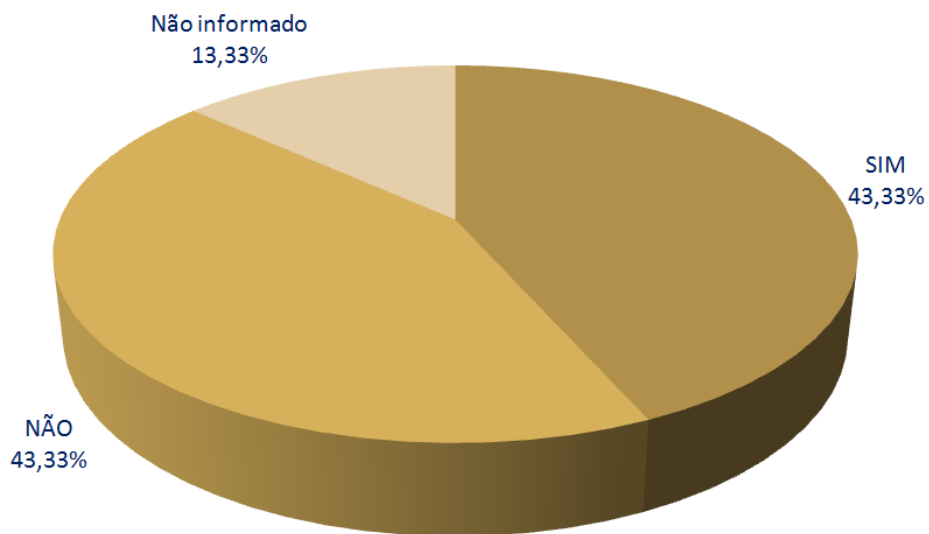


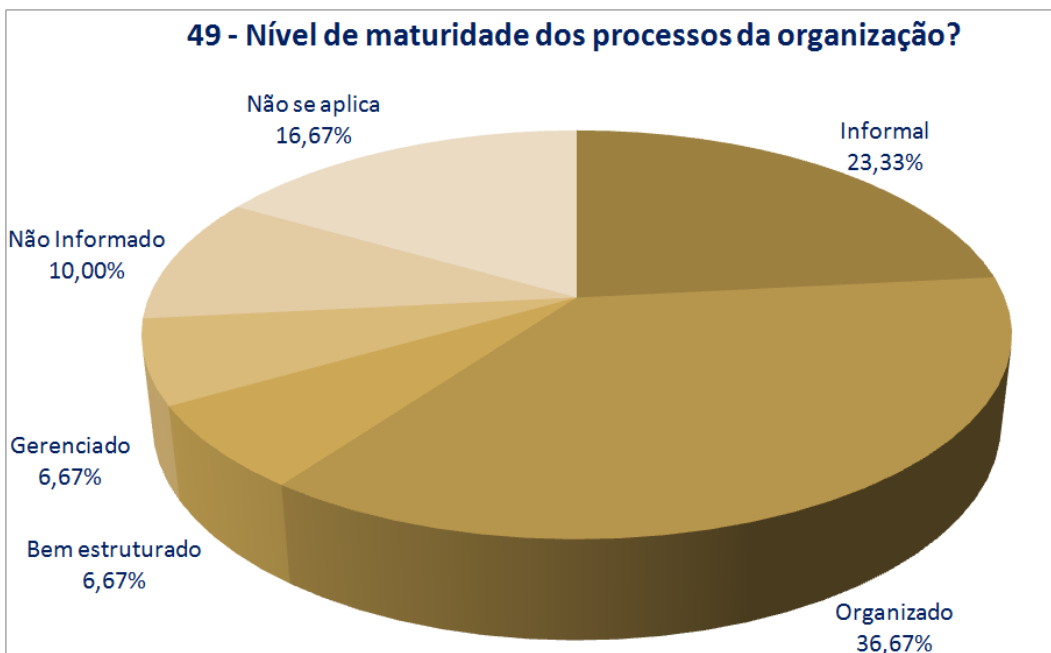
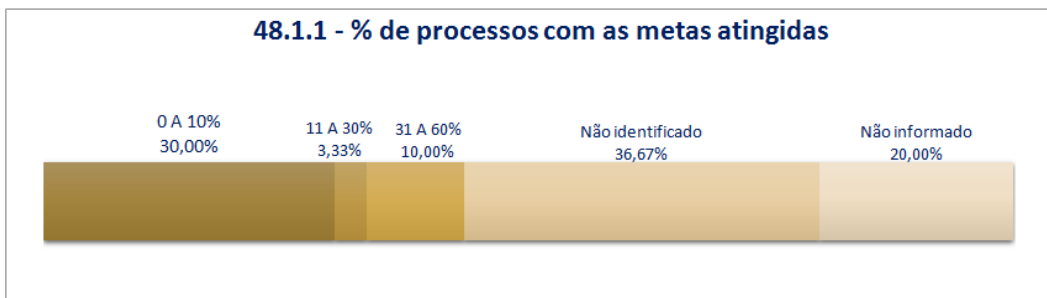
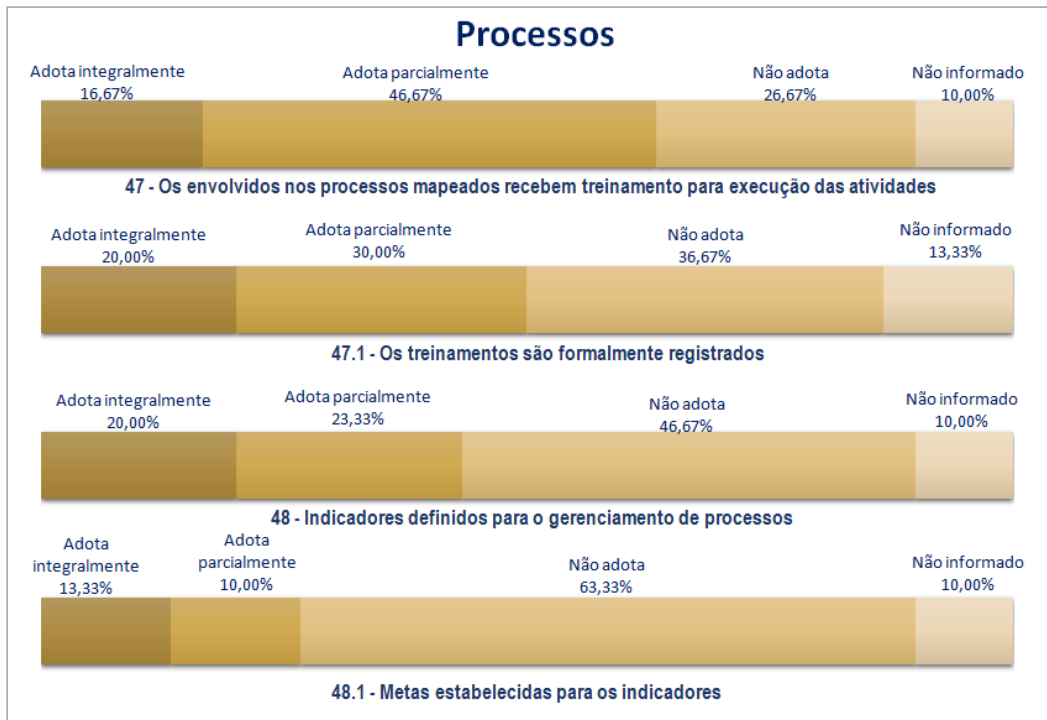
46.2.5 - Fluxos melhorados implementados pela instituição



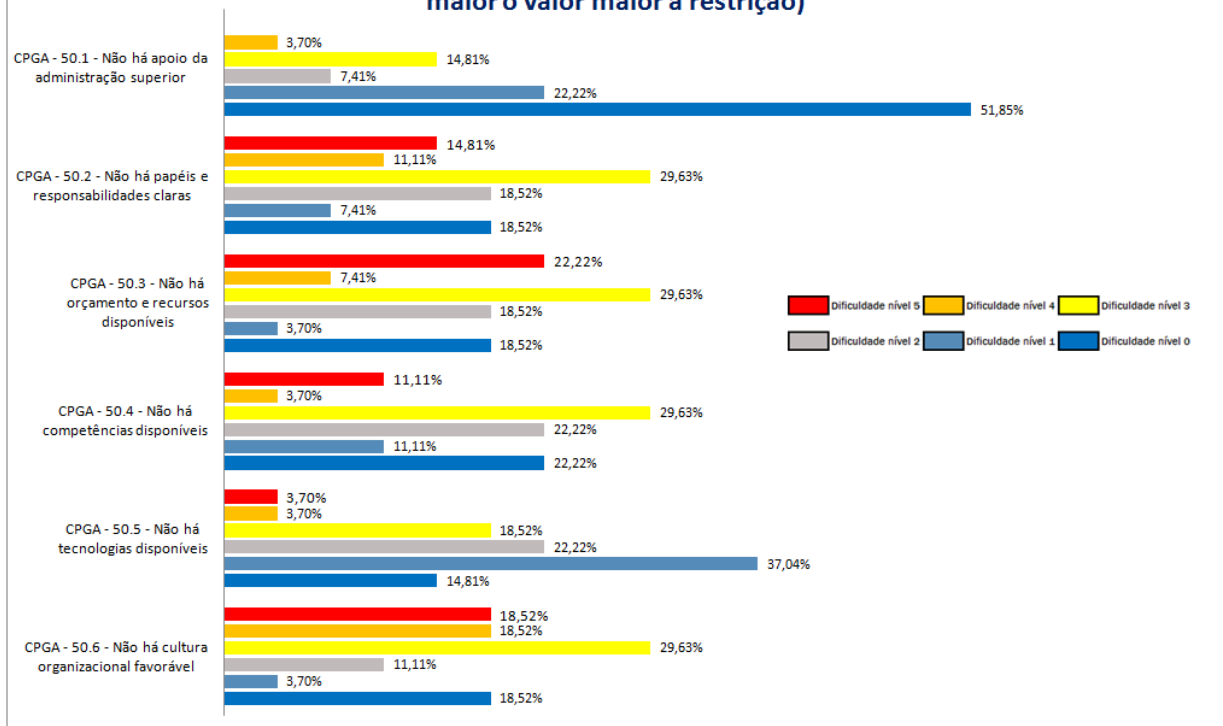
46.2.7 - Processos são utilizados para certificação

46.2.6 - Adota metodologia de gestão dos processos mapeados? ÁREA FIM



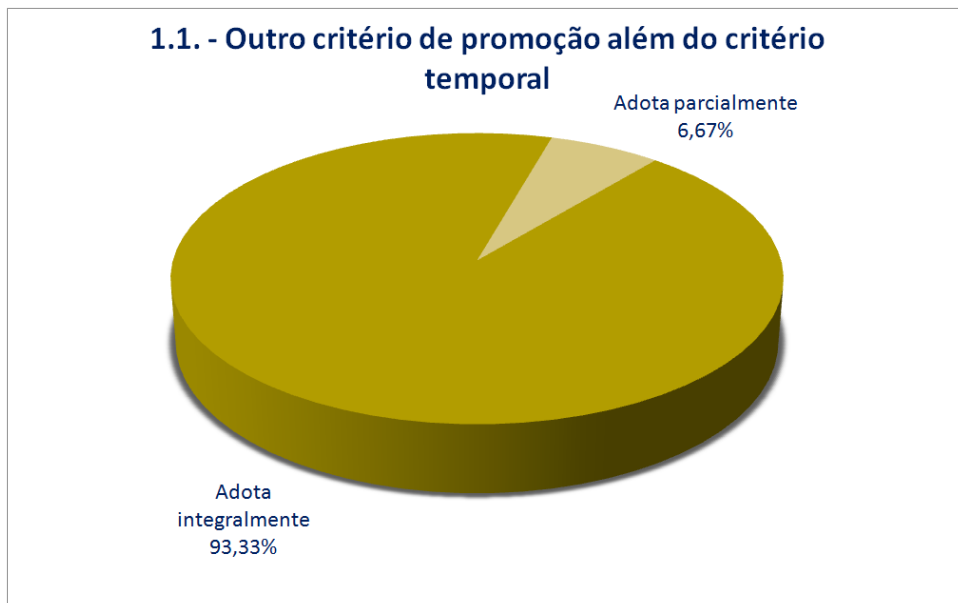


50 - Restrição para evolução da gestão de processos na organização? (quanto maior o valor maior a restrição)



6.2 Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas - CPGP

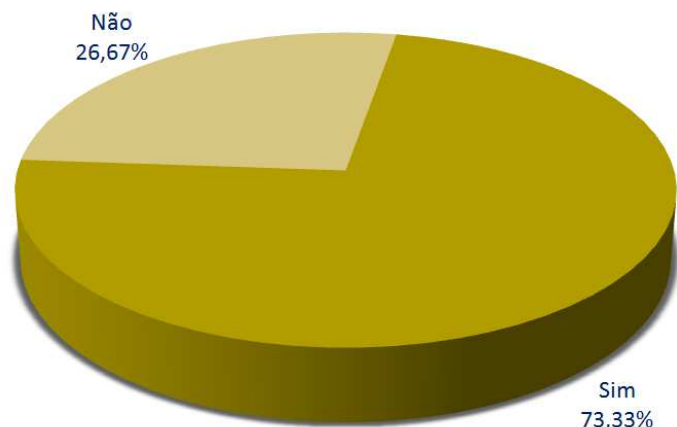
6.2.1 Estrutura de Gestão de Pessoas



UNIDADE	1.1.1 - Quais outros critérios de promoção
01. MPAC	Avaliação de desempenho (art. 7º, §2º, da LC 2430/11).
02. MPAL	MOVIMENTAÇÃO EXCEPCIONAL POR GRADUAÇÃO
03. MPAM	Fator antiguidade, fator profissional e fator desempenho
05. MPBA	Merecimento
06. MPCE	Merecimento e Antiguidade
07. MPES	Avanço na carreira pelo aperfeiçoamento profissional
08. MPGO	Merecimento
09. MPMA	Qualificação profissional
10. MPMG	Avaliação Desempenho para Promoção Horizontal; Concurso por Edital para a Promoção Vertical; Promoção por conclusão de Pós-Graduação.
11. MPMS	Promoção (Merecimento) e Progressão Funcional (merecimento ou antiguidade)
12. MPMT	Progressão Funcional Horizontal – Escolaridade
13. MPPA	Promoção por Merecimento
15. MPPE	Promoção por Elevação do Nível Profissional (mediante comprovação de graduação, pós-graduação – especialização, mestrado, doutorado)
16. MPPI	Conforme estabelecido na Lei estadual nº 6.237/2012, art. 16, §2º, além do interstício de 2 (dois) anos é necessário o resultado da avaliação de desempenho e da conclusão de cursos de aperfeiçoamento.
18. MPRJ	Evolução Funcional por Merecimento
19. MPRN	Avaliação de desempenho anual e carga horária da capacitação obrigatória
20. MPRO	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
21. MPRR	MERECIMENTO (MEMBROS)
22. MPRS	Merecimento
23. MPSC	1 - Promoção por merecimento: decorrente da avaliação de desempenho semestral; 2 - Promoção por aperfeiçoamento: decorrente da realização de cursos de curta duração ou de nível superior; 3 - Promoção especial: decorrente da ocupação de cargos comissionados por servidores efetivos
24. MPSE	Para Membros: merecimento; Para Servidores: por aprofundamento de estudos (titulação)
25. MPSP	Por merecimento, baseado no desempenho e capacitação
27. MPDFT	Treinamentos realizados
30. MPT	São necessárias 100 horas de treinamento para mudar de classe na carreira.

2 - Números de servidores na estrutura de Gestão de Pessoas.			
UNIDADE	2.1 - Membros com dedicação		2.3 - Servidores:
	exclusiva:	parcial:	
01. MPAC	0	0	14
02. MPAL	0	0	7
03. MPAM	0	0	11
04. MPAP	0	0	8
05. MPBA	3	0	29
06. MPCE	0	0	15
07. MPES	0	0	15
08. MPGO	0	0	45
09. MPMA	0	0	21
10. MPMG	982	38	2907
11. MPMS	0	2	19
12. MPMT	0	0	20
13. MPPA	0	0	23
14. MPPB	0	1	9
15. MPPE	380	0	1224
16. MPPI	0	3	18
17. MPPR	0	0	29
18. MPRJ	0	0	57
19. MPRN	234	0	449
20. MPRO	0	0	1091
21. MPRR	47	0	247
22. MPRS	2	5	55
23. MPSC	2	4	51
24. MPSE	0	0	18
25. MPSP	0	4	89
26. MPTO	117	0	457
27. MPDFT	384	0	1735
28. MPF	1050	32	8870
29. MPM	79	0	417
30. MPT	757	0	3526

3 - Instrumento normativo que regulamenta o percentual de cargos comissionados

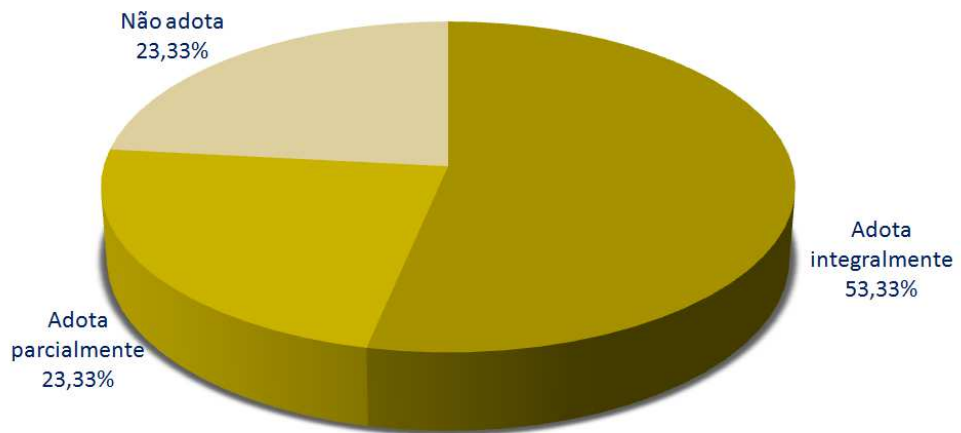


UNIDADE	3.1 - Percentual de cargos comissionados em relação à totalidade de servidores	CPGP - 3.2 - Informar o número total de cargos comissionados e de servidores efetivos que ocupam os cargos comissionados.
01. MPAC	0,8700	São 537 cargos comissionados, sendo que 53 deles estão ocupados por servidores efetivos.
02. MPAL	Não informado	
03. MPAM	0,1000	Cargos Comissionados criados em Lei: 38 Servidores efetivos ocupantes de cargo comissionado: 14
04. MPAP	0,3280	Cargos=123 servidores efet. que ocupam: 42
05. MPBA	0,3577	Total de cargos comissionados = 328, servidores efetivos ocupante de cargos em comissão = 69
06. MPCE	0,5000	Número total de cargos comissionados - 100; servidores efetivos com cargos comissionados - 49
07. MPES	0,1000	202 cargos comissionados providos e 20 servidores efetivos que ocupam cargo comissionado
08. MPGO	0,2933	Total de Cargos Comissionados: 613 Servidores efetivos que ocupam cargos comissionados: 88
09. MPMA	0,5000	Total: 611, sendo 314 cargos de assessor de Promotor de Justiça e 155 de assessores de Procurador de Justiça. Ocupados por servidores efetivos: 104
10. MPMG	0,0337	280, sendo que 248 estão ocupados (150 por servidores efetivos e 98 por RA)
11. MPMS	0,4300	Cargos Comissionados - 426 / Servidores efetivos que ocupam cargo comissionado - 56
12. MPMT	0,3300	6 cargos comissionados + 1 servidor exercendo cargo de comissão
13. MPPA	0,2000	318 cargos de provimento em comissão; 54 servidores efetivos ocupantes dos referidos cargos
14. MPPB	0,1500	361 Cargos Comissionados. 54 Ocupados Por Efetivos
15. MPPE	0,0090	CARGOS COMMISSIONADOS = 11 e SERVIDORES EFETIVOS OCUPANTES DE CARGOS QUE PODEM SER COMMISSIONADOS = 28
16. MPPI	0,5000	161 cargos comissionados no total e 68 servidores ocupando cargos em comissão

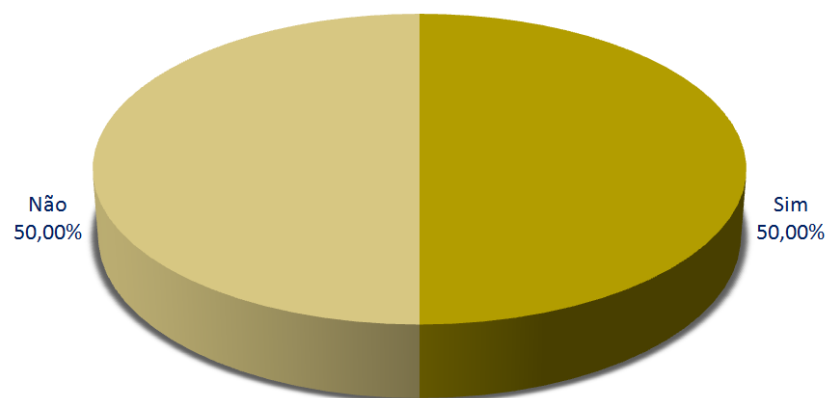
17. MPPR	0,6500	Número total de comissionados: 889 Efetivos com cargos de assessoramento: 60 Efetivos com cargos de direção e chefia: 12
18. MPRJ	0,4689	Total de cargos comissionados: 1676; Total de servidores efetivos que ocupam cargos comissionados: 33
19. MPRN	0,2000	Nº comissionados: 315 cargos - nº servidores efetivos em cargos comissionados: 78
20. MPRO	0,0040	Cargos Comissionados=437. Servidores efetivos com Cargo/Função Gratificada=172
21. MPRR	0,4170	176 cargos comissionados e 35 servidores efetivos ocupantes de cargos comissionados
22. MPRS	0,1957	SÃO 451 CARGOS EM COMISSÃO E 48 SERVIDORES EFETIVOS OCUPAM CARGOS COMISSIONADOS
23. MPSC	0,7000	Cargos Comissionados: 993 Efetivos em Cargos Comissionados: 63
24. MPSE	0,1703	Nº total de cargos comissionados = 186; Servidores efetivos que ocupam cargos comissionados = 61
25. MPSP	0,0376	Total de cargos em comissão ocupados: 185. Cargos ocupados por servidores efetivos: 95 (base: Agosto/2015)
26. MPTO	0,5000	136 COMISSIONADOS, DESTE TOTAL: 76 SÃO OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS, OU SEJA, 55,88%
27. MPDFT	0,2328	383
28. MPF	Não informado	No Ministério Público Federal, há 2106 cargos comissionados, dos quais 1203 ocupados por servidores do quadro (Analista e Técnico) e 49 por Membros.
29. MPM	0,0575	Cargos Comissionados = 179, servidores efetivos que ocupam Cargos Comissionados = 156.
30. MPT	0,2200	No MPT existem nesta data 759 cargos em comissão ocupados, dos quais 459 estão ocupados por servidores efetivos. Os servidores sem vínculo com a administração são 249 e os servidores requisitados de outros órgãos correspondem a 149.



5 - Banco de horas no MP



6 - Previsão para pagamento de horas extras no MP



UNIDADE		7 - Benefícios estatutários previstos	
		7.1 - Membros:	7.2 - Servidores:
01. MPAC	Auxílio-alimentação, ajuda de custo para moradia, ajuda de custo para despesas de transporte e mudança, gratificações pelo exercício de cargo de confiança e pelo exercício cumulativo de cargos ou funções, dentre outros elencados no art. 107, da LC 291/14.		Auxílio-alimentação, auxílio-saúde, adicional de qualificação e adicional de sexta parte.
02. MPAL	AUXÍLIO MORADIA, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, GRATIF. DE SUBSTITUIÇÃO DE PROMOTORIA, GRATIF. DE MUDANÇA DE ENTRÂNCIA, GRATIF. DE PARTICIPAÇÃO EM MUTIRÕES, LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO DE 2 ANOS, QUINQUÊNIO, FÉRIAS DE 2 MESES		AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, GRATIF. DE PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO
03. MPAM	Auxílio-Alimentação, Benefício Plano de Assistência Médico-Social, Auxílio Moradia, Ajuda de Custo, Comarca de Difícil Provimento.		Auxílio-Alimentação, Auxílio-Saúde, Auxílio Moradia, Ajuda de Custo (os dois últimos somente devido aos Servidores lotados em Promotorias do Interior do Estado)
04. MPAP	Benefícios previstos nos arts. 127, 128 e 129, incisos I a XXI da Lei Complementar nº 079/2013.		Benefícios previstos no art. 58, I, II e III e Art. 70 I a XIII da Lei Complementar nº 066/1993.
05. MPBA	Auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio natalidade, ajuda de custo e auxílio funeral.		Auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio natalidade, ajuda de custo e auxílio funeral.
06. MPCE	Auxílio alimentação e auxílio moradia		Auxílio alimentação, auxílio transporte e auxílio creche
07. MPES	Auxílio saúde, auxílio alimentação e auxílio moradia		Auxílio saúde, auxílio alimentação, auxílio creche, gratificação por tempo de serviço e gratificação por assiduidade
08. MPMG	1. Ajuda de Custo (para despesa de transporte e mudança); 2. Auxílio funeral; 3. Auxílio doença; 4. Diárias; 5. Gratificação pela prestação de serviços à justiça eleitoral; 6. Gratificação por encargo de curso ou concurso; 7. Encargo gratificado pelo exercício efetivo, pelo prazo de até 2 anos, em promotoria de justiça de difícil provimento; 8. Gratificação pelo exercício cumulativo de cargos; 9. Auxílio Alimentação; 10. Auxílio Moradia; 11. Abono de permanência; 12. Licença prêmio.		1. Ajuda de Custo (para despesa de transporte); 2. Auxílio funeral; 3. Auxílio saúde; 4. Diárias; 5. Gratificação por encargo de curso ou concurso; 6. Gratificação pelo exercício de serviços de natureza especial; 7. Auxílio Alimentação; 8. Auxílio Transporte; 9. Auxílio Creche; 10. Gratificação adicional por tempo de serviço; 11. Gratificação de incentivo funcional; 12. Adicional por atividade penosa, insalubre ou perigosa; 13. Abono de permanência; 14. Licença prêmio.
09. MPMA	Auxílio Alimentação, Auxílio Moradia		Auxílio Alimentação, Adicional de Qualificação, Adicional de Risco de Vida
10. MPMG	A LC nº 34/94, art. 119 prevê: ajuda de custo para despesa de transporte e mudança; auxílio-moradia; auxílio-saúde; diárias, gratificação pela prestação de serviços à Justiça Eleitoral; gratificação de magistério por aula proferida em cursos oficiais promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional; gratificação natalina; gratificação de férias. E, no art. 120: férias e férias-prêmio; licenças e afastamentos; aposentadoria.		A Lei n.º 869/52 prevê: Férias regulamentares, Férias-prêmio, Quinquênio e Adicional trintenário.
11. MPMS	Assistência médico-social, assistência pré-escolar, auxílio-alimentação, auxílio-moradia		Assistência médico-social, assistência pré-escolar, auxílio-alimentação
12. MPMT	Aux. Alimentação, Transporte, Moradia e Obras Técnicas		Aux. Alimentação, Creche e Verba Indenizatória para diligências
13. MPPA	Benefícios previstos no art. 116, incisos I a XII e 123 da Lei Complementar nº 057/2006, os quais: Diária para viagem; indenização de transporte; ajuda de custo; salário família; 13º Salário; Adicional de Férias; indenização de férias não gozadas por necessidade de serviço; indenização de remuneração de subsídio ou provento não recebido ou recebido a menor; restituições de contribuições previdenciárias e de imposto de renda; abono de permanência; conversão de licença prêmio em pecúnia; pagamento de hora-aula e auxílio funeral.		Vantagens elencadas nos artigos 127 ao 165 da Lei 5.810. de 24/1/1994. Republicada DOE Nº 31.660, de 6/5/2010

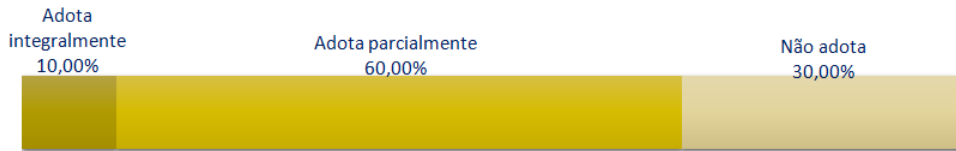
14. MPPB	Gratificações, Adicionais E Auxílios Alimentação E Saúde	Gratificações, Adicionais E Auxílios Alimentação E Saúde
15. MPPE	Auxílio- alimentação e Auxílio-moradia.	Auxílio- alimentação, Auxílio-transporte; Auxílio- refeição e Auxílio-saúde
16. MPPI	Férias, Licença-prêmio, auxílio-funeral, licença para aperfeiçoamento	Férias. Licença para capacitação
17. MPPR	Auxílio-moradia, auxílio-saúde, auxílio-alimentação, auxílio-funeral, auxílio financeiro a curso	Auxílio-saúde, auxílio-alimentação, auxílio-funeral, auxílio financeiro a curso, auxílio-doença, auxílio-pré-escolar, salário-família (R\$1,25)
18. MPRJ	Auxílio-Alimentação, Auxílio-Moradia, Auxílio-Educação, Reembolso Saúde, Indenização de Transporte, Ajuda de custo e diárias	Auxílio-Alimentação, Auxílio-Educação, Auxílio-Saúde, Auxílio-Locomoção
19. MPRN	Auxílio- alimentação e auxílio-moradia	Auxílio- alimentação, auxílio-saúde, salário-família, adicional de qualificação e anuênio
20. MPRO	Auxílio moradia, auxílio alimentação (não previsto em Lei, apenas em feito administrativo e portaria), auxílio saúde, auxílio odontológico	Auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio saúde, auxílio odontológico
21. MPRR	Ajuda de custo para capacitação, Ajuda de custo para moradia, auxílio-alimentação, Plano de saúde - unimed	Auxílio alimentação, Plano de saúde - unimed
22. MPRS	ABONO FAMILIAR, AUXÍLIO FUNERAL, AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, AUXÍLIO MORADIA	ABONO FAMILIAR, AUXÍLIO-CRECHE, VALE-REFEIÇÃO, AUXÍLIO FUNERAL
23. MPSC	<ul style="list-style-type: none"> - licença para tratamento de saúde; - licença por motivo de doença em pessoa da família; - licença à gestante, de cento e vinte dias, se requerida por mais 60 dias; - licença paternidade, até oito dias; - licença em caráter especial (sem remuneração); - licença para casamento, até oito dias; - por luto, em virtude de falecimento do cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente, enteados, irmãos, sogros, nora, genro, padrasto e madrastra, até oito dias; - licença-prêmio; - licença por adoção; - afastar-se do exercício de suas funções para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior, por prazo não superior a dois anos; - afastar-se do exercício de suas funções para elaborar e apresentar dissertação conclusiva de cursos de pós-graduação em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, pelo prazo de seis meses, prorrogável por no máximo mais três; - afastar-se do exercício de suas funções para comparecer a seminários ou congressos, no País ou exterior; - afastar-se do exercício de suas funções para exercer o cargo de presidente da entidade de representação de classe do Ministério Público; - afastar-se do exercício de suas funções para exercer cargo eletivo. - décimo terceiro salário; - ajuda de custo; - diárias; - verba de representação de Ministério Público; - gratificação adicional por tempo de serviço; - gratificação pelo exercício da função de coordenador administrativo de órgão de administração do Ministério Público; - gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções; - verba de representação pelo exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior; - hora-aula pelo exercício do Magistério; - auxílio-doença, no valor correspondente à remuneração, quando ocorrer licença para 	<ul style="list-style-type: none"> - licença para tratamento de saúde; - licença por motivo de doença em pessoa da família; - licença à gestante, de cento e oitenta dias; - licença paternidade, até quinze dias; - licença sem remuneração; - licença para casamento, até oito dias; - licença por luto, até oito dias; - licença-prêmio; - licença por adoção; - afastar-se do exercício de suas funções para frequentar curso de pós-graduação, pelo prazo máximo de seis meses se especialização, um ano se mestrado e dois se doutorado, podendo ser prorrogado por igual período; - afastar-se do exercício de suas funções para elaborar e apresentar dissertação ou tese conclusiva de cursos de pós-graduação em nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado, pelo prazo máximo de seis meses; - afastar-se do exercício de suas funções para comparecer a seminários ou congressos, no País ou exterior; - afastar-se do exercício de suas funções para exercer cargo eletivo. - décimo terceiro salário; - ajuda de custo; - diárias; - gratificação adicional por tempo de serviço; - auxílio-funeral; - auxílio Creche; - auxílio-alimentação; - auxílio-transporte; - auxílio saúde; - auxílio financeiro para curso de graduação; - auxílio financeiro para custeio de curso de Doutorado, Mestrado Especialização (pós-graduação Lato Sensu); - adicional de graduação; - adicional de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) - bolsa de estudo que tenha caráter remuneratório; - promoção por tempo de serviço, merecimento, aperfeiçoamento, e especial; - trânsito (até 30 dias) - abono de permanência em serviço, no mesmo valor da contribuição previdenciária.

	<p>tratamento de saúde por mais de um ano ou invalidez declarada no curso da licença;</p> <ul style="list-style-type: none"> - auxílio-funeral; - gratificação pelo exercício em Promotoria de Justiça de difícil provimento; - gratificação pelo exercício de funções como membro eleito do Conselho Superior do Ministério Público; - auxílio-alimentação; - auxílio-moradia, nas Comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público; - auxílio-transporte; - indenização de férias não gozadas; - indenização de transporte; - licença-prêmio convertida em pecúnia; - benefícios de plano de assistência médico-social (auxílio saúde); - bolsa de estudo que tenha caráter remuneratório; - trânsito (15 dias) - abono de permanência em serviço, no mesmo valor da contribuição previdenciária, conforme previsto no art. 40, § 19, da Constituição da República. 	
24. MPSE	Auxílio-alimentação; Auxílio-saúde; Auxílio-Moradia	Auxílio-alimentação; Auxílio-saúde; Triênio; Gratificação vinculada à jornada de trabalho; Gratificação vinculada à lotação no interior do Estado
25. MPSP	Os previstos na LCE. Nº 734, de 26/11/1993	Os previstos na Lei Estadual Nº 10.261, de 28/10/1968
26. MPTO	Auxílio alimentação, auxílio moradia, gratificação de representação para os cargos de direção e assessoramento e gratificação por cumulação de cargo de execução.	Auxílio alimentação, auxílio creche e auxílio especial (por dependente econômico financeiro em situação de deficiência física e/ou mental)
27. MPDFT	Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Pré-escolar, Auxílio Natalidade	Auxílio Transporte, Auxílio Alimentação, Auxílio Pré-escolar, Auxílio Natalidade
28. MPF	Abono de permanência, adicional de atividade penosa, ajuda de custo, ajuda de custo para moradia.	Auxílio transporte, auxílio natalidade, auxílio pré-escolar, auxílio alimentação.
29. MPM	Auxílio-Alimentação, Auxílio Moradia, Assistência à Saúde, Plano de Seguridade Social, auxílio-natalidade, auxílio-funeral, licença gestante, adotante e paternidade, licença por acidente, auxílio reclusão, pensão, licença para tratamento de saúde, aposentadoria, licença-prêmio de 3 meses a cada quinquênio, 60 dias de férias por ano e conversão de 1/3 (um terço) das férias em abono pecuniário, ajuda de custo em caso de remoção de ofício ou a pedido, promoção ou nomeação que importe em alteração do domicílio legal.	Auxílio Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio Moradia, Assistência à Saúde, Plano de Seguridade Social, auxílio-natalidade, licença gestante, adotante e paternidade, licença por acidente, auxílio reclusão, pensão, auxílio-funeral, licença para tratamento de saúde, aposentadoria.
30. MPT	Aposentadoria; Auxílio-Natalidade; Licença para tratamento de saúde; Licença à Adotante, Gestante e Licença-Paternidade; Licença por Acidente em Serviço, Pensão, Auxílio-Funeral, Auxílio-Reclusão, Assistência à Saúde, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação	Aposentadoria; Auxílio-Natalidade; Licença para tratamento de saúde; Licença à Adotante, Gestante e Licença-Paternidade; Licença por Acidente em Serviço, Pensão, Auxílio-Funeral, Auxílio-Reclusão, Assistência à Saúde e Auxílio Alimentação

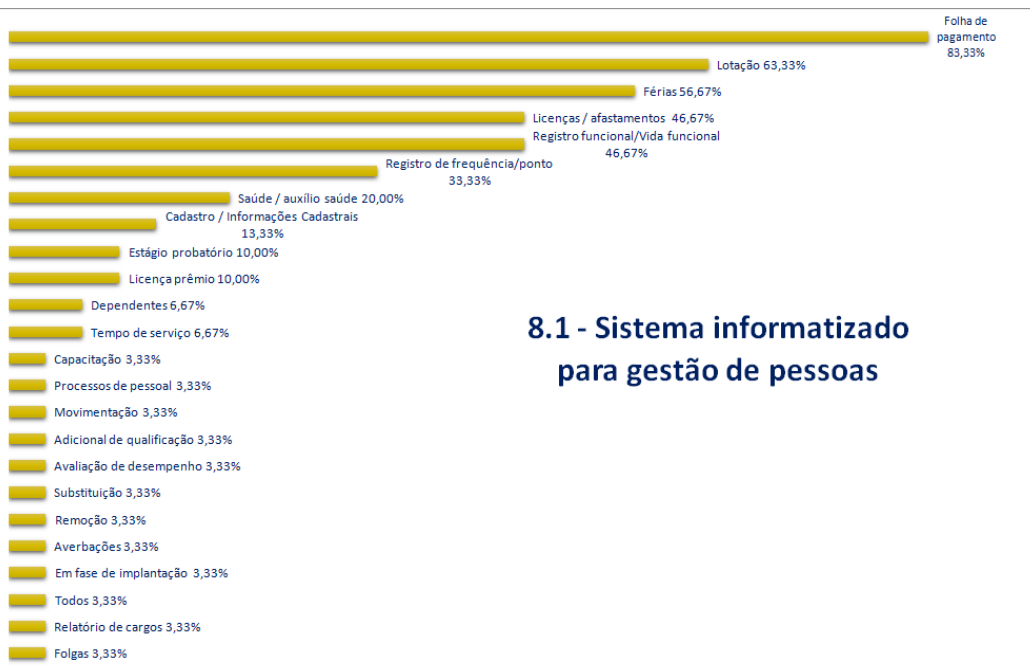
Estrutura de Gestão de Pessoas



8 - Sistema informatizado para gestão de pessoas

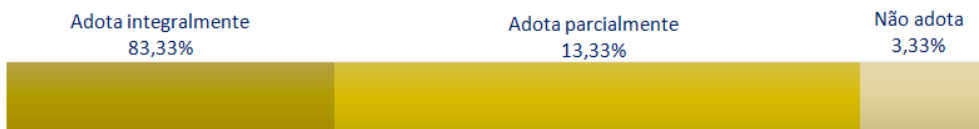


8.2 - Monitoramento da informação sobre a força de trabalho



8.1 - Sistema informatizado para gestão de pessoas

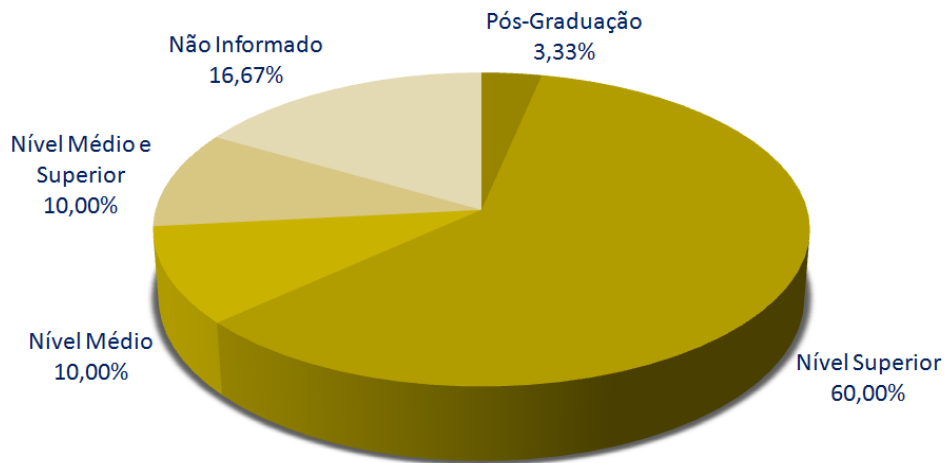
9 - Programa de estágio



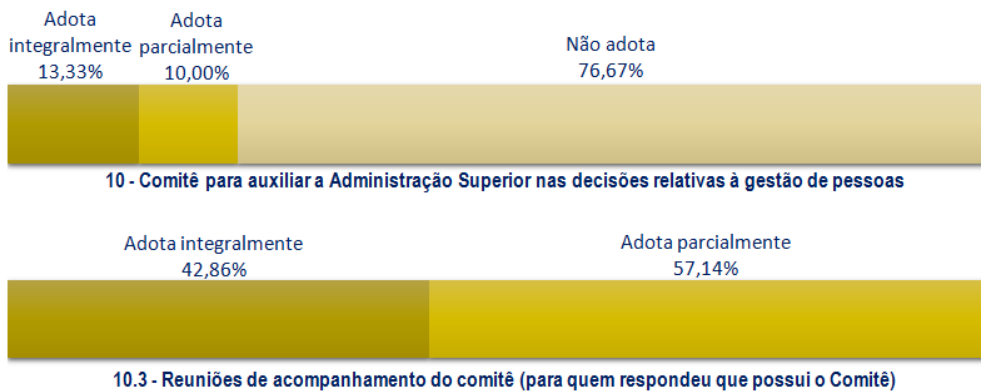
9.1 - unidade organizacional - estágio



9.2 - Programa de estágio - níveis

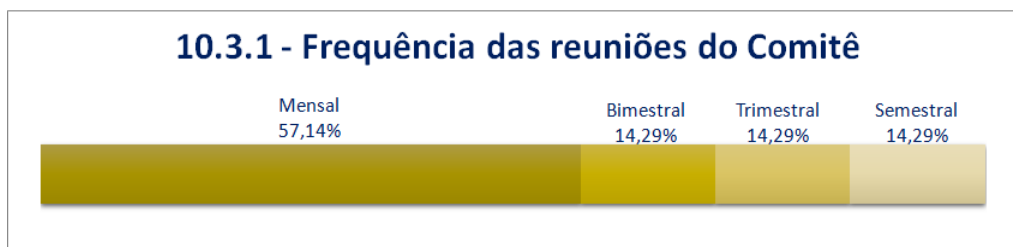


Comitê



UNIDADE Comitê para auxiliar a Administração Superior nas decisões relativas à gestão de pessoas		
	10.1 - Composição do comitê	10.2 - Ato normativo (Tipo de ato, numeração e ano).
05. MPBA	Secretaria-Geral, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, Coordenação de Gestão Estratégica, Superintendência de Gestão Administrativa, Diretoria de Administração de RH, Coordenação de Planejamento de RH, Diretoria de Modernização e Diretoria de TI	Ato nº 361/2015, Diário do Poder Judiciário n. 1487 de 12 de agosto de 2015
20. MPRO	Procurador-geral, Secretário-geral, Assessor de Planejamento Institucional, Gerente de Recursos Humanos e Assessor Técnico da Diretoria Administrativa	Resolução 022/2014-PGJ. DJE 208, de 06.11.2014, e Portaria 1233/2014-PGJ. DJE nº 224, de 28.11.2014.
22. MPRS	Secretaria de Acompanhamento e Supervisão de Carreiras (01 membro e 01 servidor), Corregedoria-Geral (01 membro), Assessoria Jurídica SUBADM (01 membro), CEAF (01 servidor), Comissão Disciplinar Permanente (01 servidor), Comissão de Avaliação de Desempenho Funcional (01 servidor), Divisão de Recursos Humanos (01 servidor), Serviço Biomédico (01 servidor), Gabinete de Articulação e Gestão Integrada (01 membro e 01 servidor), Chefia de Gabinete (01 membro).	Sua atuação está regulada pelas normas estabelecidas no Regulamento Interno constante do anexo único do Provimento Nº 54/2012. Publicado em 03/07/2012
23. MPSC	Comissão para assuntos funcionais dos servidores composta pelo Secretário-Geral do MP, Assessor do PGJ, Coordenador-Geral Administrativo, Coordenadora de RH, Gerente de Desenvolvimento de Pessoas e representante da classe	265/2013/PGJ
24. MPSE	A Diretoria de Recursos Humanos exerce o papel de comitê e é composta de 01 Diretor, 01 Assessoria e 04 Divisões, ocupadas por 18 servidores e 02 estagiários de nível médio	Lei nº 6.450/08 e demais legislações suplementares.
27. MPDFT	Assessoria de políticas institucionais da Procuradoria-Geral, Diretoria-Geral, Chefia do Departamento de Gestão de Pessoas, Chefia da Secretaria de Educação Corporativa, um coordenador administrativo e um secretário executivo de promotorias.	Portaria Normativa PGJ n. 304, de 14/03/2014
28. MPF	O Subcomitê Estratégico de Gestão de Pessoas é constituído pelos seguintes integrantes: I - um membro indicado pelo Procurador-Geral da República; II - quatro membros ou servidores indicados pelo Comitê de Gestão Estratégica; III - um membro indicado pelo Subcomitê de Gestão Administrativa; IV - Secretário de Gestão de Pessoas; e V - Secretário de Centro de Educação e Desenvolvimento Profissional.	Portaria PGR/MPF nº 865 de 2 de dezembro de 2013.

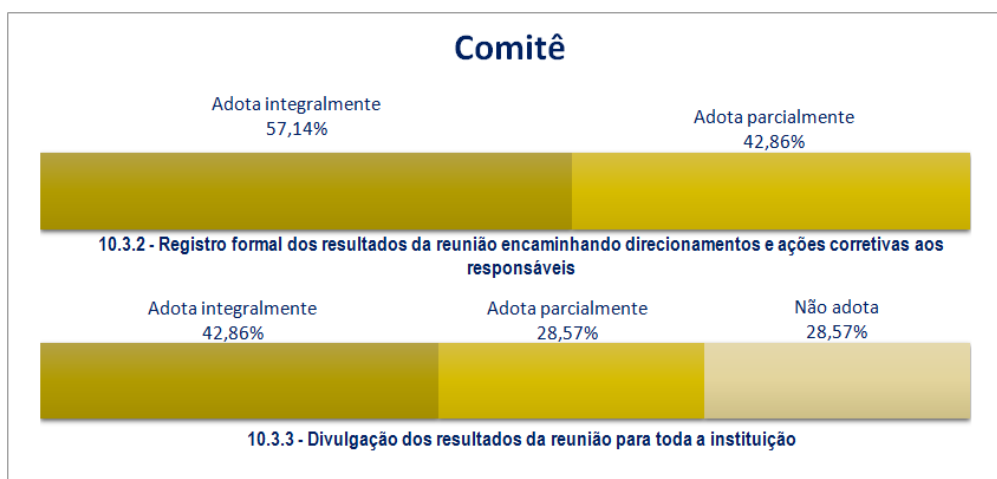
Consideradas apenas as unidades que responderam que possuem o Comitê



Consideradas apenas as unidades que responderam que possuem o Comitê

10.3.1.1 - Outras respostas

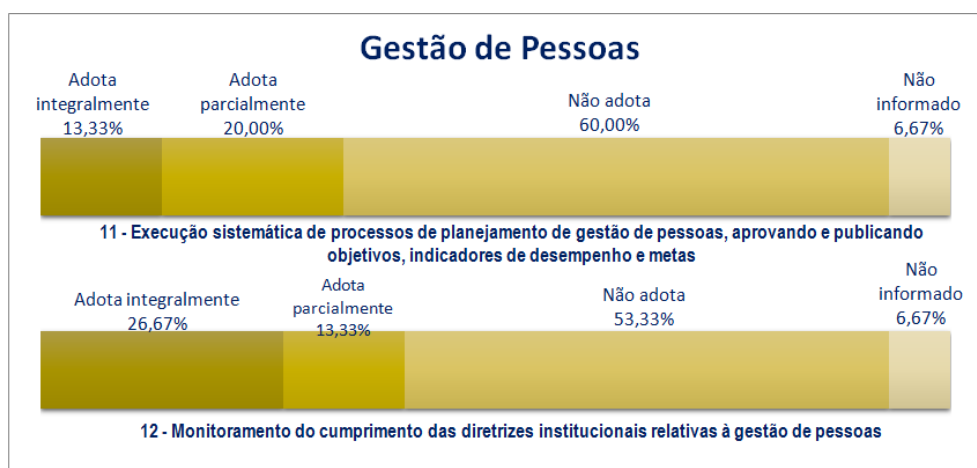
13. MPPA	Existe a proposta de criação do Comitê de Política de Gestão de Pessoas na atualização do PCCR ora em discussão
22. MPRS	Esta comissão tem por finalidade discutir soluções – gerais ou específicas – referentes à gestão de pessoas no âmbito do MPRS e sugerir programas e projetos estratégicos para a área de recursos humanos.
24. MPSE	Semanal
27. MPDFT	Há reuniões extraordinárias quando necessário.



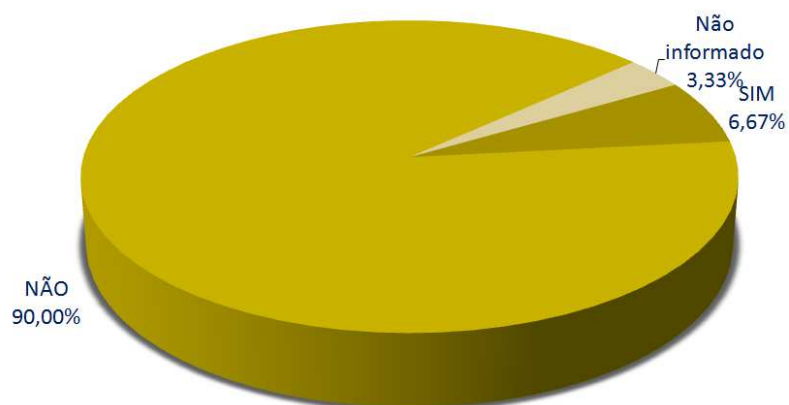
Consideradas apenas as unidades que responderam que possuem o Comitê

10.3.3.1 - Como é realizada a divulgação

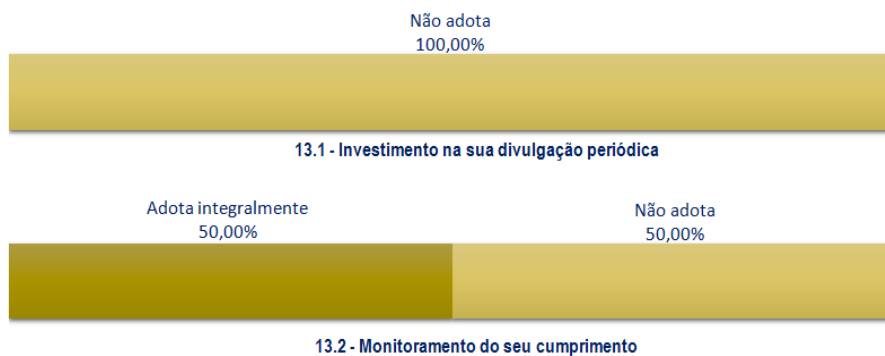
22. MPRS	Quando há necessidade de divulgação, como no caso do PIR: Projeto de Integração Regionalizada, fazemos por meio da intranet, no campo notícias e por e-mail.
23. MPSC	Disponibilizada a ata na intranet
24. MPSE	Atos administrativos publicados por meio eletrônico e físico
27. MPDFT	Publicação das decisões, pautas e atas na intranet do MPDFT e eventualmente comunicados da Assessoria de Comunicação Social.
28. MPF	São redigidas atas de cada reunião e publicadas no site: http://www.modernizacao.mpf.mp.br/sige/subcomite-estrategico-de-gestao-de-pessoas/subcomite-estrategico-de-gestao-de-pessoas-segp



13 - Ato normativo ou Código de Ética formalizado



Ato normativo ou Código de Ética formalizado

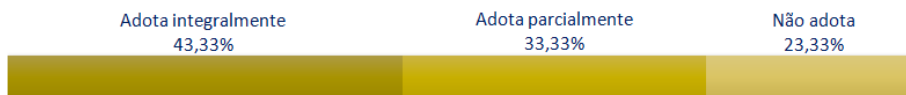


Consideradas apenas as unidades que responderam que possuem ato normativo ou Código de Ética formalizado (P 13)

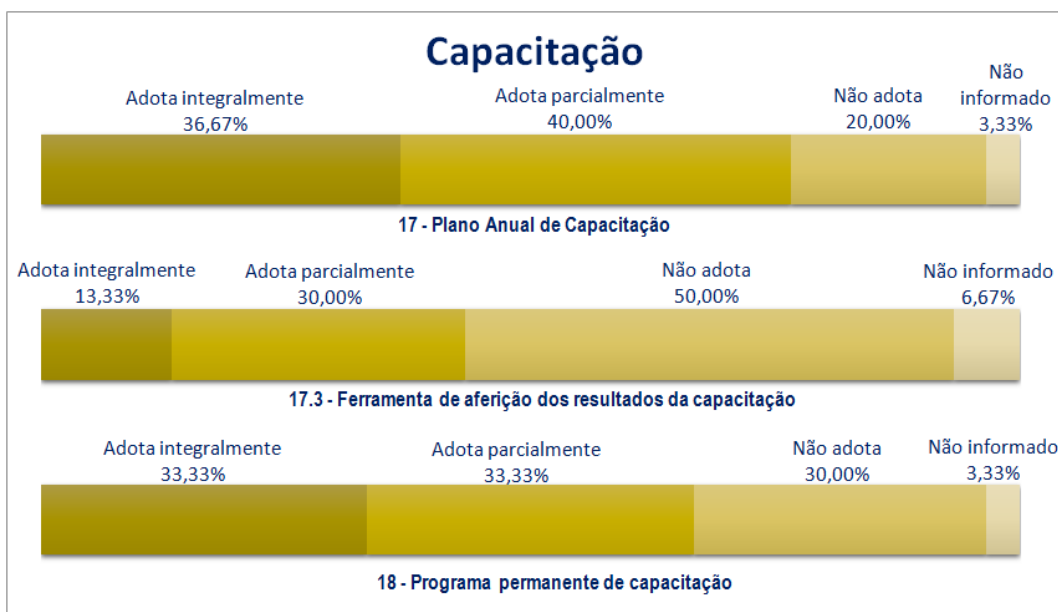
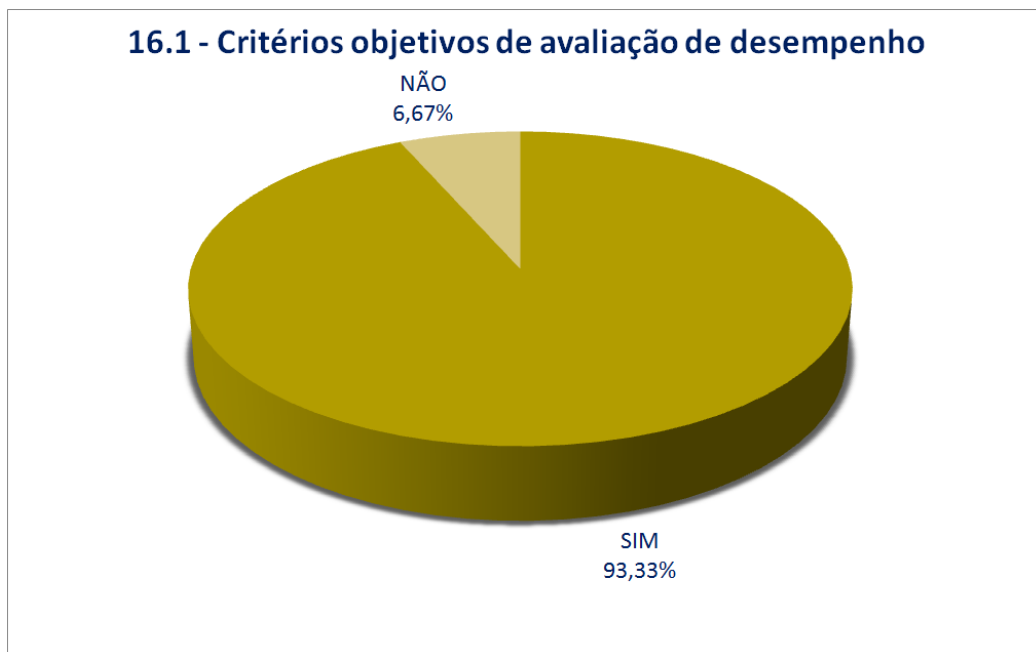
14 - Programa de menor aprendiz



15 - Auditorias internas na folha de pagamento de forma sistemática



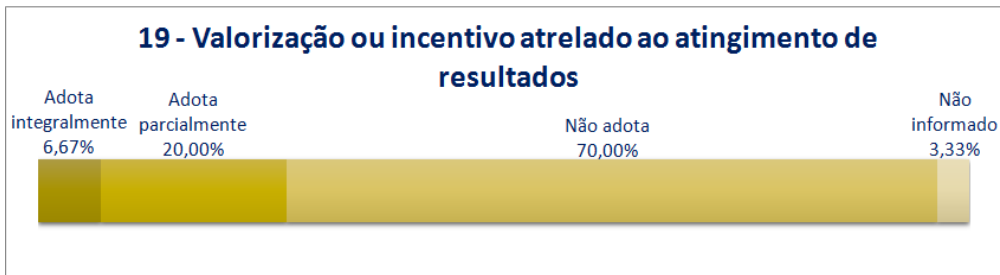
6.2.2 Desenvolvimento (avaliação e capacitação)



UNIDADE	Plano anual de capacitação	
	17.1 - Média anual de horas de treinamento por membro	17.2 - Média anual de horas de treinamento por servidor?
01. MPAC	Em 2014 foram 1.432h .	Em 2014 foram 1.432h.
02. MPAL		
03. MPAM	270 horas	198 horas
04. MPAP	NÃO RESPONDEU	NÃO RESPONDEU
05. MPBA	NÃO RESPONDEU	Para promoção 360 horas e para progressão 120 horas
06. MPCE	Compete à Escola Superior do Ministério Público do Estado do Ceará - ESMP as ações voltadas ao ingresso e vitaliciamento de membros do MP-CE, bem como as capacitações e cursos de especializações a nível Latu sensu.	O MP-CE elaborou o plano de capacitação para ser implantado no exercício de 2015, porém por questões de viabilidade orçamentária e financeira não pode ser executado, conforme Ofício Circular nº 10/2015, expedido pelo Procurador Geral de Justiça.
07. MPES	NÃO RESPONDEU	NÃO RESPONDEU
08. MPGO	22,93	59,84
09. MPMA	NÃO RESPONDEU	NÃO RESPONDEU
10. MPMG	2h32min	48min
11. MPMS	Não se aplica	Não se aplica
12. MPMT	2h27min considerando os 162 membros capacitados	3h26min considerando os 261 servidores capacitados
13. MPPA	A média anual de treinamento por membros é de 673 horas (ano 2014)	A média anual de treinamento por servidor é de 758 horas (ano 2014)
14. MPPB	Prejudicado	Prejudicado
15. MPPE	NÃO RESPONDEU	NÃO RESPONDEU
16. MPPI	Dado não quantificado	Dado não quantificado
17. MPPR	A média anual de horas de treinamento por membros é de 11 horas	A média anual de horas de treinamento por servidores é de 06 horas
18. MPRJ	Em 2014 foram realizadas 629 horas de treinamento, com a participação de 842 membros	Em 2014 foram realizadas 204 horas de treinamento, com a participação de 248 servidores
19. MPRN	406 horas (total de horas ofertadas, de cursos promovidos pelo CEAJ, isentando a realização de cursos por meio de custeados ou realizado por instituições contratadas pelo MPRN)	488 horas (total de horas ofertadas, de cursos promovidos pelo CEAJ, isentando a realização de cursos por meio de custeados ou realizado por instituições contratadas pelo MPRN)
20. MPRO	Nos dois primeiros quadrimestres de 2015, para membros = 19,66 h/a	Nos dois primeiros quadrimestres de 2015, para membros e estagiários = 4,30 h/a
21. MPRR	1,96h/membro	1,23h/servidor
22. MPRS	16h por pessoa	16h por pessoa
23. MPSC	17 HORAS-AULA	22 HORAS-AULA
24. MPSE	Compete à Escola Superior do Ministério Público	Compete à Escola Superior do Ministério Público
25. MPSP	Não há	Não há
26. MPST	O PLANO ENCONTRA-SE EM FASE DE IMPLANTAÇÃO	O PLANO ENCONTRA-SE EM FASE DE IMPLANTAÇÃO
27. MPDFT	4 horas e dez minutos	13 horas e 15 minutos
28. MPF	Não temos esse registro fidedigno, pois o nosso sistema foi pensado para registro de AQ, progressão e promoção de servidores	19h35'
29. MPM	28 horas por membro	26 horas por servidor
30. MPT	Estamos realizando levantamento desses dados	Estamos realizando levantamento desses dados

UNIDADE		Plano anual de capacitação
18.1 - Quais os programas permanentes de capacitação		
01. MPAC	Não há um programa específico. Contudo, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF realiza cursos periódicos em diferentes áreas, promovendo o aperfeiçoamento funcional.	
03. MPAM	PROSERV	
04. MPAP	Treinamentos, cursos, Palestras	
05. MPBA	Não respondeu	
06. MPCE	Não existe programa formal de capacitação, o programa foi elaborado para ser implantado em 2015, porém, por questões de viabilidade orçamentária e financeira não pode ser executado, conforme Ofício Circular nº 10/2015, expedido pelo Procurador Geral de Justiça. Ofício Circular nº 10/2015, expedido pelo Excelentíssimo Procurador Geral de Justiça. No momento, os cursos que são ofertados aos servidores são realizados os através da ESMP e de parceria com a Rede de Escola do Governo do Estado do Ceará e do Instituto Plácido Castelo - IPC do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE	
09. MPMA	Subprogramas de Integração, Atualização Profissional, Desenvolvimento Gerencial e Pós-Graduação	
10. MPMG	Formação e aperfeiçoamento	
15. MPPE	MBA Gestão do Ministério Público, abrindo turmas de 02 em 02 anos.	
16. MPPI	Atualmente, o CEAF está incumbido da tarefa de promover ações de capacitação a membros e servidores, tendo realizado, de maneira pontual, alguns eventos de atualização e capacitação relacionado à área fim	
17. MPPR	<p>O CEAF possui Plano de Capacitação, normatizado pela Resolução nº 0196/2012, que pode ser acessada no link http://www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Resolucoes/Res_0196_12_Plano_de_Capacitacao.pdf Conforme Resolução nº 2110/2011 – PGJ/MPPR, que aprovou o curso de ingresso, esta regulamentação possibilita, pela exigência de um mínimo de horas de formação, que seja indicada a obrigatoriedade de frequência aos cursos que são apontados pelo CEAF, para Promotores de Justiça em estágio probatório, uma vez que constitui etapa do processo de vitaliciamento (conforme disposto no inc. IV do art. 93, c.c. § 4º do art. 129, redação de acordo com a EC nº 45/2004, sendo a participação objeto de registro e anotação em ficha funcional, nos registros da Corregedoria-Geral do Ministério Público. Os demais membros também podem solicitar esse registro e anotação em ficha funcional, o que é benéfico para a carreira. Além disso, tanto para membros ou para servidores o MPPR oferece o Auxílio Financeiro a Cursos, conforme Resolução PGJ nº 1493/2009.</p> <p>Resolução nº 2110/11 – PGJ/MPPR disponibilizada na página eletrônica do CEAF, no link: http://www.ceaf.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Resolucoes/Res_2110_11_Ingresso_e_Vitaliciamento_Membros.pdf</p> <p>Resolução nº 1493/09 – PGJ/MPPR disponibilizada na página eletrônica do CEAF, no link: http://www.ceaf.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Resolucoes/Res_1493_09_Auxilio_Financeiro.pdf</p>	
18. MPRJ	Cursos e palestras em todas as áreas do MP	
19. MPRN	O plano anual de desenvolvimento de servidores e para os membros do MPRN é realizado uma programação mensal	
20. MPRO	Tendo em vista o início da atual gestão em maio de 2015, foram adotados, a partir de então, os seguintes programas de capacitação: Para Membros - (2015001120012294) PROGRAMA DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DOS MEMBROS PARA 2015 Para Servidores (e Estagiários) - (2015001120012312) PROGRAMA DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DOS SERVIDORES PARA 2015	
22. MPRS	Direito, Atuação Ministerial, Integração ao Ministério Público, Formação de Gestores, Língua Portuguesa, Informática Usuário, Informática Desenvolvedor, Assessoramento Técnico, Áreas Administrativas e Atendimento, Pós-Graduação, Desenvolvimento Pessoal, Outras Demandas.	
23. MPSC	Plano Anual de Capacitação, Curso de Pós-Graduação e Programa de Auxílio Financeiro para graduação e pós-graduação	
24. MPSE	Compete à Escola Superior do Ministério Público e demais unidades conforme demanda	
27. MPDFT	Em fase de elaboração dos programas	
28. MPF	Desenvolver (Bolsas de idiomas e pós-graduação, capacitação, Programa Preparação para aposentadoria, Educação financeira, Desenvolvimento Gerencial)	
29. MPM	Programa de Pós-Graduação; Programa de Desenvolvimento Gerencial; Programa de Capacitação Profissional de membros; Programa de Capacitação de servidores.	
30. MPT	Programa de desenvolvimento gerencial, programa	

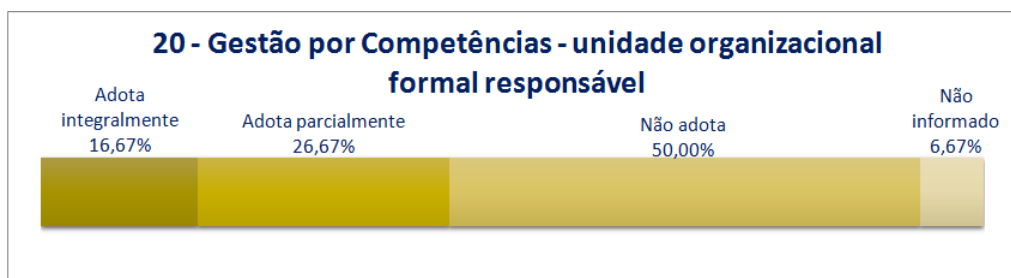
Consideradas apenas as unidades que responderam que responderam à pergunta



UNIDADE	191 - Valorização ou Incentivo atrelado ao atingimento de resultados - QUAIS
03. MPAM	PONTUAÇÃO NA PROMOÇÃO
04. MPAP	Melhor arrazoado forense
10. MPMG	Progressão e promoção na carreira
17. MPPR	Os incentivos estão vinculados à Promoção por Merecimento, para membros, conforme disposto na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Paraná, Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, da Seção V, Das Promoções, no art. 108, inciso X “para aferição do merecimento, o Conselho Superior do Ministério Público deverá levar em consideração: a frequência e o aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aproveitamento funcional”.
19. MPRN	Avanço na carreira e desenvolvimento da carreira de membros e servidores
23. MPSC	Progressão funcional dos servidores por aperfeiçoamento (até 240 horas-aula por ano) e Adicional de Pós-Graduação
30. MPT	Adicional de Qualificação e Promoção nas classes da carreira

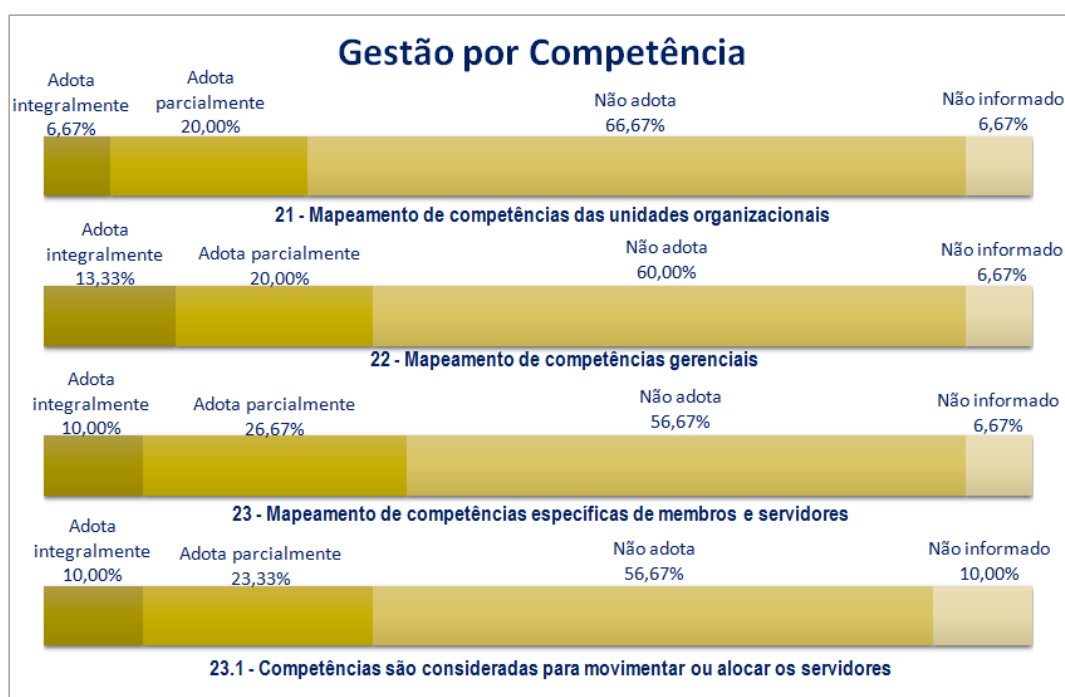
Consideradas apenas as unidades que responderam que responderam à pergunta

6.2.3 Gestão por Competências



UNIDADE	20.1 - Ato normativo que instituiu unidade organizacional de Gestão por Competência
05. MPBA	Ato normativo 21/2008, alterado pelo ato normativo 01/2010.
08. MPGO	Regimento Interno, publicado no DOMP de 13/10/2014 - Edição 1304
09. MPMA	Portaria nº 2487/2015-GPGJ
10. MPMG	Portaria PGJAA n.º 758, de 23.4.2015
11. MPMS	Portaria nº 968/2015-PGJ, de 8.5.2015.
12. MPMT	Em desenvolvimento
13. MPPA	Portaria nº 1680/2015-MP/PGJ, publicado no D.O.E. em 9/4/2015.
14. MPPB	Portaria DIADM Nº 191/15, Publicada No Doe, Pág. 04, em 01/04/2015
17. MPPR	Resolução 1304/2015 de 06 de abril de 2015 Resolução 2419/2015 de 15 de junho de 2015
19. MPRN	Resolução da avaliação de desempenho
23. MPSC	Lei Complementar Estadual 223/2002 - SC
24. MPSE	Existe Grupo de Trabalho objetivando a implantação do Projeto Nacional Gestão por Competências no MPSE instituído pela Portaria nº 1.663, de 18 de junho de 2015
27. MPDFT	Portaria Normativa PGJ/MPDFT n. 325, de 13/06/2014.
29. MPM	Existe apenas uma Comissão designada, instituída pela Portaria nº 403/DG, de 03 de agosto de 2015
30. MPT	Portaria MPT nº 731, de 20 de novembro de 2014

Consideradas apenas as unidades que responderam que responderam à pergunta

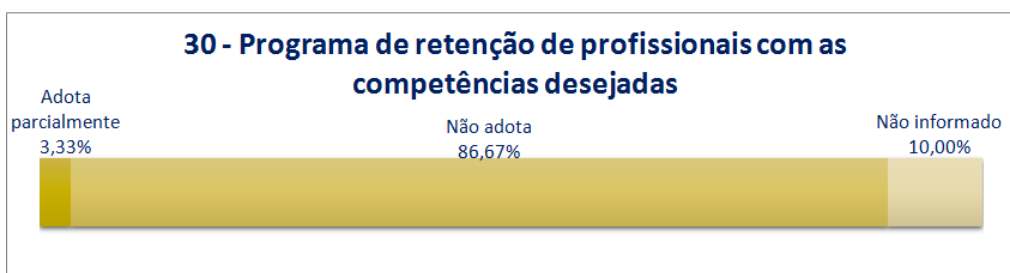
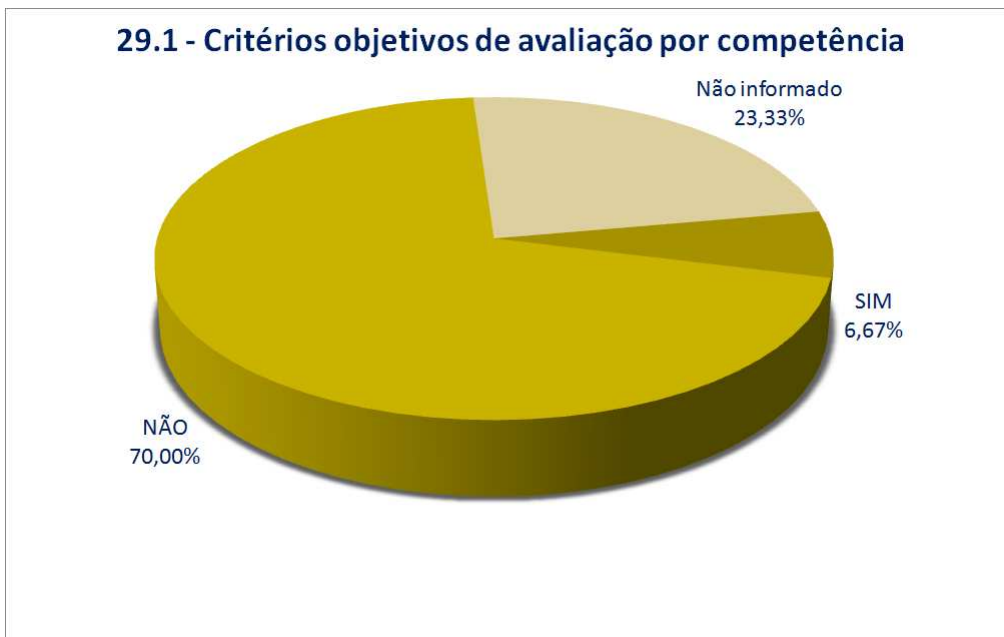
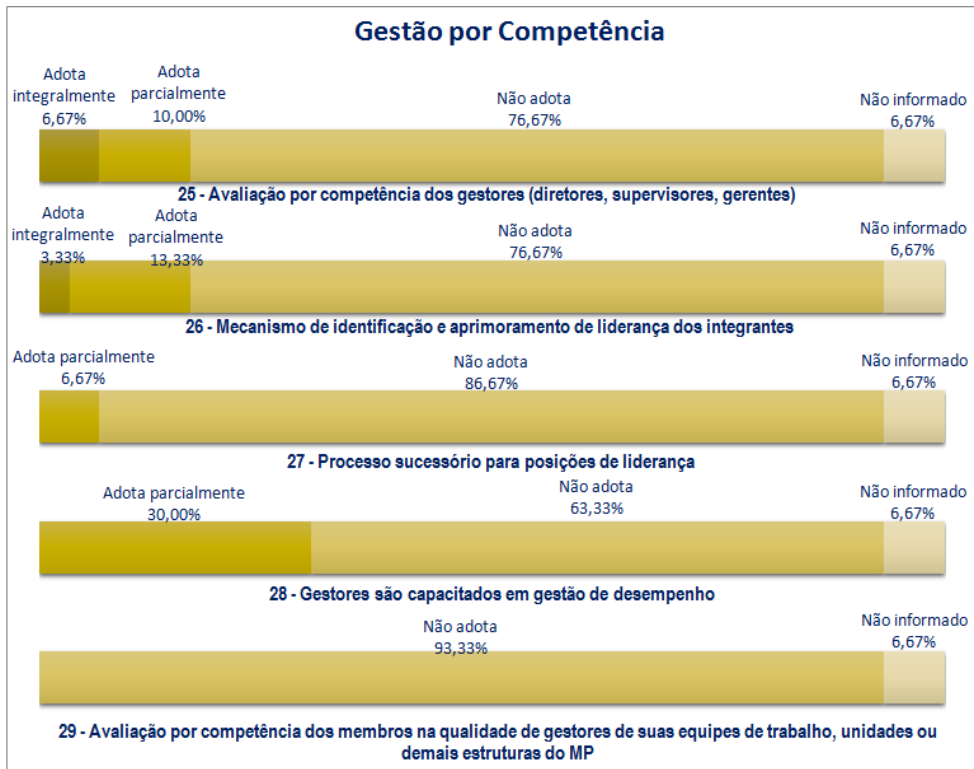


24 - Planejamento para sanar as lacunas identificadas

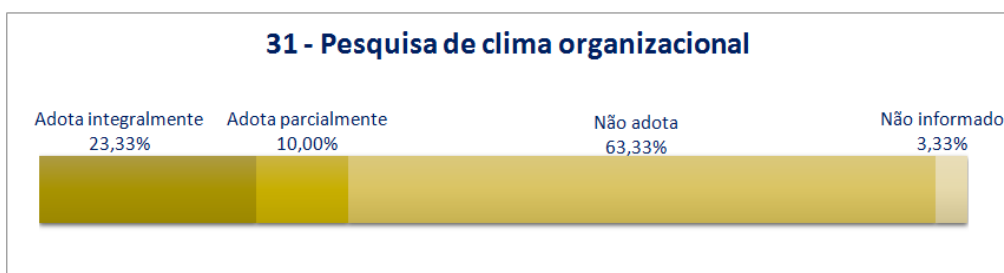


UNIDADE	24.1 - Ações para sanar as lacunas identificadas
05. MPBA	Avaliação curricular, capacitação profissional, área de formação e interesse institucional/servidor
08. MPGO	Cursos de capacitação, treinamento, palestras.
14. MPPB	Mapeamento De Rotinas Das Áreas Fim E Meio
17. MPPR	O processo de implantação do modelo de Gestão por Competências no MPPR foi formalizado em abril do corrente ano, por meio da Resolução PGJ n° 1304/2015. Atualmente a Equipe Executiva, criada para auxiliar no processo de implantação, está finalizando o Projeto Preliminar, seguindo as orientações da Ação Nacional Estruturante 01 do CNMP e realizando estudos e pesquisa de boas práticas em outros órgãos. As demais etapas, inclusive a de Mapeamento das Competências serão realizadas no decorrer dos dois próximos dois anos.
18. MPRJ	Termo de abertura de projeto, aprovado na reunião do dia 14/09/2015 do Fórum Permanente de Gestão do MPRJ, visando ao aprimoramento da capacitação dos servidores e a consequente implementação da Gestão por Competências
23. MPSC	Aquelas ações formais indicadas na avaliação de competências
24. MPSE	Identificar a formação do servidor para lotá-lo na unidade que necessite de sua formação ou especialização ou do seu conhecimento ou experiência
27. MPDFT	As competências comuns são trabalhadas no Programa de Formação Inicial e Ambientação do novo servidor. Aliado a isso, as lacunas identificadas no diagnóstico de necessidade de capacitação estão servindo de base para estruturação para os programas e projetos estratégicos de capacitação e desenvolvimento do MPDFT.
28. MPF	Programa de Desenv. Gerencial, avaliação de desempenho, capacitação, Plano de desenvolvimento individual, lotação
30. MPT	Desenvolver em 2016 as trilhas de aprendizagem, já observando o mapeamento que está em fase final.

Consideradas apenas as unidades que responderam que responderam à pergunta

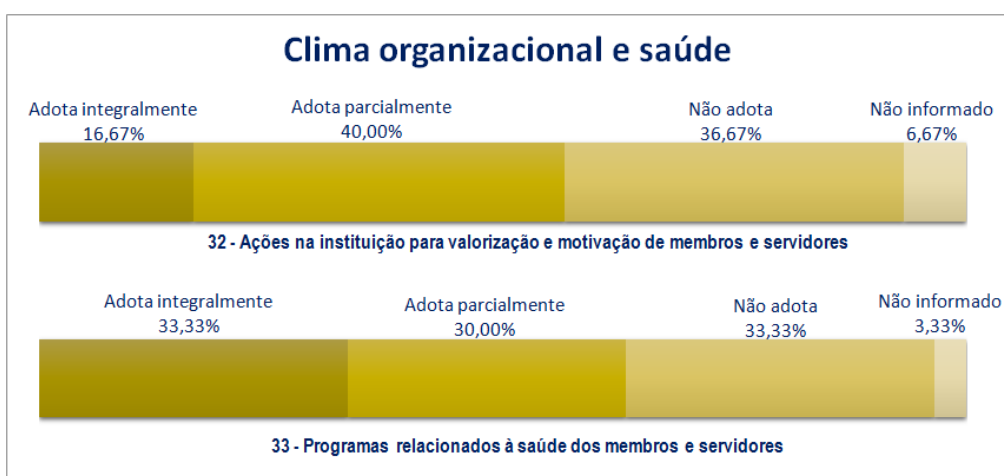


6.2.4 Clima Organizacional e Saúde



Pesquisa de Clima Organizacional			
UNIDADE	31.1 - Qual a periodicidade da pesquisa	31.1.1 - Outras opções [especificar]	31.2 - Existe plano de ação decorrente do resultado obtido na pesquisa
01. MPAC	Anual	Foi realizada apenas uma vez, no ano 2014.	SIM
03. MPAM		BIENAL	SIM
08. MPGO		Não existe uma periodicidade formal.	NÃO
14. MPPB		Fase de estudos para implantação: MP cuida de você	NÃO
15. MPPE	Anual		NÃO
17. MPPR		Foi feita uma pesquisa de clima organizacional, mas não foi repetida.	NÃO
19. MPRN	Anual	A Pesquisa de Clima acontece a cada dois anos	SIM
22. MPRS		Foi realizada uma pesquisa em 2011, mas não há avaliação periódica do clima organizacional	SIM
23. MPSC	Anual		NÃO
27. MPDFT		BIENAL	SIM
28. MPF		BIANUAL	NÃO
30. MPT	Anual		SIM

Consideradas apenas as unidades que responderam que responderam à pergunta



UNIDADE 32.1 - Ações para valorização e motivação de membros e servidores	
02. MPAL	Existe um plano de cargos e salários para membros e servidores que prevê a ascensão profissional de acordo com tempo de serviço, capacitação e merecimento. Há a promoção de cursos de capacitação na instituição. Existe um planejamento estratégico para melhorar suas diversas esferas, que conta com a participação de servidores e membros. Aos membros é permitido afastamento remunerado para cursos de Pós-Graduação.
03. MPAM	1. Data base; 2. Periodicidade das Promoções e Remoções; 3. Cessão de Benefícios
04. MPAP	Ações voltados aos servidores, tais como: palestras motivacionais, programas de saúde de prevenção a doenças e vacinações.
05. MPBA	Pagamento de gratificação de adicional de qualificação para servidores
09. MPMA	Adicional de Qualificação, concursos de remoção, promoção e progressão
11. MPMS	Palestras de motivação, auxílio-saúde, cursos de capacitação.
13. MPPA	Ações voltados aos servidores oriundos do Governo do Estado do Pará
15. MPPE	Eventos de integração em datas comemorativas (dia do servidor, dia da mulher, dia do motorista, etc), caravana de oficinas nas circunscrições, encontro dos administradores de sede, campanhas da gentileza.
16. MPPI	Eventos relacionados a servidores e membros
17. MPPR	Programação do Dia do Servidor, Dia da Saúde
19. MPRN	Carta de condecoração para os membros e servidores com os melhores resultados e desempenho; homenagens aos servidores aposentados; Reconhecimento daqueles que fazem história na instituição (10,15 e 20 anos no MPRN); Programa de recompensas.
20. MPRO	Gratificação de Capacitação (servidor)
22. MPRS	São ações promovidas pela COGESP: Mostra de Talentos, PIR, Copa MP e Premiação de Boas Práticas.
23. MPSC	A valorização dos funcionários ocorre de maneira formal e informal. Os Promotores e Procuradores de Justiça, quando reconhecidos pelo bom trabalho, têm uma matéria divulgada na internet e intranet, para que a boa prática seja difundida e para que a pessoa seja valorizada. Os servidores efetivos recebem um cartão de agradecimento, registro de elogio em ficha funcional e uma ligação telefônica da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, que avisa a chefia do servidor, nos casos em que ela não for a autora do elogio. Ainda, os servidores efetivos possuem a promoção por merecimento, que é resultado das avaliações de desempenho igual ou acima da média, que possuem efeitos financeiros a cada dois anos. Algumas ações: Semana do Servidor”, a qual ocorre há mais de 5 (cinco) anos e é voltada à participação dos colaboradores em palestras, confraternizações e atividades práticas que objetivam aprimorar e reconhecer o trabalho desempenhado. Nesse sentido, também merece destaque o “Café dos Aposentados”, que ocorre desde 2013 com a participação de colaboradores que já se aposentaram, mas que são reconhecidos pela dedicação à Instituição ao longo dos anos.
24. MPSE	Avanço na carreira por titulação e ações desenvolvidas pela Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade do MPSE
27. MPDFT	Homenagem por tempo de serviço, por aposentadoria, comemoração do dia do servidor público, jiu jitsu, coral, yoga, meditação, grupos ecumênicos, etc.
29. MPM	Programa de Capacitação Profissional para Membros – recebem até 3,5 diárias e passagens aéreas para participação em evento relacionado à área-fim em localidade diversa da lotação; Participação de membros em eventos no exterior, por meio do sistema SORTEIO; participação de servidores em Seminários e Congressos em localidade diversa da lotação, por meio do sistema SORTEIO; Medalha de Bons Serviços para servidores.

Consideradas apenas as unidades que responderam que responderam à pergunta

Clima organizacional e saúde



34 - Acompanhamento psicossocial



34.3 - Equipe multidisciplinar para acompanhamento das pessoas com deficiência

Clima organizacional e saúde



34.1 - Acompanhamento psicossocial - para Membros



34.2 - Acompanhamento psicossocial - para Servidores

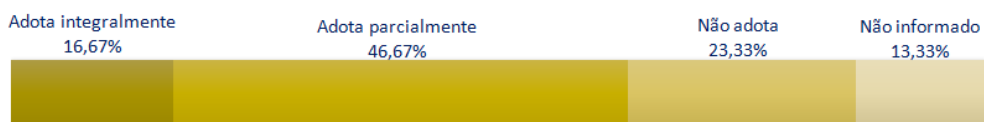
Clima organizacional e saúde



35 - Programa de gestão sustentável



36 - Programa de qualidade de vida no trabalho



36.3 - Ações de qualidade de vida no trabalho

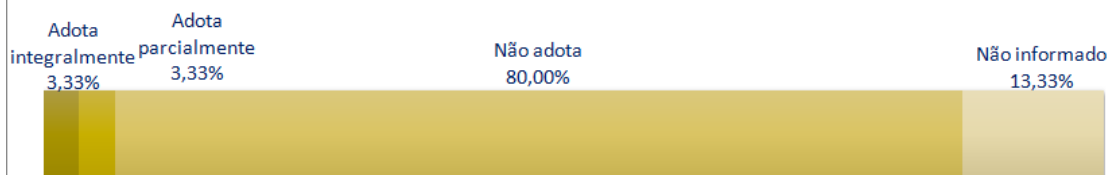
UNIDADE	35.1 - Programa de gestão sustentável	36.1 - Programa de qualidade de vida no trabalho
01. MPAC		Viver para Servir
05. MPBA		Promoção da Saúde: realização de atividades físicas como ginástica laboral em contribuição a diminuição do sedentarismo, orientação e conscientização postural e realização de campanhas de prevenção de doenças, bem como de palestras educativas para a abordagem de temas como hábitos alimentares, combate ao stress, tabagismo, hipertensão, alcoolismo e cardiopatias, dentre outros relacionados à saúde;
06. MPCE	Foi institucionalizado em 2015 o Selo Siará	
08. MPGO	Existe a Comissão de Gestão Ambiental.	
09. MPMA		Programa Institucional de Qualidade de Vida no Trabalho que tem como uma das suas atividades o desenvolvimento de Semanas de Qualidade de Vida, dentre outras ações.
11. MPMS	Processos virtuais, reciclagem de papel.	
13. MPPA	A3P	Programa de Valorização dos Integrantes do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 04/2009-CPJ, de 31/3/2009
14. MPPB	Prejudicado	
15. MPPE	Não adota	Corrida e caminhada da família MPPE, passeio ciclístico, olimpíadas, ginástica laboral, shiatsu, palestras, aferição de pressão, diabetes, etc
16. MPPI		Há um comitê instituído por Portaria e incumbido de idealizar políticas de saúde e qualidade de vida no trabalho
17. MPPR	Havia programa socioambiental	
18. MPRJ	Implantada a Comissão de Gestão de Sustentabilidade. Projetos: "Adote uma Caneca" (substituição de copos descartáveis); "Impressão Frente e Verso" (economia de papel); "Carimbo Legal" (economia de papel); "Coleta Seletiva" (gerenciamento de resíduos); "Envelope Vai e Volta" (economia de papel)	Já em funcionamento: Campanhas gerais: de vacinação, de combate ao Sobrepeso e Obesidade, ao Diabetes, à Hipertensão, etc. Em desenvolvimento: Estratégias de preservação da saúde física e mental e prevenção do adoecimento, através de Ginástica Laboral, Orientação Nutricional e Psicológica (como lidar com o estresse), Noções de Ergonomia (manipulação de equipamentos, peso e uso correto do mobiliário, treinamento postural).
20. MPRO	MP Sustentável	Ginástica laboral, atendimento médico/nutricional/psicológico, meus parabéns, melhor idade, mãe protetora, horário corrido as sextas, coral
23. MPSC		Programa de Qualidade de Vida; Saúde Ocupacional; Prevenção de Riscos Ambientais; e Representantes de Saúde e Segurança do Trabalho
24. MPSE	Compete à Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade do MPSE	Ações de QVT são realizadas pela Coordenação de Evolução Humana, Ética, Espiritualidade e Fraternidade e Centro Médico do MPSE
27. MPDFT	Programa de Gestão Ambiental ligado à Vice-Procuradoria-Geral de Justiça	Programa Viva Melhor
28. MPF	Programa de Gerenciamento de Resíduos de Saúde, descarte seletivo	Inspiração, Mãe Nutriz, Programas de Saúde
29. MPM	-	Programa Bem-Viver
30. MPT	MPT Socioambiental	Programa de QVT do MPT

Consideradas apenas as unidades que responderam que responderam à pergunta

Clima organizacional e saúde



37 - Recursos destinados aos programas/ações de qualidade de vida no trabalho contemplados no Plano Plurianual

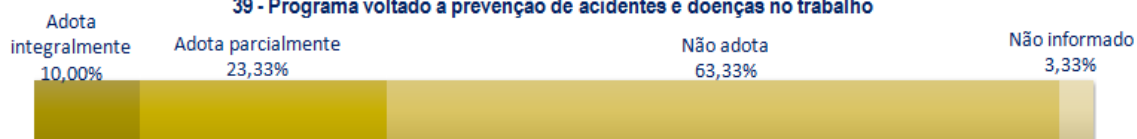


38 - Diretrizes que contemplem a gestão de riscos relacionados ao capital humano

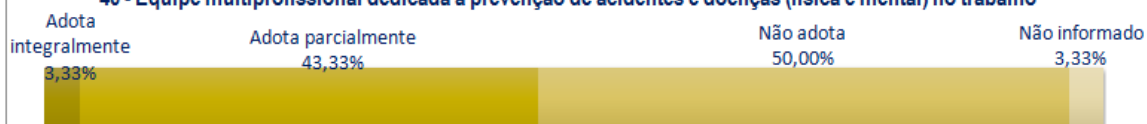
Clima organizacional e saúde



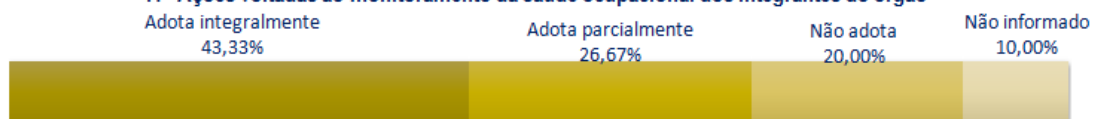
39 - Programa voltado a prevenção de acidentes e doenças no trabalho



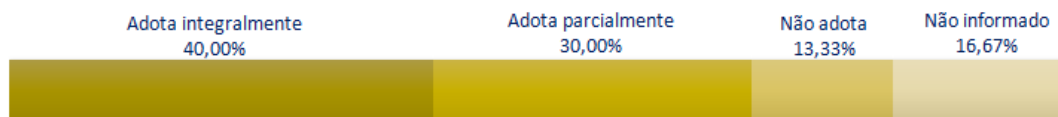
40 - Equipe multiprofissional dedicada à prevenção de acidentes e doenças (física e mental) no trabalho



41 - Ações voltadas ao monitoramento da saúde ocupacional dos integrantes do órgão

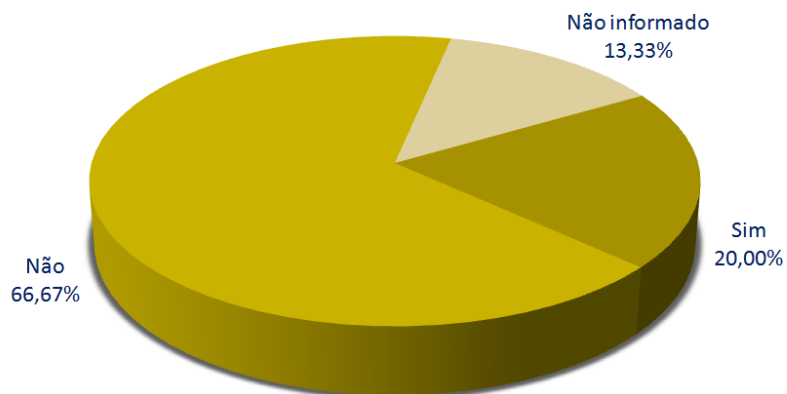


42 - Aplicação das normas regulamentares de ergonomia para aquisição de mobiliário e construção de novas sedes

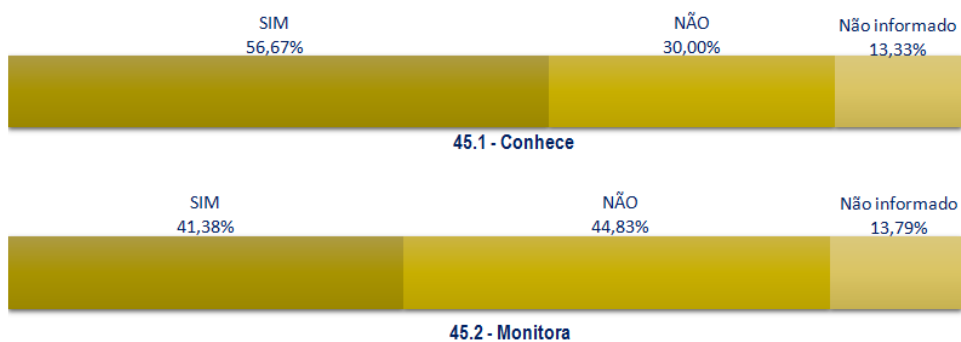


44 - Monitoramento do cumprimento da legislação de segurança e saúde no trabalho de seus prestadores de serviço

43 - Controle da evolução dos gastos relacionados ao pagamento da RAT (Risco de Acidente de Trabalho) ao INSS (folha dos servidores Comissionados)



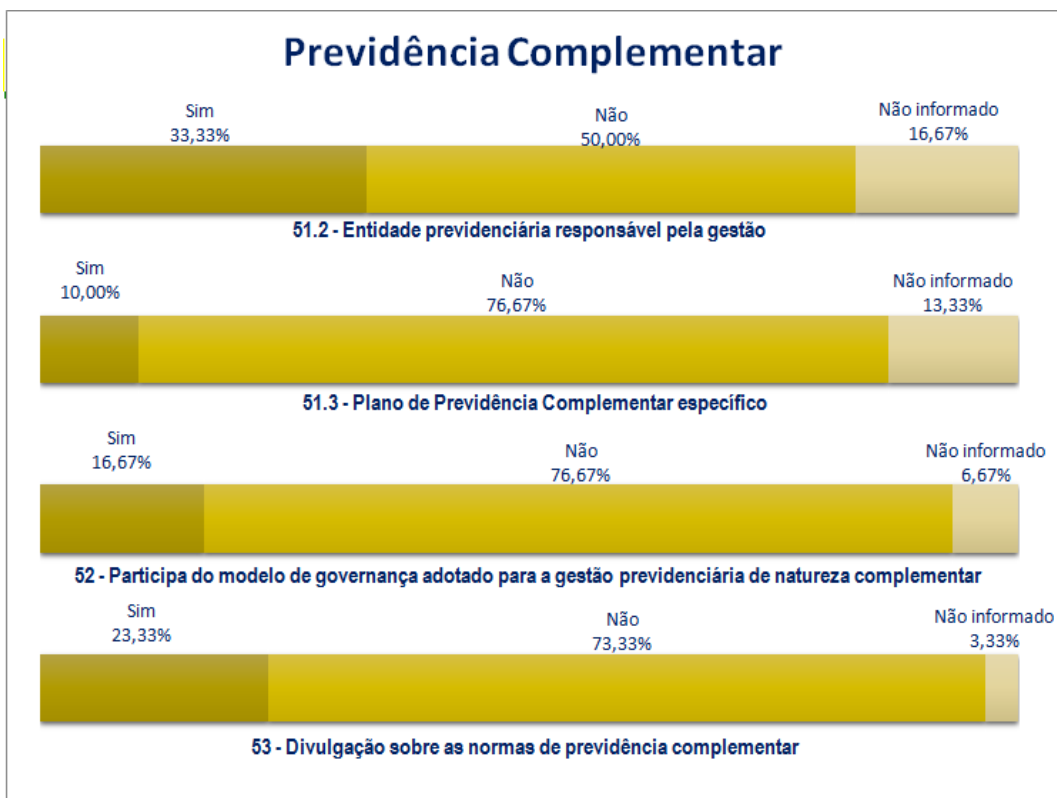
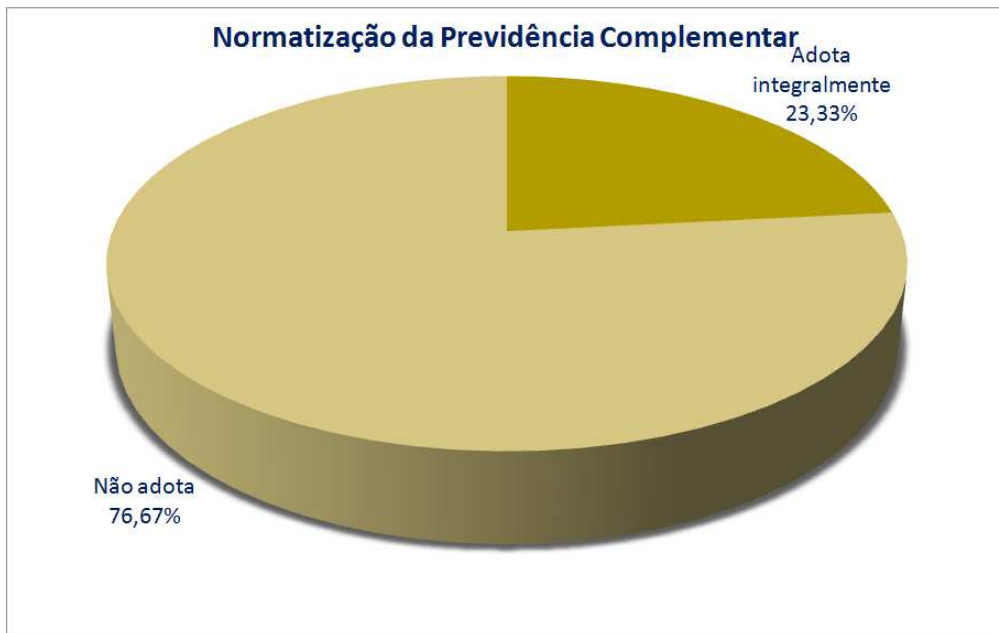
45 - Conhece e monitora as atividades de risco desenvolvidas por seus integrantes



Clima organizacional e saúde

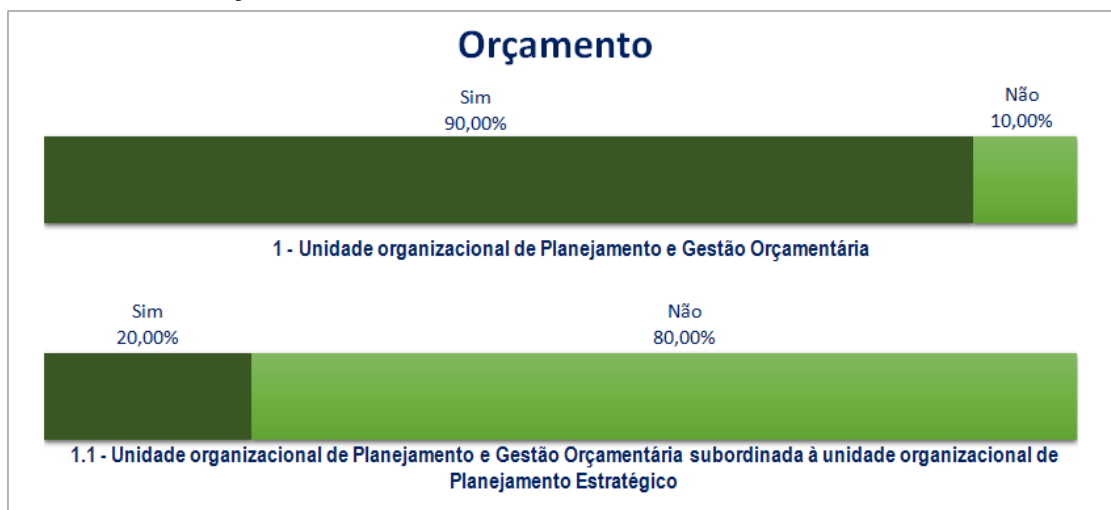


6.2.5 Previdência



6.3 Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária - CPGO

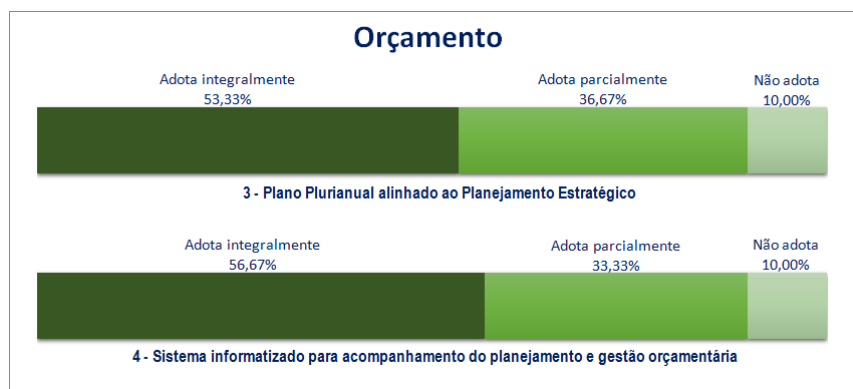
6.3.1 Orçamento



UNIDADE	1.2 - RESPONSÁVEL PELO PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E RESPECTIVA SUBORDINAÇÃO
01. MPAC	Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, que está subordinada à Procuradoria-Geral de Justiça.
02. MPAL	DIRETORIA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO JAMILLE M. S. MASCARENHAS SUBORDINADA A DIRETORIA GERAL
03. MPAM	Sr. José Alberto da C. Machado e Sra. Heliane Nogueira de Arruda, subordinado a Diretoria Geral - Sra. Adelina da Cunha Parente Bisneto
04. MPAP	Diretor do Departamento de Planejamento, subordinada a Diretoria Geral
05. MPBA	Regina Lucia Braga de Alencar Couto, Diretora de Programação e Gestão Orçamentária, subordinada hierarquicamente à Superintendência de Gestão Administrativa - SGA e tecnicamente Sistema de Planejamento e Gestão Estratégica - SIPLAGE, sob a Coordenação do Promotor de Justiça Marcelo Henrique Guimarães Guedes.
06. MPCE	Unidade Responsável: Assessoria de Planejamento e Coordenação subordinada ao Procurador-Geral de Justiça
07. MPES	A Assessoria de Planejamento e Orçamento, inserida na Coordenação de Finanças
08. MPGO	Superintendência de Gestão Orçamentária e Compras, subordinadas à Diretoria-Geral
09. MPMA	Coordenador de Orçamento e Finanças, subordinado à Diretoria Geral da PGJ.
10. MPMG	A Diretoria de Orçamento, unidade responsável pela execução e gestão orçamentária, está subordinada à Superintendência de Finanças. O planejamento orçamentário é de responsabilidade da Administração Superior.
11. MPMS	O planejamento operacional e a gestão da execução orçamentária fazem parte da Secretaria de Finanças e Planejamento, cuja responsável é a Diretora da Secretaria, subordinado ao Secretário-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
12. MPMT	Há uma unidade de Planejamento e orçamento lotada no Departamento de Planejamento e Gestão. Subordinada à Secretaria Geral da Administração e Diretoria Geral
13. MPPA	Existem assessores de Planejamento, Orçamento e Gestão, diretamente subordinados ao Procurador-Geral de Justiça
14. MPPB	Responsável: Diretor De Planejamento Subordinação: Secretário De Planejamento E Gestão
15. MPPE	A responsável pelo planejamento e gestão orçamentária é a assessora de planejamento e estratégia organizacional, subordinada ao Secretário Geral.
16. MPPI	Assessor para Programação e Gestão Orçamentária. Subordinado ao Assessor Especial de Planejamento e Gestão Estratégica
17. MPPR	No MP/PR planejamento e Gestão Orçamentária estão separados. O primeiro está vinculado à SUBPLAN/Departamento de Planejamento e Gestão o segundo à SUBADM/Departamento Financeiro.
18. MPRJ	Sr. Marcelo Vieira de Azevedo, Secretário de Planejamento e Finanças, subordinado à Secretaria-Geral do Ministério Público e à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração
19. MPRN	A Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na qual Patrícia Angelina (Analista - Contabilidade) é a responsável, está subordinada diretamente à Diretoria-Geral.
20. MPRO	Diretoria de Orçamento e Finanças e está subordinada à Secretaria-Geral
21. MPRR	Diretoria Orçamentária e Financeira - Bairton Pereira Silva, subordinado a Diretoria Geral - Antônio Clésio Motta de Rosso

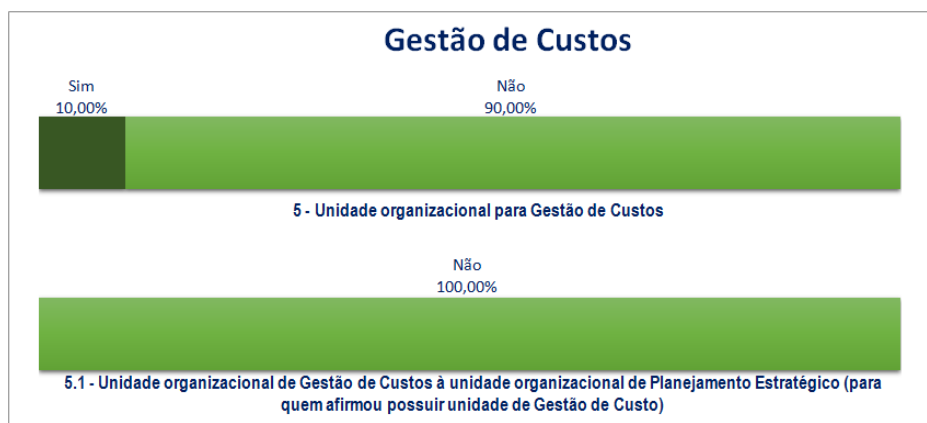
22. MPRS	Assessoria de Planejamento e Orçamento subordinada à Direção-Geral, que é subordinada à Subprocuradoria-Geral para Assuntos Administrativos
23. MPSC	A Coordenadoria de Planejamento é vinculada à Coordenadoria-Geral Administrativa, e a Gerência de Execução Orçamentária é vinculada à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, que é Vinculada a Coordenadoria-Geral Administrativa
24. MPSE	Divisão de Acompanhamento Orçamentário e Estatística, subordinada a Diretoria de Planejamento, Orçamento e Perícia Contábil.
25. MPSP	Responsável: Assessoria Técnica Orçamentária e está subordinada à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão
26. MPTO	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO / DIRETORIA-GERAL / PGJ
27. MPDFT	Departamento de Orçamento e Finanças subordinado à Diretoria-Geral do MPDFT
28. MPF	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (SPO). ESTÁ SUBORDINADA À SECRETARIA GERAL (SG)
29. MPM	Diretor do Departamento de Orçamento e Finanças, subordinado ao Diretor-Geral do Órgão
30. MPT	Diretor de Orçamento e Finanças; é subordinado a Diretoria-Geral

UNIDADE	CPGO - 2.1 - Membros com dedicação exclusiva:	CPGO - 2.2 - Membros com dedicação parcial:	CPGO - 2.3 - Servidores com dedicação exclusiva:	CPGO - 2.4 - Servidores com dedicação parcial:	CPGO - 2.5 - Estagiários:
01. MPAC	0	0	1	0	0
02. MPAL	0	0	3	6	0
03. MPAM	0	0	11	0	2
04. MPAP	0	0	2	1	1
05. MPBA	0	1	5	0	0
06. MPCE	0	3	2	11	0
07. MPES	0	1	3	1	0
08. MPGO	0	1	17	0	0
09. MPMA	0	0	9	0	1
10. MPMG	0	2	8	4	0
11. MPMS	0	1	0	3	0
12. MPMT	0	0	2	1	0
13. MPPA	0	0	7	0	2
14. MPPB	0	1	1	1	0
15. MPPE	0	1	1	2	1
16. MPPI	0	1	2	0	0
17. MPPR	0	1	1	5	0
18. MPRJ	0	6	5	7	8
19. MPRN	0	0	11	0	3
20. MPRO	0	0	17	0	2
21. MPRR	0	0	0	3	0
22. MPRS	0	1	13	0	1
23. MPSC	0	4	2	6	1
24. MPSE	0	0	2	3	0
25. MPSP	0	3	3	0	0
26. MPST	0	0	4	0	0
27. MPDFT	1	3	30	0	6
28. MPF	0	0	0	0	0
29. MPM	0	1	3	14	0
30. MPT	0	0	16	0	0



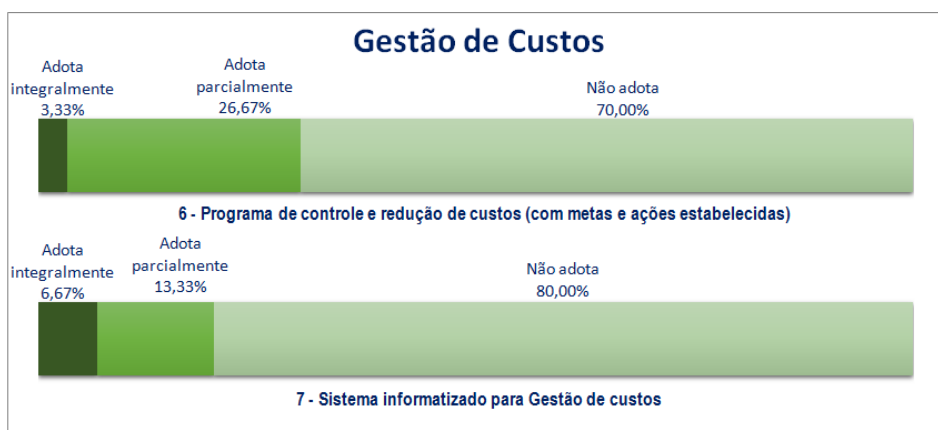
UNIDADE	4.1 - Qual sistema informatizado utilizado para acompanhamento do planejamento e gestão orçamentária
01. MPAC	Sistema de Gestão integrada da área Administrativa e-MPAC (módulo do planejamento estratégico, integrado aos módulos orçamentário, financeiro e de patrimônio), em fase de alimentação do planejamento estratégico 2016-2021. Esse módulo foi desenvolvido pelo MPAC, conforme o modelo de planejamento adotado pela Instituição.
02. MPAL	SIAFEM E SIPLAG
03. MPAM	SIGO- Sistema Integrado de Gestão Orçamentária; AFI - Administração Financeira Integrada e SPLAM - Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Estado do Amazonas
04. MPAP	E-Cidade
05. MPBA	FIPLAN - Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia
06. MPCE	Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR e Sistema Orçamentário e Financeiro - SIOF, ambos do Governo do Estado do Ceará
07. MPES	SIGEFES
08. MPGO	Sistema Ártemis e Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira-SIOFINET
09. MPMA	SISTEMA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO - SCO E SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA - SIAFEM.
10. MPMG	Não há sistema específico de gestão orçamentária. Os controles são feitos em planilhas de Excel. Os sistemas utilizados são aqueles fornecidos pelo Estado de MG para registro dos empenhos e descentralizações orçamentárias (SIAFI-MG, SIAD MG, Sisor e Sigplan)
11. MPMS	Sistema de Planejamento e Finanças - SPF
12. MPMT	Sistema integrado de planejamento, contabilidade finanças do poder executivo
13. MPPA	Existe o Sistema de Programação e Acompanhamento do Orçamento - Sisorc
14. MPPB	Sistema Pitágoras (PRÓPRIO)
15. MPPE	Sistema E-Fisco (Governo do Estado de Pernambuco)
16. MPPI	Não adota
17. MPPR	Na Gestão Orçamentária existe Sistema próprio de acompanhamento, além do Sistema COP/SIAF do Governo do Estado.
18. MPRJ	Módulos desenvolvidos internamente para controle orçamentário e contábil
19. MPRN	Trace GP e o Sistema de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOFC).
20. MPRO	SIAFEM / SIPLAG - Sistemas do Poder Executivo
21. MPRR	Fiplan
22. MPRS	Sistema de Elaboração do Orçamento, Finanças Públicas do Estado, Sistema de Suprimentos e Sistema de Business Intelligence próprio
23. MPSC	BS3, SIGEF e QlikView
24. MPSE	Sistema i-Gesp - Gestão Pública Integrada
25. MPSP	Microsoft Excel compartilhado
26. MPTO	Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM e Planilhas eletrônicas
27. MPDFT	Planilha de Excel
28. MPF	NÃO HÁ SISTEMA PRÓPRIO DO ÓRGÃO PARA A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. ENTRETANTO, O MPF CONTA OS SISTEMAS: SIAFI; SIOP; TESOURO GERENCIAL (SISTEMAS DISPONIBILIZADOS AOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO).
29. MPM	Planejar e SIOP (Planejamento) SIOP e SIAFI (Gestão)
30. MPT	Nenhum

6.3.1.1 Gestão de custo

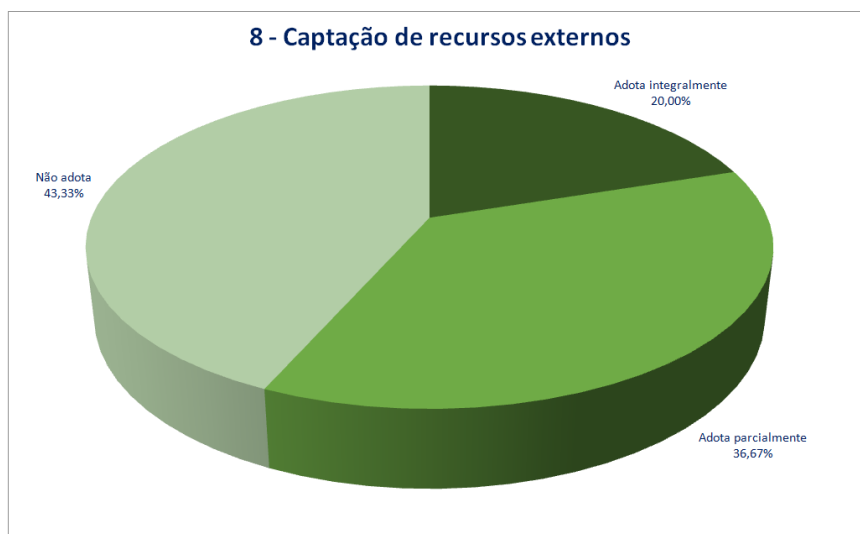


UNIDADE	5.2 - RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE CUSTO E RESPECTIVA SUBORDINAÇÃO
01. MPAC	A gestão de custo está sendo realizada por uma comissão designada através de Portaria.
06. MPCE	Comissão instituída no âmbito do MPCE para implantação da gestão de custos.
12. MPMT	Ainda não há responsável, visto que, não foi criada a Unidade mas poderá ser subordinada ao Depto. Financeiro ou Depto. De Planejamento.
13. MPPA	Foi criado um grupo de trabalho para os estudos para implantação da gestão de custos, subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça - área técnico-administrativa
18. MPRJ	Sr. Marcelo Vieira de Azevedo, Secretário de Planejamento e Finanças, subordinado à Secretaria-Geral do Ministério Público e à Subprocuradoria-Geral de Justiça de Administração
23. MPSC	Coordenadoria-Geral Administrativa, vinculado à Secretaria-Geral do MPSC
27. MPDFT	Seção de Acompanhamento de Custos do Departamento de Orçamento e Finanças subordinada à Diretoria-Geral
28. MPF	A DIVISÃO DE CUSTOS DA SUBSECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (SUBCEOF) ESTÁ IMPLEMENTANDO A GESTÃO DE CUSTOS DO MPF. ESTÃO SENDO CONFECCIONADOS RELATÓRIOS E ANÁLISES ACERCA DOS CUSTOS DAS DIVERSAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS. ESTA INICIATIVA FACILITARÁ UMA MELHOR ALOCAÇÃO DE RECURSOS CONFORME AS DIRETRIZES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR. A SUBCEOF ESTÁ SUBORDINADA À SPO/SG.

* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



6.3.1.2 Captação de Recursos



8.1 - Percentuais recursos externos em relação ao orçamento do MP

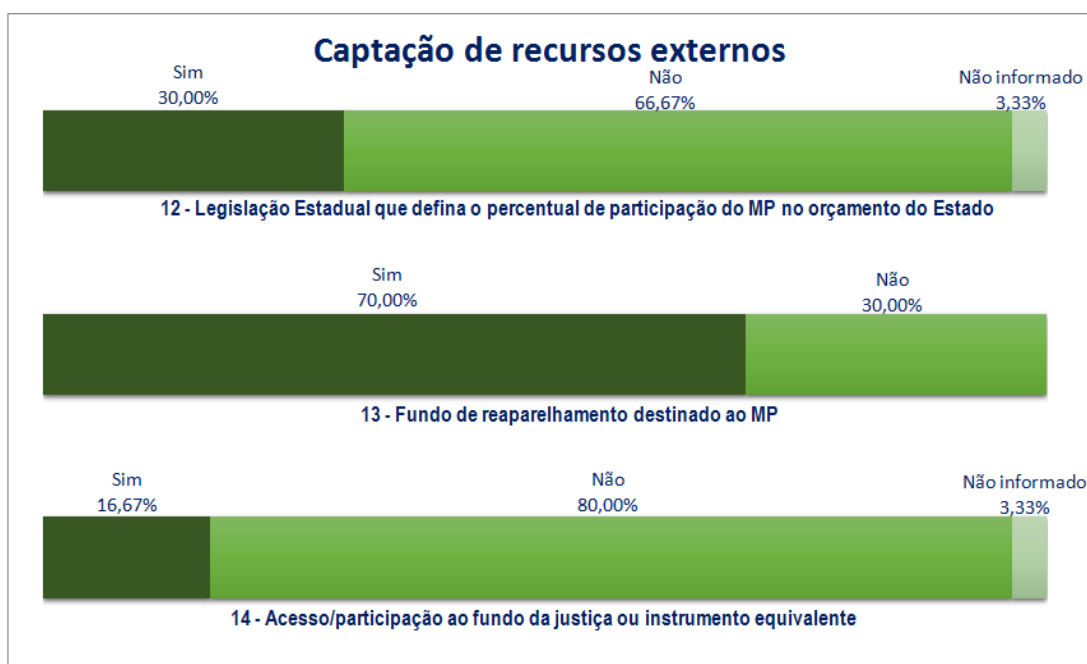
MPAC	10,00%
MPSP	7,60%
MPPE	1,86%
MPPB	1,51%
MPRJ	1,40%
MPAP	1,30%
MPBA	1,00%
MPTO	1,00%
MPMG	0,82%
MPAM	0,38%
MPRN	0,27%
MPCE	0,20%
MPMS	0,09%
MPMA	0,05%
MPPI	0,01%

* Unidades que responderam ao questionamento

Unidade	9 - Percentual de execução orçamentária (empenhados) do último exercício
01. MPAC	100,00%
02. MPAL	99,12%
03. MPAM	100,00%
04. MPAP	96,53%
05. MPBA	98,64%
06. MPCE	99,55%
07. MPES	95,73%
08. MPGO	94,73%
09. MPMA	Não informado
10. MPMG	99,65%
11. MPMS	99,97%
12. MPMT	91,56%
13. MPPA	94,94%
14. MPPB	100,00%
15. MPPE	96,16%
16. MPPI	99,72%
17. MPPR	97,50%
18. MPRJ	0,01%
19. MPRN	93,08%
20. MPRO	99,95%
21. MPRR	97,97%
22. MPRS	103,31%
23. MPSC	94,19%
24. MPSE	99,60%
25. MPSP	99,27%
26. MPTO	97,49%
27. MPDFT	Não informado
28. MPF	98,96%
29. MPM	98,85%
30. MPT	98,00%

Unidade	10 - Percentual de despesas empenhadas com Pessoal e Encargos, outras despesas correntes e Investimento no último exercício
01. MPAC	Pessoal e Encargos - Percentual de 87,11%; Outras Despesas Correntes - Percentual de 12,89%.
02. MPAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS – 86,32% OUTRAS DESPESAS CORRENTE – 8,46% INVESTIMENTOS – 4,64%
03. MPAM	Em despesas correntes 100% do total.
04. MPAP	Pessoal: 66,94%; Outras Desp. Correntes: 18,43%; Investimentos: 11,15% de um total de 141.989.007,00
05. MPBA	Pessoal (1) = 99,27% / Outras Desp. Correntes (3) = 96,57% / Investimento (4) = 83,77%
06. MPCE	Pessoal e Encargos sociais: 100%; Outras Despesas Correntes: 99,29%; Investimento: 93,25%
07. MPES	Pessoal e encargos = 79,95%; outras despesas correntes = 18,27%; investimentos = 1,78%
08. MPGO	Exercício 2014: Pessoal e Encargos 80,56%, Outras Desp. Correntes 12,48% e investimentos 2,20%
09. MPMA	O PROJETO AINDA NÃO FOI EXECUTADO.
10. MPMG	Pessoal: 87,61%. Outras Despesas Correntes: 11,45%. Investimentos: 0,95%
11. MPMS	Pessoal e Encargos: 55,22%; Outras Despesas: 43,79%; Investimentos: 0,99%
12. MPMT	Pessoal e Encargo: 91,63% Outras despesas correntes: 94,53%; Investimento: 80,52%
13. MPPA	Pessoal = 81,85%; ODC = 14,34%; CAPITAL = 3,81%
14. MPPB	Pessoal E Encargos sociais: 85,16% Outras Despesas Correntes: 13,81% Investimento: 1,04%
15. MPPE	Pessoal: 73%, outras despesas correntes:16%, Investimento: 6%
16. MPPI	Pessoal e encargos: 80,65%. Investimentos: 0,24%. Outras Despesas Correntes: 13,76%.
17. MPPR	Pessoal = 79,71% – ODC = 15,77% – Investimentos = 4,52%
18. MPRJ	0,944
19. MPRN	Pessoal: 94,82% Outras Despesas Correntes: 91,43% Investimento: 74,49%
20. MPRO	Pessoal e Encargos: 75,55%; Outras Despesas Correntes: 21,60%; Investimentos: 2,85%.
21. MPRR	80,46% com Pessoal e encargos e 0,14% com investimentos
22. MPRS	Pessoal e Encargos 100,33%; outras despesas correntes 120,28% e Investimentos 134,90%.
23. MPSC	Pessoal e encargos: 69,83% Despesas correntes: 22,28% Despesas de capital: 2,07%
24. MPSE	Pessoal e Encargos: 83,12% Outras Despesas Correntes: 15,90% Investimentos: 0,57%
25. MPSP	Pessoal - 99,64%; Outras Despesas Correntes - 98,22%; Investimentos - 58,16% -Orçam.2014
26. MPTO	DESPESAS COM PESSOAL: 97,79% OUTRAS DESPESAS CORRENTES: 96,48% INVESTIMENTOS: 96,67%
27. MPDFT	
28. MPF	PESSOAL E ENCARGOS: 99,76% OUTRAS DESPESAS CORRENTES: 97,45% INVESTIMENTOS: 92,16%
29. MPM	Pessoal - 73,44% Outras despesas correntes - 19,16% Investimento - 7,4%
30. MPT	Percentual relacionado a dotação versus execução do GND. Pessoal e encargos: 100% ODC: 98% Investimento: 84% Inversão Financeira: 98%

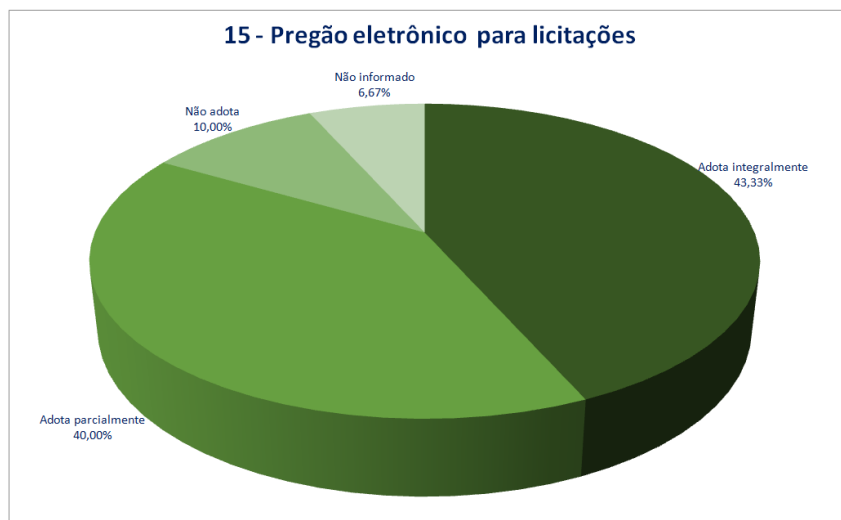
11 - Percentual do orçamento do Estado/União destinado ao MP	
13. MPPA	5,15%
04. MPAP	4,13%
17. MPPR	4,10%
01. MPAC	4,00%
23. MPSC	3,91%
11. MPMS	3,90%
03. MPAM	3,30%
16. MPPI	3,28%
12. MPMT	3,11%
07. MPES	2,84%
20. MPRO	2,40%
21. MPRR	2,32%
08. MPGO	2,20%
19. MPRN	2,11%
06. MPCE	2,07%
09. MPMA	2,00%
24. MPSE	1,87%
14. MPPB	1,81%
10. MPMG	1,73%
18. MPRJ	1,67%
22. MPRS	1,63%
02. MPAL	1,49%
26. MPTO	1,43%
15. MPPE	1,39%
05. MPBA	1,20%
25. MPSP	0,81%
28. MPF	0,13%
30. MPT	0,05%
29. MPM	0,01%
27. MPDFT	Não informado



UNIDADE	12.1 - Legislação (Estadual) que defina o percentual de participação do MP no orçamento do Estado	14 - Legislação que prevê a participação do MP ao fundo da Justiça
01. MPAC	Lei nº 2.880 de 18 de agosto de 2014.	Fundo Especial do MPAC - FUNEMP/AC, previsto nos arts. 244, usque 257, da Lei Complementar Estadual 291/14, ainda não regulamentado.
03. MPAM	LDO nº 4.064 de 29 de julho de 2014.	
04. MPAP	Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	
05. MPBA	A Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 13.369/15, em seu artigo 30 estabelece como parâmetro para fixação das despesas a serem financiadas com recursos ordinários não vinculados do tesouro estadual a despesa liquidada no período de junho/2014 a maio/2015, tendo como referência o conjunto das dotações de pessoal e encargos sociais, e outras despesas de manutenção e finalísticas, atualizadas pela inflação do período correspondente.	Lei Complementar Estadual nº 682, de 27 de março de 2013
07. MPES	A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) indica o percentual de reajuste que deve ser aplicado sobre o valor da lei orçamentária do exercício anterior	
09. MPMA		Lei nº 4.633, de 24.12.2014
11. MPMS	Lei nº 4.642, de 26.12.2014	
12. MPMT	3,11% da RCL	Lei Estadual Nº 5.508 De 21 De Novembro De 1991, Alterada Pela Lei Nº. 10.419 de 12 De janeiro De 2015
13. MPPA	A Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei 7.722, de 15/07/2013, em seu art. 17, define o percentual de 5,15% da Receita Líquida Resultante de Impostos - RLLI.	
14. MPPB	-	
17. MPPR	Leis de Diretrizes Orçamentárias nº 18.178/14, para o exercício de 2015 e 18.532/15, para o exercício de 2016.	
18. MPRJ		
22. MPRS		
23. MPSC	Lei Ordinária nº 16.672, de 03/08/2015	Lei Ordinária nº15.855/2015
24. MPSE	Lei nº 7.875, de 02/07/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO Lei nº 8.020, de 16/07/2015 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO	

* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

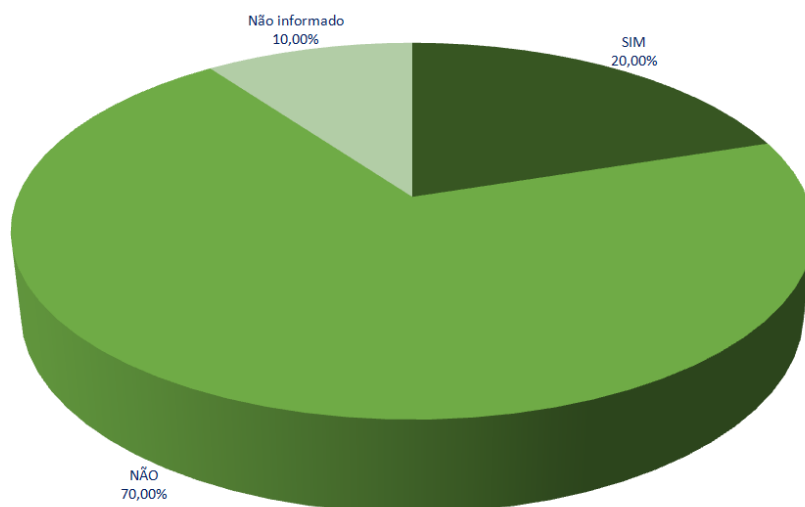
6.3.2 Gestão e Execução Administrativa e Financeira



UNIDADE	15.1 - SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO UTILIZADO
01. MPAC	Licitações-e do Banco do Brasil.
02. MPAL	LICITAÇÕES-E BANCO DO BRASIL
03. MPAM	Comprasnet
04. MPAP	e-licitações - BB
05. MPBA	Comprasnet do Governo Federal
06. MPCE	LICITACOES-E (BANCO DO BRASIL)
07. MPES	e-licitações - Banco do Brasil
08. MPGO	Sistema ComprasNet
09. MPMA	COMPRASNET - PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL
10. MPMG	Portal de Compras/MG - SIAD
13. MPPA	Sistema Comprasnet (Compras Governamentais)
15. MPPE	REDECOMPRAS.PE
16. MPPI	Banco do Brasil
18. MPRJ	Comprasnet
19. MPRN	ComprasNet
20. MPRO	Comprasnet do Governo Federal
21. MPRR	Comprasnet
22. MPRS	Portal Eletrônico Banrisul
23. MPSC	Licitações-E Banco do Brasil
24. MPSE	Comprasnet - SIASG
25. MPSP	Bolsa Eletrônica de Compras - BEC/SP
26. MPTO	COMPRAS NET DO GOVERNO FEDERAL
27. MPDFT	Comprasnet
29. MPM	Comprasnet
30. MPT	Comprasnet

* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

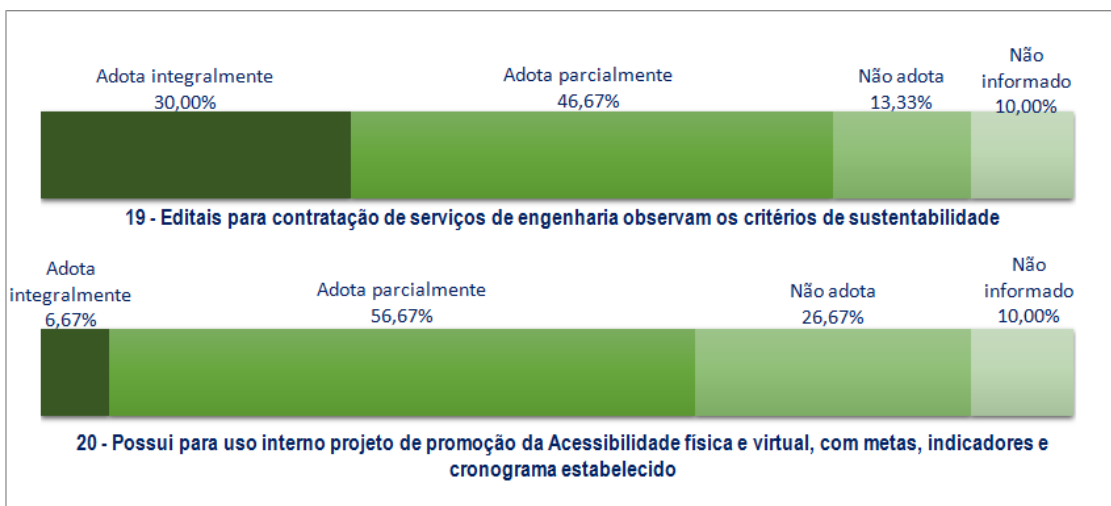
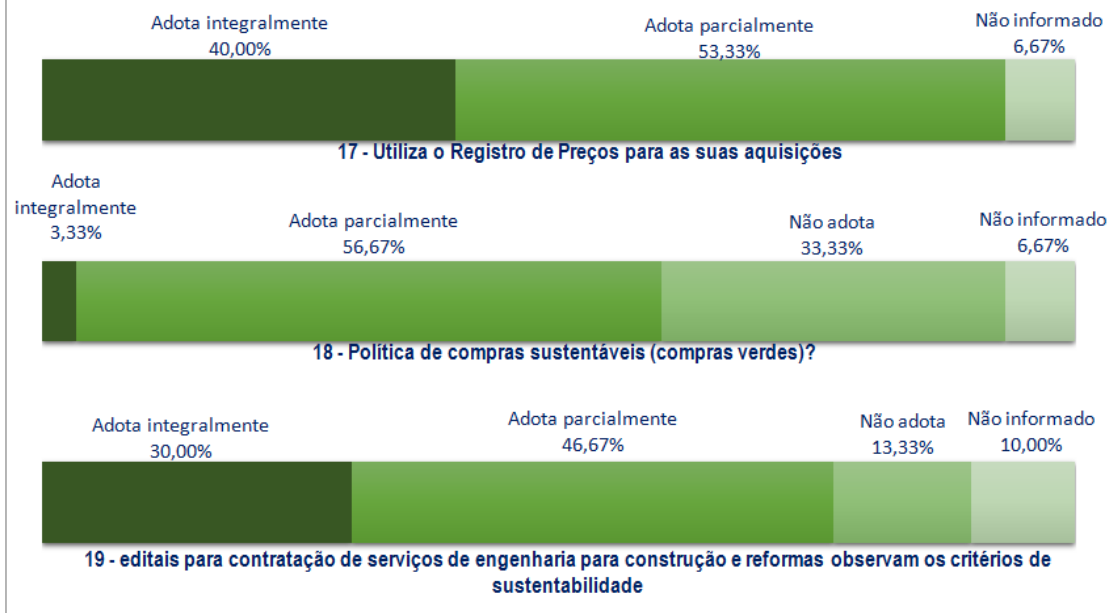
16 - Sistema de cotação eletrônica de preços



UNIDADE	16.1 - QUAL O SISTEMA DE COTAÇÃO DE PREÇOS UTILIZADO
08. MPMG	Sistema Banco de Preços
10. MPMG	Portal de Compras/MG - SIAD
18. MPRJ	Banco de Preços e método tradicional de pesquisa direta junto aos fornecedores
20. MPRO	Geralmente cotação de preço de mercado
22. MPRS	Portal Eletrônico Banrisul
30. MPT	COMPRASNET (destinado a instrução de Dispensas de Licitação). Para efeito de consolidação de estimativas de preços utiliza-se outros mecanismos (Compras Governamentais, contato direto com fornecedores, internet, dentre outros)

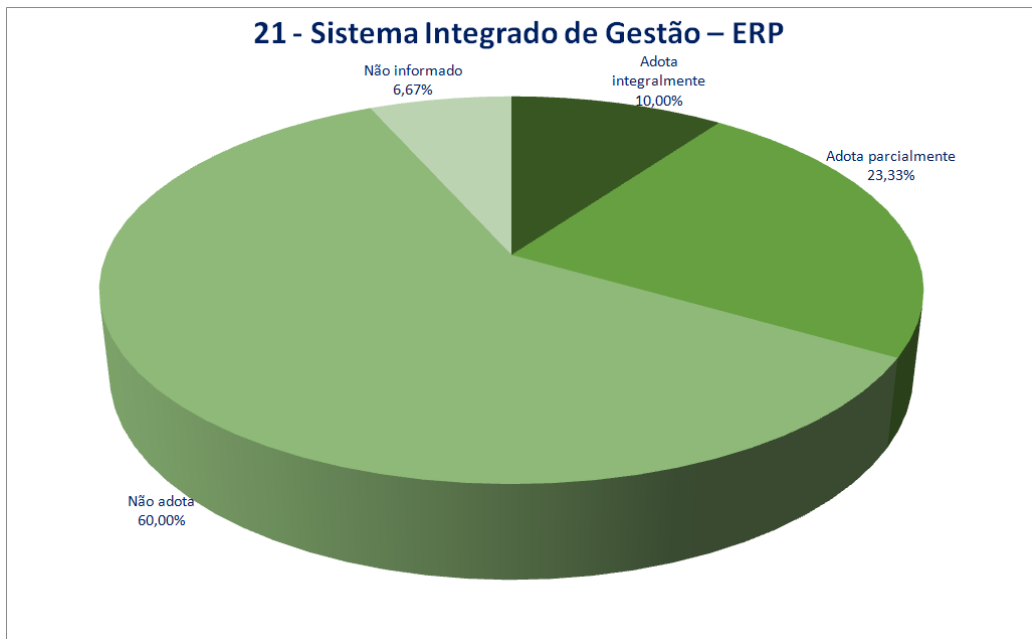
* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

Gestão e Exec. Administrativa e Financeira



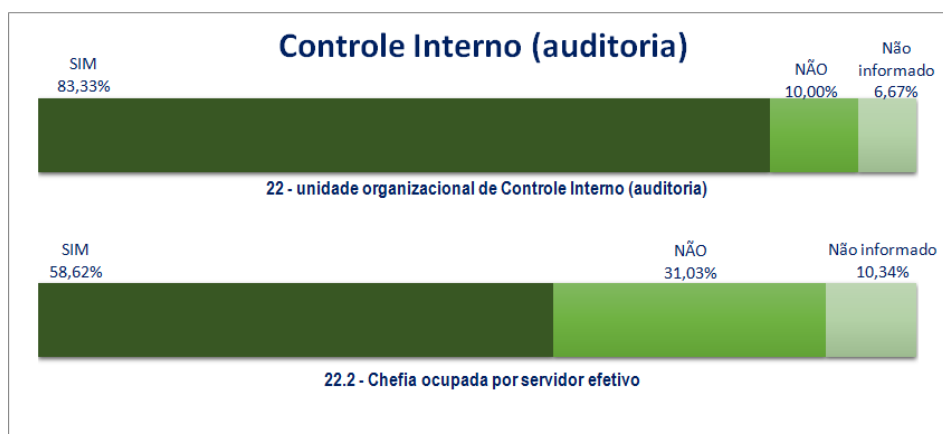
UNIDADE	20.1 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTOS DE ADEQUAÇÃO DA ACESSIBILIDADE
01. MPAC	0,7
03. MPAM	O MP/AM possui rampas de acesso, parte dos elevadores, parte dos banheiros, equipamentos adaptados com software para servidores portadores de necessidades especiais e vagas destinadas a portadores de necessidades especiais, dentre outros.
04. MPAP	Sem critério definido
05. MPBA	1
07. MPES	0,7
09. MPMA	0,4
10. MPMG	<p>Para cada imóvel ocupado pelo MP, foi atribuída nota em uma escala de 0 a 5, na qual 0 implica em nenhuma acessibilidade física e 5 implica em total acessibilidade física.</p> <p>Os percentuais encontrados, em levantamento de Junho de 2015, foram:</p> <p>SEDES PRÓPRIAS CONCLUÍDAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 8% - NOTA 5 • 8% - NOTA 4 • 66% - NOTA 3 • 14% - NOTA 2 • 4% - NOTA 1 <p>SEDES PRÓPRIAS EM PROJETO OU CONSTRUÇÃO: 100% NOTA 5</p> <p>SEDES LOCADAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6% - NOTA 3 • 27% - NOTA 2 • 50% - NOTA 1 • 17% - NOTA 0 <p>SEDES CEDIDAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 29% - NOTA 4 • 29% - NOTA 2 • 42% - NOTA 1
11. MPMS	O projeto de acessibilidade física está em fase de elaboração
12. MPMT	1
13. MPPA	0,8
15. MPPE	O percentual de cumprimento de adequação da Acessibilidade é de 29,8% dentre as unidades próprias, alugadas e cedidas.
17. MPPR	Levando em consideração as edificações próprias do MPPR, as mesmas atendem, em média 79,17% dos quesitos de acessibilidade, conforme relatório/questionário do CNMP
18. MPRJ	100% em novas edificações e até 50% em reformas.
19. MPRN	0,4701
22. MPRS	<p>O MPRS não possui, para uso interno, projeto de promoção da Acessibilidade virtual, com metas, indicadores e cronograma estabelecido.</p> <p>Não obstante, cumpre salientar que os sites de Internet e intranet possuem classificação máxima de acessibilidade, estando de acordo com as normas internacionais e adequados ao padrão WCAG, testados via ferramentas online DASILVA e o programa ASES ambos do Acessibilidade Brasil. Para validação de markup (padrões WEB) é utilizado o validador online da W3C. Em atendimento ao parágrafo único do art. 14 da resolução N.º 81/2012 do CNMP foram acrescentados à página inicial do site da Instituição na internet os banners que certificam as validações referidas acima.</p> <p>Em relação à acessibilidade física, a Instituição tem cronograma estabelecido até o ano de 2025 para conclusão das adequações. Atualmente, de 164 prédios, temos 75% adaptados no pavimento térreo; 14,02% com acessibilidade plena e 10,98% com adequações em andamento.</p>
24. MPSE	O Prédio cumpre algumas Normas de Acessibilidade, não temos meios de mensurar essas adequações.
25. MPSP	0,8
26. MPTO	8%, SEGUNDO RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE
27. MPDFT	0,8
29. MPM	0,4286
30. MPT	Não há informação centralizada sobre o percentual de adequação de acessibilidade

* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



UNIDADE	21.1 - Qual o Sistema Integrado de Gestão – ERP utilizado
01. MPAC	e-MPAC de origem do software livre e-Cidade.
04. MPAP	e-Cidade
07. MPES	SAP, em implantação
08. MPGO	SiofiNet, Ártemis, Sistema de Patrimônio, Sistema de Almoxarifado
12. MPMT	JADE
13. MPPA	Sistemas da empresa Softeva
23. MPSC	Sistema de Gestão Administrativa - SGA
24. MPSE	THEMA ERP (Recursos Humanos, Contratos e Licitações, Patrimônio e Protocolo).
25. MPSP	Sistemas independentes
30. MPT	SIGA/SIPAC

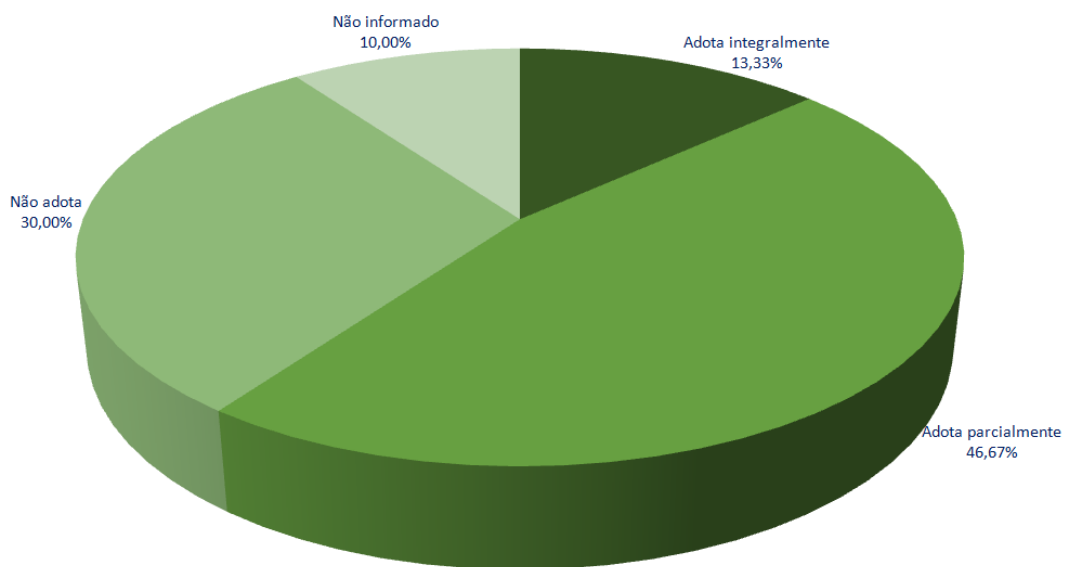
* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



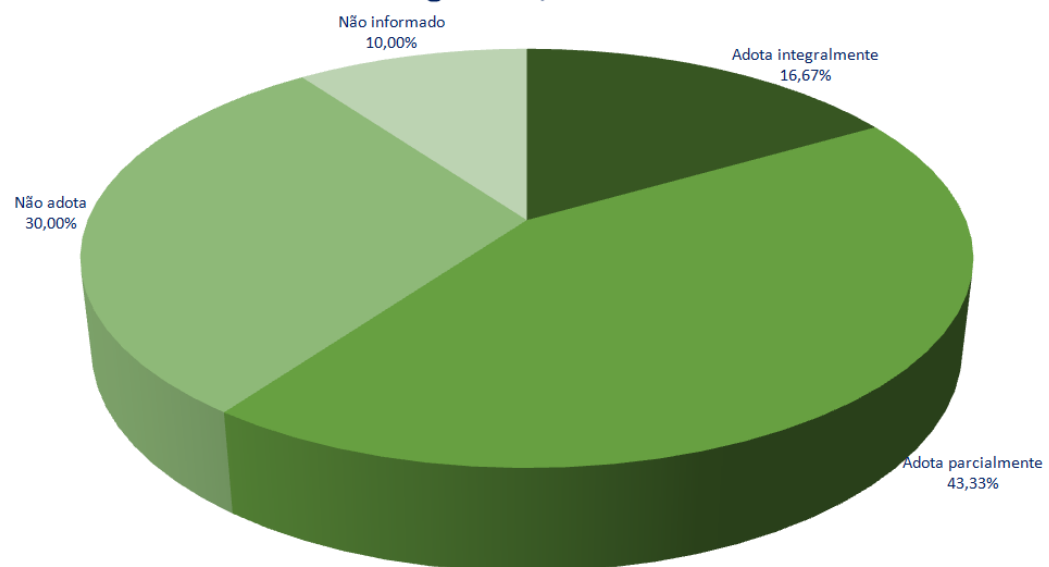
UNIDADE	22.1 - Responsável pelo Controle Interno e a quem está subordinado
01. MPAC	Diretoria de Controle Interno subordinada à Procuradoria-Geral de Justiça.
02. MPAL	MARCUS ROBSON N. COSTA SUBORDINADO AO GABINETE DO PGJ
03. MPAM	Sr. Marcos André Abensur - subordinado ao Procurador-Geral de Justiça
04. MPAP	Assessor de Controle Interno, subordinado ao Procurador Geral de Justiça
05. MPBA	Promotora de Justiça Ediene Santos Lousado, subordinada ao Procurador-Geral de Justiça
06. MPCE	COORDENADORA GERAL DE CONTROLE E AUDITORIA INTERNA SUBORDINADA AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
07. MPES	Procurador-Geral de Justiça
08. MPGO	Chefe da Controladoria Interna, subordinado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
09. MPMA	O MPMA adota um sistema de rodízio na chefia da unidade, que acontece a cada 04 (quatro) meses. A atual coordenadora de Controle Interno é Maria Emília Martins Silva de Oliveira. A Unidade é vinculada ao Procurador Geral de Justiça
10. MPMG	Coordenador da Auditoria Interna, subordinado ao Procurador-Geral
11. MPMS	Responsável: Chefe do Departamento de Auditoria Interna. De acordo com a Resolução nº 029/2014-PGJ, de 19.12.2014, a Auditoria Interna está subordinada ao Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional.
12. MPMT	Ricardo Dias Ferreira é o responsável e está subordinado ao Secretário Geral de Administração
13. MPPA	Criada Comissão de Controle Interno através da Portaria nº 7558/2014 - MP/PGJ de 20/11/2014, sendo coordenada por servidor efetivo e subordinada ao Procurador Geral de Justiça
15. MPPE	O responsável é o servidor Comissionado Sylvio Rogério Faneco , e está subordinado ao Secretário Geral do Ministério Público de Pernambuco
16. MPPI	Controlador Interno. Subordinado ao PGJ
17. MPPR	Auditores José Paulo da Silva e Narciso Pellizzaro, subordinados ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
18. MPRJ	Sr.ª Ana Luiza Pereira Lima, Auditora-Geral do Ministério Público, subordinada ao Procurador-Geral de Justiça
19. MPRN	Assessora Especial da Controladoria Interna, subordinada ao Procurador-Geral de Justiça
20. MPRO	Coordenador de Controle Interno, subordinado à Secretaria-Geral
21. MPRR	MARY MAURA MACEDO LOPES, subordinada à Procuradoria-Geral de Justiça
22. MPRS	Responsável: Lúcio Baumgarten Cáceres Assessoria de Gestão e Controle está subordinada à Direção-Geral e em fase de estruturação de procedimentos e de formação quadro de pessoal
23. MPSC	Coordenadoria de Auditoria e Controle, vinculada à Secretaria-Geral do MPSC
24. MPSE	Alberto Rodrigues Cardoso da Silva, Analista do Ministério Público, subordinado diretamente ao Procurador-Geral de Justiça.
25. MPSP	Responsável: Centro de Controle Interno e está subordinado à Subprocuradoria Geral de Justiça de Gestão
26. MPTO	EDILMA DIAS NEGREIROS, SUBORDINADA AO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
27. MPDFT	AUDIN, subordinada ao MPU, devendo as demais informações serem obtidas junto aquela Unidade.
29. MPM	AUDIN/MPU, subordinada ao Procurador Geral da República

* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta

22.3 - Manuais de procedimentos de controle interno

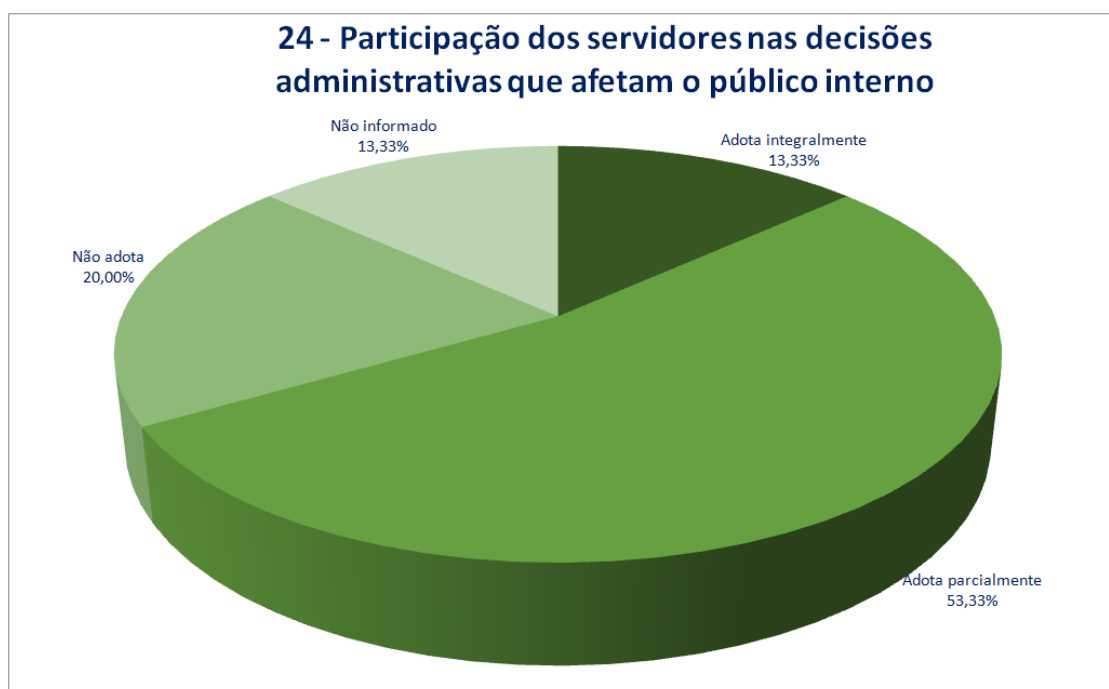


23 - Mecanismos de participação de membros e servidores com sugestões, visando melhorias



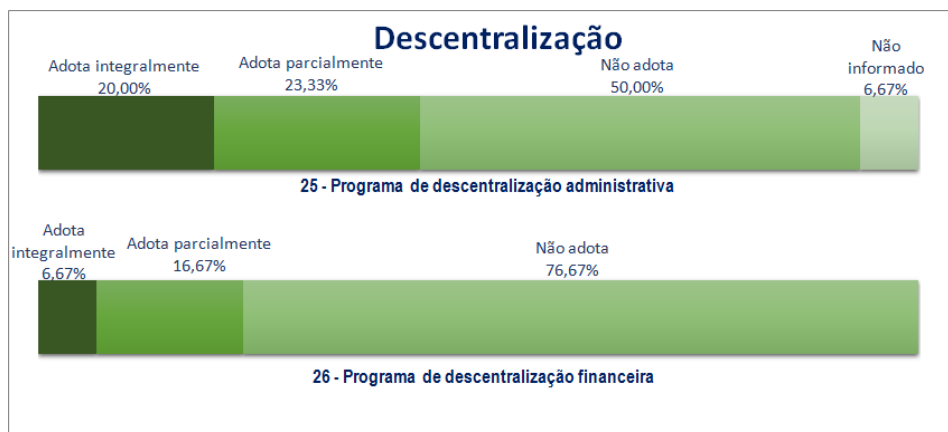
UNIDADE	23.1 - Quais os mecanismos existentes
01. MPAC	Reuniões bimestrais de avaliação da gestão e reuniões setoriais, sempre que necessário.
02. MPAL	ATRAVÉS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS
05. MPBA	E-mail institucional, Instrução Normativa nº 01/2014 / Controladoria
06. MPCE	PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES NA CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
08. MPGO	Reuniões semanais Grupo Diretor Administrativo
12. MPMT	Reuniões com o Procurador-Geral com as Chefias
13. MPPA	Planos, reuniões periódicas com a Administração Superior.
15. MPPE	Reuniões da alta gestão com áreas de trabalho.
16. MPPI	Sugestões verbais, reuniões, requerimentos à Administração Superior. Porém não existe um canal específico.
18. MPRJ	Inscrição de procedimentos no Fórum de Projetos de Gestão.
19. MPRN	O MPRN adota a realização de reuniões regionalizadas com membros e servidores para discussão de temas de interesse institucional, no ano de 2015, a medida não foi adotada por motivos financeiros.
22. MPRS	É utilizado o Banco de Boas Práticas.
23. MPSC	Participação em comissões
25. MPSP	Reuniões periódicas com a Subprocuradoria-Geral de Justiça de Gestão e Assessores
26. MPTO	GRUPO DE TRABALHO DO GESPÚBLICA
29. MPM	Reuniões com a Comissão de Modernização Administrativa, preenchimento de formulários de sugestões de melhoria das atividades administrativas
30. MPT	Qualidade de Vida no Trabalho e Programa de Gestão por Competências

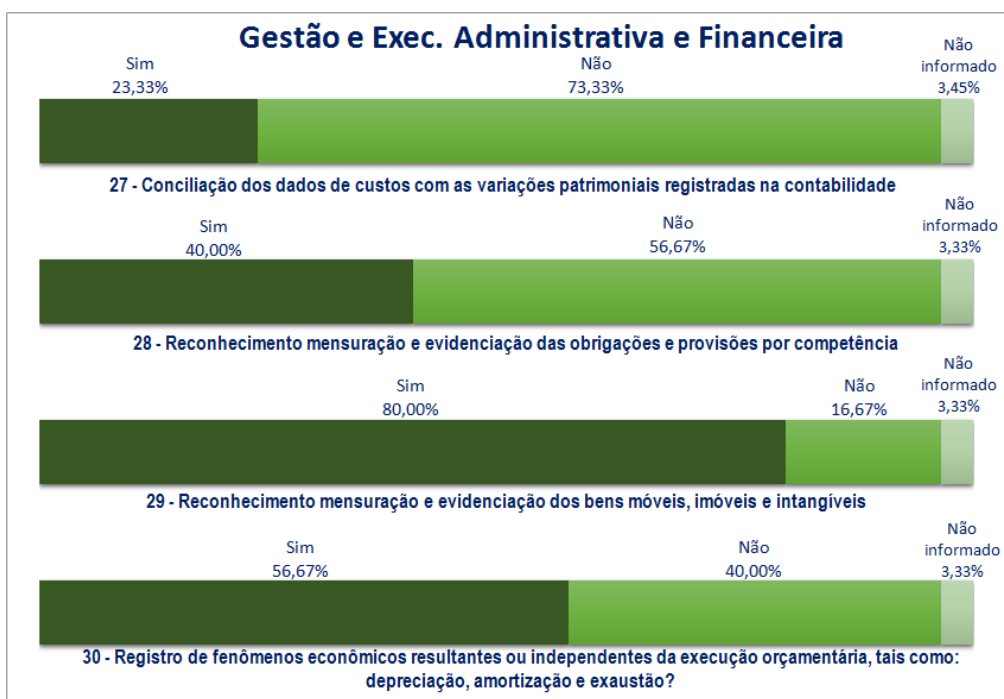
* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



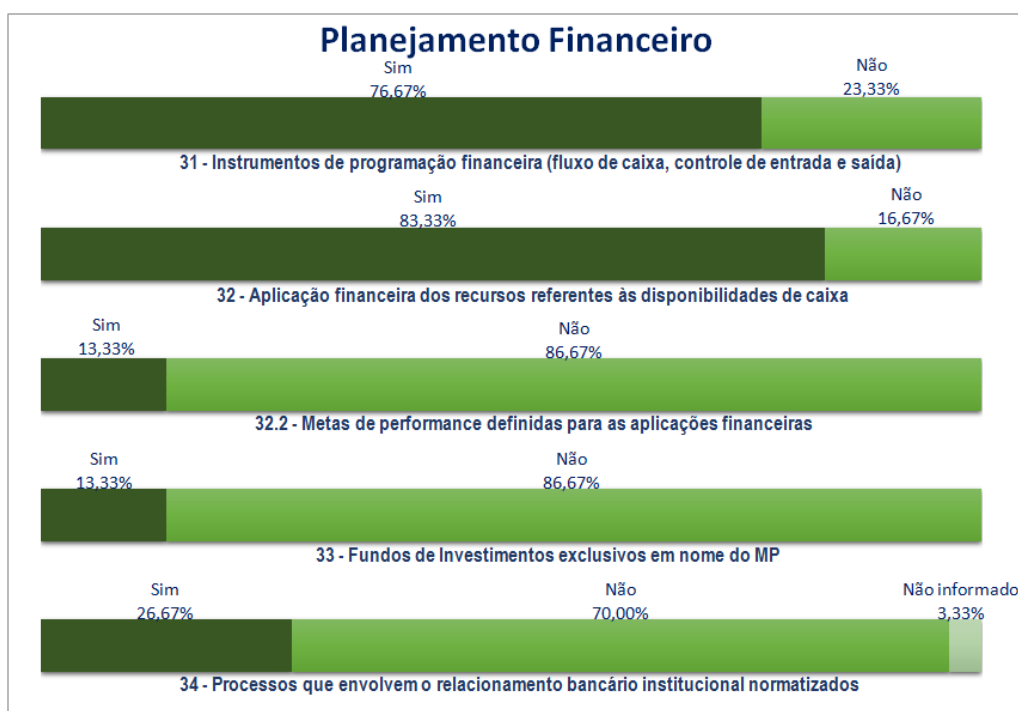
UNIDADE	23.1 - Quais os mecanismos existentes
01. MPAC	Reuniões bimestrais de avaliação da gestão e reuniões setoriais, sempre que necessário.
04. MPAP	Com encaminhamento através dos Diretores de Departamento e Assessores, das minutas de regulamentações para análise e aprovação.
05. MPBA	Mediante intermediação da Superintendente e Diretores da área administrativa.
07. MPES	Por meio da Associação dos Servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
08. MPGO	Reuniões semanais Grupo Diretor Administrativo
09. MPMA	Para a tomadas das decisões são ouvidos os servidores que compõe as coordenadorias, o sindicato dos servidores do MPMA
11. MPMS	Em reuniões de trabalho, com participação de servidores
12. MPMT	Por meio de reuniões
13. MPPA	Por meio de reuniões: com todos os servidores nas Regiões Administrativas (PGJ Itinerante) e na Capital com os Diretores e Chefes de Divisão.
15. MPPE	Através de notas técnicas e reuniões de trabalho
16. MPPI	Reuniões e solicitações de manifestações dos setores administrativos em processos.
18. MPRJ	Acolhimento das informações técnicas das Gerências, Diretorias e Assessorias através relatórios técnicos; consultas da Administração Superior em relação a fluxo de processos administrativos para mapeamento e otimização, permitindo a sugestão das áreas para melhorias dos procedimentos internos; reuniões periódicas da Administração Superior para acompanhamento das áreas técnicas coordenadas por servidores; outras atividades eventuais às quais servidores estejam envolvidos no processo decisório da Administração Superior; participação de servidores no Fórum Permanente de Gestão para encaminhamento de propostas de projetos de reformulações de rotinas de trabalho e desenvolvimento de aplicações de apoio às áreas técnicas.
19. MPRN	Participação da Associação do Ministério Público e do Sindicato dos Servidores do MPRN em decisões estratégicas
20. MPRO	A Administração possui canais de comunicação, dentre os quais, constantes reuniões onde se possibilita a participação de servidores/gestores
21. MPRR	Com a participação da Diretoria-Geral
23. MPSC	Reuniões de Avaliação
24. MPSE	Através de reuniões realizadas pelo Procurador-Geral de Justiça, com a participação do Diretor de Recursos Humanos e/ou com os demais Diretores da área administrativa e seus assessores diretos.
25. MPSP	Em geral, as decisões administrativas são previamente discutidas com os respectivos Diretores-Servidores das áreas envolvidas.
26. MPTO	REUNIÕES
29. MPM	Reuniões com as chefias superiores e intermediárias, as quais trazem as demandas e sugestões de melhoria das atividades administrativas oriundas dos servidores

* Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta



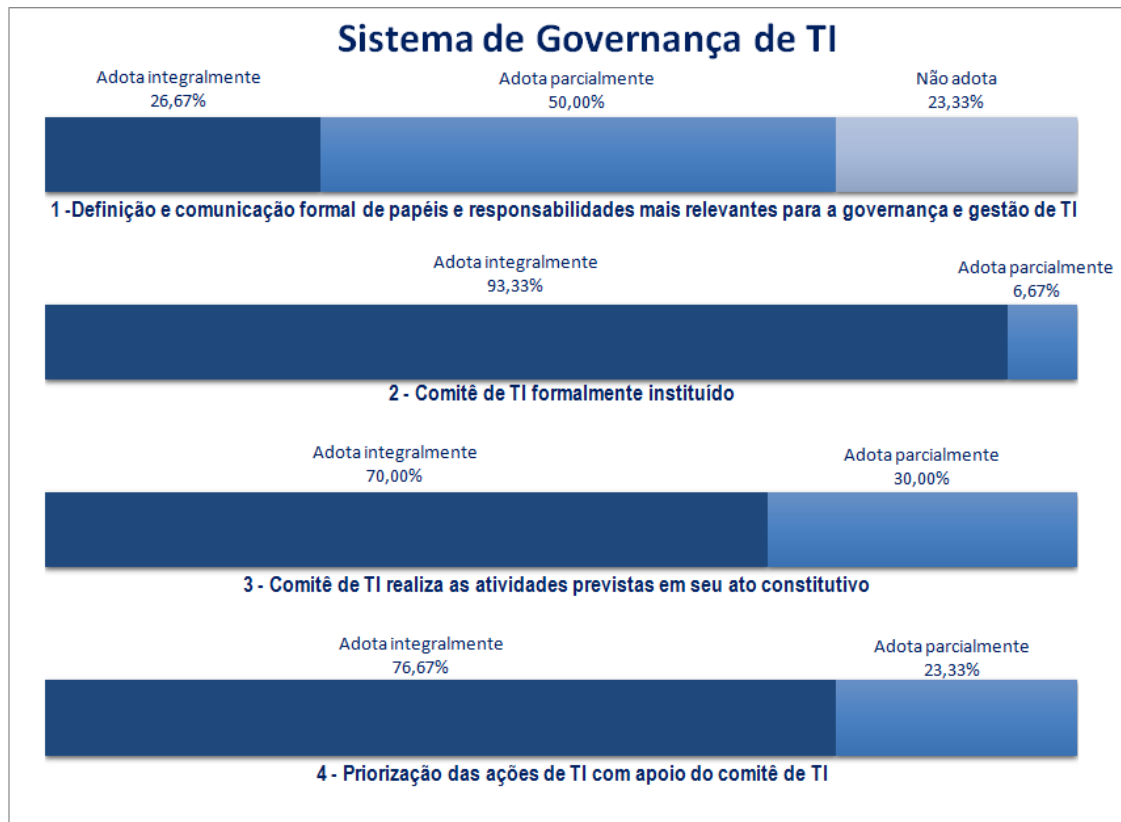


6.3.3 Planejamento Financeiro



6.4 Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação - CPTI

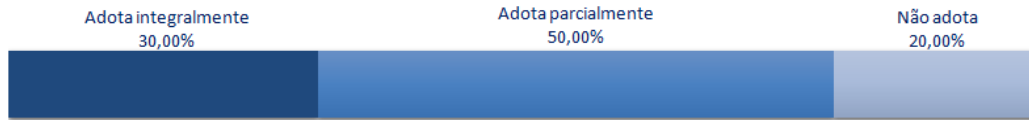
6.4.1 Dimensão: Liderança



Entrega de resultado de TI



5 - Diretrizes formais para o planejamento de TI



6 - Diretrizes para gestão do portfólio de projetos e serviços de TI



7 - Diretrizes para contratação de bens e serviços de TI



8 - Diretrizes para avaliação do desempenho dos serviços de TI



9 - Diretrizes para comunicação com as partes interessadas sobre os resultados da gestão e do uso de TI

Riscos de TI



10 - Diretrizes para gestão dos riscos de TI aos quais o negócio está exposto



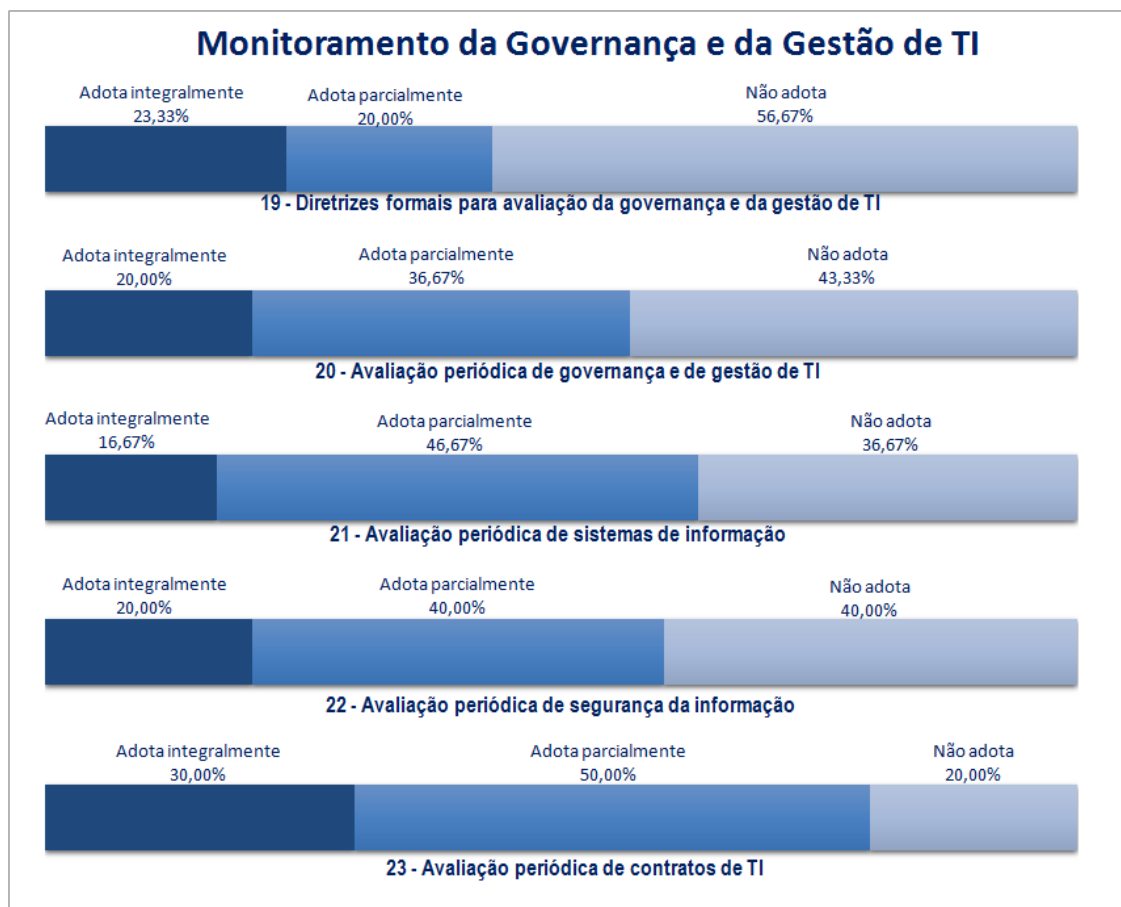
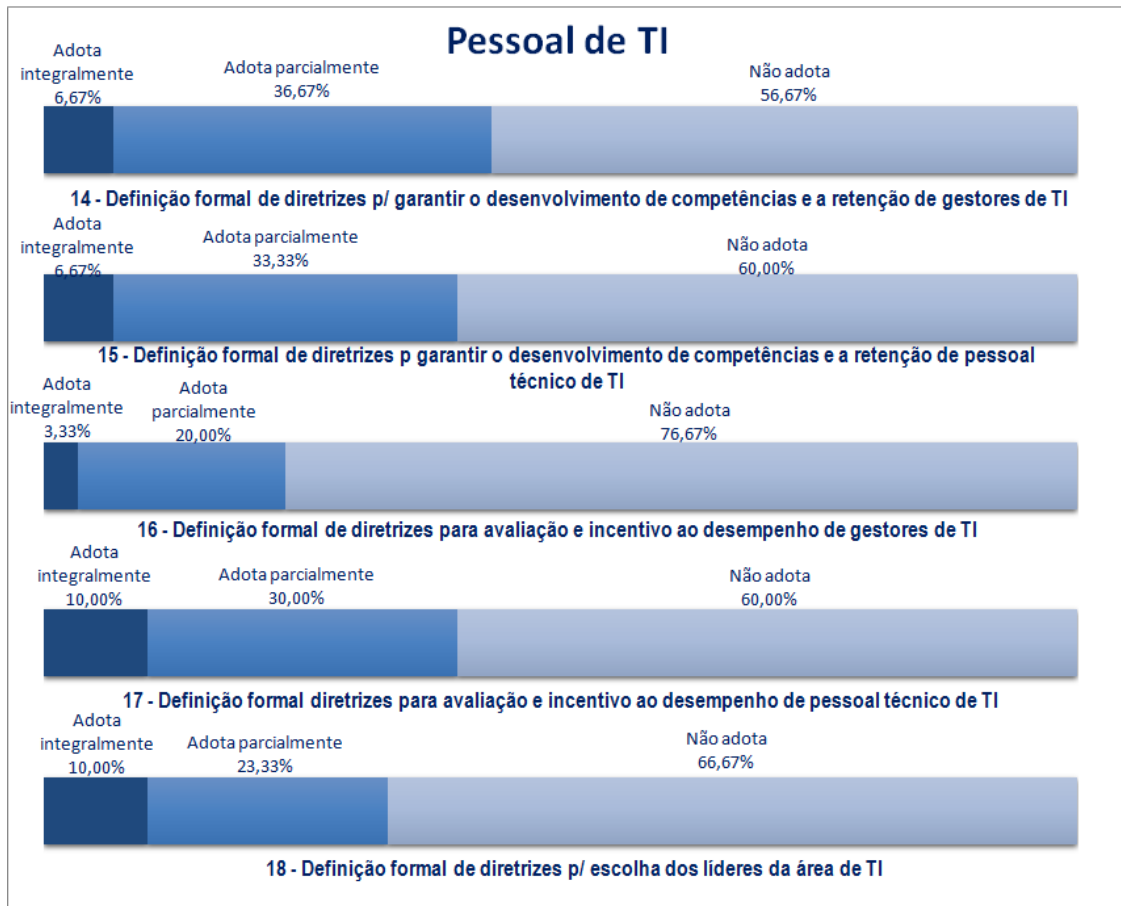
11 - Definição e comunicação formal de papéis e responsabilidades pela gestão de riscos de TI



12 - Definição formal dos níveis de risco de TI aceitáveis na consecução de seus objetivos (apetite a risco)



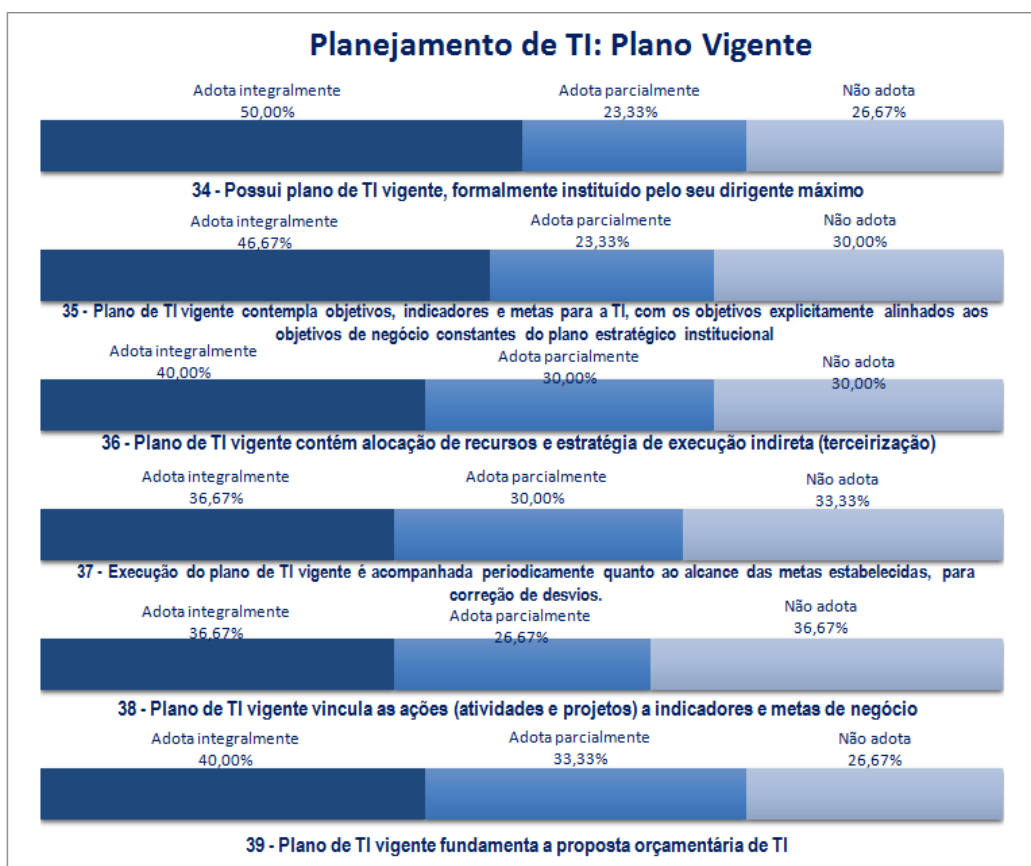
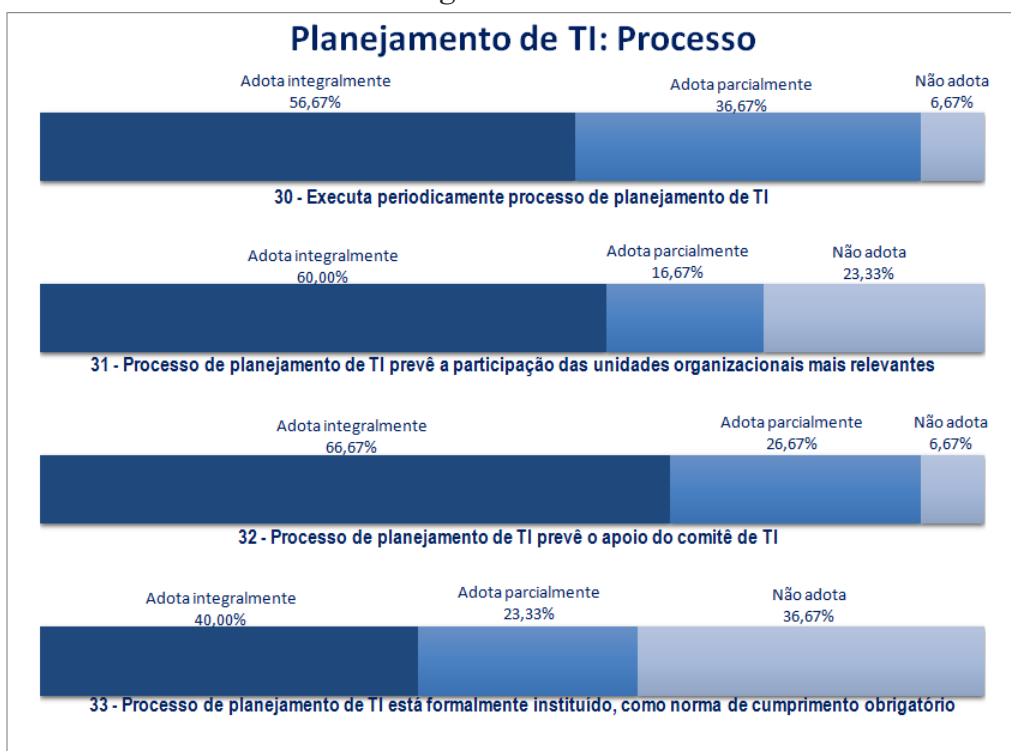
13 - Tomada decisões estratégicas considerando os níveis de risco de TI definidos



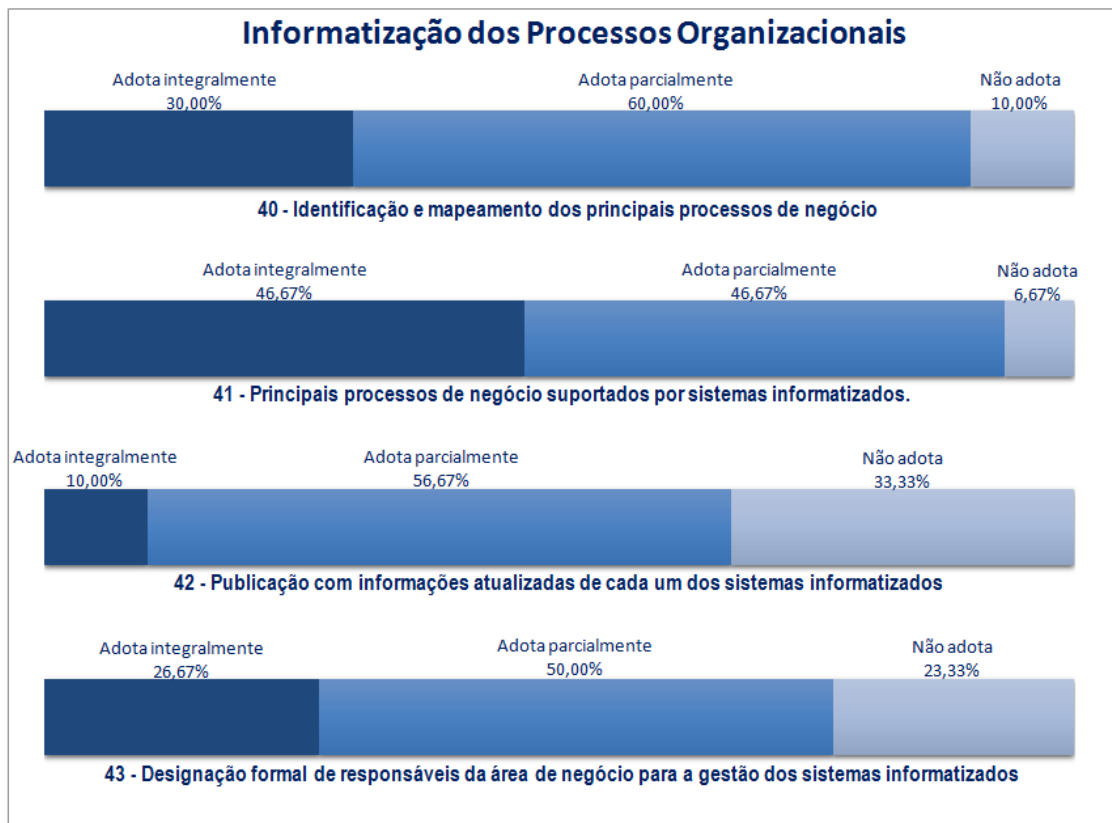
Auditoria Interna



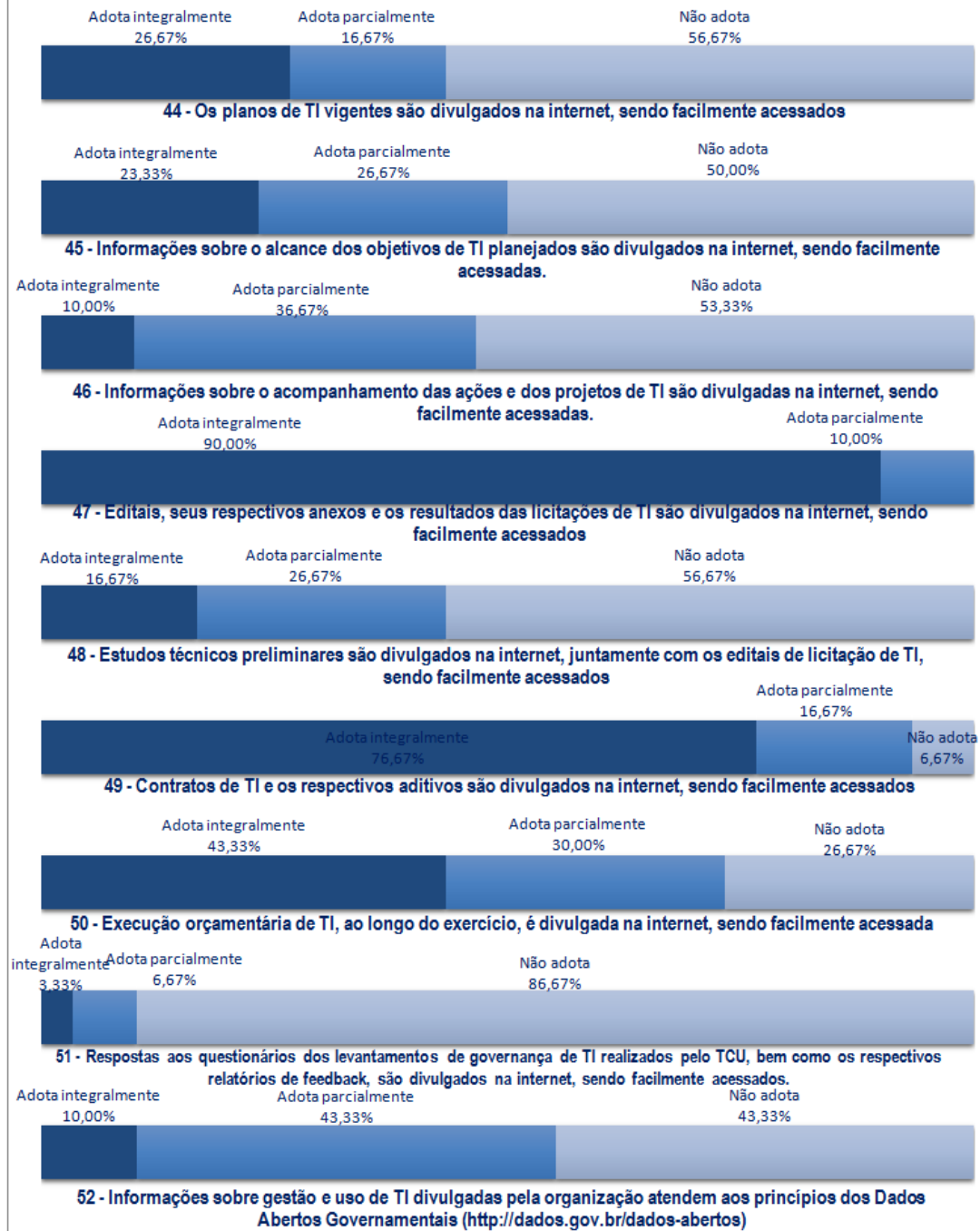
6.4.2 Dimensão: Estratégia e Planos



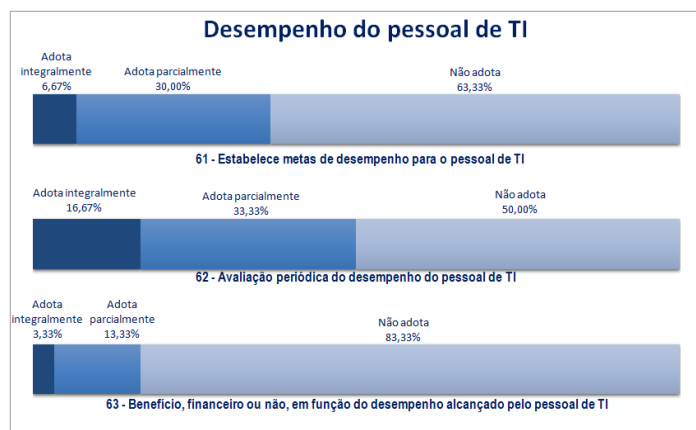
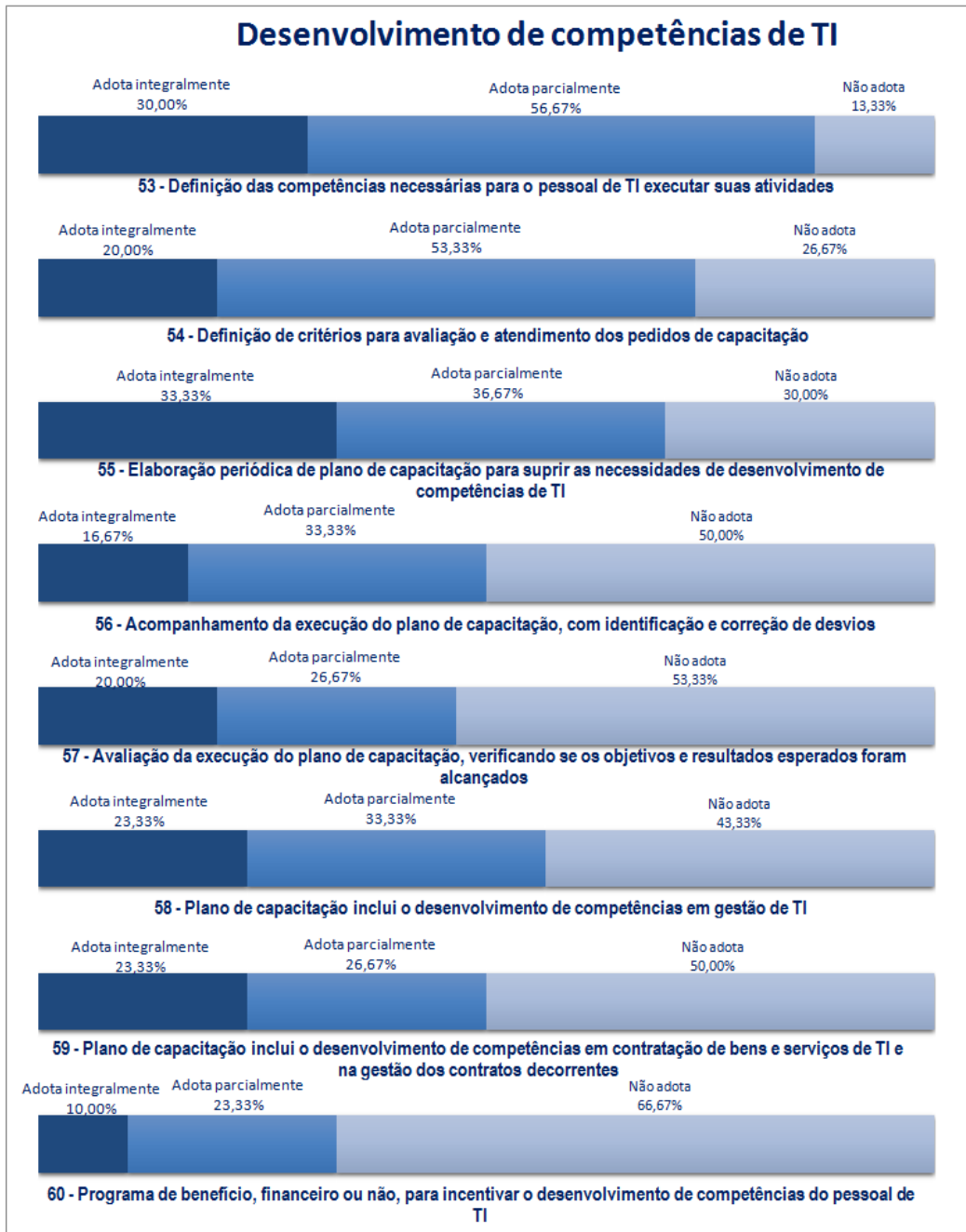
6.4.3 Dimensão: Informações



Transparência das informações

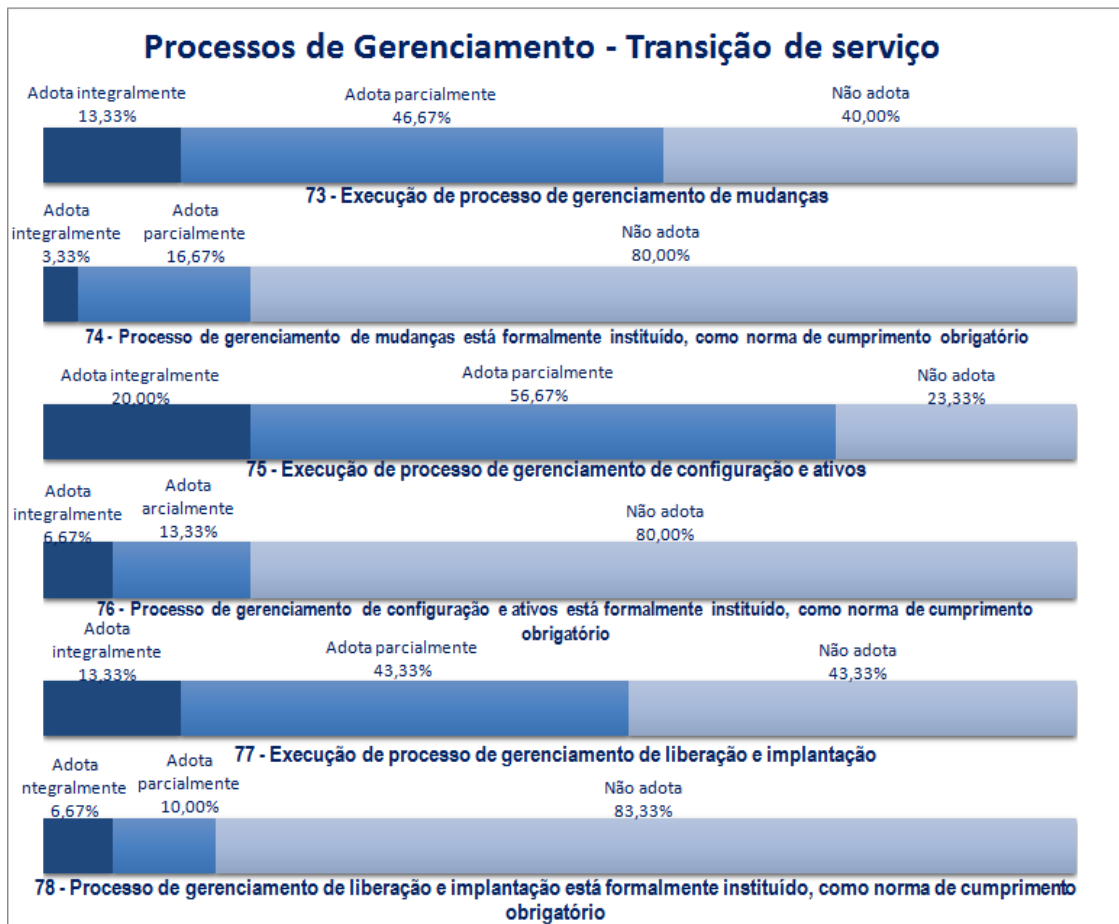
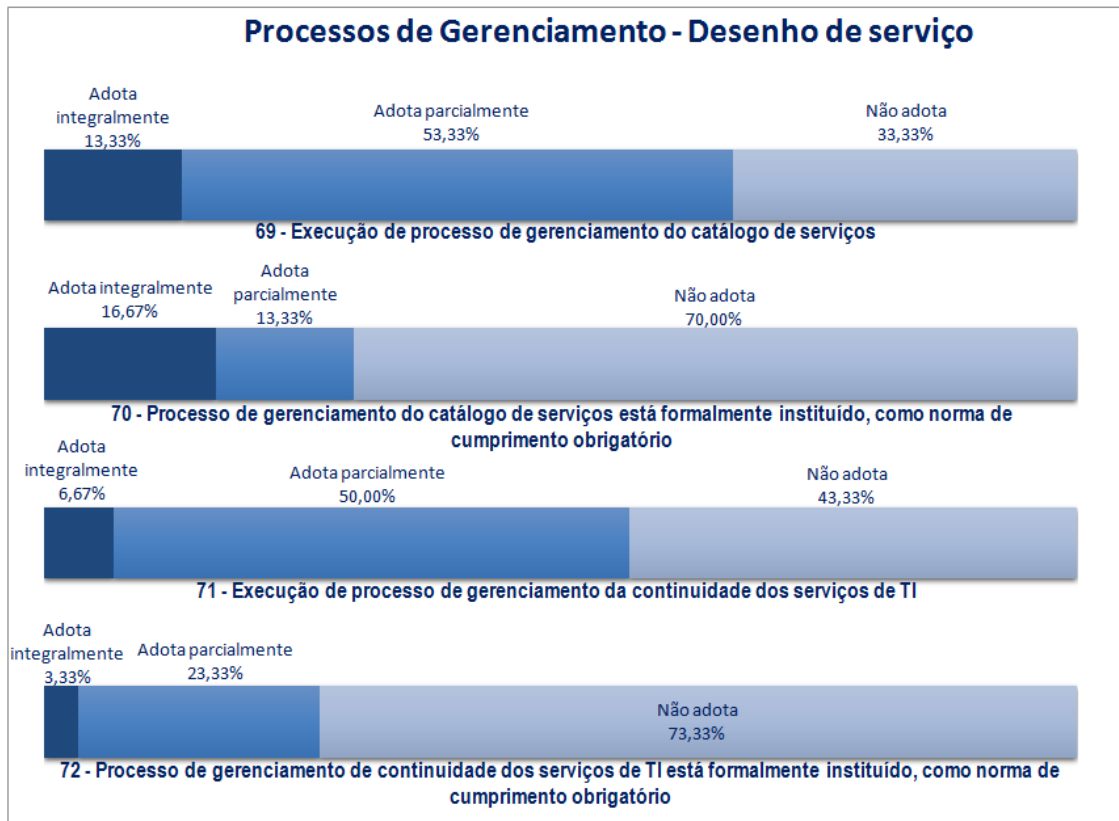


6.4.4 Dimensão: Pessoas

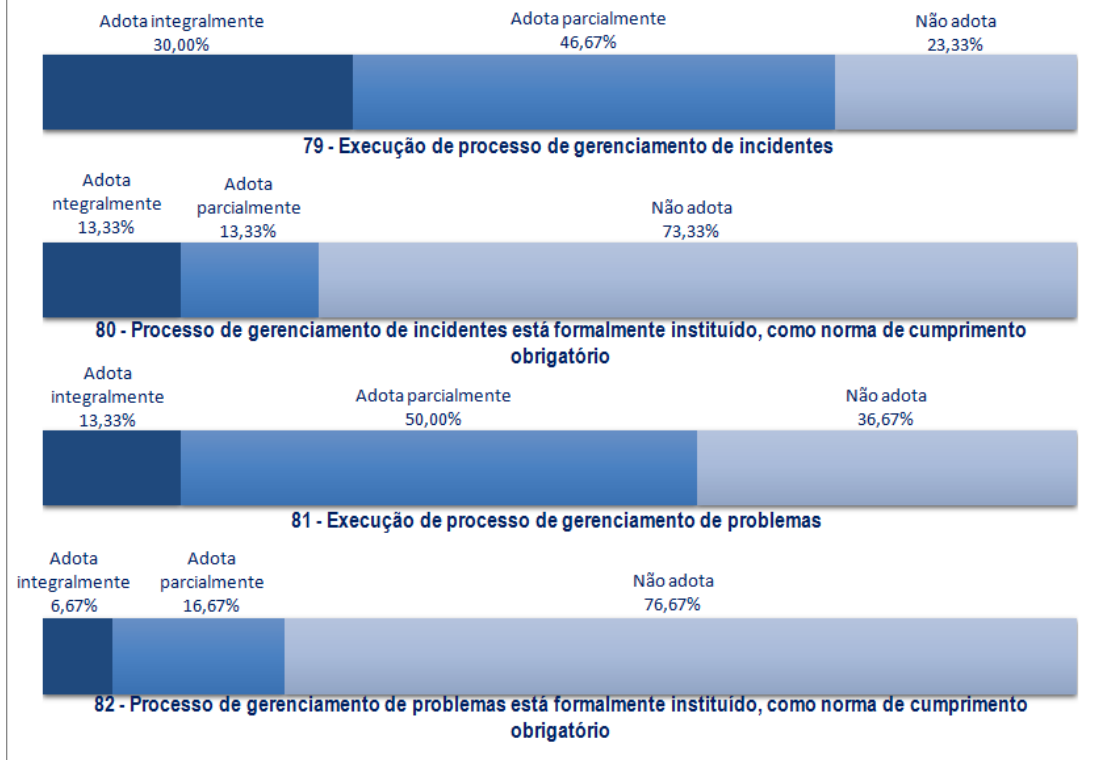


Força de Trabalho de TI - 64 a 68					
UNIDADE	Quantitativo previsto e aprovado como força de trabalho em TI	Quantitativo necessário (mínimo necessário) como força de trabalho em TI	Quantitativo total da força de trabalho existente (real) em TI	Quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos da carreira de TI da própria instituição	Quantitativo de servidores/empregados públicos efetivos de outras carreiras (não TI) da própria instituição
01. MPAC	22	35	28	9	4
02. MPAL	12	20	15	11	2
03. MPAM	32	37	29	30	2
04. MPAP	40	45	37	14	2
05. MPBA	53	100	53	39	0
06. MPCE	43	70	44	5	8
07. MPES	57	57	53	19	1
08. MPGO	102	150	86	53	3
09. MPMA	38	74	26	18	1670
10. MPMG	0	0	99	80	3963
11. MPMS	37	0	36	12	4
12. MPMT	32	55	47	20	0
13. MPPA	75	100	52	49	3
14. MPPB	23	32	13	10	1
15. MPPE	50	84	54	44	6
16. MPPI	0	20	15	12	0
17. MPPR	49	87	46	54	2237
18. MPRJ	127	350	302	127	5
19. MPRN	40	50	36	25	420
20. MPRO	3	60	48	46	2
21. MPRR	15	33	13	11	0
22. MPRS	102	102	102	79	5
23. MPSC	82	82	58	24	34
24. MPSE	59	59	33	26	1
25. MPSP	103	150	94	35	35
26. MPST	24	35	19	13	0
27. MPDFT	101	104	90	88	1
28. MPF	720	0	528	474	49
29. MPM	40	60	40	35	2
30. MPT	224	300	208	196	0

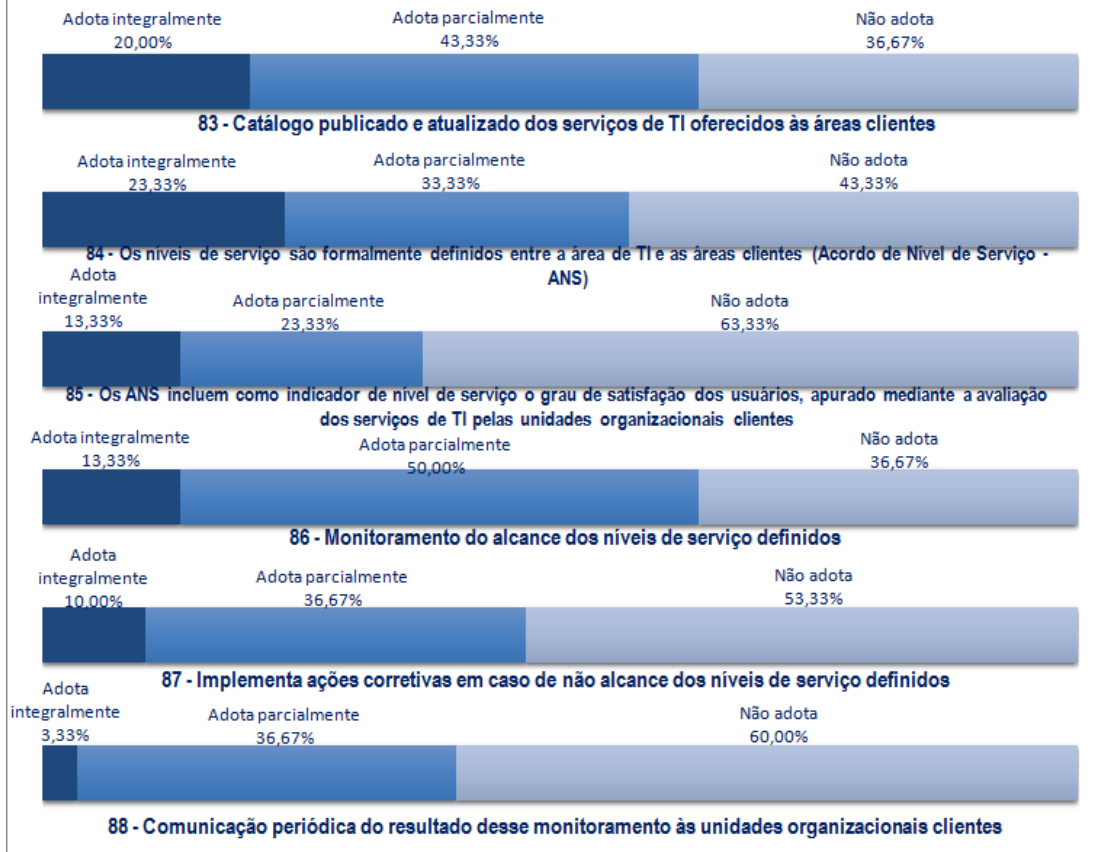
6.4.5 Dimensão: Processos



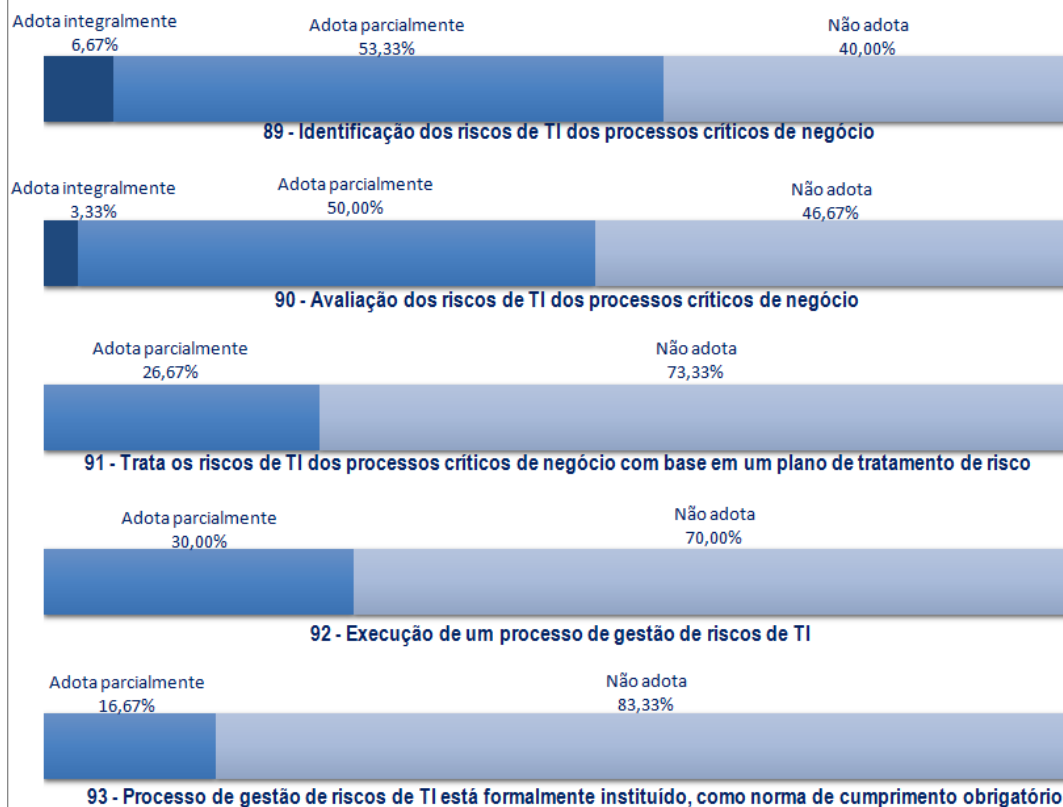
Processos de Gerenciamento - Operação de serviço



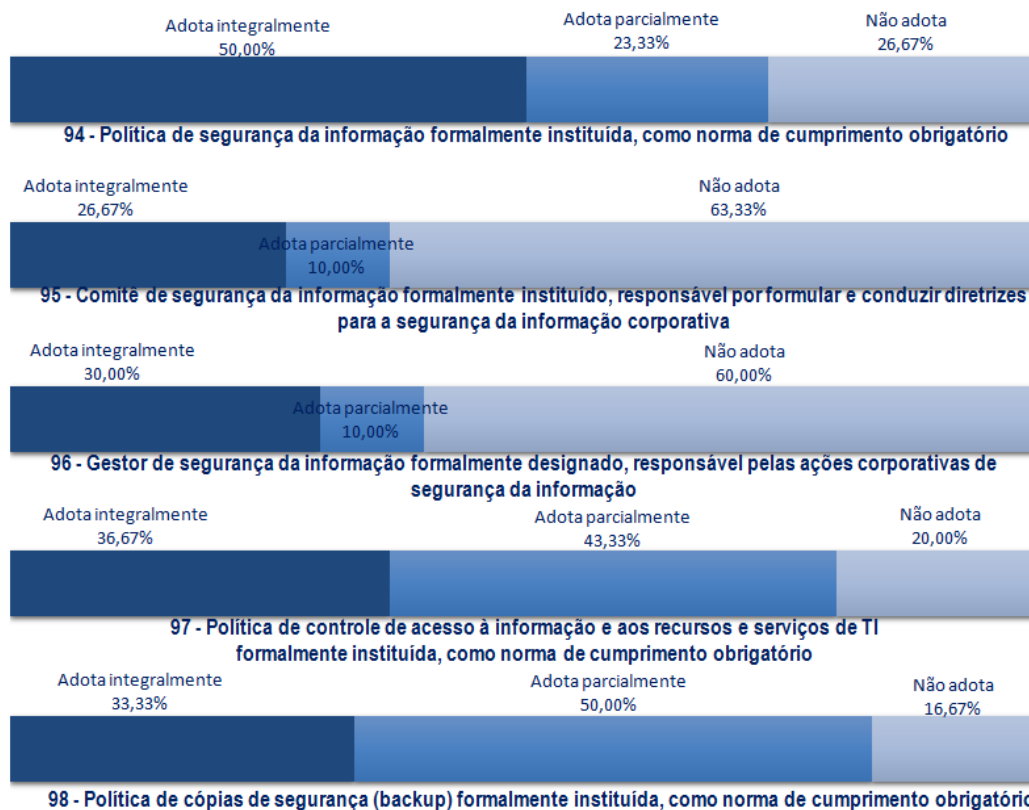
Gerenciamento de nível de serviço de TI



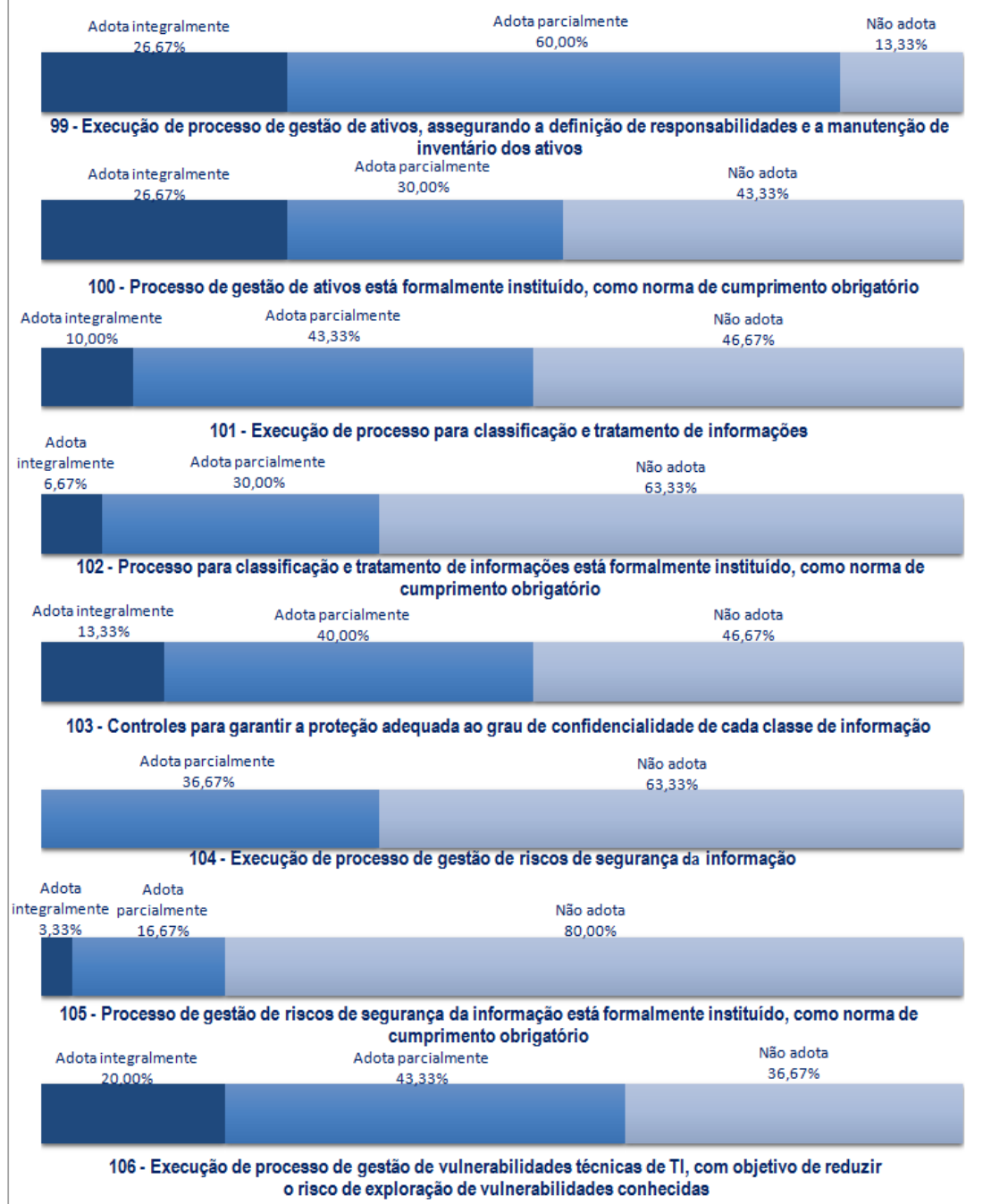
Gestão de riscos de TI



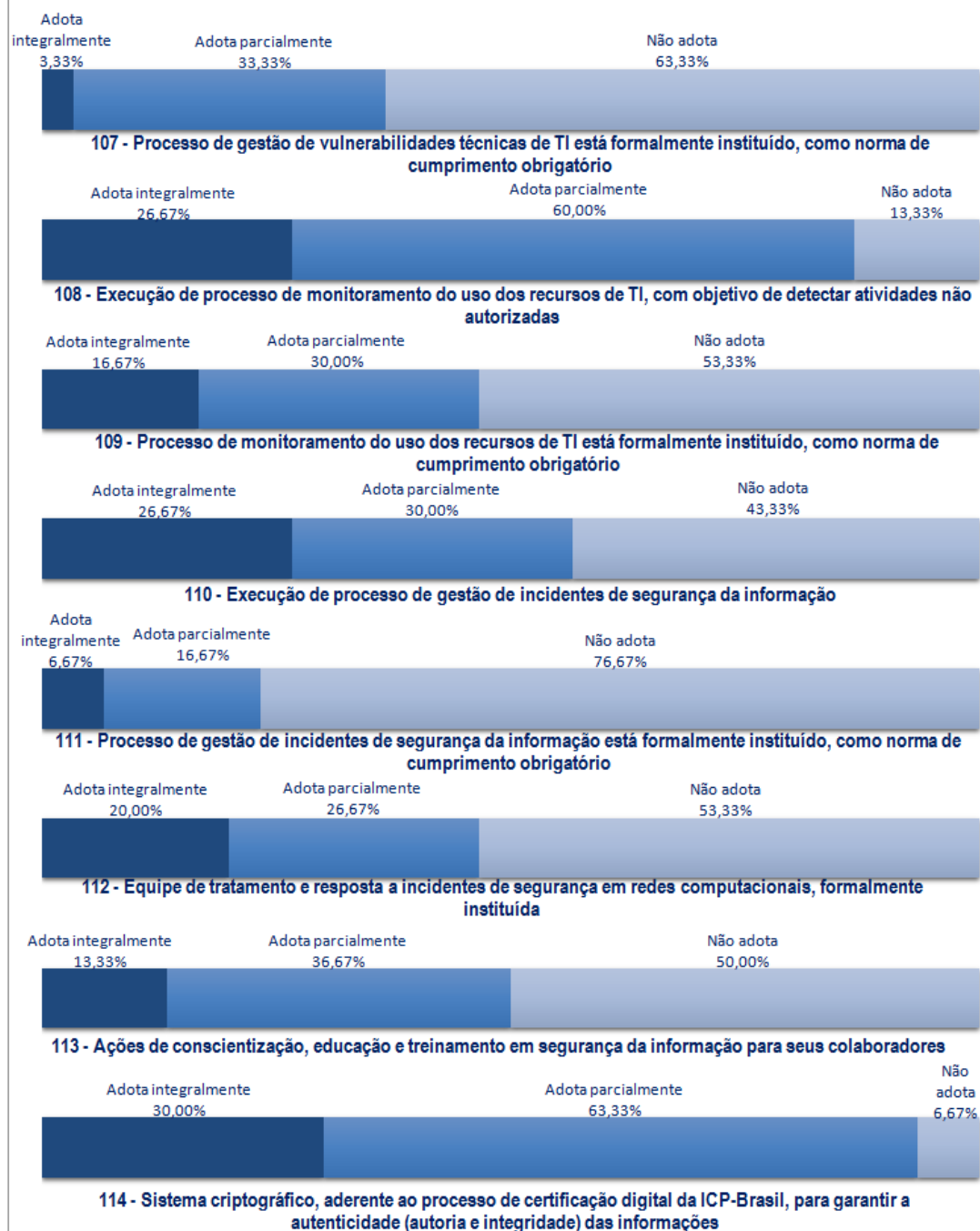
Segurança da Informação - Políticas e Responsabilidades



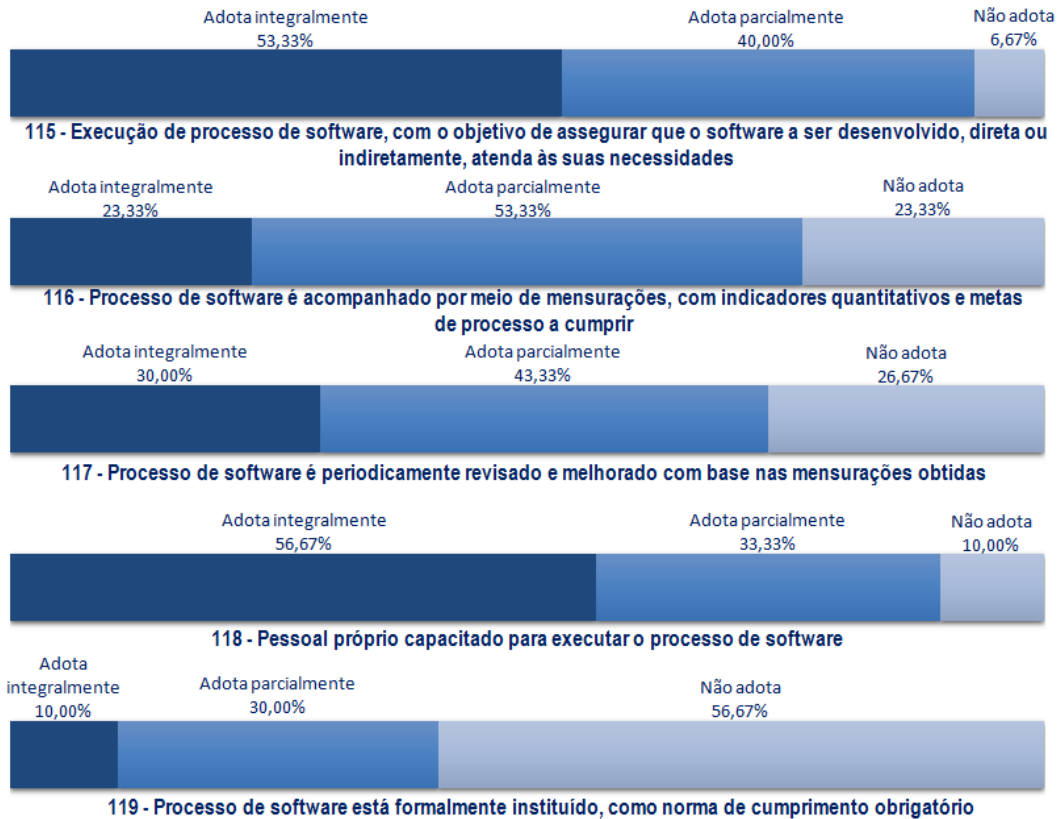
Segurança da Informação - Controles e Atividades



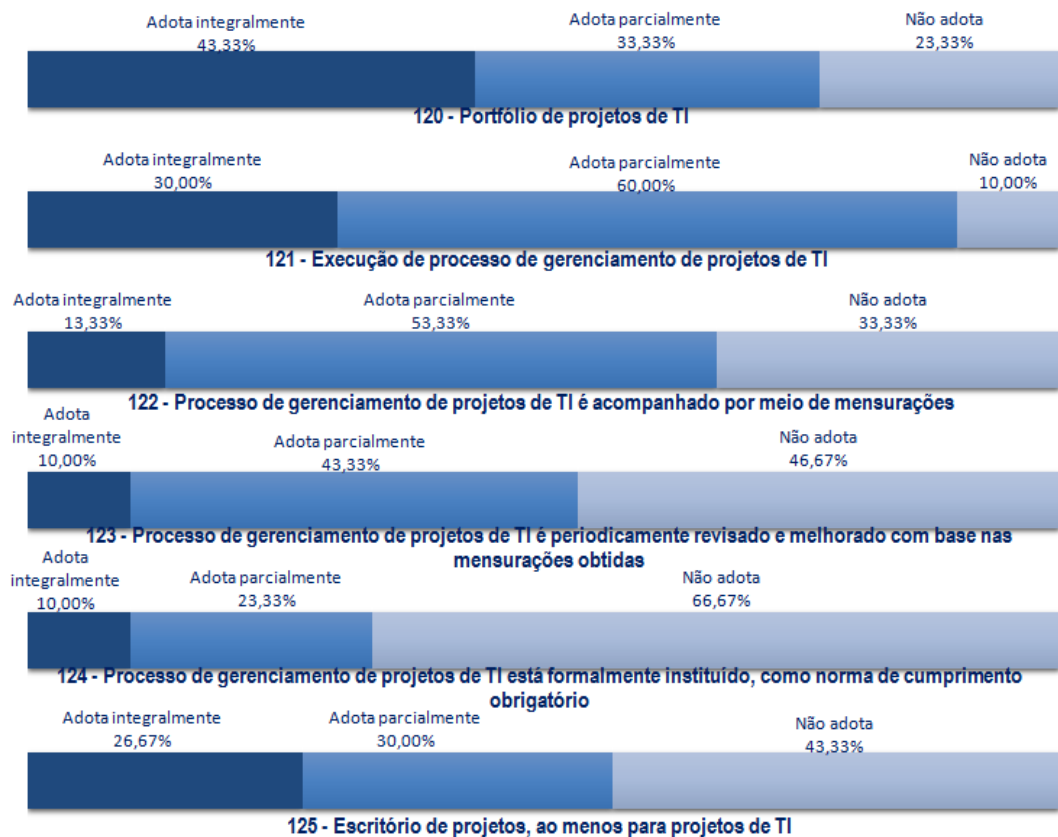
Segurança da Informação - Controles e Atividades



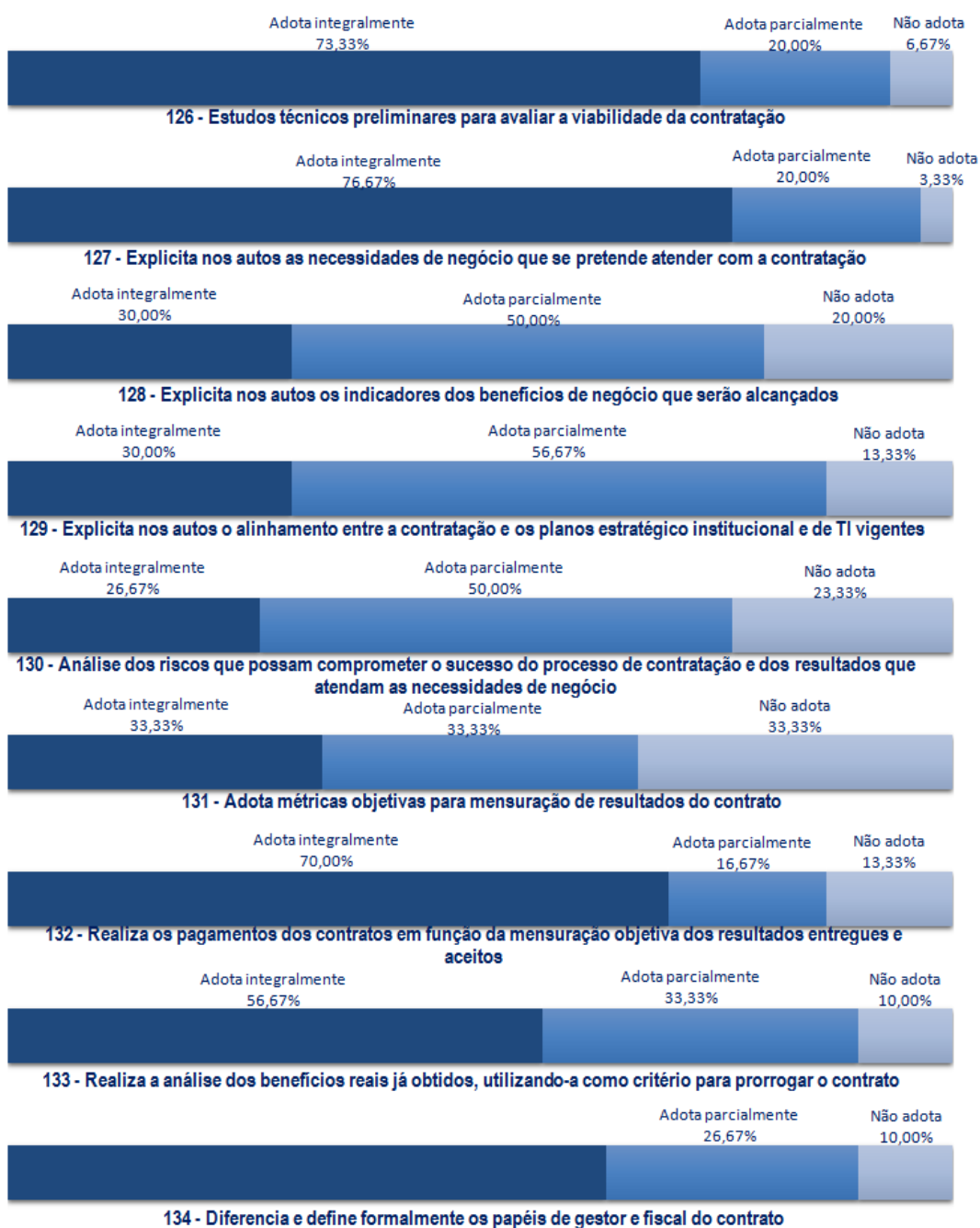
Processo de software



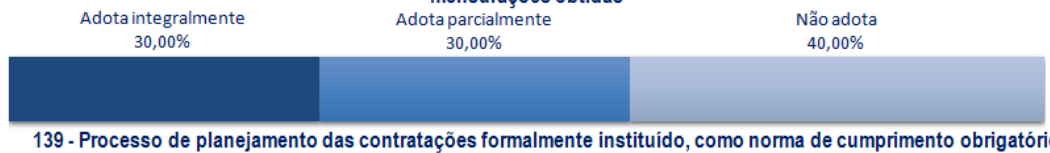
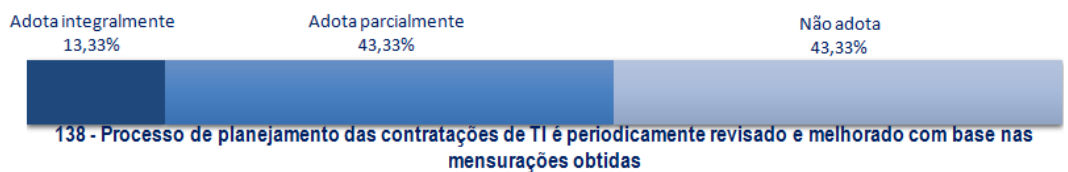
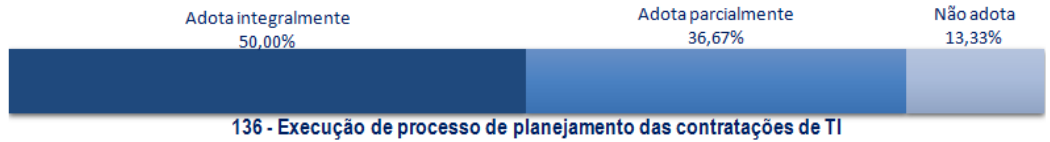
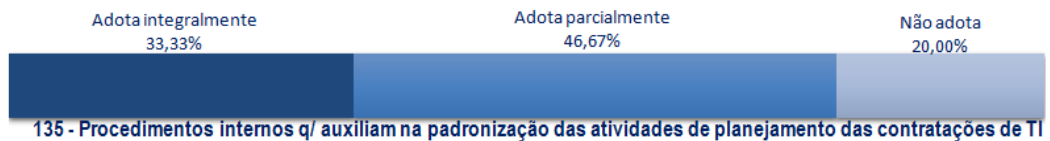
Gerenciamento de projetos de TI



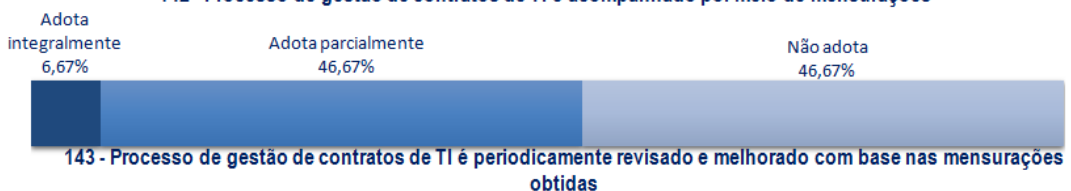
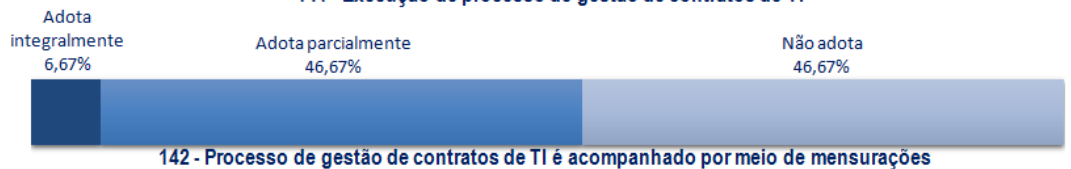
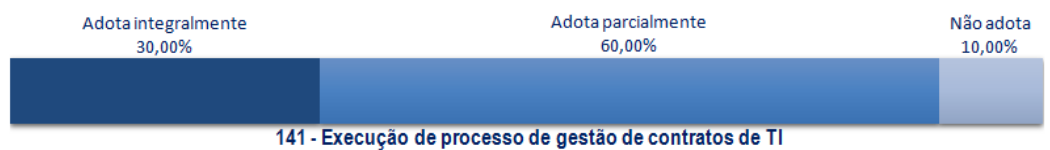
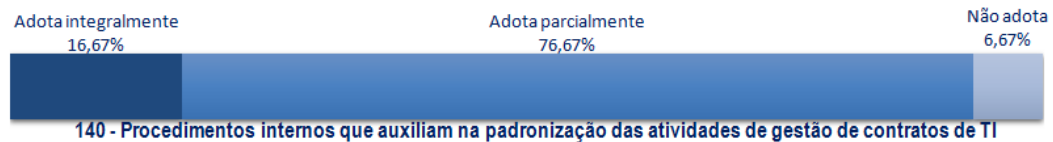
Contratações de serviços de TI



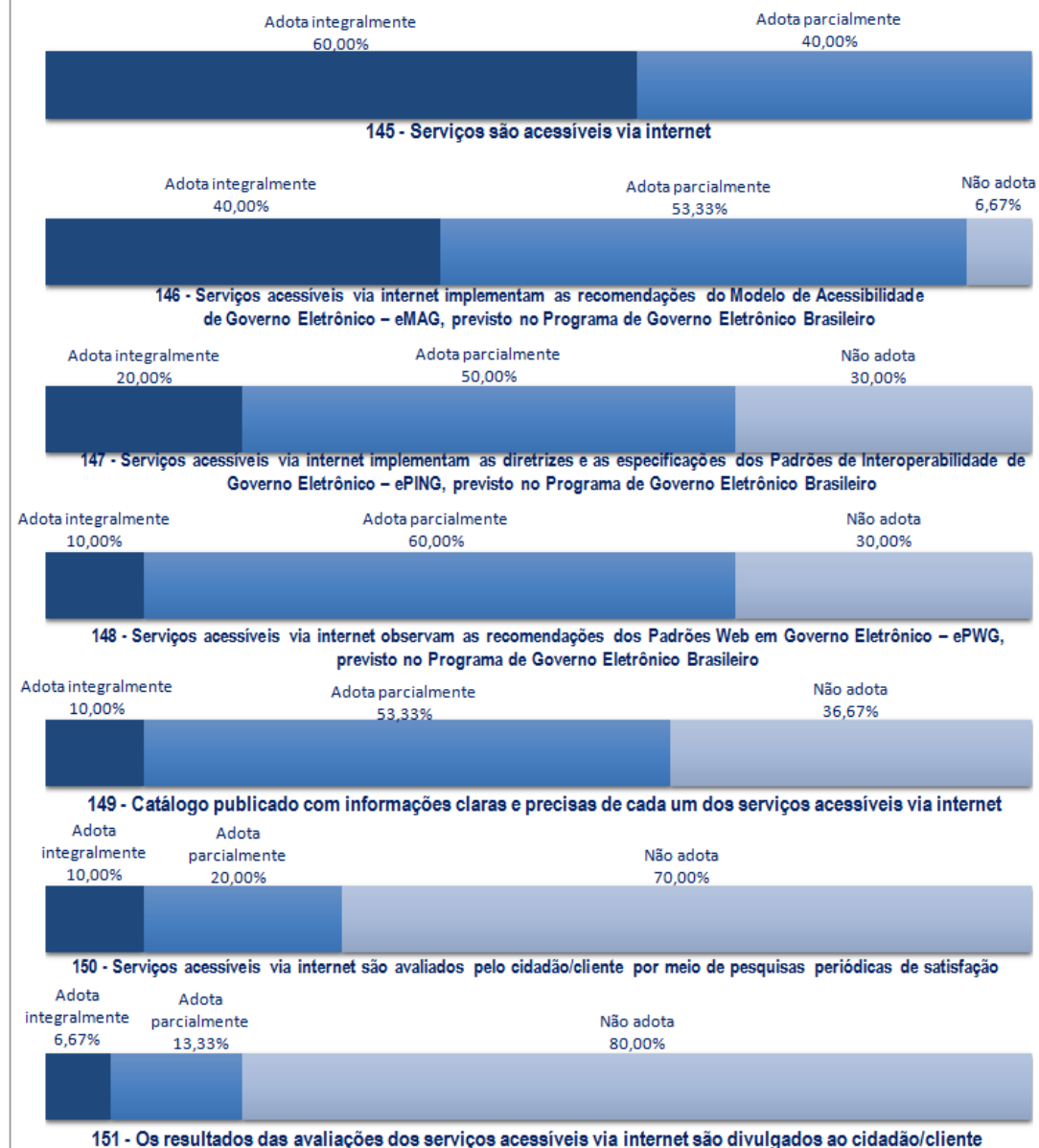
Planejamento das contratações de TI



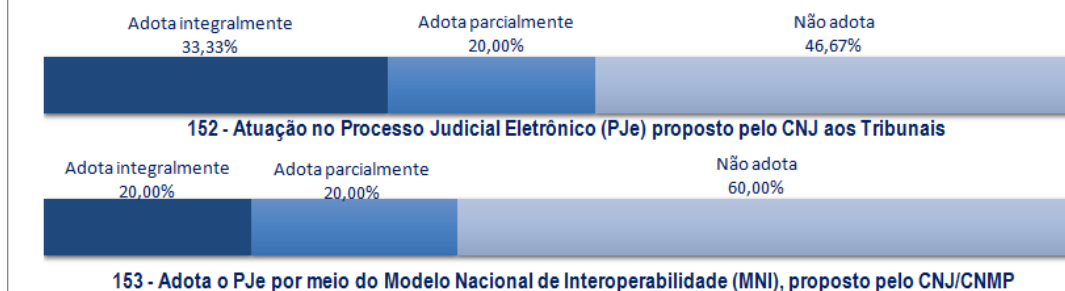
Gestão dos contratos de TI



Serviços disponíveis ao cidadão/cliente



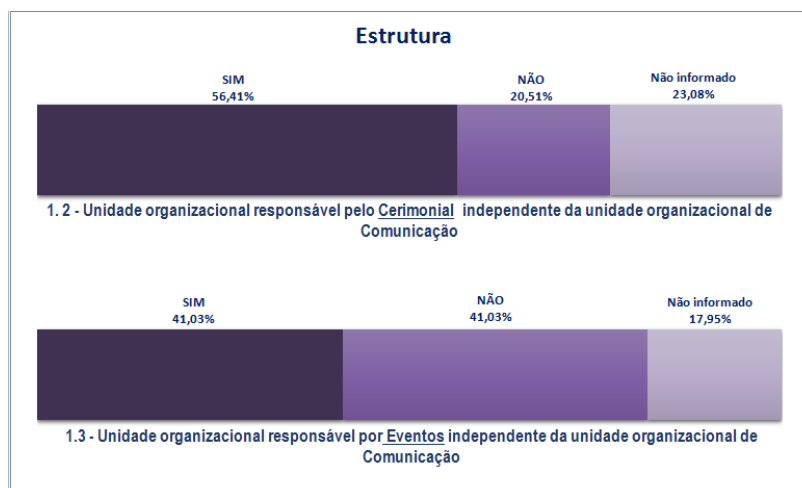
Processo judicial eletrônico - PJe



6.5 Comitê de Políticas de Comunicação Social - CPCoM

6.5.1 Estrutura

Unidade	1 - Estrutura da unidade de comunicação	1.1 - Outros
01. MPAC	Jornalismo	
02. MPAL	Jornalismo	Fotografia/ Audiovisual
03. MPAM	Jornalismo	A unidade de Comunicação do MP-AM, trabalha, em grande parte, com o jornalismo, no atendimento à imprensa, na divulgação das ações do órgão ministerial, na administração da parte de notícias o portal do MP, entre outras atividades, mas também atua na comunicação interna, que é uma outra alternativa do Questionário, com a publicação de material intranet, com comunicados e matéria de interesse interno, e com a realização da clippagem do que é publicado pela imprensa e que é de interesse das promotorias e suas áreas específicas.
04. MPAP	Comunicação Digital/Mídias Sociais	
05. MPBA	Jornalismo	
06. MPCE	Jornalismo	Comunicação Interna / Mídias Sociais / Assessoria de Imprensa
07. MPES	Jornalismo	Campanhas internas
08. MPMO	Jornalismo	Publicidade e Marketing, Relações Públicas, Fotografia
09. MPMA	Jornalismo	Produção Gráfica
10. MPMG	Publicidade e Propaganda	Na estrutura da Superintendência de Comunicação Integrada existem todas as atividades descritas acima. A Diretoria de Relações Públicas e Cerimonial, além das atividades de organização de eventos e cerimonial também desenvolve e executa projetos na área de Relações Públicas (para os públicos interno e externo) e de comunicação organizacional. Dentro da Diretoria de Imprensa temos a Divisão de Multimídia. Temos ainda duas servidoras no escritório de Brasília, para assessoria de comunicação e parlamentar
11. MPMS	Cerimonial	NÃO
12. MPMT	Cerimonial	
13. MPPA	Jornalismo	
14. MPPB	Jornalismo	Clipping – Fotografia - Diagramação
15. MPPE	Publicidade e Propaganda	Publicidade, Jornalismo e Relações Públicas
16. MPPI	Eventos	Relações Públicas
17. MPPR	Não informado	A Assessoria de Comunicação do MP-PR é composta pelos seguintes núcleos: Assessoria de Imprensa; Imagem Institucional; Mídias Eletrônicas.
18. MPRJ	Jornalismo	Redes sociais, comunicação interna e comunicação institucional.
19. MPRN	Comunicação Digital/Mídias Sociais	Relações Públicas
20. MPRO	Jornalismo	Publicidade e Propaganda, Cerimonial
21. MPRR	Jornalismo	Relações Públicas
22. MPRS	Não informado	Possui: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Comunicação Digital/ Mídias Sociais, Cerimonial e Relações Públicas
23. MPSC	Jornalismo	A Coordenadoria de Comunicação Social do MPSC organiza-se em diferentes núcleos, composto por: Jornalismo e atendimento à Mídia (produção de matérias e clipping), Comunicação Interna (intranet e periódico digital), Rede Sociais (conteúdo e monitoramento), Produção de imagens (vídeos e fotos), Criação (design e elaboração de campanhas).
24. MPSE	Jornalismo	Cerimonial e Eventos
25. MPSP	Não informado	Jornalismo, comunicação interna, mídias sociais
26. MPTO	Jornalismo	Oficialmente não é estruturada, mas executa atividades de publicidade e propaganda, jornalismo, comunicação digital e mídias sociais.
27. MPDFT	Publicidade e Propaganda	
28. MPF	Jornalismo	Produção Gráfica e Editorial; Relações Públicas; Comunicação Interna; Mídias Sociais
29. MPM	Jornalismo	Produção Gráfica e Desenvolvimento web
30. MPT	Eventos	Publicidade e propaganda; jornalismo; Comunicação Interna; Cerimonial;
SECOM - MPF/AM	Não informado	Não está estruturada por unidades organizacionais distintas para cada atividade. Dois servidores executam todas as tarefas das áreas mencionadas, sem segmentação por setores. Tudo é feito pela unidade organizacional Assessoria de Comunicação
SECOM - MPF/BA	Não informado	Não há subdivisões, apenas Assessoria de Comunicação, o trabalho é dividido entre os servidores.
SECOM - MPF/MS	Jornalismo	
SECOM - MPF/PA	Jornalismo	Não há
SECOM - MPF/PI	Publicidade e Propaganda	A Assessoria de Comunicação do Ministério Público Federal no Piauí é composta por duas servidoras: 1 analista do MPU e 1 servidora comissionada sem vínculo
SECOM - MPF/SC	Jornalismo	
SECOM - MPF/SE	Não informado	A assessoria de comunicação executa atividades relacionadas à Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Comunicação Interna, Cerimonial e Eventos e Mídias Sociais, mas não está dividida em setores/seções.
SECOM - MPF/TO	Não informado	Fazemos todo o trabalho descrito no item anterior, mas não há essa divisão
SECOM - PRR/2ªR	Jornalismo	Todas acima



UNIDADE	1.2.1 - A qual unidade organizacional a atividade cerimonial está vinculada?	1.3.1 - A qual unidade organizacional a atividade de eventos está vinculada?
01. MPAC	Ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.	Comunicação
02. MPAL	Chefia de Gabinete	Cerimonial
03. MPAM	A unidade de Cerimonial está vinculada à Procuradoria Geral de Justiça.	A unidade de Eventos funciona junto do Cerimonial, numa unidade única.
04. MPAP	Procuradoria Geral de Justiça	Procuradoria Geral de Justiça
05. MPBA		Ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
06. MPCE	Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	Cerimonial – Gabinete PGJ
07. MPES	Procurador-Geral de Justiça	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
08. MPGO	Chefia de Gabinete da PGJ	
09. MPMA	Gabinete PGJ	Eventos e Cerimonial são um setor só
10. MPMG		
11. MPMS	À Chefia de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça	NÃO EXISTE EVENTOS
12. MPMT		Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
13. MPPA	A atividade de Cerimonial é exercida por assessores e servidores subordinados ao Gabinete da PGJ	Cerimonial: eventos institucionais; Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf): eventos de capacitação
14. MPPB	Procuradoria-Geral de Justiça	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
15. MPPE	Gabinete do Procurador-Geral	Cerimonial. A Escola Superior é responsável por organizar apenas os cursos que ela coordena.
16. MPPI		
17. MPPR	Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça	Cerimonial, Assessoria de Comunicação e CEAF (eventos técnicos e científicos)
18. MPRJ	Administração	Cerimonial
19. MPRN	É um setor específico, assessoria de cerimonial e eventos	Assessoria de Cerimonial e Eventos
20. MPRO	Procuradoria-Geral de Justiça	Cerimonial
21. MPRR	Procuradoria-Geral de Justiça	
22. MPRS	Ao Gabinete de Comunicação, especificamente na Assessoria de Relações Públicas	Ao Gabinete de Comunicação, especificamente na Assessoria de Relações Públicas
23. MPSC	Casa Militar	CEAF - Centro Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
24. MPSE	PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
25. MPSP	Chefia de Gabinete do PGJ	Não aplicável
26. MPSTO	Cerimonial e protocolo	Cerimonial e protocolo
27. MPDFT	Assessoria de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça	Cerimonial
28. MPF	Gabinete do PGR	Secretaria de Administração
29. MPM	Assessoria de Cerimonial	Assessoria de Cerimonial
30. MPT		
SECOM - MPF/AM	Não se aplica, pois também é executada pela Assessoria de Comunicação, apesar de não ter profissionais específico para a atividade	A própria Assessoria de Comunicação é a unidade que realizada a atividade de eventos
SECOM - MPF/BA		
SECOM - MPF/MS		
SECOM - MPF/PA		
SECOM - MPF/PI	Ascom MPF/PI	Gabinete do Procurador-Chefe
SECOM - MPF/SC		
SECOM - MPF/SE		
SECOM - MPF/TO	Quando se faz necessário contratamos fora ou formamos uma equipe com o pessoal da PR	Existe apenas uma comissão de eventos que cuida basicamente de datas comemorativas, como dia das mães, crianças, servidor público etc
SECOM - PRR/2ºR		

ESTRUTURA DE PESSOAL

UNIDADE	2.1 - Cargos em comissão:	2.2 - Servidores do quadro pertencentes ao órgão:	2.2.1 - Com concurso específico para a unidade organizacional de comunicação:	2.2.2 - Com concurso para outras unidades organizacionais que não as de comunicação social:
01. MPAC	9	3	2	1
02. MPAL	3	1	1	0
03. MPAM	1	3	1	2
04. MPAP	4	1	0	1
05. MPBA	7	0	8	0
06. MPCE	1	2	1	1
07. MPES	2	1	0	0
08. MPGO	3	9	6	3
09. MPMA	5	10	7	1
10. MPMG	16	30	24	6
11. MPMS	6	2	0	2
12. MPMT	5	2	0	2
13. MPPA	1	4	0	4
14. MPPB	1	2	2	0
15. MPPE	5	4	4	0
16. MPPI	2	3	0	3
17. MPPR	4	3	2	1
18. MPRJ	8	5	1	4
19. MPRN	4	7	1	6
20. MPRO	4	5	2	3
21. MPRR	2	1	0	1
22. MPRS	16	7	0	3
23. MPSC	6	7	2	5
24. MPSE	5	3	0	0
25. MPSP	3	5	0	5
26. MPTO	4	5	2	3
27. MPDFT	1	20	8	12
28. MPF	21	35	10	26
29. MPM	0	6	0	6
30. MPT	5	4	1	3
SECOM - MPF/AM	1	1	1	0
SECOM - MPF/BA	1	2	1	1
SECOM - MPF/MS	1	1	1	0
SECOM - MPF/PA	1	1	1	0
SECOM - MPF/PI	1	1	1	0
SECOM - MPF/SC	1	2	1	1
SECOM - MPF/SE	1	1	1	0
SECOM - MPF/TO	0	1	1	0
SECOM - PRR/2ºR	1	4	3	1

ESTRUTURA DE PESSOAL

UNIDADE	2.3 - Servidores cedidos de outros órgãos: 2.3.1 - Qual a unidade organizacional de formação dos servidores cedidos	
01. MPAC	NÃO	
02. MPAL	NÃO	
03. MPAM	NÃO	
04. MPAP	NÃO	
05. MPBA	Não informado	
06. MPCE	SIM	TV Pública
07. MPES	NÃO	
08. MPGO	SIM	2 servidores cedidos: 1 jornalista e 1 relações públicas
09. MPMA	NÃO	
10. MPMG	NÃO	
11. MPMS	NÃO	
12. MPMT	NÃO	
13. MPPA	NÃO	
14. MPPB	SIM	Estado da Paraíba
15. MPPE	SIM	Licenciatura em História e Geografia, Relações Públicas e Direito (incompleto)
16. MPPI	NÃO	
17. MPPR	NÃO	
18. MPRJ	NÃO	
19. MPRN	NÃO	
20. MPRO	NÃO	
21. MPRR	SIM	Universidade Federal de Roraima – UFRR
22. MPRS	NÃO	
23. MPSC	SIM	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
24. MPSE	SIM	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
25. MPSP	NÃO	
26. MPTO	SIM	Executivo
27. MPDFT	SIM	1
28. MPF	SIM	TJDFT; Ministério da Fazenda; Aeronáutica
29. MPM	NÃO	
30. MPT	SIM	Um servidor do GDF e uma servidora da UFRGS
SECOM - MPF/AM	NÃO	
SECOM - MPF/BA	NÃO	
SECOM - MPF/MS	NÃO	
SECOM - MPF/PA	NÃO	
SECOM - MPF/PI	NÃO	
SECOM - MPF/SC	NÃO	
SECOM - MPF/SE	NÃO	
SECOM - MPF/TO	NÃO	
SECOM - PRR/2ªR	NÃO	

ESTRUTURA DE PESSOAL

Unidade	2.4 - Terceirizados: 2.4.1 - Quais são as atividades terceirizadas:	
01. MPAC	0	Filmagens
02. MPAL	0	Serviços gráficos
03. MPAM	0	
04. MPAP	1	Publicidade e propaganda e serviços fotográficos
05. MPBA	0	
06. MPCE	3	Diagramação e edição de mídias eletrônicas
07. MPES	0	
08. MPGO	0	
09. MPMA	0	
10. MPMG	5	Recepcionista - Trabalhador mirim (girl) - Limpeza - Atividades técnicas de áudio e vídeo
11. MPMS	0	
12. MPMT	1	Atendente de telefone
13. MPPA	0	
14. MPPB	0	
15. MPPE	5	Atividades administrativas, recepção e tramitação de documentos, diagramação de revistas e jornais, edição de vídeos, produção do programa de TV, distribuição interna de publicações.
16. MPPI	1	Operação de áudio
17. MPPR	0	
18. MPRJ	0	
19. MPRN	0	
20. MPRO	2	Fotografia e Filmagem
21. MPRR	0	
22. MPRS	1	Rádio MP
23. MPSC	0	
24. MPSE	0	
25. MPSP	0	
26. MPST	0	SOMENTE AS CITADAS NO ITEM 07
27. MPDFT	0	
28. MPF	14	Design e produção gráfica (6 pessoas); revisão de texto (2 pessoas); fotografia (2 pessoas); operador de áudio (2 pessoas); serviços gerais (2 pessoas)
29. MPM	0	Serviços gráficos
30. MPT	0	
SECOM - MPF/AM	0	
SECOM - MPF/BA	0	
SECOM - MPF/MS	0	
SECOM - MPF/PA	0	
SECOM - MPF/PI	0	
SECOM - MPF/SC	0	
SECOM - MPF/SE	0	
SECOM - MPF/TO	0	Clipping
SECOM - PRR/2°R	0	

ESTRUTURA DE PESSOAL

UNIDADE	2.5 - Estagiários: 2.5.1 - Quais são as unidades organizacionais de formação dos estagiários?	
01. MPAC	0	Não se aplica
02. MPAL	0	Não temos estagiários
03. MPAM	4	Unidade ligada ao Recursos Humanos, e atua, principalmente na viabilização do processo de Seleção e Contrato dos Estagiários.
04. MPAP	4	Jornalismo (2) e Design (2)
05. MPBA	5	2 de Jornalismo, 1 de relações públicas e 2 designs
06. MPCE	0	
07. MPES	8	5 em Jornalismo, 2 em Publicidade e 1 em Administração
08. MPGO	5	4 jornalismo e 1 administração
09. MPMA	2	Jornalismo e Radialismo
10. MPMG	1	Relações Públicas e Cerimonial – Publicidade e Propaganda – Design Gráfico – Jornalismo – Revisão (letras) – Multimídia (cinema)
11. MPMS	4	JORNALISMO E PUBLICIDADE E PROPAGANDA
12. MPMT	0	
13. MPPA	4	Cursos de jornalismo (instituições de ensino pública e privadas)
14. MPPB	0	
15. MPPE	6	Jornalismo, publicidade e nível médio
16. MPPI	1	Assessoria de Imprensa
17. MPPR	4	Jornalismo e Designer
18. MPRJ	6	CIEE
19. MPRN	2	Diretoria de Comunicação
20. MPRO	4	3 administrativos e 1 publicidade
21. MPRR	0	
22. MPRS	9	Assessoria de Imprensa, Assessoria de Imagem, Assessoria de Relações Públicas, Audiovisual
23. MPSC	1	JORNALISMO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DESIGN, MÍDIA ELETRÔNICA
24. MPSE	0	
25. MPSP	0	
26. MPTO	0	NÃO SE APLICA
27. MPDFT	1	Nível Médio, Publicidade e Propaganda e Jornalismo (escolas públicas e faculdades públicas e particulares)
28. MPF	3	Jornalismo (3)
29. MPM	1	Departamento de Gestão de Pessoas
30. MPT	3	Um de Relações Públicas, um de Publicidade e um Administração. Está previsto, ainda para este segundo semestre, um estagiário de Jornalismo.
SECOM - MPF/AM	2	Jornalismo
SECOM - MPF/BA	2	Um de jornalismo e um de administração
SECOM - MPF/MS	3	Jornalismo
SECOM - MPF/PA	1	Jornalismo
SECOM - MPF/PI	0	A Ascom do MPF/PI não possui estagiários.
SECOM - MPF/SC	1	Jornalismo
SECOM - MPF/SE	1	Estudantes de Jornalismo
SECOM - MPF/TO	1	Estagiário da área de comunicação
SECOM - PRR/2ºR	3	2 jornalismo e 1 publicidade

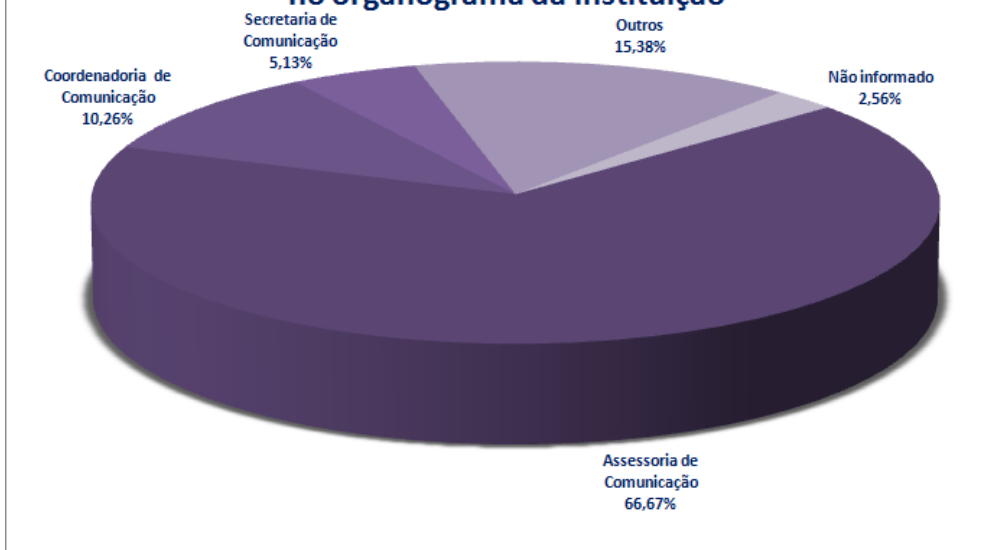
ESTRUTURA DE PESSOAL								
UNIDADE	3.1 - Jornalismo	3.2 - Publicidade	3.3 - Relações Públicas	3.4 - Marketing	3.5 - Comunicação Organizacional	3.6 - Audiovisual/Rádio e TV	3.7 - Comunicação Digital	3.8 - Outros
01. MPAC	4	1	0	0	2	3	1	1
02. MPAL	2	0	0	0	0	0	1	Fotografia/Audiovisual (Dois)
03. MPAM	2	0	0	0	0	0	0	Graduação em Designer Gráfico (1)
04. MPAP	4	0	0	0	0	0	0	
05. MPBA	6	4	0	0	0	0	0	1 design
06. MPCE	4	1	0	0	0	0	0	2
07. MPES	2	0	0	0	0	0	0	1
08. MPGO	4	3	2	0	0	0	0	3
09. MPMA (1)	7	1	1	1	0	2	0	12. 2 profissionais - Design Gráfico
10. MPMG	10	5	9	0	2	3	9	7 (sete)
11. MPMS	3	1	0	0	0	2	1	UM
12. MPMT	3	0	0	0	0	1	0	2
13. MPPA	2	0	0	0	0	0	0	Nenhum
14. MPPB	5	0	0	0	0	0	0	2
15. MPPE	7	2	1	0	0	3	0	1 fotografia e diagramação
16. MPPI	3	0	0	0	1	1	0	3
17. MPPR	5	1	0	0	0	0	0	
18. MPRJ	15	1	0	0	0	0	0	1
19. MPRN	7	1	0	1	0	0	0	01 cargo
20. MPRO	0	0	0	0	0	0	0	
21. MPRR	2	0	1	0	0	0	0	1 (um) servidor
22. MPRS	12	5	8	1	0	1	0	4
23. MPSC	5	2	0	0	0	0	0	CINCO
24. MPSE	2	0	1	0	0	0	0	FOTOGRAFIA
25. MPSP	7	1	0	0	0	0	0	0 (zero)
26. MPST	5	1	0	0	0	0	0	4
27. MPDFT	13	4	0	0	0	0	0	5
28. MPF (2)	18	3	1	1	0	4	0	18
29. MPM	1	1	0	0	0	0	0	Rev. de texto:1; Desenvolvimento p/ web: 1
30. MPT	5	3	2	0	2	5	0	Um profissional de Administração.
SECOM - MPF/AM	2	0	0	0	0	0	0	0
SECOM - MPF/BA	2	0	1	0	0	0	0	Zero
SECOM - MPF/MS	2	0	0	0	0	0	0	CC2 também é graduada em Direito.
SECOM - MPF/PA	3	0	0	0	0	0	0	0
SECOM - MPF/PI	2	0	1	0	1	0	0	0
SECOM - MPF/SC	1	1	0	0	0	0	0	0
SECOM - MPF/SE	1	0	1	0	0	0	0	NÃO
SECOM - MPF/TO	1	0	0	0	0	0	0	0
SECOM - PRR/2°R	2	2	0	0	0	0	0	0

* Outros: revisão de textos, design, administração, fotografia, web design, edição áudio/vídeo, técnico de som, etc.

(1) 09. MPMA - 12, uma vez que um profissional desempenha mais de um papel. Por exemplo: jornalistas revisam textos; radialistas fazem fotos e produção do programa de rádio, etc. Há 2 profissionais responsáveis pelo Design Gráfico.

(2) 28. MPF Designers: 2 servidores (Eduardo + João Mário) + 5 designers terceirizados; 2 revisores terceirizados; 1 servidor de artes plásticas. Comunicação digital: 1 engenheiro, 1 ciências da computação, 1 administração, 1 matemática, 1 técnico em sistemas da informação; Fotografia: 3

4 - Posição da unidade organizacional de Comunicação no organograma da instituição

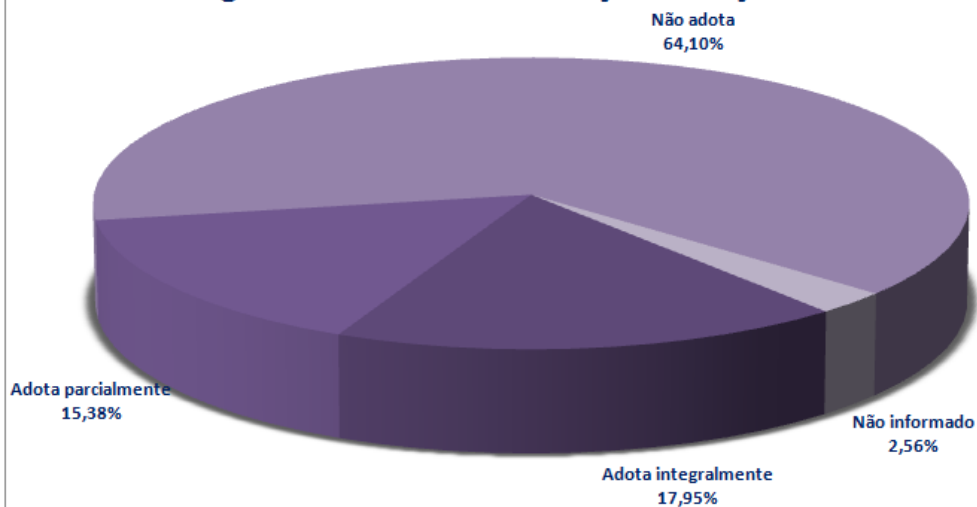


4.1 - Outros: Diretoria de Comunicação Social; Superintendência de Comunicação Integrada; Assessoria de Imprensa; Diretoria de Comunicação com Setor de Imprensa; Assessoria de Relações Públicas e Setor de Produção e Arte, Gabinete de Comunicação Social; Divisão de Comunicação, Cerimonial e Eventos.

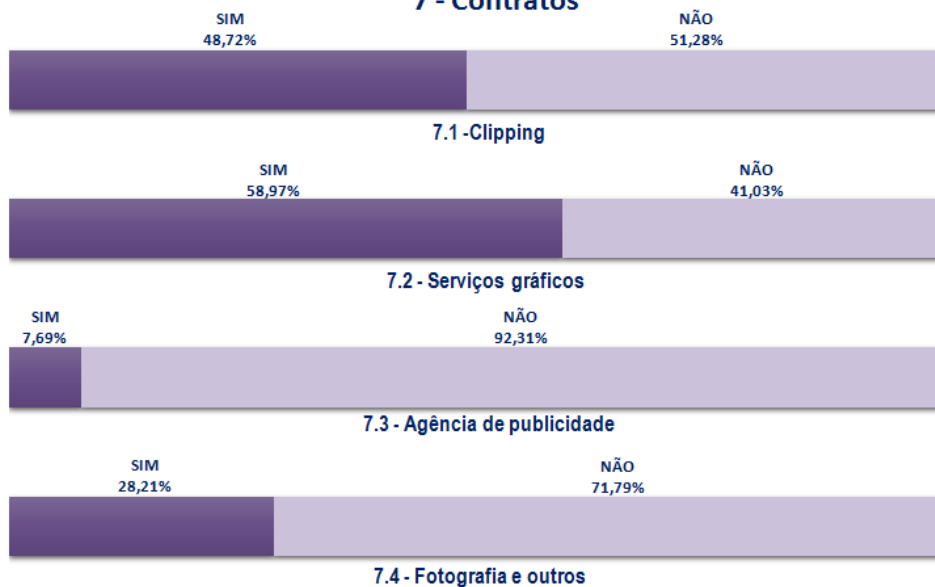
5 - Unidade organizacional de Comunicação vinculada diretamente à administração superior



6 - Rubrica específica destinada à unidade organizacional de comunicação no orçamento



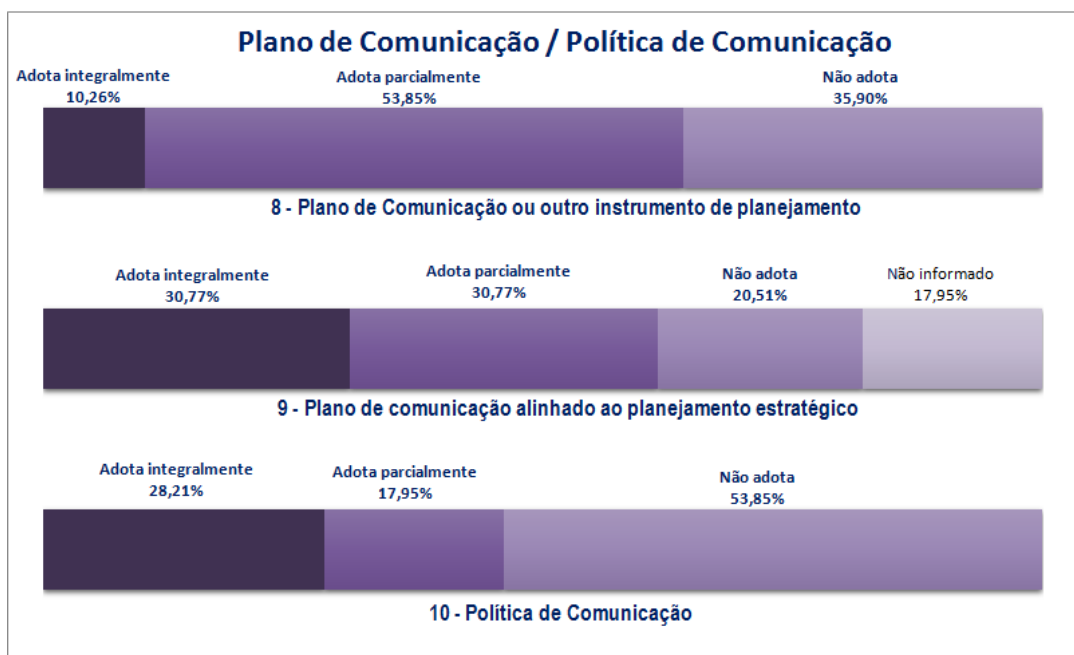
7 - Contratos



UNIDADE*	7.5 - Outros Contratos
01. MPAC	Filmagens
03. MPAM	Contrato por meio de licitação com um jornal local de grande circulação onde são publicados editais do órgão ministerial, entre outros materiais de interesse institucional.
04. MPAP	Serigráfico
05. MPBA	Comunicação visual, mestre de cerimônias
06. MPCE	PUBLICAÇÕES OFICIAIS NOS JORNAIS
09. MPMA	Filmagem de eventos, confecção de camisas
10. MPMG	Contratos eventuais de produção de vídeos, compra de equipamentos e outros serviços relacionados às atividades de comunicação que não são disponibilizados pela Instituição.
13. MPPA	Assinatura de jornais e publicação de editais de licitação. Os serviços elencados nos itens 7.1 a 7.4 são realizados pela própria assessoria de imprensa.
14. MPPB	Produção de Programa de Rádio e de TV
15. MPPE	Diário Oficial, SMS Corporativo.
19. MPRN	Filmagem e transmissão ao vivo pelo portal, assinatura de jornais, TV a cabo
22. MPRS	Operação da Rádio MP, através de contrato com a Agência Radioweb
24. MPSE	FILMAGEM E EDIÇÃO
26. MPTO	Assinatura de periódico
27. MPDFT	Banco de Imagens, Revista
28. MPF	Designers, revisão de texto, Portal, Monitoramento de mídias sociais; SMS; operador de áudio; produção de programa de TV institucional; mailing list
30. MPT	Temos contratos de eventos, serviços de mailing de imprensa e de produtora para programa de TV
SECOM - MPF/AM	Banco de Imagens, TV a Cabo
SECOM - MPF/BA	Filmagem
SECOM - MPF/MS	Até junho/15 havia contrato de Clipping.

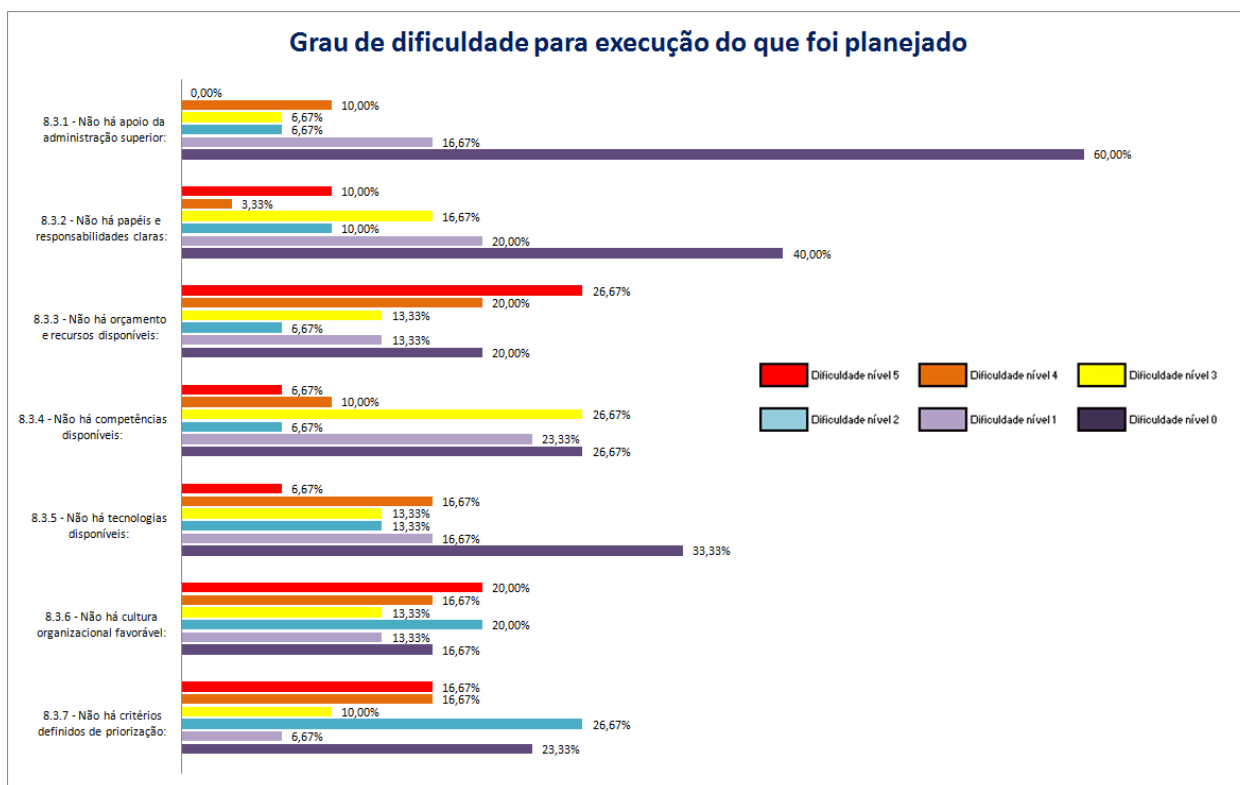
*Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta.

6.5.2 Planejamento



PLANO DE COMUNICAÇÃO			
Unidade	8 - Plano de Comunicação ou outro Instrumento de planejamento	8.1 - Periodicidade do plano	8.2 - Percentual executado do que foi planejado
01. MPAC	Adota parcialmente	Anual	31 a 60%
02. MPAL	Adota parcialmente	Anual	31 a 60%
03. MPAM	Não adota	Não adota	Não informado
04. MPAP	Adota parcialmente	Anual	31 a 60%
05. MPBA	Não adota	Não informado	Não informado
06. MPCE	Adota parcialmente	Anual	31 a 60%
07. MPES	Adota parcialmente	Anual	11 a 30%
08. MPGO	Adota parcialmente	Bienal	11 a 30%
09. MPMA	Adota parcialmente	Anual	31 a 60%
10. MPMG	Não adota	Não informado	Não informado
11. MPMS	Não adota	Não adota	Não informado
12. MPMT	Não adota	Não informado	Não informado
13. MPPA	Não adota	Não adota	Não informado
14. MPPB	Não adota	Não informado	Não informado
15. MPPE	Adota integralmente	Anual	Acima de 60%
16. MPPI	Adota parcialmente	Bianual	31 a 60%
17. MPPR	Adota parcialmente	Não informado	31 a 60%
18. MPRJ	Adota parcialmente	Anual	Não informado
19. MPRN	Adota integralmente	Anual	Acima de 60%
20. MPRO	Não adota	Não adota	0 a 10%
21. MPRR	Adota parcialmente	Anual	Acima de 60%
22. MPRS	Não adota	Não informado	Não informado
23. MPSC	Não adota	Não adota	0 a 10%
24. MPSE	Adota integralmente	Anual	Acima de 60%
25. MPSP	Não adota	Não adota	Não informado
26. MPST	Adota parcialmente	Bienal	11 a 30%
27. MPDFT	Adota parcialmente	Anual	31 a 60%
28. MPF	Adota parcialmente	Anual	Acima de 60%
29. MPM	Adota parcialmente	Não informado	Acima de 60%
30. MPT	Adota parcialmente	Não informado	Acima de 60%
SECOM - MPF/AM	Adota parcialmente	Trimestral	31 a 60%
SECOM - MPF/BA	Adota parcialmente	Anual	Acima de 60%
SECOM - MPF/MS	Adota parcialmente	Anual	31 a 60%
SECOM - MPF/PA	Adota integralmente	Anual	31 a 60%

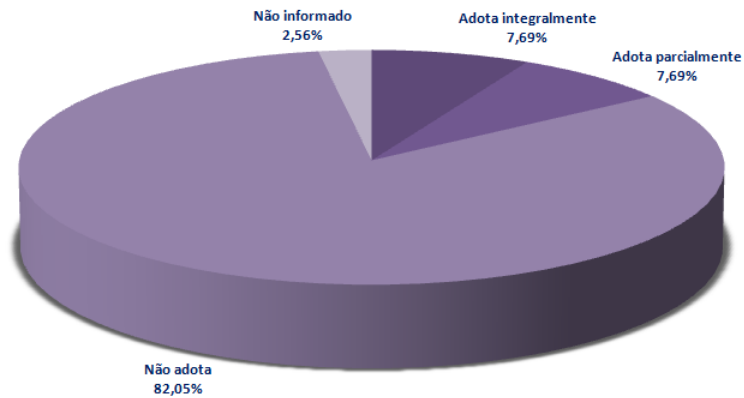
SECOM - MPF/PI	Adota parcialmente	Anual	Acima de 60%
SECOM - MPF/SC	Adota parcialmente	Anual	Acima de 60%
SECOM - MPF/SE	Não adota	Não informado	Não informado
SECOM - MPF/TO	Não adota	Não informado	Acima de 60%
SECOM - PRR/2ªR	Não adota	Não informado	Não informado



10.1 - Política de Comunicação formalmente definida em manual ou ato normativo



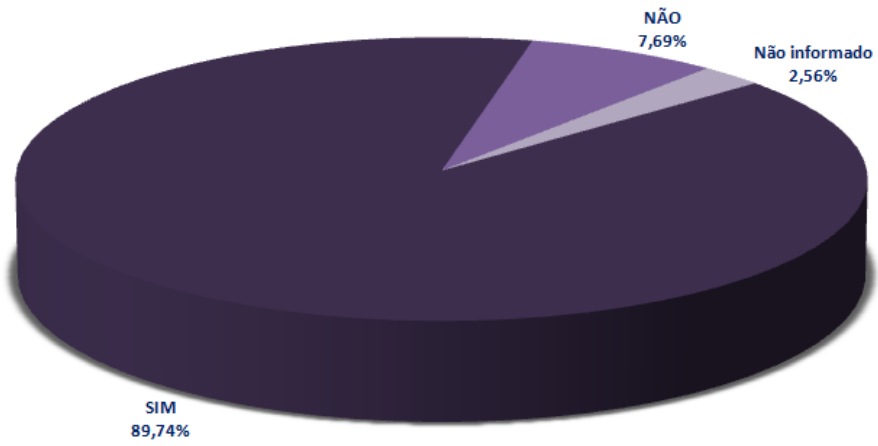
11 - Ferramenta específica (software) de gestão para o planejamento



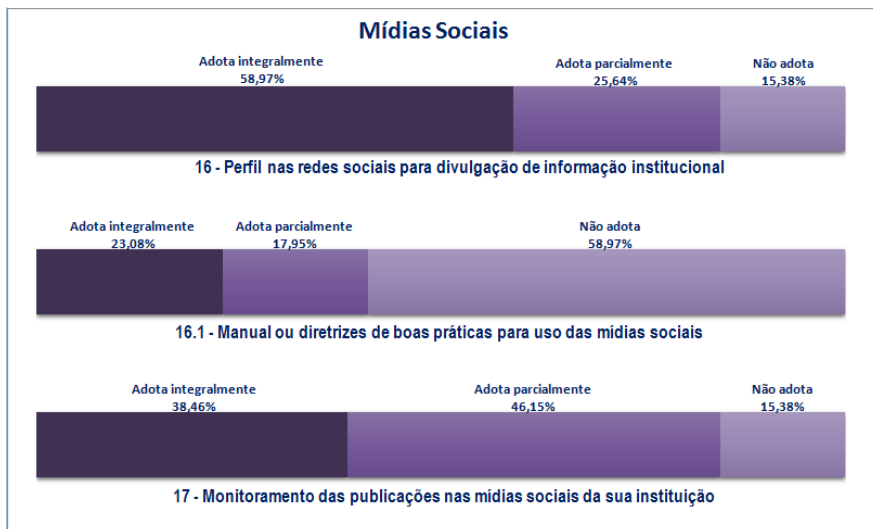
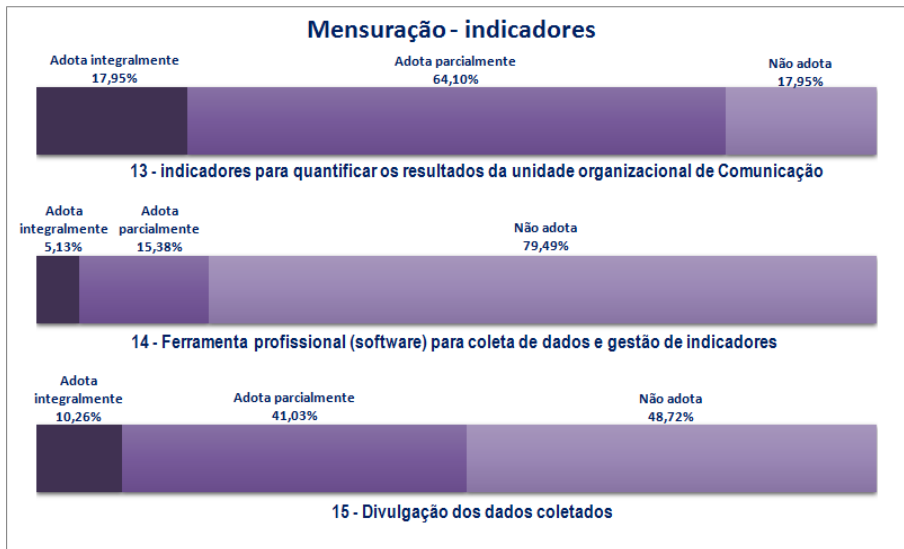
UNIDADE*	11.1 - Qual ferramenta
05. MPBA	RunRun
10. MPMG	GP Web, para inclusão e acompanhamento de projetos
19. MPRN	Trace GP
20. MPRO	Focoe
SECOM - MPF/PI	Channel

*Consideradas apenas as unidades que responderam à pergunta.

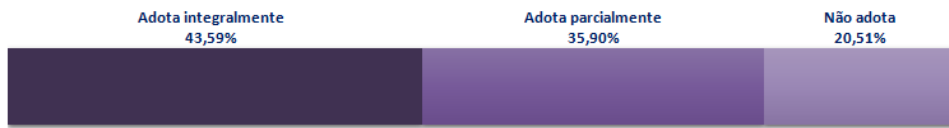
12 - Importância de uma temática anual para ser trabalhada nacionalmente e de maneira integrada



6.5.3 Mensuração



Mensuração



19 - Veículo de comunicação direta com o cidadão



20 - Instrumento para análise quantitativo de acesso às mídias sociais



21 - Instrumento para análise quantitativo de acesso ao portal da sua instituição

Unidade	19.1 - Veículo de comunicação direta com o cidadão	20.1 - Instrumento para análise quantitativo de acesso às mídias sociais	21.1 - Instrumento para análise quantitativo de acesso ao portal da instituição
01. MPAC	RádioWeb	Relatórios mensais: facebook, twitter	Google Analytics
02. MPAL	Fanpage e e-mail		Por meio de ferramentas de Tecnologia da Informação
03. MPAM			O controle é feito pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação e não pela Assessoria de Comunicação.
04. MPAP	Portal do MP		Software do Departamento de TI
05. MPBA	O MP mobile será lançado ainda este ano de 2015	Por meio do monitoramento de acessos e curtidas ao Youtube e Facebook	Por meio de ferramenta do Google Analytics
06. MPCE			
07. MPES	Site e Programa de TV MP com Você transmitido pela TV Ales		Demonstrativo do Google Analytics feito pela Coordenação de Informática
08. MPGO	Jornal impresso		
09. MPMA	Programa de Rádio Estação MP	Por meio do relatório produzido pela própria ferramenta de monitoramento do Facebook	Em cada matéria postada, temos o número de acessos realizados. Mas apenas para as matérias postadas no site.
10. MPMG	Site e Ouvidoria	Através de ferramentas disponibilizadas pelas próprias redes sociais	
11. MPMS	OUVIDORIA	ATRAVÉS DO CLIPPING	É SOLICITADO PARA A TI O RELATÓRIO DE ACESSO AO PORTAL
12. MPMT	Site Institucional e um programa de TV veiculado na Web		Google
13. MPPA	Site Institucional e Twitter	Não existe	Através de contador de visualização.
14. MPPB			Através da Diretoria de Tecnologia da Informação
15. MPPE	E-mail, telefone, redes sociais, revista	Pela análise dos dados que as redes sociais fornecem.	Ferramenta própria do site MPPE.
16. MPPI	WhatsApp Institucional		O sistema de postagem é capaz de mensurar a quantidade de acessos de cada artigo publicado.
17. MPPR	Site de notícias e inserções em emissoras de rádio		
18. MPRJ	Site e redes sociais	Pela análise dos dados fornecidos pelas próprias redes sociais.	Pelas ferramentas disponíveis e disponibilizadas pela gerência de WEB.
19. MPRN	Portal de Notícias	Não se aplica	Existia, mas atualmente não funciona
20. MPRO	Redes sociais Facebook, Twitter e Youtube	Relatórios emitidos pelas redes sociais	Não adota
21. MPRR			
22. MPRS	MP TV (canal no youtube), Radio MP, Programa Conhecendo o MP (veiculado na TV Assembleia, TV Cultura de Pelotas TV Justiça), Perfil no Twitter e Fanpage no Facebook	Monitoramento interno e serviço terceirizado de clípagem	
23. MPSC	Possuímos o Portal do MPSC e as redes sociais: Facebook, Twitter e Youtube.	Mensura-se com o uso das ferramentas de medição de audiência fornecidas pelas redes sociais.	Através da análise do Google Analytics, ferramenta gratuita.
24. MPSE	OUVIDORIA		
25. MPSP	Facebook e Twitter	Não aplicável	Relatório de Tecnologia da Informação
26. MPTO	Revista semestral, informativo quinzenal, boletim virtual (semanal)	Apenas os disponíveis gratuitamente pelas próprias mídias sociais	Apenas os disponíveis gratuitamente pelas próprias mídias sociais
27. MPDFT	Portal na Internet, InformAção	Google Analytics	Google Analytics
28. MPF	Todas as mensagens inbox e comentários da timeline do twitter e facebook são respondidas de acordo com avaliação dos gestores	Por meio de métricas de alcance, números de curtidas, compartilhamentos e interações	
29. MPM	-	-	
30. MPT			
SECOM - MPF/AM	Site	Não se aplica	Não se aplica
SECOM - MPF/BA			Por meio de ferramenta digital de monitoramento.
SECOM - MPF/MS	Sala de Atendimento ao Cidadão (online e pessoalmente)		Google Analytics

SECOM - MPF/PA		Ferramenta oferecida pelo próprio twitter
SECOM - MPF/PI	O site do Ministério Público Federal no Piauí e o twitter	É realizado monitoramento quase diário das postagens e acompanhamento dos seguidores.
SECOM - MPF/SC	TV mpf	secom/pgr secom/pgr
SECOM - MPF/SE	Site, perfil em redes sociais	
SECOM - MPF/TO	Site e Twitter	Pelo número de seguidores no Twitter
SECOM - PRR/2ºR	Twitter e estágio facebook	

7. EVOLUÇÃO DA GESTÃO NO MP BRASILEIRO: 2012 - 2015

No ano de 2015, com a realização do novo **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro**, foi possível investigar vários fatores que impactam diretamente na forma de gestão, permitindo avaliar a evolução e maturidade na Gestão do Ministério Público Brasileiro.

O questionário do Censo 2012 de Administração do Ministério Público contemplou 79 (setenta e nove) questionamentos e abrangeu os eixos temáticos **Mecanismos de Gestão, Pessoas e Gestão Orçamentária e Financeira**. O Censo 2015 abrangeu, além dos eixos temáticos abrangidos pelo Censo 2012 (**Mecanismos de Gestão, Pessoas e Gestão Orçamentária e Financeira**), questionamentos relacionados às áreas de **Tecnologia da Informação e Comunicação**, totalizando 541 (quinhentas e quarenta e uma) perguntas.

Com os resultados do Censo 2015 e a respectiva comparação com os resultados do Censo 2012, foi possível constatar alguns pontos de evolução na área de gestão do Ministério Público, bem como as dificuldades enfrentadas na implementação de políticas institucionais.

Os resultados comparativos que se apresentam a seguir se referem às perguntas dos eixos temáticos que foram objeto de pesquisa de campo e análise em ambos os Censos (2012 e 2015), quais sejam: **Mecanismos de Gestão, Pessoas e Gestão Orçamentária e Financeira**.

7.1 Censo 2012



FRENTES	TEMA	ITEM	%	Flag	
MECANISMOS DE GESTÃO	PLANEJAMENTO	01. O MP possui planejamento estratégico?	88%	■	
		02. O MP possui a área de planejamento como unidade organizacional?	85%	■	
		04. O MP realiza reuniões de acompanhamento do planejamento estratégico?	73%	■	
		05. O MP possui modelo de governança do planejamento estratégico?	50%	■	
		06. O MP possui sistema informatizado para acompanhamento do planejamento estratégico, contemplando indicadores, metas e iniciativas (ações, programas ou projetos)?	46%	■	
		07. O orçamento está alinhado ao planejamento estratégico?	69%	■	
		08. O MP possui a unidade organizacional de orçamento vinculada à unidade organizacional de planejamento estratégico?	23%	■	
		09. O MP utiliza o programa GesPública e ferramenta de autoavaliação?	15%	■	
		10. Existem instrumentos efetivos de avaliação de desempenho institucional, com base em indicadores de qualidade e produtividade?	54%	■	
		11. Existem mecanismos de mensuração de efetividade das ações e seus benefícios/impactos sociais?	27%	■	
		PROJETOS	12. O MP possui metodologia definida para trabalho por projetos?	62%	■
	13. O MP possui unidade organizacional de escritório de projetos?		58%	■	
	15. O MP possui critérios de priorização de projetos?		73%	■	
	16. O MP possui ferramenta de gestão de projetos?		54%	■	
	17. O MP possui projetos executados ou em andamento com recursos externos de órgãos da esfera municipal, estadual e federal?		69%	■	
	18. O MP possui projetos executados ou em andamento com recursos externos de organismos privados?		31%	■	
	19. O MP possui projetos executados ou em andamento com recursos externos de organismos internacionais?		8%	■	
	20. Há mecanismo de reconhecimento ou premiação vinculado à participação no projeto?		15%	■	
	21. O MP possui capacitação de membros e servidores em gerenciamento de projetos?		58%	■	
	PROCESSOS		22. O MP possui unidade organizacional de escritório de processos?	35%	■
		23. O MP possui metodologia definida para trabalho por processos?	27%	■	
		24. O MP possui ferramenta de mapeamento e gerenciamento de processos?	35%	■	
		25. Há plano de melhoria de processos?	62%	■	
		27. a) existe mapeamento de processos (fluxos)? Na área meio?	81%	■	
		27. b) existe mapeamento de processos (fluxos)? Na área fim?	62%	■	
		28. Os fluxos mapeados são validados e utilizados pela instituição?	65%	■	
		29. Os fluxos mapeados são certificados?	15%	■	
		30. Os processos de trabalho e rotinas administrativas são claramente definidos através de manuais, normas ou portarias?	50%	■	
	PESSOAS	ESTRUTURA DE GESTÃO DE PESSOAS	31. O MP possui plano de cargos e salários para os servidores do quadro efetivo?	92%	■
			33. Existe instrumento normativo que regulamenta o percentual de cargos comissionados?	73%	■
35. Existe banco de horas no MP?			50%	■	

	DESENVOLVIMENTO (AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO)	36. Existe pagamento de horas extras no MP?	54%		
		37.1 Existem benefícios estatutários para: Membro	81%		
		37.2 Existem benefícios estatutários para: Servidor	88%		
		38. O MP possui sistema informatizado para gestão de pessoas?	81%		
		39. Existe programa de estágio no MP?	100%		
	DESENVOLVIMENTO (AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO)	40. O MP possui avaliação periódica de desempenho para servidores?	81%		
		43. O MP possui plano anual de capacitação?	61%		
		43.1. Em caso afirmativo, existe alguma ferramenta de aferição dos resultados da capacitação?	50%		
		44. O MP possui programa permanente de capacitação?	54%		
		45. Existe algum tipo de valorização ou incentivo atrelado ao atingimento de resultados?	19%		
		46. Existe mapeamento de competências das unidades administrativas da instituição?	27%		
		47. Existe mapeamento de competências de membros e servidores?	15%		
		48. O MP possui um mecanismo de identificação e aprimoramento de liderança dos colaboradores?	15%		
	CLIMA ORGANIZACIONAL E SAÚDE	49. O MP possui pesquisa de clima organizacional?	46%		
		49.3. É feito algum plano de ação decorrente do resultado obtido na pesquisa?	75%		
		50. Existem ações na instituição para valorização e motivação de membros e servidores?	62%		
		51. Existem programas relacionados à saúde dos membros e servidores da unidade?	69%		
		52. Existe programa de gestão sustentável?	69%		
		53. Existe programa de qualidade de vida no trabalho?	38%		
	GESTÃO E EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	ORÇAMENTO	54. O planejamento orçamentário é elaborado a partir das diretrizes estratégicas definidas no planejamento do MP?	85%	
			55. O MP possui a área de orçamento como unidade organizacional?	85%	
			57. O MP possui centro de custos?	15%	
			58. Existe programa de controle e redução de custos (com metas e ações estabelecidas)?	19%	
			59. O MP possui sistema informatizado para acompanhamento do planejamento e execução orçamentária?	81%	
			60. O MP possui sistema informatizado para acompanhamento do centro de custo?	8%	
			61. Existe captação de recursos externos?	54%	
			65. Existe fundo de reaparelhamento destinado ao MP?	65%	
GESTÃO E EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		66. MP tem acesso ao fundo da justiça ou instrumento equivalente?	8%		
		67. O MP utiliza pregão eletrônico para a realização de licitações?	77%		
		68. Existe sistema de cotação eletrônica de preços?	31%		
		69. O órgão costuma utilizar o Registro de Preços para as suas aquisições?	96%		
		70. Existe política de compras sustentáveis (compras verdes)?	38%		
		71. Os editais para contratação de serviços de engenharia para construção e reformas observam os critérios de sustentabilidade?	58%		
		72. Existe sistema informatizado de gestão de compras e contratos?	38%		
		73. O MP possui unidade de Controle Interno (auditoria)?	81%		
		74. O MP possui portal da transparência?	100%		

		75. O MP implementou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) de acordo com a Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011?	38%	
		76. Existem mecanismos que possibilitem a participação de membros e servidores com sugestões, visando melhorias nas atividades administrativas?	62%	
		77. As decisões estratégicas internas e que afetam o público interno são tomadas pela Administração Superior com a participação dos servidores?	69%	
		78. Existe programa de descentralização administrativa?	38%	
		79. Existe programa de descentralização financeira?	35%	

Fonte: Censo 2012 de Administração do Ministério Público Brasileiro

7.2 Censo 2015³

7.2.1 Comitê de Políticas de Gestão Administrativa - CPGA



TEMA	ITEM	%	Flag
PLANEJAMENTO	1 - O MP possui planejamento estratégico?	90,00%	
	2 - Possui unidade organizacional de planejamento estratégico?	92,86%	
	4 - Existe auxílio de consultoria especializada para gestão (execução e monitoramento) do planejamento estratégico?	10,71%	
	5 - As ações e os resultados da execução do planejamento estratégico são divulgados para a sociedade?	85,71%	
	6 - Existem instâncias decisórias na forma de colegiado para monitoramento da execução do planejamento estratégico, a exemplo de Comitê de Gestão Estratégica?	71,43%	
	6.2 - Existe ato normativo instituindo a instância decisória para monitoramento da execução do planejamento estratégico?	71,43%	
	7 - São realizadas reuniões de acompanhamento da execução do planejamento estratégico na instância decisória?	71,43%	
	8 - São realizadas reuniões de acompanhamento da execução do planejamento estratégico na instância operacional (unidades organizacionais responsáveis por indicadores/projetos)?	67,86%	
	9 - POSSUI solução de tecnologia da informação para acompanhamento da execução do planejamento estratégico, contemplando indicadores, metas e iniciativas (ações, programas ou projetos)?	50,00%	
	13 - A Corregedoria-Geral do MP participa da execução da estratégia institucional?	42,86%	
	14 - Foi instituído programa regular de capacitação relacionado ao tema planejamento estratégico e à gestão estratégica?	46,67%	
	15 - É adotada alguma metodologia para priorização de iniciativas estratégicas?	60,00%	
	15.1 - São utilizados critérios objetivos de pontuação?	43,33%	
	16 - A solicitação de proposta de inclusão, alteração e exclusão de iniciativa é analisada e autorizada pela instância decisória do planejamento estratégico?	70,00%	
	17 - O orçamento é atualizado quando a nova iniciativa é aprovada?	43,33%	
	18 - Existem indicadores definidos para o acompanhamento da execução do planejamento estratégico?	73,33%	
	18.1 - Os indicadores são apurados periodicamente?	70,00%	
	19 - O MP possui instrumento de reconhecimento/premiação pelo alcance de metas estratégicas?	13,33%	
	20 - Existe desdobramento de meta por unidade organizacional?	23,33%	
	22 - Existe plano de ação comunicacional da estratégia?	43,33%	

³ Desconsideradas as perguntas com respostas abertas. Os percentuais se referem às respostas afirmativas (Sim, Adota Integralmente e Adota Parcialmente)

TEMA	ITEM	%	Flag
PROJETOS	25 - O MP possui unidade organizacional responsável pela gestão de projetos?	80,00%	
	25.1 - A unidade organizacional responsável pela gestão de projetos está vinculada à unidade organizacional de planejamento?	100,00%	
	26 - Possui metodologia definida para trabalho por projetos?	66,67%	
	27 - Existem critérios formais de priorização de projetos?	56,67%	
	27.1 - O planejamento estratégico é critério de priorização?	70,00%	
	28 - Possui um fluxo de aprovação de projetos?	70,00%	
	28.1 - Existe uma instância responsável pela aprovação de projetos?	76,67%	
	29 - Existe um sistema de padronização de documentação de projetos?	66,67%	
	30 - Os projetos necessariamente apresentam cronograma de execução?	86,67%	
	30.1 - Existe monitoramento do cronograma?	83,33%	
	31 - Os projetos necessariamente possuem identificação de riscos?	66,67%	
	32 - Os projetos necessariamente possuem plano de comunicação?	76,67%	
	33 - A comunicação entre os envolvidos no projeto ocorre de forma efetiva no que tange às ações, resultados, monitoramento e avaliações?	76,67%	
	34 - Os projetos necessariamente possuem indicadores?	60,00%	
	34.1 - Há periodicidade de medição definida para os indicadores?	53,33%	
	35 - Possui ferramenta de informática para armazenamento e tramitação de documentos do projeto (Gestão Eletrônica de Documentos - GED)?	30,00%	
	36 - Possui ferramenta de informática para monitoramento de projeto?	46,67%	
	37 - O resultado da avaliação final do projeto compõe um repositório de lições aprendidas?	53,33%	
	38 - Possui algum mecanismo de avaliação de projetos (qualidade, comunicação, prazo, custo, etc.)?	40,00%	
	38.1 - Os resultados propostos são apurados ao término dos projetos?	63,33%	
	39 - Há mecanismo de reconhecimento ou premiação vinculado à participação em projetos?	30,00%	
	40 - Os membros e servidores envolvidos em projetos são capacitados para gerenciamento dos mesmos?	73,33%	
	41 - O MP possui projetos executados ou em andamento com recursos externos de órgão da esfera municipal, estadual ou federal?	43,33%	
42 - O MP possui projetos executados ou em andamento com recursos externos de organismos privados?	13,33%		
43 - O MP possui projetos executados ou em andamento com recursos externos de organismos internacionais?	3,33%		

TEMA	ITEM	%	Flag
PROCESSOS	44 - O MP possui unidade organizacional responsável pela gestão de processos?	53,33%	
	45 - O MP aplica metodologia para trabalho por processo?	60,00%	
	46.1 - Processos mapeados (fluxos) na área meio?	80,00%	
	46.1.2 - São aplicadas melhorias nos fluxos mapeados - área meio	66,67%	
	46.1.3 - Os fluxos são validados por órgão da administração superior - área meio	60,00%	
	46.1.4 - Os processos mapeados estão formalmente definidos por meio de manuais ou normativos - área meio	60,00%	
	46.1.5 - Os fluxos melhorados são implementados pela instituição - área meio	70,00%	
	46.1.6 - O MP adota metodologia de gestão dos processos mapeados - área meio	53,33%	
	46.1.7 - Os processos são utilizados para certificação - área meio	13,33%	
	46.2 - Processos mapeados (fluxos) na área fim?	56,67%	
	46.2.2 - São aplicadas melhorias nos fluxos mapeados - área fim	56,67%	
	46.2.3 - Os fluxos são validados por órgão da administração superior - área fim	50,00%	
	46.2.4 - Os processos mapeados estão formalmente definidos por meio de manuais ou normativos - área fim	50,00%	
	46.2.5 - Os fluxos melhorados são implementados pela instituição - área fim	63,33%	
	46.2.6 - O MP adota metodologia de gestão dos processos mapeados - área fim	40,00%	
	46.2.7 - Os processos são utilizados para certificação - área fim	16,67%	
	47 - Os envolvidos nos processos mapeados recebem treinamento para execução das atividades?	60,00%	
	47.1 - Os treinamentos são formalmente registrados?	46,67%	
	48 - Existem indicadores definidos para o gerenciamento de processos?	40,00%	
	48.1 - Existem metas estabelecidas para os indicadores?	23,33%	

7.2.2 Comitê de Políticas de Gestão de Pessoas - CPGP



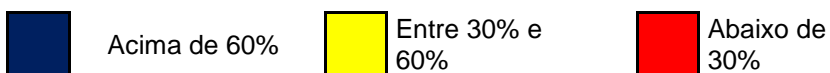
TEMA	ITEM	%	Flag
ESTRUTURA DE GESTÃO DE PESSOAS	1 - O MP possui plano de cargos e salários para os servidores do quadro efetivo?	100,00%	
	1.1. - Além do critério temporal, o MP possui outro critério de promoção?	80,00%	
	3 - Existe instrumento normativo que regulamenta o percentual de cargos comissionados?	73,33%	
	5 - Existe banco de horas no MP?	76,67%	
	6 - Existe previsão para pagamento de horas extras no MP?	50,00%	
	8 - O MP possui sistema informatizado para gestão de pessoas?	100,00%	
	8.2 - Há monitoramento da informação sobre a força de trabalho?	70,00%	
	9 - Existe programa de estágio no MP?	96,67%	
	10 - Existe comitê para auxiliar a Administração Superior nas decisões relativas à gestão de pessoas?	23,33%	
	10.3 - O comitê realiza reuniões de acompanhamento das políticas?	100,00%	
	10.3.2 - Há registro formal dos resultados da reunião encaminhando direcionamentos e ações corretivas aos responsáveis?	100,00%	
	10.3.3 - Os resultados da reunião são divulgados para toda a instituição?	71,43%	
	11 - Existe execução sistemática de processos de planejamento de gestão de pessoas, aprovando e publicando objetivos, indicadores de desempenho e metas?	33,33%	
	12 - Existe monitoramento do cumprimento das diretrizes institucionais relativas à gestão de pessoas?	40,00%	
	13 - Existe ato normativo ou Código de Ética formalizado?	6,67%	
	13.1 - Há investimento na sua divulgação periódica?	0,00%	
	13.2 - Há monitoramento do seu cumprimento?	50,00%	
	14 - Existe programa de menor aprendiz?	30,00%	
15 - São realizadas auditorias internas na folha de pagamento de forma sistemática?	76,67%		

TEMA	ITEM	%	Flag
DESENVOLVIMENTO (AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO)	16 - Existe avaliação periódica de desempenho para servidores?	93,33%	
	16.1 - Existem critérios objetivos de avaliação de desempenho?	93,33%	
	17 - Possui plano anual de capacitação?	76,67%	
	17.3 - Existe alguma ferramenta de aferição dos resultados da capacitação?	43,33%	
	18 - Existe programa permanente de capacitação?	66,67%	
	19 - Existe algum tipo de valorização ou incentivo atrelado ao atingimento de resultados?	26,67%	
	20 - Existe unidade organizacional formal responsável? - GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	43,33%	
	21 - Existe mapeamento de competências das unidades organizacionais da instituição?	26,67%	
	22 - Existe mapeamento de competências gerenciais?	33,33%	
	23 - Existe mapeamento de competências específicas de membros e servidores?	36,67%	
	23.1 - Essas competências são consideradas para movimentar ou alocar os servidores?	33,33%	
	24 - Existe um planejamento para sanar as lacunas identificadas?	33,33%	
	25 - Existe avaliação por competência dos gestores (por exemplo, diretores, supervisores, gerentes)?	16,67%	
	26 - Existe mecanismo de identificação e aprimoramento de liderança dos integrantes?	16,67%	
	27 - Existe processo sucessório para posições de liderança?	6,67%	
	28 - Os gestores são capacitados em gestão de desempenho?	30,00%	
	29 - Existe avaliação por competência dos membros na qualidade de gestores de suas equipes de trabalho, unidades ou demais estruturas do MP?	0,00%	
	30 - Existe programa de retenção de profissionais com as competências desejadas?	3,33%	

TEMA	ITEM	%	Flag
CLIMA ORGANIZACIONAL E SAÚDE	31 - Existe pesquisa de clima organizacional?	33,33%	
	31.2 - Existe plano de ação decorrente do resultado obtido na pesquisa?	60,00%	
	32 - Existem ações na instituição para valorização e motivação de membros e servidores?	56,67%	
	33 - Existem programas relacionados à saúde dos membros e servidores?	63,33%	
	34 - Possui acompanhamento psicossocial?	53,33%	
	34.1 - A prática é adotada para Membros?	46,67%	
	34.2 - A prática é adotada para Servidores?	53,33%	
	34.3 - Possui equipe multidisciplinar para acompanhamento das pessoas com deficiência?	40,00%	
	35 - Existe programa de gestão sustentável?	33,33%	
	36 - Existe programa de qualidade de vida no trabalho?	46,67%	
	36.2 - Os custos e os benefícios desses programas são avaliados?	36,67%	
	36.3 - Desenvolve ações de qualidade de vida no trabalho?	63,33%	
	37 - Os recursos destinados aos programas/ações de qualidade de vida no trabalho estão contemplados no Plano Plurianual (PPA)?	46,67%	
	38 - Existem diretrizes que contemplem a gestão de riscos relacionados ao capital humano?	6,67%	
	39 - Existe programa voltado a prevenção de acidentes e doenças no trabalho?	36,67%	
	40 - Existe equipe multiprofissional dedicada à prevenção de acidentes e doenças (física e mental) no trabalho?	33,33%	
	41 - Existem ações voltadas ao monitoramento da saúde ocupacional dos integrantes do órgão?	46,67%	
	42 - Existe aplicação das normas regulamentares de ergonomia para aquisição de mobiliário e construção de novas sedes?	70,00%	
	43 - Existe controle da evolução dos gastos relacionados ao pagamento da RAT (Risco de Acidente de Trabalho) ao INSS, incidente sobre a folha de pagamento dos servidores Comissionados?	20,00%	
	44 - Existe monitoramento do cumprimento da legislação de segurança e saúde no trabalho de seus prestadores de serviço?	70,00%	
	45.1 - Conhece as atividades de risco desenvolvidas por seus integrantes?	56,67%	
	45.2 - Monitora as atividades de risco desenvolvidas por seus integrantes?	41,38%	
	46 - O MP fornece Equipamento de Proteção Individual (EPI) aos integrantes que realizam atividades de risco?	70,00%	
	47 - O MP oferece treinamento e capacitação específica a seus integrantes, objetivando a prevenção de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais?	53,33%	
	48 - Existe Laudo e/ou estudo Técnico caracterizando as atividades desenvolvidas por seus integrantes como perigosas ou insalubres?	46,67%	
	49 - Existe previsão de pagamento do adicional de risco de vida, insalubridade ou periculosidade aos integrantes que se enquadram legalmente em atividades insalubres ou perigosas?	60,00%	
50 - Existe programa de preparação para aposentadoria?	26,67%		

TEMA	ITEM	%	Flag
PREVIDÊNCIA	51 - Existe norma que institui Previdência Complementar para membros e servidores?	23,33%	
	51.2 - Existe entidade previdenciária responsável pela gestão?	33,33%	
	51.3 - Existe Plano de Previdência Complementar específico para o MP?	10,00%	
	52 - O MP participa do modelo de governança adotado para a gestão previdenciária de natureza complementar	16,67%	
	53 - Existe a divulgação sobre as normas de previdência complementar?	23,33%	

7.2.3 Comitê de Políticas de Gestão Orçamentária - CPGO



TEMA	ITEM	%	Flag
ORÇAMENTO	1 - Existe unidade organizacional de Planejamento e Gestão Orçamentária?	90,00%	
	1.1 - A unidade organizacional de Planejamento e Gestão Orçamentária está subordinada à unidade organizacional de Planejamento estratégico?	20,00%	
	3 - O plano Plurianual está devidamente alinhado ao Planejamento Estratégico?	90,00%	
	4 - Existe sistema informatizado para acompanhamento do planejamento e gestão orçamentária?	90,00%	
	5 - Existe unidade organizacional para Gestão de Custos?	10,00%	
	5.1 - A unidade organizacional de Gestão de Custos está subordinada à unidade organizacional de Planejamento estratégico?	0,00%	
	6 - Existe programa de controle e redução de custos (com metas e ações estabelecidas)?	30,00%	
	7 - Existe sistema informatizado para Gestão de custos?	20,00%	
	8 - Existe captação de recursos externos?	56,67%	
	12 - Existe legislação (Estadual) que defina o percentual de participação do MP no orçamento do Estado?	30,00%	
	13 - Existe fundo de reaparelhamento destinado ao MP?	70,00%	
	14 - O MP tem acesso/participação ao fundo da justiça (custas, taxas e emolumentos) ou instrumento equivalente?	16,67%	

TEMA	ITEM	%	Flag
GESTÃO E EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	15 - É utilizado o pregão eletrônico para a realização de licitações?	83,33%	
	16 - Existe sistema de cotação eletrônica de preços?	20,00%	
	17 - O órgão costuma utilizar o Registro de Preços para as suas aquisições?	93,33%	
	18 - Existe política de compras sustentáveis (compras verdes)?	60,00%	
	19 - Os editais para contratação de serviços de engenharia para construção e reformas observam os critérios de sustentabilidade?	76,67%	
	20 - O MP possui para uso interno projeto de promoção da Acessibilidade física e virtual, com metas, indicadores e cronograma estabelecido?	63,33%	
	21 - O MP possui Sistema Integrado de Gestão – ERP (enterprise resource planning)?	33,33%	
	22 - Existe unidade organizacional de Controle Interno (auditoria)?	83,33%	
	22.2 - A chefia é ocupada por servidor efetivo?	58,62%	
	22.3 - Existem manuais de procedimentos?	60,00%	
	23 - Existem mecanismos que possibilitem a participação de membros e servidores com sugestões, visando melhorias nas atividades administrativas?	60,00%	
	24 - As decisões administrativas que afetam o público interno são tomadas pela Administração Superior com algum tipo de participação dos servidores?	66,67%	
	25 - Existe programa de descentralização administrativa?	43,33%	
	26 - Existe programa de descentralização financeira?	23,33%	
	27 - Existe conciliação dos dados de custos com as variações patrimoniais registradas na contabilidade da instituição?	23,33%	
	28 - Existe o reconhecimento mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência?	40,00%	
	29 - Existe o reconhecimento mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis?	80,00%	
	30 - Existe o registro de fenômenos econômicos resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como: depreciação, amortização e exaustão?	56,67%	

TEMA	ITEM	%	Flag
PLANEJAMENTO FINANCEIRO	31 - Existem instrumentos de programação financeira (fluxo de caixa, controle de entrada e saída)?	76,67%	
	32 - Existe aplicação financeira dos recursos referentes às disponibilidades de caixa?	83,33%	
	32.2 - Existem metas de performance definidas para as aplicações financeiras?	13,33%	
	33 - Existem Fundos de Investimentos exclusivos em nome do MP?	13,33%	
	34 - O MP possui normativos disciplinando os processos que envolvem o relacionamento bancário institucional?	26,67%	
	35 - O MP possui contratos firmados com o sistema financeiro para prestação de serviços e gestão das disponibilidades temporárias de caixa?	56,67%	

7.2.4 Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação - CPTI



TEMA	ITEM	%	Flag
DIMENSÃO 1 - LIDERANÇA	1 - A organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades mais relevantes para a governança e gestão de TI.	76,67%	
	2 - A organização dispõe de um comitê de TI formalmente instituído, composto por representantes de unidades organizacionais relevantes.	100,00%	
	3 - O comitê de TI realiza as atividades previstas em seu ato constitutivo.	100,00%	
	4 - A organização prioriza as ações de TI com apoio do comitê de TI (ou colegiado equivalente), que atua como instância consultiva da administração superior.	100,00%	
	5 - A organização define formalmente diretrizes para o planejamento de TI.	86,67%	
	6 - A organização define formalmente diretrizes para gestão do portfólio de projetos e serviços de TI, inclusive para definição de critérios de priorização e de alocação orçamentária.	80,00%	
	7 - A organização define formalmente diretrizes para contratação de bens e serviços de TI.	73,33%	
	8 - A organização define formalmente diretrizes para avaliação do desempenho dos serviços de TI.	50,00%	
	9 - A organização define formalmente diretrizes para comunicação com as partes interessadas (público interno e externo) sobre os resultados da gestão e do uso de TI	66,67%	
	10 - A organização define formalmente as diretrizes para gestão dos riscos de TI aos quais o negócio está exposto.	26,67%	
	11 - A organização define e comunica formalmente papéis e responsabilidades pela gestão de riscos de TI.	23,33%	
	12 - A organização define formalmente os níveis de risco de TI aceitáveis na consecução de seus objetivos (apetite a risco).	23,33%	
	13 - A organização toma decisões estratégicas considerando os níveis de risco de TI definidos.	46,67%	
	14 - A organização define formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção de gestores de TI.	43,33%	
	15 - A organização define formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento de competências e a retenção de pessoal técnico de TI.	40,00%	
	16 - A organização define formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de gestores de TI.	23,33%	
	17 - A organização define formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de pessoal técnico de TI.	40,00%	
	18 - A organização define formalmente diretrizes para escolha dos líderes da área de TI, ocupantes dos cargos de chefia e de assessoramento.	33,33%	
	19 - A organização define formalmente diretrizes para avaliação da governança e da gestão de TI.	43,33%	
	20 - A organização realiza avaliação periódica de governança e de gestão de TI.	56,67%	
	21 - A organização realiza avaliação periódica de sistemas de informação.	63,33%	
	22 - A organização realiza avaliação periódica de segurança da informação.	60,00%	
	23 - A organização realiza avaliação periódica de contratos de TI.	80,00%	
	24 - A auditoria interna possui pessoal capacitado para avaliar a governança e a gestão de TI.	26,67%	
	25 - A auditoria interna monitora as ações de governança e de gestão de TI.	30,00%	
	26 - A organização aprova, de forma periódica, plano de auditoria que inclua avaliação da governança e da gestão de TI.	16,67%	
	27 - A auditoria interna avalia a gestão de riscos de TI.	13,33%	

	28 - A auditoria interna avalia os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.	16,67%	
	29 - A auditoria interna avalia as respostas apresentadas aos questionários dos Levantamentos de Governança de TI realizados pelo TCU.	13,33%	

TEMA	ITEM	%	Flag
DIMENSÃO 2 - ESTRATÉGIAS E PLANOS	30 - A organização executa periodicamente processo de planejamento de TI.	93,33%	
	31 - O processo de planejamento de TI prevê a participação das unidades organizacionais mais relevantes.	76,67%	
	32 - O processo de planejamento de TI prevê o apoio do comitê de TI.	93,33%	
	33 - O processo de planejamento de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório.	63,33%	
	34 - A organização possui plano de TI vigente, formalmente instituído pelo seu dirigente máximo.	73,33%	
	35 - O plano de TI vigente contempla objetivos, indicadores e metas para a TI, com os objetivos explicitamente alinhados aos objetivos de negócio constantes do plano estratégico institucional.	70,00%	
	36 - O plano de TI vigente contém alocação de recursos (orçamentários, humanos e materiais) e estratégia de execução indireta (terceirização).	70,00%	
	37 - A execução do plano de TI vigente é acompanhada periodicamente quanto ao alcance das metas estabelecidas, para correção de desvios.	66,67%	
	38 - O plano de TI vigente vincula as ações (atividades e projetos) a indicadores e metas de negócio.	63,33%	
	39 - O plano de TI vigente fundamenta a proposta orçamentária de TI.	73,33%	

TEMA	ITEM	%	Flag
DIMENSÃO 3 - INFORMAÇÕES	40 - A organização identifica e mapeia os principais processos de negócio.	90,00%	
	41 - Os principais processos de negócio da organização são suportados por sistemas informatizados.	93,33%	
	42 - Há catálogo publicado com informações atualizadas de cada um dos sistemas informatizados.	66,67%	
	43 - A organização designa formalmente responsáveis da área de negócio para a gestão dos respectivos sistemas informatizados.	76,67%	
	44 - Os planos de TI vigentes são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	43,33%	
	45 - As informações sobre o alcance dos objetivos de TI planejados são divulgados na internet, sendo facilmente acessadas.	50,00%	
	46 - As informações sobre o acompanhamento das ações e dos projetos de TI são divulgadas na internet, sendo facilmente acessadas.	46,67%	
	47 - Os editais, seus respectivos anexos e os resultados das licitações de TI (inteiro teor) são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	100,00%	
	48 - Os estudos técnicos preliminares (inteiro teor) são divulgados na internet, juntamente com os editais de licitação de TI, sendo facilmente acessados.	43,33%	
	49 - Os contratos de TI e os respectivos aditivos (inteiro teor) são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	93,33%	
	50 - A execução orçamentária de TI, ao longo do exercício, é divulgada na internet, sendo facilmente acessada.	73,33%	
	51 - As respostas aos questionários dos levantamentos de governança de TI realizados pelo TCU, bem como os respectivos relatórios de feedback, são divulgados na internet, sendo facilmente acessados.	10,00%	
	52 - As informações sobre gestão e uso de TI divulgadas pela organização atendem aos princípios dos Dados Abertos Governamentais (http://dados.gov.br/dados-abertos).	53,33%	

TEMA	ITEM	%	Flag
DIMENSÃO 4 - PESSOAS	53 - A organização define as competências necessárias para o pessoal de TI executar suas atividades.	86,67%	
	54 - A organização define critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação.	73,33%	
	55 - A organização elabora, periodicamente, plano de capacitação para suprir as necessidades de desenvolvimento de competências de TI.	70,00%	
	56 - A organização acompanha a execução do plano de capacitação, com identificação e correção de desvios.	50,00%	
	57 - A organização avalia a execução do plano de capacitação, verificando se os objetivos e resultados esperados foram alcançados.	46,67%	
	58 - O plano de capacitação inclui o desenvolvimento de competências em gestão de TI	56,67%	
	59 - O plano de capacitação inclui o desenvolvimento de competências em contratação de bens e serviços de TI e na gestão dos contratos decorrentes.	50,00%	
	60 - A organização possui algum programa de benefício, financeiro ou não, para incentivar o desenvolvimento de competências do pessoal de TI.	33,33%	
	61 - A organização estabelece metas de desempenho para o pessoal de TI.	36,67%	
	62 - A organização avalia periodicamente o desempenho do pessoal de TI.	50,00%	
	63 - A organização estabelece benefício, financeiro ou não, em função do desempenho alcançado pelo pessoal de TI.	16,67%	

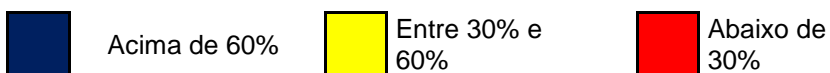
TEMA	ITEM	%	Flag
DIMENSÃO 5 - PROCESSOS	69 - A organização executa processo de gerenciamento do catálogo de serviços.	66,67%	
	70 - O processo de gerenciamento do catálogo de serviços está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	30,00%	
	71 - A organização executa processo de gerenciamento da continuidade dos serviços de TI	56,67%	
	72 - O processo de gerenciamento de continuidade dos serviços de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	26,67%	
	73 - A organização executa processo de gerenciamento de mudanças	60,00%	
	74 - O processo de gerenciamento de mudanças está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	20,00%	
	75 - A organização executa processo de gerenciamento de configuração e ativos	76,67%	
	76 - O processo de gerenciamento de configuração e ativos está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	20,00%	
	77 - A organização executa processo de gerenciamento de liberação e implantação.	56,67%	
	78 - O processo de gerenciamento de liberação e implantação está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	16,67%	
	79 - A organização executa processo de gerenciamento de incidentes	76,67%	
	80 - O processo de gerenciamento de incidentes está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	26,67%	
	81 - A organização executa processo de gerenciamento de problemas	63,33%	
	82 - O processo de gerenciamento de problemas está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	23,33%	
	83 - A organização mantém um catálogo publicado e atualizado dos serviços de TI oferecidos às áreas clientes, incluindo os níveis de serviço definidos	63,33%	
	84 - Os níveis de serviço são formalmente definidos entre a área de TI e as áreas clientes (Acordo de Nível de Serviço - ANS)	56,67%	

85 - Os ANS incluem como indicador de nível de serviço o grau de satisfação dos usuários, apurado mediante a avaliação dos serviços de TI pelas unidades organizacionais clientes	36,67%	
86 - A unidade organizacional de TI monitora o alcance dos níveis de serviço definidos	63,33%	
87 - A unidade organizacional de TI implementa ações corretivas em caso de não alcance dos níveis de serviço definidos	46,67%	
88 - A unidade organizacional de TI comunica periodicamente o resultado desse monitoramento às unidades organizacionais clientes	40,00%	
89 - A organização identifica os riscos de TI dos processos críticos de negócio	60,00%	
90 - A organização avalia os riscos de TI dos processos críticos de negócio	53,33%	
91 - A organização trata os riscos de TI dos processos críticos de negócio com base em um plano de tratamento de risco	26,67%	
92 - A organização executa um processo de gestão de riscos de TI	30,00%	
93 - O processo de gestão de riscos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	16,67%	
94 - A organização dispõe de uma política de segurança da informação formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório	73,33%	
95 - A organização dispõe de comitê de segurança da informação formalmente instituído, responsável por formular e conduzir diretrizes para a segurança da informação corporativa	36,67%	
96 - A organização possui gestor de segurança da informação formalmente designado, responsável pelas ações corporativas de segurança da informação	40,00%	
97 - A organização dispõe de política de controle de acesso à informação e aos recursos e serviços de TI formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório	80,00%	
98 - A organização dispõe de política de cópias de segurança (backup) formalmente instituída, como norma de cumprimento obrigatório	83,33%	
99 - A organização executa processo de gestão de ativos, assegurando a definição de responsabilidades e a manutenção de inventário dos ativos	86,67%	
100 - O processo de gestão de ativos está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	56,67%	
101 - A organização executa processo para classificação e tratamento de informações	53,33%	
102 - O processo para classificação e tratamento de informações está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	36,67%	
103 - A organização implementa controles para garantir a proteção adequada ao grau de confidencialidade de cada classe de informação	53,33%	
104 - A organização executa processo de gestão de riscos de segurança da informação	36,67%	
105 - O processo de gestão de riscos de segurança da informação está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	20,00%	
106 - A organização executa processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI, com objetivo de reduzir o risco de exploração de vulnerabilidades conhecidas	63,33%	
107 - O processo de gestão de vulnerabilidades técnicas de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	36,67%	
108 - A organização executa processo de monitoramento do uso dos recursos de TI, com objetivo de detectar atividades não autorizadas	86,67%	
109 - O processo de monitoramento do uso dos recursos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	46,67%	
110 - A organização executa processo de gestão de incidentes de segurança da informação	56,67%	
111 - O processo de gestão de incidentes de segurança da informação está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	23,33%	
112 - A organização possui equipe de tratamento e resposta a incidentes de segurança em redes computacionais, formalmente instituída	46,67%	
113 - A organização realiza, de forma periódica, ações de conscientização, educação e treinamento em segurança da informação para seus colaboradores	50,00%	
114 - A organização utiliza sistema criptográfico, aderente ao processo de certificação digital da ICP-Brasil, para garantir a autenticidade (autoria e integridade) das informações	93,33%	
115 - A organização executa um processo de software, com o objetivo de assegurar que o software a ser desenvolvido, direta ou indiretamente, atenda às suas necessidades	93,33%	

116 - O processo de software é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir	76,67%	
117 - O processo de software é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas	73,33%	
118 - A organização possui pessoal próprio capacitado para executar o processo de software	90,00%	
119 - O processo de software está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	40,00%	
120 - A organização possui portfólio de projetos de TI	76,67%	
121 - A organização executa processo de gerenciamento de projetos de TI	90,00%	
122 - O processo de gerenciamento de projetos de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir	66,67%	
123 - O processo de gerenciamento de projetos de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas	53,33%	
124 - O processo de gerenciamento de projetos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	33,33%	
125 - A organização possui um escritório de projetos, ao menos para projetos de TI	56,67%	
126 - A organização realiza estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação	93,33%	
127 - A organização explícita, nos autos, as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação	96,67%	
128 - A organização explícita, nos autos, os indicadores dos benefícios de negócio que serão alcançados	80,00%	
129 - A organização explícita, nos autos, o alinhamento entre a contratação e os planos estratégico institucional e de TI vigentes	86,67%	
130 - A organização realiza análise dos riscos que possam comprometer o sucesso do processo de contratação e dos resultados que atendam às necessidades de negócio	76,67%	
131 - A organização adota métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato	66,67%	
132 - A organização realiza os pagamentos dos contratos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos	86,67%	
133 - A organização realiza a análise dos benefícios reais já obtidos, utilizando-a como critério para prorrogar o contrato	90,00%	
134 - A organização diferencia e define formalmente os papéis de gestor e fiscal do contrato	90,00%	
135 - A organização possui procedimentos internos que auxiliam na padronização das atividades de planejamento das contratações de TI	80,00%	
136 - A organização executa processo de planejamento das contratações de TI	86,67%	
137 - O processo de planejamento das contratações de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir	56,67%	
138 - O processo de planejamento das contratações de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas	56,67%	
139 - O processo de planejamento das contratações está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	60,00%	
140 - A organização possui procedimentos internos que auxiliam na padronização das atividades de gestão de contratos de TI	93,33%	
141 - A organização executa processo de gestão de contratos de TI	90,00%	
142 - O processo de gestão de contratos de TI é acompanhado por meio de mensurações, com indicadores quantitativos e metas de processo a cumprir	53,33%	
143 - O processo de gestão de contratos de TI é periodicamente revisado e melhorado com base nas mensurações obtidas	53,33%	
144 - O processo de gestão de contratos de TI está formalmente instituído, como norma de cumprimento obrigatório	50,00%	
145 - Os serviços são acessíveis via internet	100,00%	
146 - Os serviços acessíveis via internet implementam as recomendações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico – eMAG, previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro	93,33%	

147 - Os serviços acessíveis via internet implementam as diretrizes e as especificações dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING, previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro	70,00%	
148 - Os serviços acessíveis via internet observam as recomendações dos Padrões Web em Governo Eletrônico – ePWG, previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro	70,00%	
149 - Há catálogo publicado com informações claras e precisas de cada um dos serviços acessíveis via internet	63,33%	
150 - Os serviços acessíveis via internet são avaliados pelo cidadão/cliente por meio de pesquisas periódicas de satisfação	30,00%	
151 - Os resultados das avaliações dos serviços acessíveis via internet são divulgados ao cidadão/cliente	20,00%	
152 - O MP atua no Processo Judicial Eletrônico (PJe) proposto pelo CNJ aos Tribunais?	53,33%	
153 - O MP adota o PJe por meio do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), proposto pelo CNJ/CNMP?	40,00%	

7.2.5 Comitê de Políticas de Comunicação Social - CPCoM



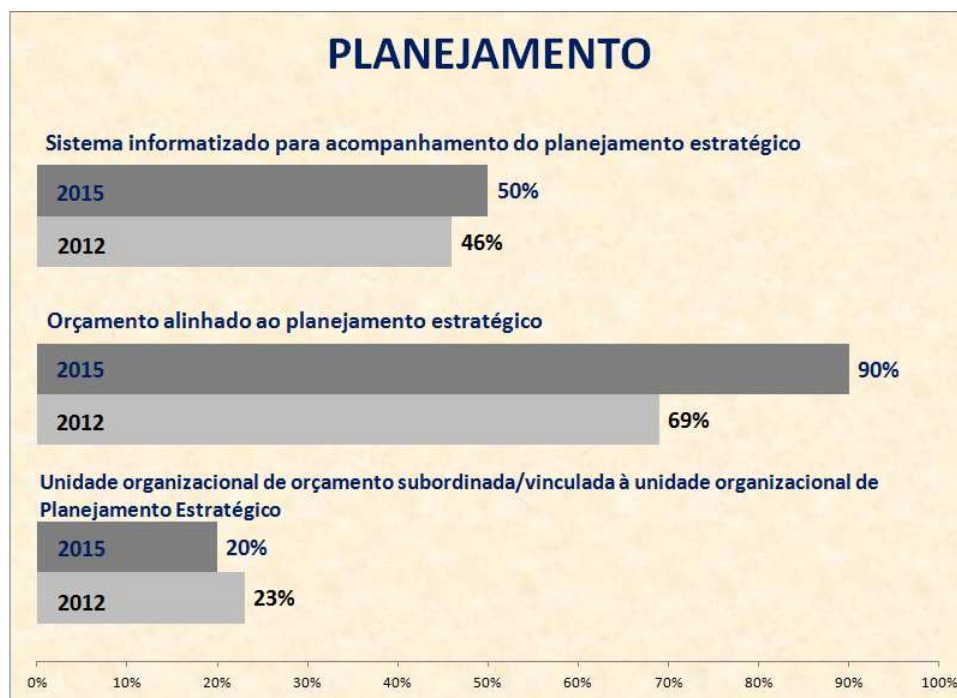
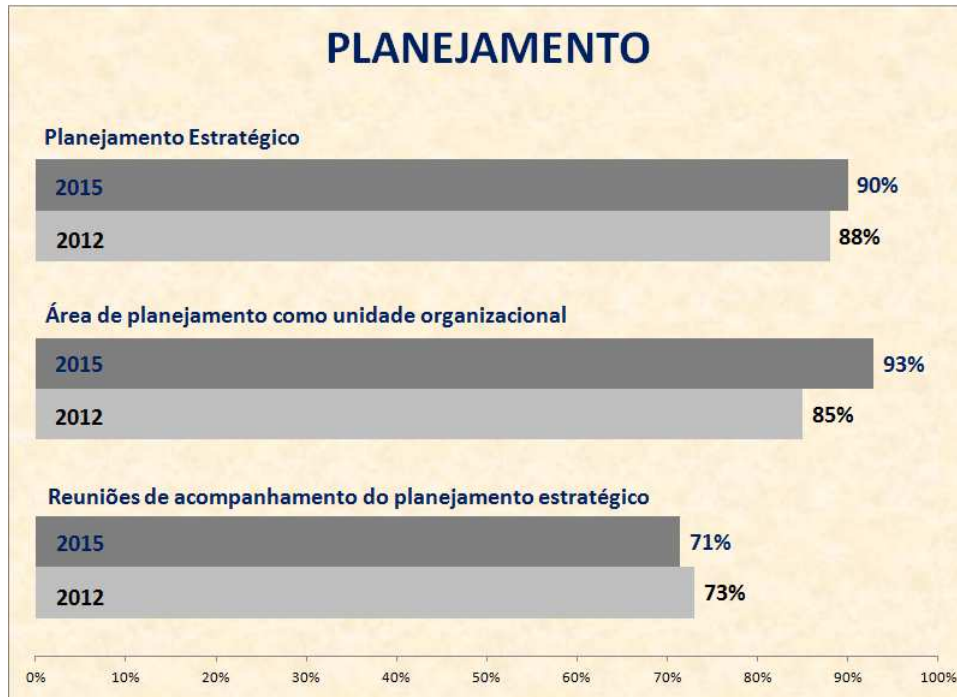
TEMA	ITEM	%	Flag
ESTRUTURA	1.2 - Se você não marcou a opção Cerimonial, responda à questão a seguir: Existe uma unidade organizacional responsável pelo Cerimonial que funcione independentemente da unidade organizacional de Comunicação?	56,41%	
	1.3 - Se você não marcou a opção Eventos, responda à questão a seguir: Existe uma unidade organizacional responsável por Eventos que funcione independentemente da unidade organizacional de Comunicação?	41,03%	
	5 - A unidade organizacional de Comunicação está vinculado diretamente à administração superior da unidade organizacional?	94,87%	
	6 - Existe rubrica específica destinada à unidade organizacional de comunicação no orçamento?	33,33%	
	7.1 - Contratos: Clipping	48,72%	
	7.2 - Contratos: Serviços gráficos	58,97%	
	7.3 - Contratos: Agência de publicidade	7,69%	
	7.4 - Contratos: Fotografia e outros	28,21%	

TEMA	ITEM	%	Flag
PLANEJAMENTO	8 - A unidade organizacional elabora Plano de Comunicação ou outro instrumento de planejamento?	64,10%	
	9 - O plano de comunicação está alinhado ao planejamento estratégico?	61,54%	
	10 - Existe Política de Comunicação?	46,15%	
	10.1 - A Política de Comunicação está formalmente definida em manual ou ato normativo?	43,59%	
	11 - A unidade organizacional de Comunicação utiliza alguma ferramenta específica (software) de gestão para o planejamento?	15,38%	
	12 - Considera importante para o fortalecimento da imagem do MP Brasileiro a definição de uma temática anual para ser trabalhada nacionalmente e de maneira integrada entre todos os MP's?	89,74%	

TEMA	ITEM	%	Flag
MENSURAÇÃO	13 - Existem indicadores específicos para quantificar os resultados da unidade organizacional de Comunicação?	82,05%	
	14 - A unidade organizacional de Comunicação utiliza alguma ferramenta profissional (software) para coleta de dados e gestão de indicadores?	20,51%	
	15 - É realizada a divulgação desses dados?	51,28%	
	16 - O seu MP possui perfil nas redes sociais para divulgação de informação institucional?	84,62%	
	16.1 - Existe manual ou diretrizes de boas práticas para uso das mídias sociais?	41,03%	
	17 - A unidade organizacional de Comunicação monitora o que é publicado nas mídias sociais da sua instituição?	84,62%	
	18 - O serviço de monitoramento é terceirizado?	5,13%	
	19 - A unidade organizacional de Comunicação possui algum veículo de comunicação direta com o cidadão?	79,49%	
	20 - Há instrumento para análise quantitativo de acesso às mídias sociais?	43,59%	
	21 - Há instrumento para análise quantitativo de acesso ao portal da sua instituição?	58,97%	

7.3 Censo 2012 x Censo 2015

7.3.1 Eixo temático: Mecanismos de Gestão

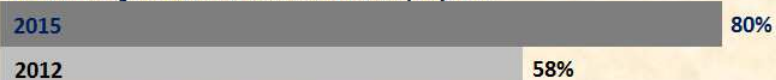


PROJETOS

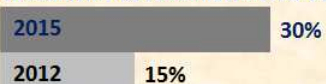
Metodologia definida para trabalho por projetos



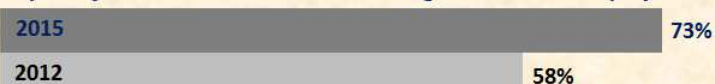
Unidade organizacional de escritório de projetos



Mecanismo de reconhecimento ou premiação vinculado à participação no projeto



Capacitação de membros e servidores em gerenciamento de projetos



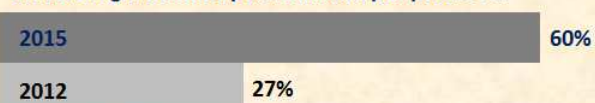
0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

PROCESSOS

Unidade organizacional de escritório de processos



Metodologia definida para trabalho por processos



Ferramenta de mapeamento e gerenciamento de processos



0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

7.3.2 Eixo temático: Pessoas



AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO

Avaliação periódica de desempenho para servidores



Plano anual de capacitação



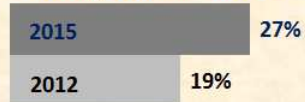
Programa permanente de capacitação



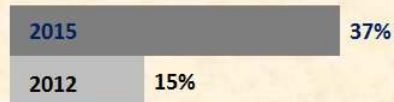
0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

AVALIAÇÃO E CAPACITAÇÃO

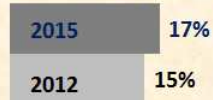
Valorização ou incentivo atrelado ao atingimento de resultados



Mapeamento de competências para membros e servidores



Mecanismo de identificação e aprimoramento de liderança dos colaboradores



0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

CLIMA ORGANIZACIONAL E SAÚDE

Pesquisa de Clima Organizacional



Plano de ação decorrente do resultado obtido na pesquisa



Ações na instituição para valorização de membros e servidores



0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

CLIMA ORGANIZACIONAL E SAÚDE

Programas relacionados à saúde dos membros e servidores



Programa de gestão sustentável

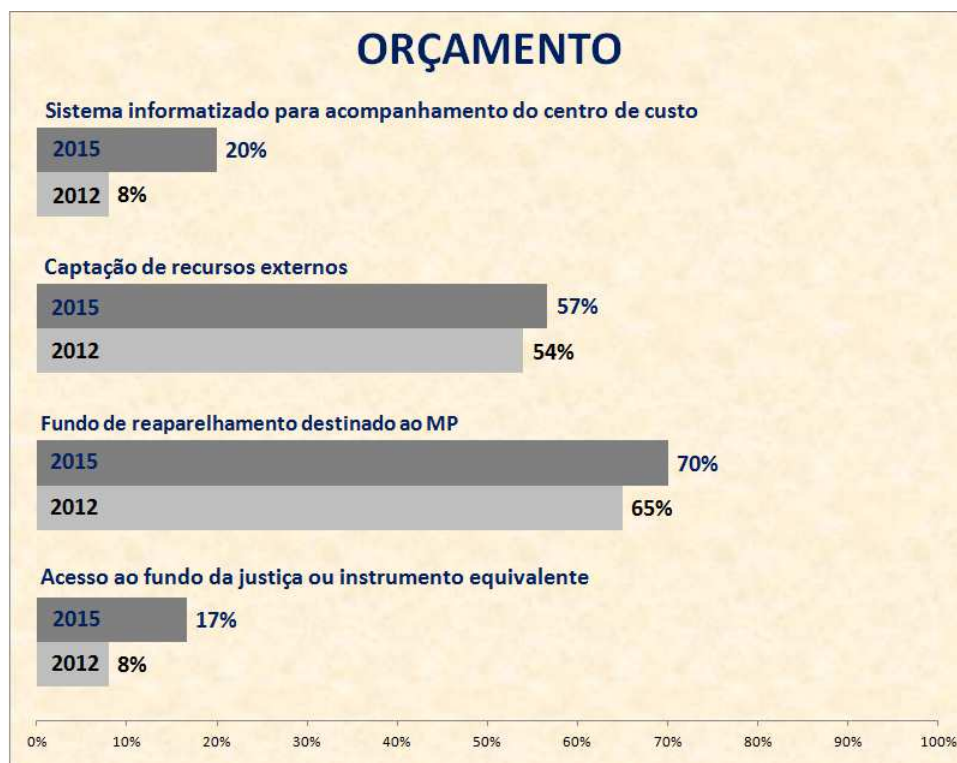
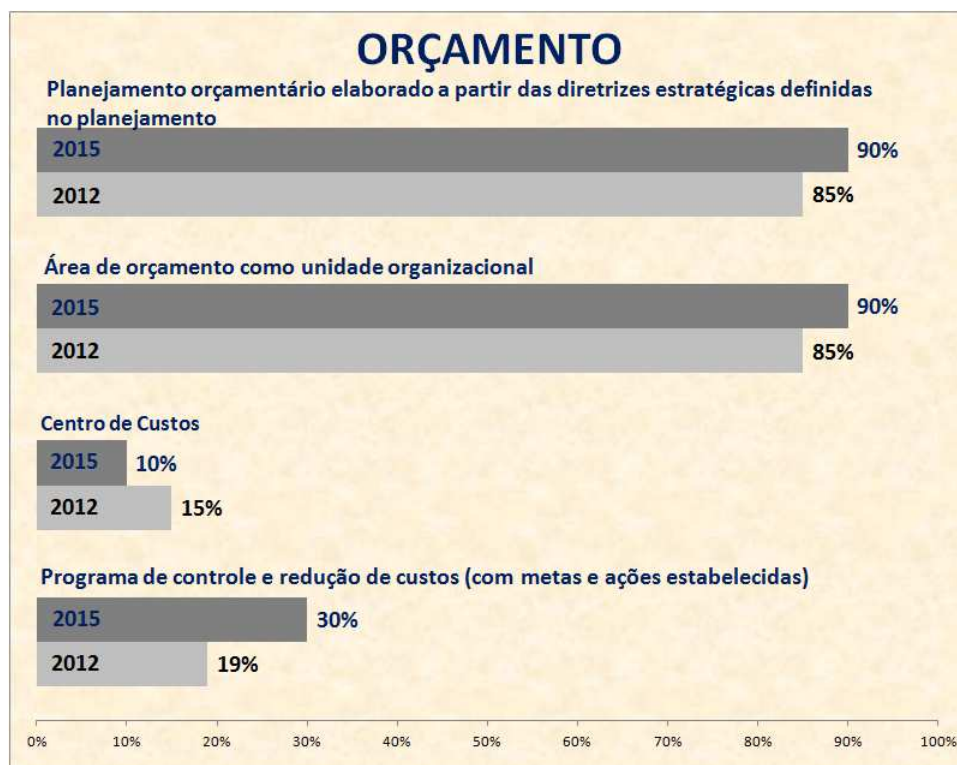


Programa de qualidade de vida no trabalho



0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

7.3.3 Eixo temático: Gestão Orçamentária e Financeira



GESTÃO E EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

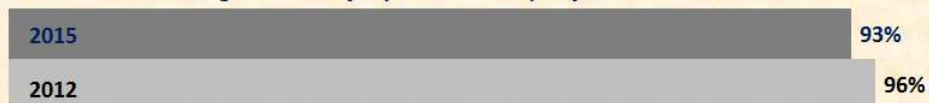
Pregão eletrônico para a realização de licitações



Sistema de cotação eletrônica de preços



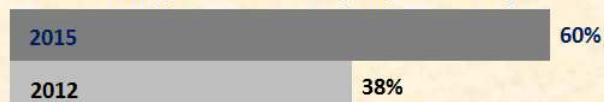
Costuma utilizar o Registro de Preços para as suas aquisições



0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

GESTÃO E EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

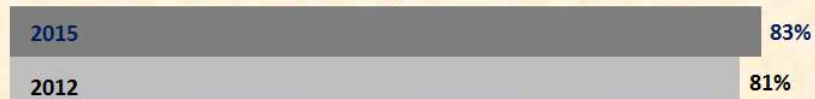
Política de compras sustentáveis (compras verdes)



Editais para contratação de serviços de engenharia para construção e reformas em observância aos critérios de sustentabilidade



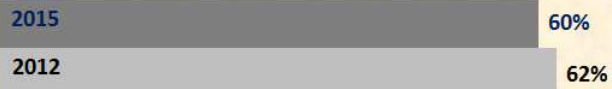
Unidade de Controle Interno (auditoria)?



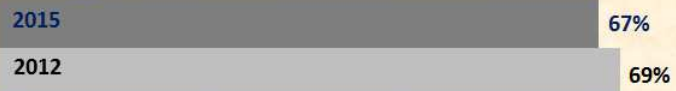
0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

GESTÃO E EXECUÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Mecanismos possibilitando a participação de membros e servidores com sugestões, visando melhorias nas atividades administrativas



Decisões estratégicas internas e que afetam o público interno são tomadas com a participação dos servidores



Programa de descentralização administrativa



0% 10% 20% 30% 40% 50% 60% 70% 80% 90% 100%

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo 2012 de Administração do Ministério Público Brasileiro teve como principal objeto a geração de estudos que viabilizassem a melhor adoção de práticas de gestão, de forma a se ter uma visão no sentido de se identificar as oportunidades de trocas de experiências.

Constatado o grau de maturidade em gestão das unidades do MP brasileiro através do Censo 2012, e levando em consideração os trabalhos que já estavam sendo realizados pelos Comitês do FNG, foi possível elaborar e viabilizar a execução do Plano Diretor – FNG relativo ao período 2012-2015.

No ano de 2015 foi realizado o novo **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro**, configurando-se como o momento de verificação “verificação” (“C” - **Check**) do ciclo PDCA relativo ao período 2012-2015 do FNG. Não obstante, o resultado do Censo realizado 2015 também se configurou como uma das etapas da fase de planejamento do novo ciclo PDCA relativo ao período 2016-2019 (“P” – **Plan**), a nível tático e operacional, subsidiando consistentemente as diretrizes norteadoras do FNG-MP para o período 2016-2019.

Extraí-se dos resultados do **Censo de Administração do Ministério Público brasileiro 2015** que os trabalhos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Gestão – FNG, através dos seus Comitês e Grupos de Trabalho, e materializados em seus produtos, cursos de capacitação, mostra de projetos, Ações Nacionais, propostas de resoluções e recomendações, parcerias e demais entregas viabilizaram **a troca de experiências entre as unidades, a formulação de boas práticas de gestão, o fomento à uniformização, padronização e integração da atuação das diversas unidades do Ministério Público**, respeitadas as suas autonomias administrativa, financeira e orçamentária e, conseqüentemente, o **fomento à implementação do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público**.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Planejamento Estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público (2010-2015). 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.